



**TRABAJO Y TRABAJADORES EN
AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE**

**TRABALHO E TRABALHADORES NA
AMÉRICA LATINA E CARIBE**

**TRAVAIL ET TRAVAILLEURS EN
AMÉRIQUE LATINE ET CARAÏBE**

**WORK AND WORKERS IN
LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN**

Vol. 1

Gil Felix (Ed.)

TRABALHO E TRABALHADORES NA AMÉRICA LATINA E CARIBE
TRABAJO Y TRABAJADORES EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE
TRAVAIL ET TRAVAILLEURS EN AMÉRIQUE LATINE ET CARAÏBE
WORK AND WORKERS IN LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN

Vol. 1

Gil Felix (Ed.)

el tiple

2023

El Tiple, 2023.

Coleção Trabalho e Trabalhadores na América Latina e Caribe

Projeto Editorial El Tiple

Vol. 1.

Diagramação: João Garcia; Henrique Feliciano

Capa: Gil Felix; Henrique Feliciano

Projeto gráfico: Ricardo Santanna

Coordenação: Gil Felix

Distribuição livre e gratuita.

Cataloging-in-Publication Data

Trabalho e Trabalhadores na América Latina e Caribe. Vol. 1 / Gil Felix (organizador). – Bremen: El Tiple, 2023. 456 p.; il.; 14cm x 21cm. 456 p. (e-book).

Bibliografia

ISBN 978-3-00-070556-4 - PDF

1. Seminário Trabalho e Trabalhadores na América Latina e Caribe 2. Trabalho 3. Trabalhadores 4. Classe trabalhadora 5. Capitalismo I. Felix, Gil, org. II. Título.

2023

Projeto Editorial El Tiple

<https://grupodepesquisasobretalho.wordpress.com/el-tiple/>

SUMÁRIO

Sobre os três approches dos estudos do trabalho e o volume 1 da coleção Trabalho e Trabalhadores na América Latina e Caribe	7
Sobre los tres approches de los estudios del trabajo y el volumen 1 de la colección Trabajo y Trabajadores en América Latina y el Caribe	17
On the three approches of Labor Studies and volume 1 of the collection Work and Workers in Latin America and the Caribbean <i>Gil Felix</i>	27
Seção 1. Imperialismo e dependência	
Dependencia y superexplotación del trabajo: perspectivas teóricas, método e agendas de investigación <i>Adrián Sotelo Valencia y Gil Felix</i>	37
Aportes da teoria marxista da dependência para a análise da indústria da mineração e da agropecuária <i>Gil Felix</i>	65
Imperialism and austerity in the Caribbean <i>Robert Cuffy</i>	103
Imperialism and working-class agency <i>John Smith</i>	129

Seção 2. Classe trabalhadora hoje

2.1 Processos mundiais e nacionais

At the threshold of social respectability: on the political construction of new underclasses 161

Klaus Dörre

Estructura de clases y crisis transicional en Argentina 223

María Emilia Millón y Mariano Féliz

Políticas de investimentos agrícolas em Angola: projetos em concorrência e as tendências do século XXI 247

Garcia Neves Quitari

2.2 Luta de classes

Regime de acumulação integral e repressão contrainsurgente na Argentina (2003-2013) 271

Lisandro Braga

Experiencias gremiales de los trabajadores de los frigoríficos. Continuidades y discontinuidades en medio siglo de luchas y organizaciones obreras. Rosario, Argentina (1955-2001) 311

Verónica Vogelmann

“Chega de covardia”: a luta das/os trabalhadoras/es da limpeza e das plataformas digitais 335

Valena Ribeiro Garcia Ramos, Selmo Nascimento da Silva e Rômulo de Souza Castro

2.3 Opressões

- Ensino profissional e educação para surdos: do passado e de duração 367
Aline Lima da Silveira Lage, Rosiane Flauzino Jardim da Silva e Altair Fátima Bezerra de Santana
- La construcción social de la “masculinidad” y la “feminidad” en el mundo del trabajo como procesos de precarización laboral: una indagación a partir de dos estudios de casos 391
Verónica Casas y Hernán M. Palermo
- Crise ambiental, necropolítica e capitalismo: um balanço interseccional dos impactos da reciclagem 419
Ana Meri Gassen e Renata Peixoto de Oliveira
- Entre o informal, o precário e a reprodução social: as costureiras e o trabalho a domicílio remunerado por peça 441
Alexsandro Magalhães Pinto



Mexico DF. 2021.

SOBRE OS TRÊS APPROCHES DOS ESTUDOS DO TRABALHO E O VOLUME 1 DA COLEÇÃO TRABALHO E TRABALHADORES NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

É com satisfação que apresentamos e iniciamos a coleção *Trabalho e Trabalhadores na América Latina e Caribe*, organizada a partir de Seminário homônimo que vêm sendo realizado nas dependências da Universidade Federal da Integração Latino-americana (Unila) desde 2018.

A coleção se concretiza na forma de publicação seriada e multilíngue de livros de distribuição livre pelo Projeto Editorial El Tiple e apoiadores ou, eventualmente, co-editores¹. Em 2021, no livro *Dependência, Estado e superexploração do trabalho no século XXI*² organizamos parte das contribuições recebidas e, na ocasião, após a terceira edição do evento, aventamos essa proposta. Agora, dois anos depois e após mais uma edição do Seminário, o

¹ Voltada para estudiosos do trabalho, a coleção é multilíngue e será composta por textos originais em castelhano, português, francês e inglês. O presente volume é composto por capítulos em português, inglês e castelhano. Futuramente, acaso apoiadores ou os próprios autores aportem traduções dos textos desse livro, publicaremos nova edição ampliada bilíngue ou trilingue.

² Felix, Gil (Org) (2021) *Dependência, Estado e superexploração do trabalho no século XXI*. Bremen: El Tiple. Disponível em: <https://grupodepesquisasobretrabalho.files.wordpress.com/2021/10/dependencia-estado-e-superexploracao-do-trabalho-no-seculo-xxi-2.pdf>

primeiro volume aqui publicado concretiza essa ideia e a consolida em formato de coleção.

A coleção visa registrar e difundir produção científica, mas também advém de necessidades político-acadêmicas que devem ser explicitadas. O formato de publicação seriada possibilita registro contínuo, buscando superar as limitações político-sociais do conhecimento e do desconhecimento de pesquisas e de seus autores e autoras ao longo do tempo. No quadro atual, essas limitações são inevitáveis devido à vastidão da produção internacional e, particularmente, às assimetrias regionais, nacionais e internacionais de posições e prestígios da produção de conhecimento.

Contudo, a despeito dessas limitações e da nossa intenção de realizar um evento de pequena escala localizado na Unila, o Seminário é internacionalista e de excelência (no sentido do rigor e ambição da nossa contribuição científica e não do elitismo acadêmico) e, em virtude disso, também recebe e pretende abrigar e fomentar o debate entre pares dos estudiosos do mundo do trabalho de forma cada vez mais ampla e irrestrita. O registro, nesse sentido, expressa a geometria social das participações dos(as) pesquisadores que buscam o Seminário e as contribuições recebidas no espaço que foi aberto para a apresentação e debate dos resultados de pesquisas no evento desde 2021³.

Por outro lado, atendendo a convites generosamente retribuídos por parte de reconhecidos colegas que também têm produção na área, o registro em coleção permite compartilhar e acessar, em panorama, o estado da arte e das atuais predileções temáticas,

³ Os anais e demais informações estão disponíveis em: <https://trabalhoetrabalhadoresnaamericalatinaecaribe.net>

abordagens ou referenciais desses estudos. E, dentre esses, em particular, daqueles que advêm da perspectiva científica que nos voltamos para fomentar, acolher e desenvolver. Tal como salientamos anteriormente, para além da produção hoje hegemônica nos centros latino-americanos e mundiais, nós nos dedicamos especialmente para fomentar abordagens críticas que têm como base e/ou que são feitas em diálogo com referenciais do pensamento radical e revolucionário.

Neste sentido, há também a intenção de agregar perspectiva específica dos estudos do trabalho que, em geral, quando explicitamente produzida nesse intuito, são realizados sob condições adversas de difusão - não raro sob isolamento ou semi-isolamento politicamente imposto. Nessa perspectiva, os estudos do trabalho e dos trabalhadores não se pautam pelo liberalismo das correntes hegemônicas ou pelo regulacionismo das perspectivas social-democratas; e, dessa maneira, têm o horizonte científico de classe colocado para além das epistemologias de Estado, particularmente, da presente forma burguesa de Estado - a partir da qual o primado da agência de classe é subordinado à ação estatal e, portanto, à epistemologia burguesa dominante. Feita essa observação para o nosso leitor(a), é necessário contrastar brevemente essas perspectivas que, grosso modo, diferenciam-se em três *approches* distintos de estudos.

O *approche* liberal dos estudos do trabalho está fundamentado na essencialização e na naturalização das diferenças sociais, que, como tal, edificariam o *matching* dos esforços e das oportunidades por meio da livre ação de mercado, que é a instituição a partir da qual todas as relações sociais são ontologicamente pensadas dentro dessa perspectiva. Internamente, distinguem-se em vertentes que

vão desde o fundamentalismo de mercado, que negam a existência de qualquer disparidade social de oportunidades entre os indivíduos, até aquelas que admitem e preconizam a ação ideológica de Estado para a suposta correção das disparidades de oportunidades. Ambas se dirigem epistemologicamente a uma ação considerada “justa” - do ponto de vista das classes dominantes na direção do aparato de Estado -, seja para assegurar a liberdade/propriedade de mercado, seja para assegurar essa liberdade/propriedade por meio de medidas corretivas do *ranking* que equipararia devidamente os chamados esforços individuais e as assim-denominadas oportunidades sociais.

O *approche* regulacionista, por sua vez, está fundamentado na compreensão social da produção e da reprodução das distinções de classe e se expressa no colaboracionismo epistêmico, que se deve a uma análise limitada pelo viés etnocentricamente imposto pela perspectiva das camadas, classes ou frações de classe intermediárias, improdutivas, assistentes ou dependentes do imperialismo ou da classe exploradora dirigente, em particular, da grande burguesia internacional. Internamente, distingue-se entre vertentes totalmente focadas no aparato de Estado e, portanto, na agência das frações de classe dominante que compõem esses aparatos até vertentes que compreendem a possibilidade de agência independente desses interesses por meio do uso de instrumentos políticos da classe dominante que dirige esses aparatos, particularmente, das regulações estatais do mercado e do trabalho. Dentro dessa perspectiva, em sua forma capitalista, o Estado é a instituição ontológica a partir da qual as demais relações sociais são pensadas.

Corolariamente, no que se refere aos estudos do trabalho, o colaboracionismo epistêmico de classe da perspectiva regulacionista também se expressa na embolorada ideia do desenvolvimento das forças produtivas e seus fetiches ideológicos correlatos, que, no processo de construção do objeto, subordinam o horizonte científico da exploração de classe ao universo da agência e da tutela das classes dominantes, tomando como dado o fato considerado “econômico” dos produtos do trabalho e reificando o avanço da força produtiva do trabalho por sobre as próprias relações sociais de produção.

Ao longo das últimas décadas, o regulacionismo apresentou vertentes periféricas mais ou menos conscientes do seu “eurocentrismo” na medida em que, fruto dessas reificações, em pensamento, naturaliza e projeta o processo histórico de gênese e desenvolvimento do modo de produção capitalista a partir da perspectiva das narrativas pretensamente científicas que caracterizavam as ideologias de dominação do período de conquista imperialista européia, particularmente da Grande Revolução Industrial na Inglaterra até fins do século XIX.

Nesse sentido, a perspectiva desreificadora dos estudos do trabalho é intrínseca e concretamente “revolucionária”, dado que, em pensamento, parte e se volta para a emancipação da exploração que fundamenta a reprodução de classe, ao contrário de outras perspectivas que constroem conhecimento voltado para a dominação de classe e que, em último caso, tem fundamento no apreço pelo uso da violência do aparato estatal ou para-estatal contra a rebeldia e a insurgência das frações exploradas.

Para nossa surpresa, sobretudo a partir de 2020, a expressão dessa intenção e as primeiras publicações advindas do Seminário foram seguidas por algumas tentativas de desinformação, silenciamento ou constrangimento moral da organização das atividades e de seus participantes, atitudes que, mesmo levadas a sério, são cientificamente inócuas e politicamente ineficazes em conteúdo e forma para absolutamente todos os debates que havíamos proposto. Sendo assim, na sua incongruência, em nada alteraram o prestígio do evento, a qualidade das contribuições ou do debate e nem das atividades seguintes. Recentemente, em desespero, foram empreendidas ações políticas premeditadas com o intuito de criar ou subcontratar ataques contra nós, na condição de pessoa-cientista, ou contra indivíduos de nossa rede de vínculos de ordem pessoal. Porém, tão ou ainda mais incongruentes que os primeiros, ataques como esses resultam em potencialização política do argumento científico, ou seja, cedo ou tarde, produzem o exato oposto do que intencionam.

Pelo visto, a experiência do século XX parece desconhecida para aqueles(as) que insistem nessa estratégia historicamente inconsequente e desastrosa de tentar combater as ideias ou a produção teórica com luta política.

Sendo assim, o conteúdo desse primeiro volume muito nos alegra face à proposta dessa coleção e da temática recente do evento: *Internacionalismo, Superexploração e Classe Trabalhadora Hoje*. Reunimos contribuições de alguns dos principais pensadores do campo crítico de estudos do trabalho, sendo, inclusive, algumas dessas inéditas. E, fortuitamente,

também reunimos contribuições significativas em aspectos diferenciados de autoria: nacionalidade, referencial crítico, grau de formação, tecnicidade metodológica etc.

Além dessa introdução, os textos estão organizados em duas seções temáticas. A primeira, *Imperialismo e Dependência*, inicia com o artigo de Adrián Sotelo Valencia e Gil Felix, em que sistematizamos parte do estado da arte dos estudos marxistas da dependência, particularmente, sobre o legado de Ruy Mauro Marini, sobre as atuais perspectivas teóricas e sobre as condições metodológicas de prosseguimento desses estudos, prestando especial atenção às pesquisas realizadas junto aos trabalhadores na América Latina que tiveram esse referencial como base a partir dos anos 1980. Em seguida, em “Aportes da teoria marxista da dependência para a análise da indústria da mineração e da agropecuária”, eu, Gil Felix, analiso o processo histórico de reprodução da dependência face ao avanço da força produtiva do trabalho nas atividades econômicas extrativas a partir de dados de pesquisa realizada na Amazônia brasileira.

Já Robert Cuffy, em “*Imperialism and austerity in the Caribbean*”, em diálogo teórico com Trotsky e, em especial, com Walter Rodney, analisa as origens e a situação política advinda da exploração imperialista do trabalho no Caribe atualmente. E John Smith, em “*Imperialism and working-class agency*”, finaliza a seção, em artigo no qual desenvolve as teses anteriormente apresentadas no livro *Imperialism in the Twenty-First Century* para o que ele compreende como expressões de luta classista e de fortalecimento do trabalho frente ao capital no período neoliberal.

A segunda seção agrega contribuições a respeito da formação da classe trabalhadora hoje e, nesse sentido, está organizada em três temáticas, sendo a primeira delas sobre as implicações dos processos mundiais e nacionais em curso. Klaus Dörre analisa a construção política do que denomina novas subclasses, em artigo no qual, retomando o legado de Robert Castel e dados de pesquisas realizadas com trabalhadores na Alemanha e na Europa, generosamente, sistematiza e busca sintetizar análises sociológicas diversas sobre as transformações da classe trabalhadora no capitalismo recente.

María Emilia Millón e Mariano Féliz analisam as transformações sociais ocorridas dentre as chamadas classes populares face à crise econômica na Argentina. Por sua vez, Garcia Neves Quitari, em artigo que analisa os investimentos agrícolas em Angola, ressalta os impasses atuais da política nacional para esse setor, considerando, em especial, o período recente no qual a decadência da agricultura é comumente atribuída ao sentido socialista do pós-independência do país africano.

Em seguida, a seção relaciona as transformações em curso na formação da classe trabalhadora à ação política classista. Lisandro Braga discorre sobre a primeira década de repressão estatal contrainsurgente kirchnerista na Argentina e sobre os enfrentamentos, em particular, com os movimentos piqueteiros. Também na Argentina, Verónica Vogelmann analisa as experiências e os impasses das lutas dos trabalhadores da indústria de produção de carne ao longo dos últimos 50 anos. E, por fim, Valena Ribeiro Garcia Ramos, Selmo Nascimento da Silva e Rômulo de Souza Castro descrevem e comparam as lutas contra as demissões com as lutas contra os assédios, tendo por base situações ocorridas com

trabalhadores da limpeza e das plataformas digitais no estado do Rio de Janeiro.

A última parte dessa seção se constitui de textos a respeito da construção e reprodução social das opressões através do trabalho, que, sendo dimensão central da sociabilidade capitalista, necessariamente constitui as condições sociais de possibilidade das classificações simbólicas e das estratificações sociais. Os quatro capítulos que abordam a temática possuem afinidade com essa tese a partir de referenciais eletivamente distintos.

Aline Lima da Silveira Lage, Rosiane Flauzino Jardim da Silva e Altair Fátima Bezerra de Santana analisam a posição profissional e institucional de surdos e a reprodução dessa condição social no caso do Instituto Nacional de Educação de Surdos (Brasil). Verónica Casas e Hernán M. Palermo, a partir de dados de dois estudos de caso na Argentina, verificam como se produzem e se reproduzem as condições de gênero entre os trabalhadores. Ana Meri Gassen e Renata Peixoto de Oliveira descrevem os atributos sociais, a hierarquização e a subalternidade de trabalhadores do setor da reciclagem em pesquisa com catadoras de cidade no interior da região sul do Brasil, assim como Aleksandro Magalhães Pinto, que, em artigo sobre as costureiras de Nova Friburgo, cidade no interior do estado do Rio de Janeiro, também registra as formas pelas quais os trabalhadores das frações economicamente mais empobrecidas combinam jornadas de trabalho intensificadas e prolongadas, baixa remuneração e marcadores sociais acumulados de opressão.

Esperamos que o conteúdo desse primeiro volume e o advento da publicação seriada encoraje novas contribuições tanto dos

pesquisadores aqui já reunidos quanto daqueles que estarão a ler esses textos e essa apresentação. Que *Trabalho e Trabalhadores na América Latina e Caribe* reúna os esforços teóricos e investigativos a fim de criar instrumentos de pensamento e ação política da transformação radical que visamos fomentar com essa coleção.

*Rio de Janeiro, Foz do Iguaçu e Ciudad del Este,
novembro de 2023,*

Gil Felix

SOBRE LOS TRES APPROCHES DE LOS ESTUDIOS DEL TRABAJO Y EL VOLUMEN 1 DE LA COLECCIÓN TRABAJO Y TRABAJADORES EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE

Tenemos el agrado de presentar e iniciar la colección Trabajo y Trabajadores en América Latina y el Caribe, organizada a partir del Seminario del mismo nombre que se realiza en las instalaciones de la Universidad Federal de la Integración Latinoamericana (Unila, Brasil) desde 2018.

La colección toma la forma de publicación seriada y multilingüe de libros para distribución gratuita por parte del Proyecto Editorial El Tiple con compañeros y compañeras o, eventualmente, coeditores¹. En 2021, en el libro *Dependência, Estado e superexploração do trabalho no século XXI*², organizamos parte de las aportaciones recibidas y, en su momento, tras la tercera edición del evento, planteamos esta propuesta. Ahora, dos años después y

¹ Dirigida a estudiosos del trabajo, la colección es multilingüe y estará compuesta por textos originales en español, portugués, francés e inglés. Este volumen está compuesto por capítulos en portugués, inglés y español. En el futuro, si los entusiastas o los propios autores proporcionan traducciones de los textos de este libro, publicaremos una nueva edición bilingüe o trilingüe ampliada.

² Felix, Gil (Org) (2021) *Dependência, Estado e superexploração do trabalho no século XXI*. Bremen: El Tiple. En: <https://grupodesquisasobretrabalho.files.wordpress.com/2021/10/dependencia-estado-e-superexploracao-do-trabalho-no-seculo-xxi-2.pdf>

tras una nueva edición del Seminario, el primer volumen aquí publicado reanuda y consolida esta idea.

La colección pretende registrar y difundir la producción científica, pero también surge de necesidades político-académicas que es necesario explicar. El formato de publicación seriada permite el registro continuo, buscando superar las limitaciones político-sociales del conocimiento y desconocimiento de las investigaciones y sus autores a lo largo del tiempo. En la situación actual, estas limitaciones son inevitables debido a la vastedad de la producción internacional y, particularmente, a las asimetrías regionales, nacionales e internacionales de posiciones y prestigio en la producción de conocimiento.

Sin embargo, a pesar de estas limitaciones y de nuestra intención de realizar un evento de pequeña escala ubicado en la Unila, el Seminario es internacionalista y de excelencia (en el sentido del rigor y ambición de nuestro aporte científico y no de elitismo académico). Como resultado, también acoge con satisfacción y tiene la intención de fomentar el debate entre investigadores del mundo del trabajo de una manera cada vez más amplia. El registro, en este sentido, expresa la geometría social de la participación de los investigadores que buscaron al Seminario y todavía los aportes recibidos en el espacio que se abrió para la presentación y debate de los resultados de las investigaciones en el evento desde 2021³.

Por otro lado, atendiendo a invitaciones generosamente correspondidas por ilustres colegas que también tienen producción en el área, el registro en formato de colección permite compartir y

³ Los anales y otras informaciones están disponibles en: <https://trabalhoetrabalhadoresnaamericalatinaecaribe.net>

acceder, de manera panorámica, al estado del arte y las predilecciones temáticas, enfoques o referentes actuales de estos estudios. Y, entre estos estudios, en particular, los que provienen de la perspectiva científica que recurrimos a fomentar, acoger y desarrollar. Como destacamos anteriormente, además de la producción actualmente hegemónica en los centros latinoamericanos y globales, estamos especialmente dedicados a promover enfoques críticos que se basan y/o se hacen en diálogo con el pensamiento radical y revolucionario.

En este sentido, también se pretende añadir una perspectiva específica a partir de los estudios del trabajo que, en general, cuando se producen explícitamente para este fin, se llevan a cabo en condiciones adversas de difusión, a menudo bajo aislamiento o semiaislamiento impuesto políticamente. Desde esta perspectiva, los estudios sobre el trabajo y sobre los trabajadores no se guían por el liberalismo de las corrientes hegemónicas o el regulacionismo de las perspectivas socialdemócratas; y, de esta manera, tienen el horizonte científico de clase colocado más allá de las epistemologías del Estado, particularmente de la actual forma burguesa del Estado (desde la cual la primacía de la agencia de clase se subordina a la acción estatal y, por tanto, a la epistemología burguesa dominante). Una vez hecha esta observación para nuestro o nuestra lector o lectora, es necesario contrastar brevemente estas perspectivas que, en términos generales, se diferencian en tres *approches* distintos de estudios.

El *approche* liberal de los estudios laborales se basa en la esencialización y naturalización de las diferencias sociales, que, como tales, construirían la correspondencia de esfuerzos y oportunidades a través de la libre acción del mercado, que es, en

esta perspectiva, la institución desde la cual se piensan ontológicamente todas las relaciones sociales. Internamente, se distinguen en corrientes que van desde el fundamentalismo de mercado, que niega la existencia de cualquier disparidad social de oportunidades entre los individuos, hasta aquellas que admiten y defienden la acción ideológica del Estado para supuestamente corregir las disparidades de oportunidades. Ambas están epistemológicamente dirigidos hacia una acción considerada “justa” - desde el punto de vista de las clases dominantes en la dirección del aparato estatal -, ya sea para asegurar la libertad/propiedad del mercado, o para asegurar esta libertad/propiedad a través de medidas correctivas desde el ranking que equipararía adecuadamente los llamados esfuerzos individuales y las llamadas oportunidades sociales.

El *approche* regulacionista, a su vez, se sustenta en la comprensión social de la producción y reproducción de las distinciones de clases y se expresa en el colaboracionismo epistémico, que obedece a un análisis limitado por el sesgo etnocéntrico de la perspectiva de capas, clases o fracciones intermediarios, improductivos, asistentes o dependientes del imperialismo o de la clase explotadora dominante, en particular, de la gran burguesía internacional. Internamente se distingue entre corrientes completamente centradas en el aparato del Estado y, por tanto, en la agencia de las fracciones de clase dominante que integran dichos aparatos, hasta corrientes que entienden la posibilidad de agencia independiente de estos intereses mediante el uso de instrumentos políticos de la clase dominante que dirige estos mismos aparatos, particularmente las regulaciones estatales del mercado y del trabajo. Dentro de esta perspectiva, en su forma

capitalista, el Estado es la institución ontológica desde la cual se piensan otras relaciones sociales.

Corolariaamente, en lo que respecta a los estudios laborales, el colaboracionismo epistémico de la perspectiva regulacionista también se expresa en la rancia idea del desarrollo de las fuerzas productivas y sus fetiches ideológicos relacionados, que, en el proceso de construcción del objeto, subordinan el horizonte científico de explotación de clases al universo de agencia y tutela de las clases dominantes, dando por sentado el hecho considerado “económico” de los productos del trabajo y cosificando el avance de la fuerza productiva del trabajo sobre las propias relaciones sociales de producción.

En las últimas décadas, el regulacionismo ha presentado corrientes periféricas más o menos conscientes de su “eurocentrismo” en la medida que, como resultado de estas cosificaciones, naturaliza y proyecta en el pensamiento el proceso histórico de génesis y desarrollo del modo de producción capitalista desde la perspectiva de las narrativas supuestamente científicas que caracterizaron las ideologías de dominación durante el período de la conquista imperialista europea, particularmente desde la Gran Revolución Industrial en Inglaterra hasta finales del siglo XIX.

En este sentido, la perspectiva desreificante de los estudios laborales es intrínseca y concretamente “revolucionaria”, dado que, en el pensamiento, parte y avanza hacia la emancipación de la explotación que subyace a la reproducción de clase, a diferencia de otras perspectivas que construyen conocimiento dirigido a la dominación de clase y que, en última instancia, se basa en la apreciación del uso de la violencia por parte del aparato estatal o

paraestatal contra la rebelión y la insurgencia de las fracciones explotadas.

Para nuestra sorpresa, sobre todo a partir de 2020, a la expresión de esta intención y a las primeras publicaciones surgidas del Seminario fueron seguidas algunos intentos de desinformación, silenciamiento o coacción moral sobre la organización de las actividades y sus participantes, actitudes que, incluso cuando tomados en serio, son científicamente inocuos y políticamente ineficaces en contenido y forma para absolutamente todos los debates que habíamos propuesto. Por tanto, en su incongruencia, no alteraron el prestigio del evento, la calidad de las aportaciones o del debate ni las actividades posteriores. Recientemente, en la desesperación, se emprendieron acciones políticas premeditadas con el objetivo de crear o subcontratar ataques contra nosotros, como personas/científicos, o contra personas de nuestra red de vínculos personales. Sin embargo, tan o más incongruentes que los primeros, ataques como estos resultan en una intensificación política del argumento científico, es decir, tarde o temprano, producen exactamente lo contrario de lo que pretendían.

Aparentemente, la experiencia del siglo XX parece desconocida para quienes insisten en esta estrategia históricamente intrascendente y torpe de intentar combatir las ideas o la producción teórica con la lucha política.

Por eso, el contenido de este primer volumen nos hace muy felices dada la propuesta de esta colección y el reciente tema del evento: *Internacionalismo, Superexplotación y la Clase*

Trabajadora Hoy. Hemos reunido aportaciones de algunos de los principales pensadores del campo crítico del pensamiento en el mundo del trabajo, algunas de las cuales incluso son inéditas. Y, fortuitamente, también recogimos aportaciones significativas en diferentes aspectos de la autoría: nacionalidad, marco crítico, nivel de formación, tecnicismo metodológico, etc.

Además de esta introducción, los textos se organizan en dos secciones temáticas. La primera sección, *Imperialismo y Dependencia*, comienza con el artículo de Adrián Sotelo Valencia y Gil Felix, en el que sistematizamos parte del estado del arte de los estudios marxistas sobre la dependencia, particularmente sobre el legado de Ruy Mauro Marini, sobre las perspectivas teóricas actuales y sobre las condiciones metodológicas para la continuación de estos estudios, prestando especial atención a las investigaciones realizadas entre trabajadores de América Latina que tuvieron como base este referente a partir de la década de 1980. Luego, en “*Aportes da teoria marxista da dependência para a análise da indústria da mineração e da agropecuária*”, yo, Gil Felix, analizo el proceso histórico de reproducción de la dependencia frente al avance de la fuerza productiva del trabajo en actividades económicas extractivas a partir de datos de investigaciones realizadas en la Amazonía brasileña.

Robert Cuffy, en “*Imperialism and austerity in the Caribbean*”, en un diálogo teórico con Trotsky y, en particular, con Walter Rodney, analiza los orígenes y la situación política que surge de la explotación imperialista del trabajo en el Caribe actual. Y John Smith, en “*Imperialism and working-class agency*”, concluye la sección, en un artículo en el que desarrolla las tesis previamente presentadas en el libro *Imperialism in the Twenty-First Century*.

La segunda sección reúne contribuciones sobre la formación de la clase trabajadora hoy y, en este sentido, está organizada en tres temas, el primero de los cuales se refiere a las implicaciones de los procesos globales y nacionales en curso. Klaus Dörre analiza la construcción política de lo que llama nuevas subclases, en un artículo en el que, retomando el legado de Robert Castel y datos de investigaciones realizadas con trabajadores en Alemania y Europa, sistematiza y busca sintetizar diversos análisis sociológicos sobre las transformaciones de la clase trabajadora en el capitalismo reciente.

María Emilia Millón y Mariano Félix analizan las transformaciones sociales ocurridas entre las llamadas clases populares ante la crisis económica en Argentina. Por su parte, García Neves Quitari, en un artículo que analiza las inversiones agrícolas en Angola, destaca los actuales impasses en la política nacional para este sector, considerando, en particular, el reciente período en el que el declive de la agricultura es comúnmente atribuido al sentido socialista de post-independencia del país africano.

A continuación, la sección relaciona las transformaciones en curso en la formación de la clase trabajadora con la acción política de clase. Lisandro Braga analiza la primera década de represión estatal kirchnerista contra las insurgencias en Argentina y los enfrentamientos, en particular, con los movimientos piqueteros. También en Argentina, Verónica Vogelmann analiza las experiencias y los impasses de las luchas de los trabajadores de la industria cárnica durante los últimos 50 años. Y, finalmente, Valena Ribeiro Garcia Ramos, Selmo Nascimento da Silva y Rômulo de

Souza Castro describen y comparan las luchas contra los despidos con las luchas contra el acoso, a partir de situaciones ocurridas con trabajadores de limpieza y plataformas digitales en el estado de Río de Janeiro.

La última parte de esta sección recoge textos sobre la construcción social y la reproducción de la opresión a través del trabajo, que, siendo la dimensión central de la sociabilidad capitalista, necesariamente constituye las condiciones sociales de posibilidad de clasificaciones simbólicas y estratificaciones sociales. Los cuatro capítulos que abordan el tema tienen afinidad con esta tesis a partir de referencias electivamente diferentes.

Aline Lima da Silveira Lage, Rosiane Flauzino Jardim da Silva y Altair Fátima Bezerra de Santana analizan la posición profesional e institucional de las personas sordas y la reproducción de esa condición social en el caso del Instituto Nacional de Educación para Sordos (Brasil). Verónica Casas y Hernán M. Palermo, utilizando datos de dos estudios de caso en Argentina, verifican cómo se producen y reproducen las condiciones de género entre los trabajadores. Ana Meri Gassen y Renata Peixoto de Oliveira describen los atributos sociales, la jerarquía y la subalternidad de los trabajadores del sector del reciclaje en una investigación con mujeres recolectoras de ciudades del interior de la región sur de Brasil, al igual que Aleksandro Magalhães Pinto, quien, en un artículo sobre las costureras de Nova Friburgo, ciudad del interior del estado de Río de Janeiro, también registra las formas en que trabajadores de las fracciones económicamente más empobrecidas combinan jornadas de trabajo intensificadas y prolongadas, bajos salarios y marcadores sociales de opresión acumulados.

Esperamos que el contenido de este primer volumen y el advenimiento de la publicación en serie fomenten nuevas contribuciones tanto de los y las investigadores reunidos aquí como de aquellos y aquellas que leerán estos textos y esta presentación. Que Trabajo y Trabajadores en América Latina y el Caribe una esfuerzos teóricos e investigativos con el fin de crear instrumentos de pensamiento y acción política para la transformación radical que pretendemos impulsar con esta colección.

*Rio de Janeiro, Foz do Iguaçu y Ciudad del Este,
noviembre de 2023,*

Gil Felix

ON THE THREE APPROCHES OF LABOR STUDIES AND VOLUME 1 OF THE COLLECTION WORK AND WORKERS IN LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN

We are pleased to present and initiate the collection Work and Workers in Latin America and the Caribbean, organized from the Seminar that has been held at the Federal University for the Latin American Integration (Unila, Brazil) since 2018.

The collection takes the form of serial and multilingual publication of books for free distribution by the El Tiple Editorial Project and its supporters or, eventually, co-publishers¹. In 2021, in the book *Dependência, Estado e superexploração do trabalho no século XXI*², we organized part of the contributions received and, at the time, after the third edition of the event, we prepared this proposal. Now, two years later and after a new edition of the Seminar, the first volume published here collects this idea and consolidates it in a compilation format.

¹ The collection is multilingual and will be composed of original texts in Spanish, Portuguese, French and English. This volume is composed of chapters in Portuguese, English and Spanish. In the future, if translations of the texts in this book are provided by enthusiasts or the authors themselves, we will publish a new bilingual or expanded trilingual edition.

² Felix, Gil (Ed.) (2021) *Dependência, Estado e superexploração do trabalho no século XXI*. Bremen: El Tiple. In:
<https://grupodesquisasobretrabalho.files.wordpress.com/2021/10/dependencia-estado-e-superexploracao-do-trabalho-no-seculo-xxi-2.pdf>

The collection aims to record and disseminate scientific production, but it also arises from political-academic requirements. The serial publication format allows continuous registration, seeking to overcome the political-social limitations of knowledge and non-knowledge of research and its authors over time. In the current situation, these limitations are inevitable due to the vastness of international production and, particularly, to the regional, national and international asymmetries of positions and prestige in the production of knowledge.

However, despite these limitations and our intention to hold a small-scale event located at Unila, it is a internationalist Seminar of excellence (in the sense of the rigor and ambition of our scientific contribution and not academic elitism). As a result, it also intends to encourage debate among researchers in the world of work in an increasingly broader way. The record, in this sense, expresses the social geometry of the participation of the researchers who came to the Seminar and also the contributions received in the space that was opened for the presentation and debate of the research at the event since 2021.³

On the other hand, in a panoramic way, in response to invitations generously accepted by renowned colleagues who also have production in the area, the collection also allows sharing and access to the state of the art and the thematic predilections, approaches or current references of these studies. And, among these studies, in particular, those that come from the scientific perspective that we decided to promote, receive and develop. As we

³ Other information is available at: <https://trabalhoetrabalhadoresnaamericalatinaecaribe.net>

highlighted previously, in addition to the currently hegemonic production in Latin American and global centers, we are especially dedicated to promote critical approaches that are based and/or made in dialogue with references of radical and revolutionary thought.

In this sense, it is also intended to add a specific perspective from labor studies that, in general, are carried out under adverse conditions of diffusion, often under politically imposed isolation or semi-isolation. From this perspective, studies on work and workers are not guided by the liberalism of hegemonic currents or by the regulationism of social democratic perspectives; and, in this way, they have the scientific horizon of class placed beyond the epistemologies of the State, particularly the current bourgeois form of the State —from which the primacy of class agency is subordinated to state action and, therefore, to the dominant bourgeois epistemology. Once this observation has been made for our reader, it is necessary to briefly contrast these perspectives. In general terms, they differ in three different approaches.

The liberal approach of labor studies is based on the essentialization and naturalization of social differences, which, as such, would construct the correspondence of efforts and opportunities through the free action of the market, which is the institution from which these researchers think ontologically all social relations. Internally, they are distinguished into perspectives that range from market fundamentalism —which denies the existence of any social disparity of opportunities between individuals— to those that admit and defend the ideological action of the State to supposedly correct disparities of opportunities. Both are epistemologically directed towards an action considered “just”

—from the point of view of the dominant classes in the direction of the state apparatus—, either to ensure the freedom/property of the market, or to ensure this freedom/property through corrective acts that would adequately equate the so-called individual efforts and the so-called social opportunities.

The regulationist approach, in turn, is based on the social understanding of the production and reproduction of class distinctions and is expressed in epistemic class collaborationism. It follows an analysis limited by the ethnocentric bias imposed by the perspective of strata, classes or fractions that are intermediaries, unproductive, assistants or dependent on imperialism or the ruling class, in particular, the big international bourgeoisie. Internally, a distinction is made between perspectives completely focused on the State apparatus and, therefore, on the agency of the dominant class fractions that make up these apparatuses, to perspectives that guess the possibility of independent agency of these interests through the use of political instruments of the ruling class that runs these apparatuses, particularly market and labor regulations. In this perspective, the State, in its capitalist form, is the ontological institution from which other social relations are thought.

Corollarily, the epistemic class collaborationism of the regulationist perspective is also expressed in the rancid idea of the development of productive forces and their related ideological fetishes, which, in the process of object construction, subordinate the scientific horizon of class exploitation to the universe of agency and protection of the ruling classes, taking for granted the fact considered “economic” of the products of labor and reifying the advance of the productive force of labor over the social relations of production themselves.

In recent decades, regulationism has presented more or less conscious peripheral aspects of its “Eurocentrism” to the extent that, as a result of these reifications, it naturalizes and projects the historical process of genesis and development of the capitalist mode of production since the perspective of the supposedly scientific narratives that characterized the ideologies of domination during the period of European imperialist conquest, particularly from the Great Industrial Revolution in England until the end of the 19th century.

In this sense, the dereifying perspective of labor studies is intrinsically and concretely “revolutionary”, that is, in thought, it starts and turns towards the emancipation of the exploitation that underlies class reproduction. It contrasts with other perspectives that construct knowledge focused on class domination and that, ultimately, is based on the appreciation of the use of violence by the state or parastatal apparatus against the rebellion and insurgency of the exploited fractions.

Regrettably, the expression of this intention and the first publications that emerged from our Seminar were followed by some attempts at misinformation, silencing or moral coercion regarding the organization of the activities and their participants, attitudes that, even when taken seriously, they are scientifically innocuous and politically ineffective for absolutely all the debates we had proposed. Therefore, in their incongruity, they did not alter the prestige of the event, the quality of the contributions and debate, or the subsequent activities. Recently, in desperation, premeditated political actions were taken with the aim of creating or subcontracting attacks against us, as person/scientist, or against

people in our network of personal ties. However, as or more incongruous than the first, attacks like these result in a political intensification of the scientific argument, that is, sooner or later, they produce exactly the opposite of what they intended.

Apparently, the experience of the 20th century seems unknown to those who insist on this historically inconsequential and disastrous strategy of trying to combat ideas and theoretical production with political struggle.

Therefore, the content of this first volume makes us very happy due to the proposal of this collection and the recent theme of the event: *Internationalism, Superexploitation and the Working Class Today*. We have received contributions from some of the main thinkers in the critical field of work studies, some of which are even unpublished. And, fortuitously, we also received significant contributions in different aspects of authorship: nationality, critical framework, methodological technicality, etc.

In addition to this introduction, the texts are organized into two thematic sections. The first, *Imperialism and Dependency*, begins with the article by Adrián Sotelo Valencia and Gil Felix, in which we systematize part of the state of the art of Marxist studies on dependency, particularly on the legacy of Ruy Mauro Marini, the current theoretical perspectives and the methodological conditions for the continuation of these studies, paying special attention to the research carried out among workers in Latin America that were based on this reference from the 1980s onwards. Then, in “*Aportes*

da teoria marxista da dependência para a análise da indústria da mineração e da agropecuária”, I, Gil Felix, analyze the historical process of reproduction of dependency in the face of the advancement of the productive force of labor in extractive economic activities based on data from research carried out in the Brazilian Amazon.

Robert Cuffy, in “Imperialism and austerity in the Caribbean”, in a theoretical dialogue with Trotsky and, in particular, with Walter Rodney, analyzes the origins and the political situation that arises from the imperialist exploitation of labor in the current Caribbean. And John Smith, in “Imperialism and working-class agency”, concludes the section, in an article that he develops the theses previously presented in the book *Imperialism in the Twenty-First Century*.

The second section brings together contributions on the formation of the working class today and, in this sense, is organized into three themes. The first refers to the implications of ongoing global and national processes and begins with Klaus Dörre’s analysis of the political construction of what he calls new underclasses. Taking up the legacy of Robert Castel and data from research carried out with workers in Germany and Europe, Dörre generously systematizes and seeks to synthesize various sociological analyzes on the transformations of the working class in recent capitalism.

María Emilia Millón and Mariano Feliz analyze the social transformations that occurred among the so-called popular classes in the face of the economic crisis in Argentina. For his part, García Neves Quitari, in an article that analyzes agricultural investments in

Angola, highlights the current impasses in national policy for this sector, considering, in particular, the recent period in which the decline of agriculture is commonly attributed to the post-independence socialist way of this African country.

The section then relates ongoing transformations in the formation of the working class to class political action. Lisandro Braga analyzes the first decade of Kirchnerist state repression against insurgencies in Argentina and the confrontations, in particular, with the *piqueteros*. Also in Argentina, Verónica Vogelmann analyzes the experiences and impasses of the struggles of meat industry workers over the last 50 years. And finally, Valena Ribeiro Garcia Ramos, Selmo Nascimento da Silva and Rômulo de Souza Castro describe and compare the struggles against layoffs and the struggles against harassment, based on situations that occurred with cleaning workers and digital platforms workers in Rio de Janeiro.

The last part of this section consists of texts on the social construction and reproduction of oppression through work, which, being a central dimension of capitalist sociability, necessarily constitutes the social conditions of possibility of symbolic classifications and social stratifications. The four chapters below have affinity with this thesis based on electively different references.

Aline Lima da Silveira Lage, Rosiane Flauzino Jardim da Silva and Altair Fátima Bezerra de Santana analyze the professional and institutional position of deaf people and the reproduction of that social condition in the case of the National Institute of Education for the Deaf (Brazil). Verónica Casas and Hernán M. Palermo,

using data from two case studies in Argentina, verify how gender conditions are produced and reproduced among workers. Ana Meri Gassen and Renata Peixoto de Oliveira describe the social attributes, hierarchy and subalternity of workers in the recycling sector in a research with women collectors in the southern region of Brazil, as does Alexsandro Magalhães Pinto, who, in an article about the seamstresses of Nova Friburgo, a city in Rio de Janeiro department (Brazil), also records the ways in which workers from the most economically impoverished fractions combine intensified and long working days, low wages and social accumulated stigmatizers of oppression.

We hope that the content of this first volume and the advent of serial publication will encourage further contributions both from the researchers already gathered here and from those who will read these texts and this presentation. We hope that *Work and Workers in Latin America and the Caribbean* brings together theoretical and investigative efforts in order to create instruments of thought and political action for the radical transformation that motivates us to promote with this collection.

*Rio de Janeiro, Foz do Iguaçu and Ciudad del Este,
November 2023,*

Gil Felix

DEPENDENCIA Y SUPEREXPLORACIÓN DEL TRABAJO: PERSPECTIVAS TEÓRICAS, MÉTODO E AGENDAS DE INVESTIGACIÓN¹

Gil Felix²

Adrián Sotelo Valencia³

Este artículo analiza la perspectiva teórica de la dependencia y la superexplotación de la fuerza de trabajo en América Latina y el mundo actual, así como cuestiones de método involucradas en estudios empíricos realizados a partir de estos referentes. Para ello, en primer lugar, sistematizamos el concepto de explotación en Marx y en la teoría marxista de la dependencia tal como fue expuesta originalmente por el brasileño Ruy Mauro Marini. Luego, teniendo en cuenta las investigaciones realizadas en las últimas décadas, analizamos los estudios y agendas de investigación relacionados con este tema.

¹ Versión en inglés disponible en: Sotelo Valencia, Adrián and Felix, Gil. “Dependency and super-exploitation of labor: Theoretical Perspectives, Methodological Issues, and Research Agendas”. SocArXiv. October 2023. DOI: [10.31235/osf.io/fhrcq](https://doi.org/10.31235/osf.io/fhrcq).

² Científico social e investigador del Instituto Latinoamericano de Economía, Sociedad y Política (ILAESP), Universidad Federal de la Integración Latinoamericana (UNILA, Brasil). Email: gil.felix@unila.edu.br.

³ Sociólogo e investigador del Centro de Estudios Latinoamericanos (CELA) de la Facultad de Ciencias Políticas de la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Email: adriansotelo@politicas.unam.mx.

Teoría y método de explotación en Marx

Se imponen algunas observaciones respecto de la teoría de la explotación del trabajo de Marx y de cómo Ruy Mauro Marini construyó sus aportes teóricos como científico marxista y latinoamericano⁴. Los críticos del marxismo y de la teoría de la dependencia a menudo lo han malinterpretado o ignorado⁵.

En primer lugar, Marx erige sus estudios de *El Capital* en un nivel muy alto de abstracción. Así, por ejemplo, en relación con la teoría del valor, supone una situación en la que el valor corresponde al precio de las mercancías, incluyendo la fuerza de trabajo. Una cuestión metodológica correcta que, sin embargo, no significa que éste sea efectivamente el comportamiento empírico en la realidad histórica del modo de producción capitalista.

En segundo lugar, el concepto de explotación del trabajo, como relación social fundamental de la sociedad capitalista histórica, para Marx es un concepto relevante que construye la teoría de la plusvalía y la ganancia dentro del modo de producción capitalista. Es decir, en ausencia del concepto de explotación, la elaboración y comprensión de la ley del valor es inimaginable como eje central de la producción y acumulación capitalista. El autor alemán alude a esto cuando escribe: “Toda empresa de producción de mercancías

⁴ El autor escribió un Memorial exponiendo una biografía intelectual y los aportes fundamentales de la teoría que sistematizó (Marini, s.f.). Su legado es política y científicamente vasto, con énfasis en *Subdesarrollo y revolución* (1969); *Dialectica de la dependencia* (1973) y *El reformismo y la contrarrevolución* (1976).

⁵ Entre otros: Weffort (1970); Cardoso y Serra (1978); Cueva (1974; 1979). Bambirra (1978) y Marini (1978) son respuestas.

es, al mismo tiempo, una empresa para la explotación de la fuerza de trabajo; pero bajo la producción capitalista de mercancías, la explotación se convierte en un sistema formidable que, al desarrollarse históricamente con la organización del proceso de trabajo y el gigantesco progreso de la tecnología, revoluciona toda la estructura económica de la sociedad y eclipsa a todas las épocas anteriores” (Marx, 2000, Vol. II., p.37). Olvidar esta premisa en el análisis de la realidad concreta de las relaciones sociales de producción capitalistas no sólo es limitar la visión estructural desde la cual se aprecia la totalidad, sino también distorsionar groseramente la realidad social y laboral produciendo visiones fragmentadas y fetichizadas que ocultan relaciones fundamentales.

Esto nos lleva a una tercera observación relativa al hecho de que, en la definición de la ley del valor, Marx expone los métodos de explotación del trabajo identificados con la plusvalía absoluta y con la plusvalía relativa, como básicos para la reproducción del sistema capitalista en un contexto histórico de largo plazo. Esto significa *entender* ambas formas de *plusvalía* como *conceptos articulados* dentro de una formación histórico-social específica, en la que se combinan procesos de trabajo y relaciones sociales de producción. La periodización histórica que surge de estos dos conceptos de plusvalía no es otra que la que incorpora el predominio -o la falta de ella- de la productividad del trabajo basada en el desarrollo tecnológico sobre la extensión de la jornada y la intensidad del trabajo o su articulación.

Es decir, marca la pauta para estudiar la génesis del desarrollo del modo de producción capitalista en sus múltiples articulaciones y definiciones que de él resultan. En rigor, no existe una fase "independiente" del capitalismo que se haya basado

exclusivamente en el predominio de la plusvalía absoluta (en la prolongación de la jornada laboral) y otra fase posterior en el dominio exclusivo de la plusvalía relativa. Más bien, consideramos que, desde la Revolución Industrial iniciada en la segunda mitad del siglo XVIII, en la que esta forma de plusvalía fue ganando terreno hasta hacerse hegemónica en todo el sistema, las demás formas y mecanismos correspondientes a la primera, y otras formas de producción como la cooperación y el trabajo artesanal, conviven con él y se despliegan en cada proceso histórico de su desarrollo sustancial.

En otras palabras, la periodización del capitalismo, según Marx, no se resuelve en un período en el que prevalece la plusvalía absoluta y otro en la plusvalía relativa, sino en el manufacturero en el que, junto con la extensión de la jornada laboral -método de extracción de plusvalía absoluta- podemos observar el aumento de la intensificación del trabajo y su estandarización (método de producción de plusvalía relativa) con el que se sienta la base real para la plena vigencia de la ley del valor.

Así, en el contexto del imperio de las leyes del mercado y de un período fabril en el que la presión del capital aumenta a favor de la prolongación de la jornada -tendencia, por cierto, contrarrestada por las luchas de los trabajadores por la reducción de la misma sobre la base de la Revolución Industrial-, se desarrolla la productividad del trabajo. Es también un método de producción de plusvalía relativa, abriendo horizontes al pleno despliegue de las fuerzas productivas sólo limitados por las relaciones de producción en las que se enmarca.

Es desde aquí que debemos percibir el prisma del taylorismo, el fordismo y la producción en masa hasta los sistemas modernos de organización y explotación de la fuerza de trabajo centrados en el toyotismo flexible de hoy o incluso en lo que pronto podría convertirse en “uberismo” o “amazonismo” en el contexto de la cuarta revolución industrial 4.0. Cada uno de ellos involucra relaciones sociales inmersas en una combinación virtuosa para la capital sustentada tanto en las formas de producción de plusvalía absoluta como relativa.

Finalmente, consideramos que los intentos de establecer una “proporcionalidad inversa” de la plusvalía absoluta y relativa en los textos en los que se ha desarrollado la teoría de la fuerza de trabajo, se derivan de una enorme incomprensión de las diferentes formas que adopta la plusvalía (absoluta y relativa) en su articulación concreta dentro de determinadas condiciones de producción y circulación de capital. Por tanto, era necesario llevar a cabo esta tarea para localizar la especificidad de la explotación capitalista en formaciones sociales dependientes, incluso si se asemejan, según algunos autores, a la dinámica histórica del capitalismo clásico.

Dentro de la teoría de la dependencia, a diferencia de otros autores, el desarrollo de una economía política de dependencia y de explotación en América Latina fue emprendida, precisamente, por Marini. Es esta línea de trabajo la que, en nuestra opinión, merece profundizarse para comprender las condiciones y contradicciones contemporáneas del capitalismo dependiente.

La Dialéctica de la dependencia y la teoría marxista de la dependencia (TMD)

En su *Dialéctica de la dependencia* (en adelante DD, 1973) Marini formuló un *esbozo* de lo que llamó teoría marxista de la dependencia (TMD), es decir, un aporte para la propia generación y una tarea abierta para las siguientes generaciones de intelectuales, estudiantes, académicos. y colectivos que continuarían investigando y publicando en Europa, Argentina, Brasil o Estados Unidos. La TMD es una perspectiva crítica frente a las teorías dominantes con raíces en ideas eurocéntricas que se difundieron desde los centros de poder desde los años 1980 y 1990 en medio de la crisis capitalista y la desintegración del bloque socialista. Una crítica que prospera hoy, cuando estas teorías eurocéntricas y desarrollistas enfrentan crisis sistemáticas que presentan ideas (falsas) cada vez más inadecuadas para analizar la realidad social y el acontecer de los hechos reales en el mundo contemporáneo.

Un ejemplo de ello es el Fondo Monetario Internacional que, desde su perspectiva ultraneoliberal asentada en las fuerzas del mercado y ante la quiebra de la firma estadounidense Lehman Brothers en septiembre de 2008, llamó a la intervención del Estado para “salvar al capitalismo” y superar sus dificultades (FMI, 2009). Al mismo tiempo, los representantes más conspicuos del capital ficticio internacional se alejan de sus leyes de mercado y recurren a la ayuda estatal para salvarse de la ruina y la quiebra, mientras el capitalismo permanece al borde de la recesión y de la profundización de sus dificultades en el ámbito económico El orden político, social y militar se reestructura mediante “reformas estructurales” en Europa y en todo el mundo contraviniendo la acción de las sacrosantas “fuerzas del mercado”.

En palabras de Vasconcellos (2014: 23-24): “el gurú del monetarismo, Milton Friedman, puede ser considerado como el padrino de la actual crisis financiera. Sin embargo, ahora no es el economista del momento, porque lo que está ocurriendo hoy en el escenario de la derecha imperialista es la necesidad de volver a Keynes. Incluso Bill Gates y George Soros, ante la crisis de las hipotecas de alto riesgo, afirman que son keynesianos, lo que no significa que sean progresistas y avanzados, porque el propio Keynes quería hacer de Inglaterra un aliado menor de los Estados Unidos y desde 1933 se dedicó a evitar el colapso del capitalismo”. Luego le toca a Donald Trump y ahora a Joe Biden intentar evitar este colapso inminente con supuestas medidas de política de Estado proteccionistas e intervencionistas ya ensayadas en el pasado hasta la saciedad.

Sin embargo, durante décadas, quienes centraron su atención en este llamado a la construcción de una TMD y otras perspectivas críticas fueron perseguidos intelectual y políticamente por los nuevos rumbos dependientes y regresivos de la ideología dominante en el universo académico latinoamericano, que, según la situación de cada país, emplearon tácticas de borrado o acomodación y cooptación teórica de corrientes de pensamiento revolucionario hacia el reformismo, el antimarxismo y el posmodernismo. En 1996, el propio Marini afirmaría, por ejemplo, que:

“... En realidad, en general, [desde los años 1980] hemos perdido de vista la especificidad de nuestras formaciones socioeconómicas y de nuestro Estado, que se había convertido en el tema central de reflexión del pensamiento latinoamericano a partir de los años 1920. La

exaltación de la democracia liberal, la aceptación de la función económica que nos asigna la globalización capitalista, la importación de modas intelectuales de los países avanzados: esto es lo que, realizado acriticamente, da hoy el tono de la ideología dominante en la región. Pareciera que hubiéramos regresado a principios de siglo, cuando gobernaba una simple división internacional del trabajo, basada en el intercambio de materias primas por manufacturas, en cuyo contexto la idea que teníamos de América Latina la recibíamos pasivamente desde el exterior o a través del aporte de los intelectuales criollos formados (o deformados) en las metrópolis” (Marini y Millán, 1996: 13-14).

Lo que hace Marini en *Dialéctica de la dependencia* es retomar a Marx, Lenin, Bujarin y otros autores, incluidos brasileños y latinoamericanos, para construir categorías y conceptos con el fin de aplicarlos al estudio de la formación social capitalista dependiente latinoamericana que, a nivel concreto, permite hacer una crónica del país y de la región sin caer en el dogmatismo o el empirismo (Marini, 1973: 13-14).

En este sentido, el pensamiento de Marini es teóricamente concreto y cultivó categorías y conceptos que permiten analizar la dependencia latinoamericana con categorías tales como: valor-trabajo, plusvalía, superexplotación, ganancia, renta de la tierra, patrón de reproducción, intercambio desigual, transferencias de valor, clases sociales, Estado (contrainsurgencia, cuarto poder), subimperialismo y cooperación antagónica. Sin ellos, sólo se lograría a lo sumo enfoque sociológico-weberiano o de otro tipo sobre la dependencia como el de Cardoso y Faletto (1969) que privilegia el modo de dominación, las alianzas de clases y una categoría de dependencia que es simplemente transitoria y que

supuestamente podría superarse sin superar, al mismo tiempo, el capitalismo. A su vez, subsumiendo la cuestión del llamado intercambio desigual, Marini retoma a Marx y simultáneamente incorpora la teoría del imperialismo de Lenin para construir la formulación de la dependencia que se entiende como:

“... una relación de subordinación entre naciones formalmente independientes, en cuyo marco las relaciones de producción de las naciones subordinadas son modificadas o recreadas para asegurar la reproducción ampliada de la dependencia. El fruto de la dependencia no puede ser por ende sino más dependencia, y su liquidación supone necesariamente la supresión de las relaciones de producción que ella involucra” (Marini, 1973: 18).

Los textos publicados en el período siguiente muestran que existe una continuidad lógica y dialéctica en los escritos de Marini, articulada con las nociones fundamentales que planteó originalmente en *Dialéctica de la dependencia* y que, definitivamente, su obra nada tuvo que ver con el estructuralismo ni con el funcionalismo o la modernización⁶. En nuestra opinión, esta distinción epistemológica actualiza la TMD en el marco general del pensamiento marxista en el siglo XX, asegurando en todas sus formas y extensiones un contrapunto radical al conjunto

⁶ En su Informe Escrito (Memória, sin datos), que fue requisito para su reincorporación a la Universidad de Brasilia, el propio Marini considera que DD es un texto “indiscutiblemente original” que contribuyó a abrir nuevos caminos para los estudios marxistas y latinoamericanos en la region. Busca, desde una perspectiva diferente, el estudio de la realidad latinoamericana bajo las especificidades sociohistóricas de nuestros países. Marini también consideró que existen otros textos complementarios y esenciales al DD: “El ciclo del capital en la economía dependiente” (Marini, 1979a: 37-55), “Mais-valia extraordinária y acumulación del capital” (Marini, 1979: 19-39), y “Estado y Crisis en Brasil” (Marini, 1977: 76-84) el cual fue un material que preparó para un concurso para obtener una posición como profesor de la Facultad de Economía de la Universidad Nacional Autónoma de México.

de paradigmas dominantes tanto en los años setenta como después de la década de los ochenta. Y ahora, frente a los paradigmas posmodernos y otras corrientes ideológicas idealistas dominantes del siglo XXI, garantiza una vitalidad no eurocéntrica al marxismo y a otras corrientes materialistas revolucionarias cuyos resultados aún no se han explorado plenamente, especialmente después de las transformaciones que han ocurrido en el sistema capitalista mundial en las últimas décadas.

El pensamiento de Marini y el proceso histórico de la dependencia

El enfoque sintético de Marini en DD articula la superexplotación del trabajo con el desarrollo de la productividad en los países dependientes, descubriendo así su íntima correlación y diferencias estructurales con las formaciones sociales desarrolladas del capitalismo avanzado. Destaca que “... incidir en una estructura productiva basada en la mayor explotación de los trabajadores, el progreso técnico permitió al capitalista intensificar el ritmo de trabajo del trabajador, elevar su productividad y, simultáneamente, sostener la tendencia a remunerarlo en una proporción inferior a su valor real” (1973: 71-72). Y en otro ensayo escribe: “Pero, una vez puesto en marcha un proceso económico sobre la base de la superexplotación se echa a andar un mecanismo monstruoso, cuya perversidad, lejos de mitigarse, es acentuada al recurrir la economía dependiente al aumento de la productividad, mediante el desarrollo tecnológico” (Marini, 1978: 63-64).

De este modo Marini demostró que la superexplotación del trabajo restringe los mercados internos de consumo de la mayoría

de la población, especialmente el de los trabajadores asalariados, por lo que el sistema dependiente tiende a recurrir al exterior, al mercado mundial, para solucionar sus problemas. Por ejemplo, el desarrollo de la economía exportadora latinoamericana es un fenómeno que se proyectó desde mediados del siglo XIX hasta mediados del siglo XX, algo que ha sido plenamente documentado por los historiadores de la región⁷. Nuevamente, como observó Marini, la economía de América Latina se ha expandido al exterior después de 1982 a través de la especialización productiva para el mercado mundial en una búsqueda incesante de intentar de aliviar sus dificultades de producción de bienes:

La configuración desequilibrada de las economías latinoamericanas, con marcada preponderancia de la industria de bienes suntuarios, y la restricción de sus mercados, determinada principalmente por la superexplotación del trabajo y expresada en una creciente concentración del ingreso, en realidad las empujó hacia la crisis, no dejándoles otra alternativa que —paralelamente al intento de abrir nuevos campos a la inversión extranjera, que reprodujo de manera ampliada la contradicción inicial — intentar alcanzar mercados externos preferenciales... (Marini, 1996: 52-53).

No es casual, por tanto, que hoy en día la mayoría de los países latinoamericanos, independientemente de la orientación política de sus gobiernos locales, se base en patrones de acumulación y reproducción de capital sostenidos en economías monoexportadoras, aunque con cierto grado de desarrollo

⁷ Por ejemplo, Halperín, 1993, Cardoso y Brignoly, 1979, Vitale, 2011.

tecnológico-respecto de las características básicas que desarrollaron durante el siglo XIX y la primera mitad del XX⁸.

Por otro lado, desde la década de 1950 —cuando se llevó a cabo la industrialización en América Latina, particularmente en los países más grandes de la región como Argentina, Brasil y México— la plusvalía absoluta y relativa comenzó a articularse en el campo de las industrias emergentes. En particular, las empresas transnacionales comenzaron a importar sus inversiones, sus patrones tecnológicos y sus métodos de gestión empresarial y de mano de obra, como ocurrió, por ejemplo, en la industria automotriz con el sistema ford-taylorista de producción en masa en la larga posguerra. Se creó así un dogma que afirmaba que el pleno desarrollo del capitalismo bajo la dirección de las empresas monopólicas transnacionales y del capital extranjero en los países dependientes era finalmente posible.

Con el advenimiento del desarrollo capitalista sobre “bases nacionales” a través de la industrialización, se pensó, en efecto, que la dependencia estaba definitivamente “superada”. Pero en realidad, como dijimos antes, al ser un proceso desencadenado a partir de la superexplotación, la dependencia no se mitigó, sino que, más bien, se acentuó; es decir, el aumento de la productividad amplió radicalmente el ejército de reserva y en todos los demás aspectos se amplió y profundizó la condición dependiente, “agravando al máximo las contradicciones inherentes al modo de producción capitalista” (Marini, 1979: 53). En apoyo de la

⁸ Felix (2019; 2021) menciona el caso de la Amazonia brasileña, donde hay, por ejemplo, plena continuidad de las intervenciones político-económicas planificadas desde los años 1960, implementadas tanto por el régimen militar como por todos los gobiernos posteriores.

verificación de esta hipótesis, a lo largo de la década de 1960, los países más dependientes de la región, particularmente Brasil y México, comenzaron a experimentar crisis estructurales y de producción de mercancías recurrentes, pero operando, a diferencia del pasado, sobre una base industrial y no sólo sobre la antigua economía exportadora de materias primas y alimentos (Marini, 1973: 75).

En el transcurso de los años setenta, esta situación empujaría nuevamente a las economías de la región en países como Chile, Argentina o Brasil a implementar una reestructuración productiva para ajustar sus economías al mercado mundial. Un enfoque que se desarrolló bajo el concepto de patrón de reproducción del capital que implica una articulación dialéctica entre producción, distribución, intercambio y consumo. Sin embargo, una vez más, el pensamiento de Marini va en una dirección que no debe confundirse con la teoría dominante, así como con las políticas neoliberales o colaboracionistas que resultan de estas ideologías. En lugar de situar el neoliberalismo como una etapa que debe combatirse en alianza con facciones burguesas nacionales o industriales supuestamente descontentas, Marini identifica esta transición como una profundización de la dependencia, sostenida, por lo tanto, a través de relaciones sociales de producción capitalistas tanto en los países avanzados como en las formaciones sociales dependientes.

Este enfoque se encuentra en el análisis de Chile, por ejemplo, cuando precisamente critica la idea de que, a medida que este país volviera a reespecializar la producción para el mercado externo en los años 1970, habría una desconexión entre las esferas de producción en el mercado interno y externo, o entre fracciones de

la burguesía financiera e industrial, o entre el sector “productivo” y el sector “no productivo”, o entre los defensores de la “soberanía” y del mercado interno y los especuladores del mercado externo:

Desde el punto de vista del capital, el mercado externo no es una esfera de realización exclusiva y opuesta al mercado interno: ambos son esferas especiales de realización de los bienes que produce. (...) Por todas estas razones, la especialización productiva no es más que una expresión particular de la reproducción capitalista, en la fase actual de la nueva división internacional del trabajo, pero su comportamiento se rige por leyes generales de toda economía capitalista: su resultado es diferencial respecto de otros patrones de desarrollo capitalista, pero no radicalmente opuestos, lo que obliga a relativizar la oposición entre mercado interno y externo que plantea el neodesarrollismo (Marini, 1982).

Por tanto, la base de estos patrones es la superexplotación que, como régimen de producción y explotación, articula la intensificación, la prolongación de la jornada de trabajo y la expropiación de parte del trabajo necesario para que el trabajador reponga su fuerza de trabajo, que es, “...un modo de producción fundado exclusivamente en la mayor explotación del trabajador, y no en el desarrollo de su capacidad productiva” (Marini, 1973: 40).

En Marini, este modo de producción no anula, en las economías dependientes, la plusvalía relativa. Al contrario, se desarrolla de forma restringida. No generaliza, no impone su lógica, ni su hegemonía en la producción y acumulación de capital –como lo hace en las economías avanzadas– incluso en períodos de intensa industrialización como ocurrió en los países latinoamericanos en la segunda parte del siglo XX. En particular, no ocurrió en México,

Brasil y Argentina, que aumentaron significativamente sus coeficientes de industrialización en la posguerra hasta finales de los años setenta. Esta tesis marca la diferencia sustancial entre el capitalismo industrializado y el dependiente. En el primero, el aumento de la fuerza productiva, donde el régimen hegemónico está gobernado por la producción de plusvalía relativa, particularmente después de la Revolución Industrial en Inglaterra, ayuda a reducir la cantidad de tiempo de trabajo socialmente necesario para la producción de valor y plusvalor. Resulta en un cambio en la cuota y, por tanto, en un aumento de la plusvalía. Además, la lógica de la plusvalía relativa rige la reproducción del capital como prioridad y también sobredetermina el proceso de constitución y las variedades concretas que asume la superexplotación del trabajo en estas formaciones sociales capitalistas avanzadas. En cambio, en las economías dependientes, las cosas suceden de manera diferente, aunque dentro del proceso global de producción capitalista. Aquí, la superexplotación del trabajo es la categoría hegemónica que sobredetermina la producción de la plusvalía relativa. En este régimen se desarrollan varios, múltiples e interdependientes mecanismos de exploración y producción, incluidos aquellos que producen plusvalía relativa, como la intensificación del trabajo, incluso, el aumento de la fuerza productiva del trabajo, pero todos completamente subordinados a la lógica de la superexplotación. Es esta una de las conclusiones centrales de Marini:

... las condiciones creadas por la superexplotación del trabajo en la economía capitalista dependiente tienden a obstaculizar su tránsito desde la producción de plusvalía absoluta a la de plusvalía relativa, en tanto que forma dominante en las relaciones entre el capital y el trabajo. La gravitación desproporcionada que asume en el sistema

dependiente la plusvalía extraordinaria es un resultado de esto y corresponde a la expansión del ejército industrial de reserva y al estrangulamiento relativo de la capacidad de realización de la producción. Más que meros accidentes en el curso del desarrollo dependiente o elementos de orden transicional, estos fenómenos son manifestaciones de la manera particular como incide en la economía dependiente la ley general de acumulación de capital. En última instancia, es de nuevo a la superexplotación del trabajo que tenemos que referirnos para analizarlos (Marini, 1973: 100).

En este sentido, el régimen dependiente se desarrolla históricamente condicionado por la superexplotación, como el propio autor señaló al analizar el proceso de industrialización latinoamericano del siglo XX. No hay “estancamiento”, como afirman infundadamente algunos críticos. Por otro lado, tampoco hay desconexión, sino un sistema internacional dado por la omnipresencia del mercado mundial, sin el cual no se podría pensar en la superexplotación, ni sería posible entender las formaciones dependientes. Parafraseando a Marini, podemos afirmar que más que un “precapitalismo” u “otro capitalismo” lo que tenemos hoy en América Latina “...sólo tiene sentido si se contempla desde la perspectiva del sistema en su conjunto, tanto a nivel nacional como, y principalmente, a nivel internacional” (1973: 14)⁹.

⁹ Es en este sentido que Marini comparte y expresa sustancialmente los aportes epistémicos establecidos por la izquierda revolucionaria latinoamericana de los años 1960, que, subvirtiendo las bases ideológicas sobre las cuales se gestionó y desarrolló el pensamiento científico burgués moderno, demuestra la necesidad de comprender todos los procesos empíricamente observados en el modo de producción capitalista de manera diacrónica y sincrónica a nivel global. Las investigaciones más recientes sobre los estudios de Marx, realizadas en el período que va desde la preparación de *El Capital* hasta su muerte, atestiguan que él ya se había dado cuenta de la necesidad de este enfoque también (Felix, 2023).

Posteriormente, estas características se intensificarían con la llamada globalización, como analizó Marini en 1996, en uno de sus últimos textos:

... los países desarrollados tienen dos triunfos en la mano: el primero es su inmensa superioridad en materia de investigación y desarrollo, que es lo que hace posible la innovación técnica; tenemos allí un verdadero *monopolio tecnológico* que agrava la condición de dependencia de otros países. El segundo es el *control que ejercen en la transferencia de actividades industriales* a los países más atrasados, tanto por su capacidad tecnológica como de inversión, el cual actúa de dos maneras: una, transfiriendo prioritariamente a estas últimas industrias menos intensivas en conocimiento; dos, dispersando entre diferentes naciones las etapas de producción de mercancías, de manera que impida el surgimiento de economías nacionalmente integradas... Estas dos facultades, que son privilegio de los centros desarrollados, inciden, como siempre lo han hecho, en la división internacional del trabajo a nivel de la producción (Marini, 1996: 58-59, el énfasis es del autor).

En conjunto, la esencia del pensamiento de Marini es la superexplotación del trabajo que provoca la remuneración de la fuerza de trabajo por debajo de su valor, base estructural del ciclo del capital de la economía dependiente que se desarrolla y reproduce, incluso, con el desarrollo de la productividad del trabajo y de la plusvalía relativa, en la medida en que ésta no logra tornarse hegemónica en la economía y la sociedad, siendo en parte responsable –junto con la acción del Estado y del capital privado– del subdesarrollo y el atraso que caracterizan a las formaciones dependientes en general. De lo cual se infiere que la reproducción ampliada de la dependencia se extiende e intensifica a medida que

se desarrolla el capitalismo global, al mismo tiempo que se manifiestan fuertes movimientos de extensión de la superexplotación del trabajo en las economías y en los sistemas productivos de los países capitalistas avanzados y en el conjunto de la economía internacional (Sotelo y Felix, 2022).

La conclusión más importante que extraemos de lo anterior es la tesis de que, como resultado tanto de las formas de explotación como de los diversos regímenes de producción de plusvalía, se crearon y desarrollaron economías internacionalmente integradas en forma de sistemas de producción imperialistas que están adentro y afuera de las fronteras nacionales. En este sentido, más que nunca, el imperialismo se materializa en los sistemas de producción globales y no simplemente en políticas exteriores o en alternativas gubernamentales.

La dependencia y los estudios del trabajo

Los estudios basados en los aportes de Marini en función al llamado que hizo a favor del desarrollo de la TMD, como perspectiva crítica, enfrentaron impedimentos políticos para la producción, el desarrollo y la divulgación. El propio Marini y otros de su generación vivieron bajo exilios políticos y restricciones en su vida personal, además de estrategias de liquidación de sus obras (silenciamiento, persecución, espionaje, plagio, entre otras), al principio, y, después, intentos de acomodarse y distorsionar sus ideas mediante la inserción de las mismas estrategias reformistas y

colaboracionistas que había criticado teórica y políticamente en vida¹⁰.

Además, los debates entre los autores de la dependencia no fueron analizados adecuadamente en términos de sus principales diferencias, y la perspectiva de Marini en particular fue caracterizada erróneamente como de alcance limitado o incluso, curiosamente, como representando una perspectiva sociológica que era inherentemente imposible de desarrollar a partir de sus propios principios epistemológicos y metodológicos.

Una de estas caracterizaciones erróneas del pensamiento de Marini fue que se trataba de un “economicismo” o un “reduccionismo económico” aunque él mismo señalaba la necesidad de “ir más allá del plano del análisis económico” y que la dependencia también debería estudiarse “desde el plano sociológico y político”. Y era, precisamente, avanzar en esta dirección lo que “*aceleraría el nacimiento*” de la TMD, “*liberándola de las características funcional-desarrollistas que se le han adherido en su gestación*” (Marini, 1973: 101, el énfasis es nuestro).

De este modo, desde el primer período de confrontación eminentemente política entre las perspectivas de la dependencia hasta el posterior, cuando se vio desafiado a probar su tesis, la obra de Marini se ha visto ampliada por nuevos estudios (a lo largo de los años 1980 y principios de los 1990, por cierto, bajo su supervisión directa). Y, en ciertos casos, con estudios realizados por

¹⁰ Estas preguntas no son el tema de este texto, pero están registradas en varios informes historiográficos y en el informe del propio autor al que aquí se hace referencia (Marini, n.d.).

él mismo, como es el ejemplo de los análisis sobre la globalización y Chile mencionados anteriormente (1982; 1996). En otros estudios realiza investigaciones con trabajadores mexicanos.

Junto a otros compañeros exiliados de Chile y otros países, como profesor de la UNAM, orientó y realizó investigaciones directamente con los trabajadores y las dirigió para apoyar a organizaciones de la clase trabajadora, como el Boletín CIDAMO (Marini, Sotelo y Arteaga, 1981), o a las organizaciones sociales y asistenciales, como el estudio de caso en el que el equipo dirigido por él analizó empíricamente las formas de uso, manejo y fraude de la Ley Federal del Trabajo (Marini, 1983). Este estudio se basó en entrevistas a 39 trabajadores de dos empresas, una de la industria del automóvil y otra de la construcción. Según Marini, el plan era entrevistar también al personal de una cadena de restaurantes (sector de servicios), pero no fue posible porque el equipo de investigación descubrió que la empresa adoptó mecanismos de presión para que las trabajadoras no expusieran sus condiciones laborales, impidiendo el uso de cuestionarios (1983: 13). El artículo anterior analiza un estudio de caso realizado a partir de una investigación de campo realizada en 1975 en una pequeña fábrica de ladrillos en el Estado de Morelos, en el que los autores describen detalladamente el proceso de trabajo y las formas de extensión de la jornada laboral.

En estos estudios, las categorías que el propio Marini había propuesto teóricamente eran herramientas en la compleja tarea de analizar situaciones concretas no sólo a partir de datos secundarios y otras fuentes escritas, sino también de intervenciones planificadas para la producción social de datos y conocimiento, como son, por ejemplo, los “proyectos de investigación” -por cierto, que es algo

que el trabajo académico en las instituciones productoras de conocimiento y en las universidades latinoamericanas constituye hoy como ocupación profesional básica, dentro de los ritos institucionales ideológicamente liberal-positivistas que fueron tomados del universo académico las clases dominantes contra el ensayismo y el amateurismo.

En este sentido, se enfrentan a cuestiones metodológicas propias de la gestión de la información social producida por las investigaciones de campo o de casos y por los llamados estudios del trabajo en general¹¹. Respecto a la investigación sobre los usos de la legislación laboral que, en las condiciones mexicanas, instituyó las diversas prácticas de intensificación y prolongación de la jornada laboral, Marini destaca que la originalidad de la investigación “...es que toma como hipótesis la Ley Federal del Trabajo y muestra cómo opera en la realidad empírica, es decir, que evalúa la efectividad de las disposiciones legales para proteger los salarios en este campo” (Marini, 1983: 9). También señala que los resultados sólo se referirían a estas empresas, no generalizables al grupo de trabajadores mexicanos, pero que este hecho no invalidaría la investigación porque se adoptó un enfoque cualitativo y no cuantitativo de la información. Y, de esta manera, podríamos agregar, dados los resultados del estudio, fue posible demostrar críticamente las limitaciones de las perspectivas idealistas y regulacionistas sobre el trabajo para analizar sociológicamente la práctica de fenómenos como la intensificación del trabajo, la extensión de las jornadas de trabajo y su relación con la remuneración laboral. Sin embargo, respecto de ambos estudios,

¹¹ Posteriormente, nosotros mismos desarrollamos análisis teóricos críticos de los estudios del trabajo en, entre otros: Sotelo Valencia (1993; 2012) Felix y Sotelo Valencia (2022); Felix (2019; 2022).

reitera que: “...no es nuestra intención pretender validar aquí planteamientos teóricos sobre la base del estudio empírico presentado. La importancia que este estudio tiene para nosotros es que, lejos de contradecir los supuestos teóricos que teníamos al iniciarlo, su conclusión no sólo nos ha llevado a asumirlos con más énfasis, sino que nos ha señalado pistas para proceder con nuevos desarrollos de los mismos” (Marini, Arteaga y Sotelo, 1981: 23).

Por otro lado, los estudios infirieron cuestiones de naturaleza teórica, particularmente en lo que respecta al detalle de las formas en que los métodos de extracción de plusvalía absoluta y relativa se combinaron a lo largo de las jornadas y procesos de trabajo, un debate que Marini libró contra los críticos de la TMD, por ejemplo, respecto de la génesis y la historia del modo de producción capitalista, así como de la naturaleza del proceso histórico latinoamericano, como se mencionó anteriormente: “... la correlación positiva entre productividad, intensidad y duración de la jornada laboral, que observamos en el caso estudiado, nos lleva a evocar un error común entre los economistas marxistas contemporáneos. Se trata de la distinción tajante entre la extracción de plusvalía absoluta y relativa, entendidas, no sólo como dos métodos excluyentes sino también como signos distintivos de dos fases históricas del capitalismo, perfectamente diferenciadas mediante el corte representado por la revolución industrial” (p. 21).

Recientemente, abarcando cada vez más generaciones de estudiantes e investigadores, la perspectiva legada por los escritos de Marini se enfrenta a cuestiones teóricas y metodológicas. Y, dependiendo de cada contexto, recupera estudios de trabajo para tratar de contribuir a la cuestión de la vigencia y las formas de manifestación concreta de la superexplotación en la actualidad; al

debate sobre la configuración estructural de la dependencia y/o a la naturaleza de su extensión, o no, a las formaciones capitalistas avanzadas.

Una parte importante de estos estudios, sin embargo, aunque no se dude de sus mejores intenciones, cae en trampas que terminan en esfuerzos por obtener resultados que no sirven de nada frente a los desafíos que ellos mismos intentaron superar.

Uno de ellos, común en los estudios de la llamada economía política marxista y obedece a intentos de didáctica, sistematización o industrialización de la producción de conocimiento en espacios sociales donde se requiere la disputa cuantitativa por territorios político-académicos o un incremento cuantitativo de la producción académica en general se impone. En otros casos, por este mismo medio, también se intenta lo mismo, pero con la intención declarada de mitigar los efectos de la dominación de clase y promover así el ingreso o la “inclusión” en las instituciones burguesas de producción de conocimiento. Estos esfuerzos involucran predominantemente investigaciones teórico-conceptuales, en sentido exegético, analítico o lógico-epistemológico de los conceptos que deben ser utilizados por los investigadores.

En este caso, a pesar de su intención altruista de enciclopedizar el conocimiento, implica también una búsqueda de resolución política de disputas que no atañen a temas, áreas de estudio o, en ciertos casos, a la división del trabajo científico y la sistematización conceptual propiamente dicha, sino a la segmentación del conocimiento, delimitación de los límites sociales de la autoridad científica y esferas de circulación y uso de las obras. Es decir, algo

que no debe confundirse con la tarea científica que impone la construcción del objeto científico, el rigor conceptual o el marxismo, sino, más bien, con el politicismo o el positivismo (de baja calidad y poco riguroso), porque lo empírico, el tema, la proclamación del contenido, la cita conceptual o referencial, el atributo social o la filiación política del enunciador, no confieren por sí solos validez científica al enunciado.

En cuanto al referente teórico-metodológico en el DD de Marini, esto es completamente diferente. El ejercicio que realizó en ese momento sólo fue posible, como mencionamos en un extracto anterior (1973: 13-14), en la medida en que se alejara de las dos desviaciones del marxismo latinoamericano: "...la sustitución del hecho concreto por el concepto abstracto, o la adulteración del concepto en nombre de una realidad que se niega a aceptarlo en su pura formulación". Es decir, en la medida en que se negó a reproducir un dogmatismo que, como propuesta científica, en realidad nada tenía de ortodoxia marxista, ya que, como él mismo concluye, cualquier limitación al proceso de investigación que no derive propiamente de lo conceptual y el rigor metodológico no tiene nada que ver con la ortodoxia, sino sólo con el dogmatismo.

Por otro lado, frente a las demandas de validación de los conceptos de Marx o de Marini para el análisis sociológico o político comúnmente realizadas en el universo académico dominante, se intenta brindar concreción teórica a través de la demostración empírica de la manifestación de estos conceptos. En este caso, no es raro que se quiera reproducir una controversia aún mayor sobre los métodos que serían más o menos apropiados para su análisis y resulte en esfuerzos hercúleos por producir resultados que, al final, no validarán estas hipótesis en la dimensión del

análisis en cuestión¹². Insertar elementos conceptuales y cuerpos teóricos provenientes de tradiciones del pensamiento burgués que no pueden ser subsumidos en el marco inicial para intentar realizar esta intención tampoco resuelve el problema. De hecho, en la mayoría de los casos, su asimilación produce la subordinación de esa intención y su negación.

En este sentido, teniendo en cuenta el fin del pacto de colaboración fordista y el desmantelamiento del Estado de Bienestar en los países imperialistas y, por tanto, la crisis de las formulaciones ideológicas dominantes resultantes de este pacto en sus centros de producción de conocimiento, no basta difundir autores, categorías y conceptos, sino movilizar esfuerzos intelectuales para dotar de poder explicativo científico, efectivo, a estas categorías o para concebir y sistematizar otras a partir de situaciones concretas de análisis con trabajadores y organizaciones de interés de clase.

Es de esta manera que los aportes subversivos y las epistemologías revolucionarias de interés para la clase trabajadora lograrán entrar nuevamente en observación en el mundo de la teoría social, establecer agendas de investigación críticas y perspectivas para la producción de conocimiento que sirvan para una transformación real de la sociedad a favor de los explotados.

¹² Las investigaciones que, por ejemplo, pretenden establecer sistemáticamente el quantum de la transferencia internacional de valor o el precio real correspondiente al valor de la fuerza de trabajo en determinadas formaciones sociales dependientes son muy importantes para el debate político y la resistencia ideológica de las corrientes científicas minoritarias. Pero, en rigor, científicamente contribuyen más al análisis sociológico de la producción de esa información que al debate al que se dirigen, ya que, al estar en diferentes dimensiones de aprehensión del hecho empírico, no tienen capacidad de validar los resultados frente a las demandas que pretenden responder.

Bibliografía

BAMBIRRA, Vania, *Teoría de la dependencia: una anticritica*, Mexico City, Era, 1978.

CARDOSO, Fernando H. and José Serra, "Las desventuras de la dialéctica de la dependencia", *Revista Mexicana de Sociología*, Año XL/VOL. XL, Núm. Extraordinario (E), México, IIS-UNAM, 1978.

CARDOSO, Fernando H. y Enzo Faletto (1969), *Dependencia y desarrollo en América Latina*, México, Siglo XXI.

CUEVA, A., "¿Vigencia de la 'anticritica' o necesidad de autocritica?," in *Teoría social y procesos políticos en América Latina*. Mexico City: Edicol, 1979.

CUEVA, A., 2008 (1974) "Problemas y perspectivas de la teoría de la dependencia, in *Entre la ira y la esperanza y otros ensayos de crítica latinoamericana*. Bogotá: Siglo del Hombre/CLACSO.

FELIX, Gil (Ed). *Dependência, Estado e superexploração do trabalho no século XXI*. Bremen, El Tiple, 2021.

FELIX, Gil, "O valor de Marx e a pesquisa social: questões metodológicas". Ponencia, Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología, 2022.

FELIX, Gil, *Movilidad y superexplotación del trabajo: el enigma de la circulación*, Bremen/Santiago: El Tiple/Ariadna Eds., en prensa.

INTERNATIONAL MONETARY FUND, *Annual Report 2009: Fighting the Global Crisis*, IMF, Washington DC, 2009.

MARX, Karl, *El capital*, L. II, FCE, México, 2000.

MARINI, Ruy Mauro (undated), *Memoria*, in: https://marini-escritos.unam.mx/?page_id=348.

MARINI, Ruy Mauro, *Dialéctica de la dependencia*, ERA, México, 1973.

MARINI, Ruy Mauro, "Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital", en *Cuadernos Políticos*, n. 20, México, abril-junio de 1979, pp. 19-39.

MARINI, Ruy Mauro, "Estado y crisis en Brasil", en *Cuadernos Políticos*, núm. 13, México, julio-septiembre de 1977, pp. 76-84.

MARINI, Ruy Mauro, *Subdesarrollo y revolución*. Mexico City: Siglo XXI Editores, 1974 (1969).

MARINI, Ruy Mauro, *El reformismo y la contrarrevolución: Estudios sobre Chile*. Mexico City: Era, 1976.

MARINI, Ruy Mauro, "Las razones del neodesarrollismo" (respuesta a Fernando Enrique Cardoso y José Serra), *Revista Mexicana de Sociología*, Año XL/VOL. XL, Núm. Extraordinario (E), México, IIS-UNAM, 1978, pp. 57-106.

MARINI, Ruy Mauro, "El ciclo del capital en la economía dependiente," pp. 37-56 in Ursula Oswald (ed.), *Mercado y dependencia*. Mexico City: Nueva Imagen, 1979.

MARINI, Ruy Mauro, Sotelo, Adrián and Arteaga, Arnulfo. "Proceso de Trabajo, Jornada Laboral y Condiciones Técnicas de Producción", *Boletín del Centro de Información, Documentación y Análisis sobre el Movimiento Obrero Latinoamericano*, 1981.

MARINI, Ruy Mauro, "Análisis de los Mecanismos de Protección al Salario en la Esfera de la Producción", *Cuadernos Laborales*, Secretaria del Trabajo y Previsión Social, 1983.

MARINI, Ruy Mauro, "Proceso y tendencias de la globalización capitalista" en Marini y Millán (coord.), *La teoría social latinoamericana*, vol. IV, *Cuestiones contemporáneas*, Ediciones El Caballito, México, 1996, pp. 49-68.

MARINI, Ruy Mauro, "Sobre el patrón de reproducción de capital en Chile", *Centro de Información, Documentación y Análisis sobre el Movimiento Obrero Latinoamericano*, México DF, 1982.

MARINI, Ruy Mauro y MILLAN, Margara, "Presentación" en Marini y Millán (coord.), *La teoría social latinoamericana*, vol. IV, *Cuestiones contemporáneas*, Ediciones El Caballito, México, 1996, pp. 13-15.

SOTELO VALENCIA, Adrián, *México: dependencia y modernización*, México, UNAM/Ediciones El Caballito, 1993.

SOTELO VALENCIA, Adrián, *Los rumbos del trabajo. Superexplotación y precariedad social en el Siglo XXI*, Mexico, Miguel Ángel Porrúa/UNAM, 2012.

SOTELO VALENCIA, Adrián, *Sub-imperialism revisited*, Leiden, Brill, 2017.

SOTELO VALENCIA, Adrián, FELIX, Gil, “Superexploitation: precarity and the proletarian condition through the perspective of the Marxist theory of dependency”, *Studies in Political Economy*, 103(1): 1-18, 2022.

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto, *Gunder Frank. O enguiço das ciências sociais*, Editora Insular, Florianópolis, 2014.

WEFFORT, F., ”Notas sobre la teoría de la dependencia: ¿teoría de clase o ideología nacional?” *Política y Sociedad* 17: 97–105, 1995 (1970).

APORTES DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA PARA A ANÁLISE DA AGROPECUÁRIA E DA INDÚSTRIA DA MINERAÇÃO¹

Gil Felix²

Introdução

Na Amazônia brasileira, particularmente a partir dos anos 1960, frentes de expansão agropecuária condicionaram formas específicas de mobilização e imobilização da força de trabalho, bem como processos violentos de expropriação de terras ocupadas por pequenos produtores, fatos esses que, na maioria das vezes, foram tomados como expressões do atraso e qualificados como maneiras arcaicas de expropriação e de superexploração que teriam lugar nos rincões atrasados do país e que, portanto, seriam substituídos e/ou superados pelo desenvolvimento econômico e social ou por uma

¹ Texto originalmente publicado em: Felix, Gil (2021) “Aportes da teoria marxista da dependência para a análise da agropecuária e da indústria da mineração”. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 23: 1-25. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202123>. A primeira versão desse texto, contudo, remonta a uma apresentação realizada em mesa redonda na Universidad Nacional de La Rioja, Argentina, em 2017, a convite de estudantes da Universidade Federal da Integração Latino-americana que, na ocasião, compunham a organização do evento.

² Cientista social e pesquisador no Instituto Latino-americano de Economia, Sociedade e Política, Universidade Federal da Integração Latino-americana (Unila, Brasil). Email: gil.felix@unila.edu.br

intervenção estatal qualificada³.

Neste sentido, baseado na denominada teoria marxista da dependência (Marini, 1973; 1973a; 1974; 1979; 1996; Felix, 2018; 2019a; 2019b; 2020, 2021a; 2021b; s/d; Felix e Guanais, 2019; Felix e Sotelo Valencia, 2019), analiso processos históricos de desenvolvimento das frentes de expansão na chamada Amazônia Oriental brasileira enquanto expressão de um processo histórico mais amplo de reprodução da dependência e da superexploração do trabalho. Em seguida, abordo algumas implicações teóricas que tais processos representam para as interpretações que consideram as

³ O artigo faz uso de dados de pesquisa apoiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Além de uma série de atividades de campo acompanhadas e registradas enquanto observações de natureza etnográfica, principalmente em 2011 e 2012, foram entrevistados 37 trabalhadores de forma detalhada, assim como 26 dirigentes de 22 instituições relacionadas ao objeto de pesquisa (sindicatos, movimentos, centros de assessoria, empresas de construção civil, secretarias de assistência social, escritórios de advocacia trabalhista, escritórios de contabilidade de fazendas, escolas de cursos técnicos, ONGs etc), totalizando, portanto, no final da etapa de campo, 63 pessoas, nas cidades de Ourilândia do Norte, Tucumã, São Felix do Xingu, Xinguara, Parauapebas, Marabá e Açailândia (esta última no Maranhão, as demais no sudeste do Pará). O período de campo compreendeu uma semana em setembro de 2011 e 4 meses em 2012, entre agosto e dezembro. Morei em uma quitinete na cidade de Tucumã ao longo dos meses de trabalho de campo, com exceção do primeiro período, quando fiquei hospedado em casas da Comissão Pastoral da Terra e, depois, no segundo, em um pequeno hotel por alguns dias. Desde então, além do habitual levantamento de base de dados, literatura e informações em geral relativas à pesquisa, mantive contato com os interlocutores que estabeleci em campo. Em termos gerais, as estratégias metodológicas utilizadas por mim para a análise sociológica resumida nesse artigo advêm de uma série de projetos e etapas de pesquisa realizadas, em especial, desde 2005. Para o/a leitor/a especialmente interessado/a nas questões teórico-metodológicas aqui brevemente abordadas, sugiro consultar minhas monografias (2021 [2008]; 2019a). Parte do desenvolvimento da pesquisa também foi realizada posteriormente com a contribuição dos estudantes Raiara Pires da Silva, Daniel de Souza, Gilka Coajera, Lourdes Bordais e Natiele Berlatto, que, junto ao nosso Grupo de Pesquisa, participaram de atividades de iniciação científica na Universidade Federal da Integração Latino-americana (<https://grupodepesquisasobretalho.wordpress.com/>).

relações de superexploração do trabalho como expressões extemporâneas e superáveis através da promoção do que se denomina vagamente como desenvolvimento do capitalismo.

Nossa noção de dependência, para os fins desse artigo, tem referência na que sintetiza Ruy Mauro Marini em *Dialectica de la dependencia* e demais textos publicados por ele no mesmo período (1973; 1973a; 1976; 1978), como “(...) uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (Marini, 1973: 3). No caso, dadas as devidas mediações, cabe frisar ao leitor/a também a análise da acumulação e do ciclo do capital na economia dependente, assim como a referência que grifamos em recente análise a respeito da importância do exército de reserva em tal esquema teórico e das dinâmicas de separação das esferas de produção, circulação e de realização dos bens consumidos pelos trabalhadores (Marini, 1979; Felix, 2019b). Aqui, em diálogo, ressaltamos alguns fatos que embasariam essa análise teórica face aos desdobramentos e encadeamentos internos de um processo histórico concreto, com

especial atenção para a Amazônia brasileira contemporânea⁴.

Frentes de expansão e superexploração do trabalho

Feita *a posteriori*, uma análise da reprodução da dependência é bastante evidente no caso da Amazônia, particularmente no período recente. Afinal, como se verifica atualmente, especialmente após os últimos 50 anos, a implantação dos grandes projetos terminou por constituir uma região integrada de forma dependente ao mercado mundial como *locus* para a produção de minérios, especialmente ferro, e, na última década, também para a produção de carne a partir de uma cadeia de produção com o capital concentrado em uma ou duas grandes empresas voltadas para exportação, cujos fornecedores, aos quais os pequenos produtores estão

⁴ Tal como referido a seguir, a seu tempo, o arcabouço teórico indicado foi constituído no meio intelectual vinculado à esquerda revolucionária latino-americana dos anos 1960 e 1970 e, nesse sentido, aproxima-se com as obras de outros autores que dialogaram com esse meio, como foi o caso, por exemplo, em um primeiro momento, de Andre Gunder Frank e de diversos outros autores críticos às análises dualistas das sociedades latino-americanas. Porém, ao contrário de alguns outros autores, como Gonzalez Casanova e Rodolfo Stavenhagen, cujas análises enfocaram elementos étnicos em paralelo ou, às vezes, em contraposição à estrutura de classes das sociedades latino-americanas a partir do que denominaram colonialismo interno, as implicações sociais e culturais do marco e das proposições teóricas de Marini acima destacadas, em especial, foram pouco desenvolvidas nas ciências sociais e na antropologia latino-americana pós-1980. Embora não seja minha intenção desenvolver essa questão no presente artigo, cabe frisar para o/a leitor/a, que, por conta disso, alguns pesquisadores têm se dedicado a análises teóricas comparativas desse referencial da esquerda revolucionária latino-americana frente a outras tendências clássicas marxistas comumente presentes para a abordagem de contextos periféricos e/ou de expansão do capitalismo, como é o caso das abordagens inspiradas no pensamento de Leon Trotski (Kay, 1991; Chilcote, 2010; Lopes e Guimarães Jr., 2016). Marini, por sua vez, como é sabido, tinha como referência principal os escritos de *O Capital* de Marx e as menções que porventura fez aos demais pensadores marxistas enfatizaram sobretudo sua divergência em relação ao reformismo (Marini, 1972; 1976).

subordinados, são grandes e médias empresas agropecuárias. Nesse caso, portanto, é necessário um esboço de análise mais rigorosa, processual, cujos dados, por exemplo, não nos permitem creditar a reprodução da dependência apenas a partir do advento dos grandes projetos dos anos 1970.

Em 1972, Otávio Velho, pesquisador pioneiro das pesquisas realizadas diretamente na região, anunciava um “terceiro tempo” das frentes de expansão que alcançavam o sul e sudeste do estado do Pará. Esse seria bastante diferente das ocupações anteriores, exemplificadas por ele em uma pesquisa de campo em São Domingos, uma localidade camponesa formada a partir da frente de expansão agrícola que vinha do Maranhão (nordeste do Brasil), relativamente isolada, e, por outro lado, pela rápida alteração provocada pela construção da estrada PA-70 (atual BR-222), o ramal de Marabá à Belém-Brasília, que, em 1969, foi a primeira ligação rodoviária da região com os centros e demais mercados do país. O ramal de Marabá e, logo em seguida, a Rodovia Transamazônica representaram a chegada de agentes que alteraram profundamente a paisagem social, como era o caso dos pecuaristas. Nada comparável, porém, com o que se avizinhava a partir do anúncio do chamado novo tempo que acompanharia a construção das estradas, na época ainda em um tom especulativo. O próprio autor se viu obrigado a inserir mais um capítulo sobre essa questão, antes de publicar o livro, no qual sistematizava o seguinte:

São Domingos e a PA-70 representam exemplos de dois *tempos* diferentes na sobredeterminação local de forças produtivas geradas no âmbito de sistemas envolventes, que transformam o quadro da região. Há, porém, um exemplo, ainda embrionário, do que virá a ser um terceiro *tempo*, que vai sendo gerado de uma maneira praticamente

autônoma de tudo o que vem ocorrendo na região. É como que um ‘segundo reverso da medalha’. (...) Trata-se de um investimento de capital que já alcançou muitos milhões de dólares, embora desse total relativamente pouco tenha ficado até agora na região. As autoridades municipais não são consultadas sobre o que vai ocorrendo, as negociações sendo realizadas em altas cúpulas, absolutamente inacessíveis – sem nenhuma exigência de mediação local e sem serem perceptíveis com clareza ao nível local – as quais envolvem grandes interesses capitalistas internacionais. (...) Por enquanto não se pode fazer muito mais do que especular e examinar casos semelhantes, sem muito o que encaixar no quadro atual da região. Todavia, trata-se de fato bem concreto, e o espantoso é que sem ter uma *história* local, tal como a que viemos traçando neste trabalho, poderá, de repente, alterar o panorama geral de um modo bastante radical. Isso tudo, sem dúvida, será do maior interesse no exame dos efeitos da ação do capitalismo monopolista em regiões subdesenvolvidas, que modifica totalmente a escala de análise, e, no caso particular, faz, inclusive, aparecer em toda a sua nitidez a natureza absolutamente paleotécnica de qualquer exploração mineral anteriormente realizada” (grifos do autor). (Velho, 1972: 143-44).

De fato, nas décadas seguintes, a implantação da indústria da mineração inseriu agentes políticos e econômicos cuja escala de ação diferia bastante das ocupações e frentes anteriores. Esse “terceiro tempo” anunciado por Velho proporcionou uma integração mais profunda entre os agentes de mercado, que, em grande parte, já surgiram como elos subordinados de uma cadeia de produção instituída sistemicamente em escala mundial. No entanto, mesmo quando menos perceptível, essa integração, em último (ou, muitas vezes, em primeiro) caso mundial, já ocorria nas frentes anteriores, como Otávio Velho também observara atentamente desde o início da análise das frentes de expansão, em 1967 (Velho,

1982), em uma interpretação singular da noção sugerida e introduzida na ciência social brasileira por Roberto Cardoso de Oliveira – e, ao menos no caso de Velho (1982 [1969]), também tomando por referência os estudos pioneiros de Caio Prado Jr. (2011 [1942]) a respeito⁵.

Nesse sentido, o desenvolvimento das frentes de expansão agrícolas na região é um bom exemplo. Ao contrário das frentes de expansão anteriores, extrativistas (borracha, castanha, diamante), formadas por entrepostos de comercialização totalmente voltados para o mercado externo, ou seja, de uma típica economia exportadora, na frente de expansão agrícola que se desenvolvia a partir dos anos 1950, teria surgido a figura do pequeno produtor de terra firme, cuja produção era voltada para o mercado interno de arroz.

Antes disso, confluíam tanto as grandes unidades produtivas quanto a pequena produção. Analisando os seringais do século XIX, por exemplo, Oliveira Filho (1979) notara que:

⁵ Em seguida, em sua tese de doutorado, Velho (1976) viria a usar a ideia de “fronteiras em movimento”, dentro de um quadro teórico comparativo demarcado por categorias como “desenvolvimento autoritário” em contraste com o que seria um “desenvolvimento burguês-democrático”. Recentemente, em uma revisita a esses textos, reconhecendo a importância da pesquisa etnográfica que realizou e, ao mesmo tempo, as limitações do seu contexto de interlocução e produção teórica, sintetizou: “Por isso é que eu digo que a situação é complexa, porque você está se opondo à ditadura militar, mas ao mesmo tempo está sendo contagiado pelo ambiente e pelas questões de uma época, quer você queira, quer não. É que em geral tinham a ver com uma perspectiva desenvolvimentista que se o pretendia caminho da modernidade, e que embora ainda esteja presente entre nós, hoje já pode ser contestada. Até em função dos sintomas mais evidentes de crise produzidos por essa perspectiva”. (Velho, 2016: 33). Para uma das primeiras tentativas de sistematização do contexto das experiências de pesquisa do grupo de Velho, ver Almeida (2013).

É através do controle do comércio – e não da expropriação de terras camponesas – que ocorre a subordinação do caboclo amazônico às determinações do grande capital. Necessitando de mercadorias, o pequeno produtor camponês é forçado a dirigir parcialmente seu trabalho para aquelas produções que a rede comercial aceita como pagamento das mercadorias que fornece. No caso da borracha, os altos preços vigentes fazem com que o próprio comércio alternativo e clandestino (como os regatões e marreteiros) pressionem no sentido de que o fornecimento de mercadorias seja pago preferencialmente em seringa. Diante disso ao pequeno produtor só restam logicamente duas opções: ou ele se mantém primordialmente fora da rede de comércio e financiamento, retraindo-se a uma condição próxima a autossustentência; ou ele se vincula aquela rede, enquadrando-se em um sistema flexível, que pode variar de uma ênfase exclusiva na extração até a fixação de uma cota mínima de borracha por cada produtor. Sendo aquela primeira opção meramente teórica, ao caboclo não resta mais que inserir-se no sistema de comércio centralizado e aí, produzindo segundo as normas, procurar exercer uma permanente barganha por vantagens comerciais (Oliveira Filho, 1979: 132-33).

Já no caso da castanha, Velho (1972: 66), por exemplo, assim resumiu a dinâmica dos agentes de mercado:

Existem cerca de seis grupos exportadores importantes em Belém. Com o virtual oligopólio que mantinham, já que até recentemente era praticamente insignificante a parte da castanha consumida no mercado nacional, eram capazes de descarregar boa parte dos efeitos das oscilações de preços no mercado internacional em cima dos grupos de Marabá; os quais, então, buscavam se resguardar levando às últimas consequências o processo de extorsão da mais-valia absoluta.

A partir dos anos 1950, em um primeiro momento, enquanto os grandes produtores ainda produziam principalmente castanha, dedicando-se à pecuária apenas de maneira complementar e subordinada, cujo mercado restringia-se localmente ou a um único centro (Belém), os pequenos produtores independentes (maranhenses-paraenses) produziam um arroz que, a despeito das distâncias, chegava a centros consumidores como o Rio de Janeiro com preços mais baixos que os produzidos em outras regiões do país e que, sendo de pior qualidade, era consumido pela população mais pauperizada das cidades. Esse arroz, porém, cumpria uma função supletiva e complementar no mercado nacional e internacional. Era comercializado quando a produção de arroz no Centro-Oeste abaixava e não era suprida pelo arroz produzido no Rio Grande do Sul, de maior preço, voltado para a exportação (Velho, 1972: 123-25). Essa expansão, propositadamente, inclusive,

foi considerada como expressão de um “colonialismo interno” no Brasil⁶.

A nova fase instaurada pela abertura das estradas, exemplificada no trecho acima citado pelo ramal de Marabá à Estrada Belém-

⁶ A noção de colonialismo interno esteve relacionada à origem do estudo sistemático das frentes de expansão. Criada no âmbito das ciências sociais latino-americanas em contraposição às teorias dualistas, ou de sociedade dual, e tendo textos de Pablo Gonzalez Casanova e de Rodolfo Stavenhagen como referências seminais principais (Stavenhagen, 1963; 1981; Casanova, 2009; Chaloult, 1978), foi proposta no Brasil por Roberto Cardoso de Oliveira (1978 [1966]) e difundida, em especial, a partir do Projeto “Estudo do colonialismo interno no Brasil”, coordenado por ele. Para tanto, teriam tido importância, por exemplo, o Centro Latinoamericano de Investigaciones en Ciencias Sociales e a Revista vinculada ao Centro, em que Stavenhagen e Casanova publicaram (Cf. Centro, 1969). Stavenhagen, particularmente, ao longo dos dois anos que ficou no Rio de Janeiro, teria formulado sua definição do conceito e iniciado a amizade que manteve com Cardoso de Oliveira (Cf. Stavenhagen, 2010; 2018). Foi a partir desse Projeto e dos seus trabalhos que essa noção e a de fricção interétnica se constituíram como referências iniciais para os estudos sistemáticos das frentes de expansão realizados por Cardoso de Oliveira e seus assistentes e orientados. Mais tarde, em 1993, ele elaboraria essa narrativa: “A genealogia do conceito de ‘colonialismo interno’ pode ser traçada, talvez, a partir de autores como Gunnar Myrdal e C. Wright Mills, alcançando sua formulação latino-americana mais consistente com Pablo Casanova, em seu artigo de 1963, ‘Sociedad plural, colonialismo interno y desarrollo’ (*América Latina*, año 6, nº 3) ou em seu livro *Sociología de la explotación*, no capítulo ‘El colonialismo interno’. Rodolfo Stavenhagen, com ‘Siete tesis equivocadas sobre América Latina’ (*Política Independiente*, nº 1, maio de 1965), acrescenta considerações interessantes à teoria dualista de J. Lambert, mostrando a necessidade de criticá-la do ponto de vista do colonialismo interno. Inspirado nesses autores, tive a oportunidade de tratar o problema em meu ‘A noção de ‘colonialismo interno’ na etnologia’ (...)” (Cardoso de Oliveira, 2006: 41, nota 5). Casanova, por sua vez, em artigo de 2006 no qual propôs uma redefinição do conceito, credita sua origem às ideias de Lenin – ainda que a expressão tenha sido originalmente empregada por Mills – e assim explicou sua elaboração: “Cuando la noción de colonialismo interno fue formulada de manera más sistemática en América Latina, su vinculación con la lucha de clases y el poder del Estado apareció originalmente velada. En *La democracia en México* sostuve la tesis de que en el interior de dicho país se daban relaciones sociales de tipo colonial. “Rechazando que el colonialismo sólo debe contemplarse a escala internacional”, afirmé que este también “se da en el interior de una misma nación, en la medida en que hay en ella una heterogeneidad étnica, en que se ligan determinadas etnias con los grupos y clases dominantes, y otras con los dominados” (González Casanova, 1965). Ya en un artículo de 1963 había analizado el concepto a nivel interno e internacional, que luego amplié en 1969 en ensayos sobre *Sociología de la explotación* (González Casanova, 1987). En esos trabajos se precisaron los vínculos entre clases, imperialismo, colonialismo y colonialismo interno. También se amplió el alcance de este último, y se lo relacionó con las diferencias regionales en la explotación de los trabajadores y con las transferencias de excedente de las regiones dominadas a las dominantes. El planteamiento correspondió a esfuerzos semejantes que fueron precedidos por C. Wright Mills (1963: 154), quien de hecho fue el primero en usar la expresión “colonialismo interno.”” (Casanova, 2006: 415).

Brasília (PA-70), converteria a paisagem dos castanhais da região, em um espaço curto de tempo, em grandes pastagens. Também em um espaço relativamente curto de tempo, a pecuarização integraria os pequenos produtores de arroz dessa frente de expansão aos médios e grandes produtores, primeiro, como fornecedores de pastos (de terra empastada, isto é, transformada em pasto) e, nas décadas seguintes, principalmente a partir dos 1990, quando a pequena produção também se converte à pecuária, em fornecedores de bezerros. Nos arredores das últimas estradas construídas, como a PA-150 (Moju-Redenção, a assim-chamada estrada-tronco do Pará, uma vez que conecta o nordeste ao sudeste do estado), pode observar a mudança no próprio padrão de formação das pastagens por parte dos pequenos produtores dessas frentes de expansão (Felix, 2021a [2008]). Quando a trajetória anterior previa uma produção de arroz após o primeiro desmate e, apenas depois da colheita, a formação da pastagem, a nova trajetória de pecuarização previa um empastamento direto da mata, sem passar pelo plantio do arroz.

Enfim, passados cinquenta anos de seu início, o processo de desenvolvimento da frente de expansão agrícola no sul e sudeste do Pará configurou unidades de produção profundamente integradas na atual cadeia produtiva da carne e de produtos lácteos em geral, em especial a partir de sua pecuarização. A pequena produção pecuária fornece leite de baixa qualidade e a baixo custo para laticínios que se instalaram na região, principalmente a partir de incentivos fiscais, políticas de financiamento de bancos públicos e diversos subsídios das prefeituras. Neste caso, além de financiamentos para a instalação dos principais grupos, todas as empresas foram beneficiadas, por exemplo, com a redução do ICMS sobre produtos industrializados de origem láctea de 12%

para 2% no final dos anos 1990 (Alves, 2007). Houve ainda a instalação de um número considerável de indústrias informais, conhecidas como queijarias, que também captam leite de pequenos produtores e que, muitas vezes, sequer atendem ao baixo nível sanitário da produção dos pequenos laticínios formais.

Ao menos até 2007, esses produtos lácteos abasteciam, em especial, centros consumidores em outras regiões do país, possivelmente atendendo a uma lógica de mercado semelhante à integração sistêmica que ocorrera com o arroz maranhense-paraense. No entanto, esses pequenos produtores também fornecem bezerros para médios e grandes proprietários, integrando-se, sobretudo através deles, à produção de carne realizada nos grandes frigoríficos que se instalaram na região visando a exportação.

Já nos últimos anos, no entanto, a vinculação ao mercado mundial é direta e praticamente completa. A atual distribuição de frigoríficos e laticínios cadastrados com produtos autorizados para exportação abrange toda a região, tal como se verifica na listagem disponível na página eletrônica do MAPA, incluindo até mesmo os produtos lácteos (MAPA, s/d). Nesta, há frigoríficos e laticínios cadastrados nos municípios de Marabá, Rio Maria, Eldorado dos Carajás, Santana do Araguaia, Redenção, Xinguara, Tucumã, Ourilândia do Norte, Água Azul do Norte, São Felix do Xingu, Itupiranga, Piçarra, Sapucaia, Cumaru do Norte, São Joao do Araguaia, Novo Repartimento, Santa Maria das Barreiras, Dom Eliseu, Açailândia, Altamira, Rondon do Pará, São Geraldo do Araguaia e Conceição do Araguaia. Dentre estes, se destacam os seis frigoríficos da empresa JBS S/A (Eldorado, Marabá, Redenção, Santana do Araguaia, Altamira e Tucumã) e a região da rodovia PA-279, que, por exemplo, só em Tucumã concentra tanto uma

unidade da empresa JBS quanto uma da empresa Marfrig – as duas maiores empresas exportadoras de carne bovina no país – além de duas unidades da empresa Frigol (Água Azul do Norte e São Felix do Xingu), de mais três estabelecimentos em Xingua e de outros dois em Ourilândia do Norte.

De maneira similar ao que ocorria com a produção de arroz realizada anteriormente pelos pequenos produtores, a rede de produção láctea cumpre um papel supletivo e complementar no mercado internacional, mas, nesse caso, sob condições diretas e completamente subordinadas. Tal como a produção da carne realizada nos frigoríficos, parte dessa produção dos laticínios também é voltada para o mercado externo - como é o caso desses que foram citados - e a parte que não alcança essa autorização compreende a esfera de circulação baixa de consumo dos trabalhadores. E, conforme descrito antes, desde que houve a conversão da pequena produção à pecuária, esses pequenos produtores vieram a ser fornecedores de bezerros para as grandes propriedades. Como os demais produtos são subsidiários desse, o rebanho, a rede de comercialização, o sistema extensivo de criação e todas as demais condições técnicas também se desenvolvem de forma a dificultar a reprodução econômica da pequena produção pecuária e a fomentar a diferenciação interna, que, em geral, liquida essas pequenas unidades, convertendo-as em unidades grandes ou médias.

A última fase dessa frente agropecuária, entretanto, se desenvolveu em um contexto de abertura de novas estradas, de fomento a grandes empreendimentos agropecuários e de financiamento, em especial, da pecuária por parte de bancos públicos, agências e programas de desenvolvimento. O chamado

tempo das estradas significou a exploração e uma transformação definitiva dos vales do Rio Tocantins, do Rio Araguaia e de seus vários afluentes, principalmente a partir das cidades e povoados estabelecidos durante as fases de construção e de abertura das rodovias. Remonta, nesse caso, à construção da Rodovia Belém-Brasília (BR-010, em 1956-58) e suas vicinais, em 1960, do denominado ramal de Marabá (PA-70, atual BR-222), da Transamazônica (BR-230, em 1972), e da BR-153 (antiga OP-02, aberta pelo regime militar para reprimir a Guerrilha do Araguaia, em 1970), assim como das mais modernas, PA-150 (BR-155) e PA-279 (que estenderia a expansão para o Rio Xingu), nos anos 1980, e da BR-158 (Redenção-Santana do Araguaia). Dessa maneira, o fomento dos grandes empreendimentos agropecuários advém de uma série de políticas e sucessivos programas de desenvolvimento levados a cabo por agentes estatais e grandes agentes financeiros, a partir da transformação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1966, do Banco de Crédito da Amazônia (BCA S/A) em Banco da Amazônia (BASA S/A), em 1966, e de uma agência do Banco do Brasil em Marabá, em 1964, entre outras medidas nos anos seguintes. Santos (2011: 65), por exemplo, cita que, em 1960, existiam 33 estabelecimentos com mais de 10 mil hectares. Em 1980, já seriam 199 estabelecimentos, responsáveis pela propriedade de 35,8% das terras ocupadas do estado do Pará.

Essa fase já se desenvolve em meio ao terceiro tempo anunciado por Velho (1972), caracterizado pelo advento dos grandes projetos da indústria da mineração e demais intervenções planejadas associadas, como as hidrelétricas e algumas indústrias químico-metalúrgicas. O Projeto Ferro Carajás, junto à Mineração Rio do

Norte (exploração de bauxita), inaugurada em 1978 em Porto Trombetas (Oriximiná/PA) demarcariam a implantação da mineração industrial sob a forma de grandes projetos a partir dos anos 1970, aumentando a escala de outros projetos isolados anteriores, como a citada Icomi na Serra do Navio/AP (manganês), em operação desde 1957, em uma associação com a gigante norte-americana Bethlehem Steel (Monteiro, 2005). Além das minas, os grandes projetos implicam a construção de infraestrutura logística e urbanística: portos, ferrovia, estradas, vilas residenciais, aeroportos, cidades, linhas de transmissão de energia etc.

O Programa Grande Carajás (PGC), em 1980, consolidaria o início de uma sucessão de grandes projetos, em especial, o complexo mina-ferrovia-porto (o Projeto Ferro Carajás, a Estrada de Ferro Carajás e o Porto de Ponta da Madeira, em São Luís/MA), a Usina Hidrelétrica de Tucuruí e a produção de alumina e alumínio em Barcarena, no estado do Pará (empresas Albras e Alunorte) e em São Luís, no estado do Maranhão (empresa Alumar)⁷.

Em certo sentido, esse denominado tempo dos grandes projetos se estende até os dias atuais, uma vez que a abertura de novas minas nos arredores de Carajás na última década com alguma especificidade, embora, também, com características fundamentalmente semelhantes (Felix, 2019a). Essa nova expansão, inclusive, é um desdobramento de projetos de exploração mineral previstos desde as primeiras pesquisas e títulos minerários adquiridos nos anos 1960 e 1970. Hebette (2004, vol. III) relata,

⁷ Sobre o PGC, ver, por exemplo, Almeida Jr. (1986), que reuniu artigos de ciências variadas em torno da ecologia da intervenção na época e, por outro lado, para um balanço mais recente (ainda quando a empresa Vale divulgava interesse na implantação de uma siderúrgica em Marabá), ver Carneiro (2013).

por exemplo, que em 1985 praticamente todo o território já havia sido explorado, titulado e loteado (pedidos e requisições de pesquisa, concessões de lavra).

Tomados enquanto uma forma de produção, em geral, os grandes projetos significam uma acumulação de capital centralizada em larga escala, vinculada a interesses políticos e econômicos nacionais e internacionais. No entanto, uma vez incidentes sobre economias dependentes, o que frequentemente é o caso, um de seus efeitos seria a reprodução da dependência. Ribeiro (1987: 4-5), analisando os efeitos dos grandes projetos, por exemplo, afirma que, apesar de não haver um conhecimento substancial a respeito de seus processos de execução e de sua relação com o desenvolvimento econômico, “[os projetos de grande escala, PGE] Costumam, portanto, reforçar disparidades econômicas preexistentes tanto no âmbito de uma determinada sociedade quanto em termos das relações entre distintas regiões econômicas”. E, em resumo, que: “A dinâmica típica dos PGE termina por replicar a dependência político-econômica, sobretudo quando estão em jogo relações com países pouco ou não industrializados”.

O contexto em que se desenvolve essa última fase das frentes de expansão agropecuárias e o tempo dos grandes projetos, no entanto, dados os novos agentes envolvidos e a escala dos eventos em jogo, compreende transformações mais amplas das relações de dependência na região. A citada associação entre a antiga Companhia Vale do Rio Doce e a United States Steel e, em seguida, o Banco Mundial (Programa Grande Carajás), bem como a formação das grandes inversões de capital dos grandes projetos associados seguintes, são realizados em um contexto de profunda

aliança do grande capital nacional e estrangeiro impulsionados pelo regime político pós-1964, que, como propôs Marini (1974), não se deve a um simples efeito da ação do imperialismo dos EUA, entendido enquanto um fator externo às sociedades latino-americanas, mas sim a desdobramentos de um desenvolvimento integrado, inclusive, de seus sistemas de produção. E os grandes projetos da indústria da mineração no estado do Pará são, nesse sentido, a ponta de lança de interesses necessariamente relacionados a uma rede global de produção, tendo, nesse caso, dupla vinculação intrínseca ao mercado mundial: o fato de se constituir na forma de grandes projetos e o fato de produzirem novas minas.

Na última década, em um contexto no qual a América Latina foi reconvertida em uma economia exportadora na nova divisão internacional do trabalho e houve expansão da megamineração realizada por empresas transnacionais em vários países (Cf., dentre outros, Svampa e Antonelli, 2010; Delgado Ramos, 2010, 2013; Seoane, 2013), antigos projetos de exploração da província mineral de Carajás foram retomados com a alta dos preços dos minérios no mercado mundial. Agora, porém, sob os marcos regulatórios de inspiração neoliberal definidos nos anos 1990⁸ e após a

⁸ Plano Nacional de Desenvolvimento (Lei 8031/90); CFEM (Decreto nº1/91); reformas constitucionais de 1995 (Emendas Const. Nº 6 e 9/95); Lei Kandir (Lei nº 87/96). Em outros países da América Latina, algumas legislações minerais foram redefinidas nos anos 2000, visando principalmente maior recolhimento fiscal. No Brasil, está em discussão no parlamento um novo marco legal para o setor e o projeto inicial do mesmo teria atendido principalmente aos interesses das grandes mineradoras (Malerba et al., 2012).

privatização da antiga empresa CVRD (1997), renomeada, desde 2007, para Vale somente⁹.

Além da megamineração a céu aberto, outros setores associados também se expandiram, como foi o caso da produção de ferro-gusa. Todavia, poucas guseiras resistiram à crise econômica mundial de 2008 e até mesmo um anunciado projeto de instalação de uma grande siderúrgica em Marabá foi provisoriamente abortado pela empresa Vale, cujos investimentos, no entanto, não se reduziram. Voltaram-se, exclusivamente, para a mineração: para a aquisição e para a abertura de novas minas em todo o mundo.

No que se refere à reconcentração estratégica da empresa Vale pós-crise, cabe ressaltar a venda das ações de empresas como a Alunorte e a Albras (mina de bauxita em Paragominas/PA, refinaria de alumina e fábrica de alumínio em Barcarena/PA), para a Hydro, transnacional com sede na Noruega, em 2011, e, um ano antes, da Pará Pigmentos S/A (produção de caulim) para o Grupo Imerys, que tem sede na França (Cf. Hydro, 2016; Imerys, s/d; Imerys, 2016). Tais reconfigurações acionárias no Brasil se inserem em estratégias de mercado global da Vale e dessas transnacionais que devem ser observadas pelo leitor, embora sua análise fuja ao escopo desse artigo. Também vale mencionar que em meio ao contexto pandêmico recente, o setor da mineração, sob a liderança

⁹ Houve, portanto, mais continuidade do que ruptura ao longo desse processo de integração econômica do denominado tempo dos grandes projetos. Isso se verifica, por exemplo, na agência econômica do Estado, ainda que, no neoliberalismo, não se predique ao agente estatal um papel de gestor direto do capital. Pesquisadores que investigaram a ação estatal na Amazônia Oriental desde 1964, como Santos (2009), acentuaram mais similitudes e complementariedades do que necessariamente rompimento entre os modelos adotados no período ditatorial e pós-ditatorial, em especial, no que se refere ao planejamento e promoção das ideologia econômicas desenvolvimentistas.

da empresa Vale, não interrompeu suas atividades produtivas, a despeito dos diversos casos de adoecimento dos trabalhadores e do entorno, como foi o caso da cidade de Parauapebas e de todo o seu sistema minerário situado nas regiões Norte e Sudeste do Brasil.

Já no setor guseiro atrelado ao pólo de Carajás, seis das onze empresas fecharam e mais de 3 mil trabalhadores foram demitidos (Milanez, 2012). Em entrevista com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas, de Material Eletrônico, Eletroeletrônico, Informática e Similares do Município de Marabá (Simetal Marabá), fui informado que praticamente todos os trabalhadores da única metalúrgica guseira de propriedade da empresa Vale na região também foram demitidos, restando cerca de apenas 20, que não foram demitidos porque teriam ainda alguma estabilidade laboral garantida devido a comprovado estado de adoecimento no trabalho (Felix, 2019a). Após a crise de 2008, a Vale demitiu 1,3 mil trabalhadores diretos no Brasil, principalmente nas unidades do estado de Minas Gerais, e deu férias coletivas a outros 5,5 mil (Milanez, 2012). Também teria demitido cerca de 12 mil terceirizados (Cf. Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale, 2010)¹⁰.

Sendo assim, enquanto grandes projetos, sucessivas construções envolveram grandes contingentes de trabalhadores, por curtos períodos. O auge da construção do Projeto Ferro Carajás utilizou cerca de 28 mil trabalhadores em 1982 (Roberts, 1995; Castro, 1994). Nas obras da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (1975-1984),

¹⁰ Para uma análise a respeito da constituição do setor guseiro antes da crise, ver, dentre outros, Carneiro (2008) e Monteiro (1998; 2006). Para uma análise a respeito das estratégias empresariais imediatas do setor guseiro na região de Açailândia/MA, ver Carneiro e Ramalho (2009).

teriam sido 30 mil trabalhadores, sendo que aproximadamente 60 mil pessoas se deslocaram para a cidade de Tucuruí em busca de trabalho. Na cidade de Barcarena, na construção das empresas Albras e da Alunorte, foram contabilizados cerca de 12 mil trabalhadores, em outubro de 1984, e a cidade recebeu cerca de 100 mil pessoas em poucos anos. No entanto, no ano seguinte, em 1985, com a primeira parte das obras concluídas, o número de trabalhadores na construção civil reduziu quase à metade (Fontes, 2003). A origem desses trabalhadores recrutados para as posições mais baixas do mercado de trabalho da construção dos grandes projetos era diversa, assim como seus destinos, terminados os trabalhos, foram descritos como difusos.

A reprodução do ciclo do capital: associações da pecuária e da mineração

Pelos dados e pesquisas realizadas sobre o contexto da última década, a expansão das atividades da construção de hidrelétricas e da indústria da mineração, por exemplo, também mobilizou contingentes populacionais significativos para algumas cidades, articulada a um discurso ideológico de promoção do denominado desenvolvimento local e/ou sustentável, enquanto medida de suposta superação de determinadas dinâmicas sociais presentes nas atividades antes economicamente predominantes.

Nesse sentido, presumidamente, haveria a superação de elementos considerados atrasados da forma como se expandiu e se consolidaram as grandes empresas pecuárias na região. Contudo, a inserção da moderna indústria da mineração, por exemplo, ao contrário de superar tais elementos, veio a associá-los.

Nossa análise demonstrou que, considerando salários, condições de trabalho e de exploração da força de trabalho, como duração da jornada de trabalho e intensidade do trabalho, é possível afirmar que o recrutamento dos trabalhadores para as obras de implantação dessa indústria, assim como sua expulsão e circulação em momento posterior, foi dado sob o regime de superexploração do trabalho que fundamenta o ciclo do capital nas formações dependentes (Felix, 2019b). Da mesma maneira, também é possível afirmar que a indústria da mineração, cumprindo um papel de “capital estrangeiro”, reproduziu um círculo vicioso desse ciclo dependente, uma vez que, analiticamente, as três fases correspondentes à reprodução do ciclo do capital compreendem aspectos fundamentais da reprodução da dependência.

A formação do capital dinheiro para a implantação dessa indústria teve como fonte uma associação entre o Estado, o capital privado interno e o capital estrangeiro, direta e indiretamente (na forma de empréstimos e financiamentos). Nesse processo, a dependência foi duplamente reforçada por conta desses fluxos, que foram remunerados posteriormente a juros e a transferências de mais-valia para o exterior, e por conta dos meios de produção necessários para a construção e a operação da unidade industrial, também parcialmente adquiridos no exterior, tanto no que se refere aos bens de capital propriamente ditos quanto do conhecimento técnico para a operação dos mesmos. A segunda fase analítica desse ciclo, que corresponde aos processos específicos de acumulação e produção, compreendeu a exploração da força de trabalho recrutada direta e indiretamente para a empresa monopólica, que, por sua vez, esteve baseada fundamentalmente em cadeias de empresas subsidiárias, terceirizações e subcontratações que remuneram essa

força de trabalho de maneira similar à das demais empresas já estabelecidas localmente. Os trabalhadores, à exceção de uma pequena parcela que tem acesso a um salário indireto em bens de reprodução fornecidos pela empresa transnacional, despendem seus salários com a aquisição de bens de subsistência no mercado local. Já a terceira fase desse ciclo, no que se refere à circulação e à remuneração do capital, é dependente das alterações de preço do mercado mundial das *commodities*, que, via de regra, tal como exemplificado acima, mantém as margens de lucro através da demissão de trabalhadores e/ou da maior extração de minério obtida por meio de mecanismos como o aumento da intensidade do trabalho e o prolongamento das jornadas de trabalho.

Em *Dialéctica de la dependencia*, Marini assinalou uma congruência específica entre as atividades extrativas características do modelo dependente agroexportador e a superexploração do trabalho nesses termos:

“(…) los tres mecanismos identificados —la intensificación del trabajo, la prolongación de la jornada de trabajo y la expropiación de parte del trabajo necesario al obrero para reponer su fuerza de trabajo— configuran un modo de producción fundado exclusivamente en la mayor explotación del trabajador, y no en el desarrollo de su capacidad productiva. Esto es congruente con el bajo nivel de desarrollo de las fuerzas productivas en la economía latinoamericana, pero también con los tipos de actividades que allí se realizan. En efecto, más que en la industria fabril, donde un aumento de trabajo implica por lo menos un mayor gasto de materias primas, en la industria extractiva y en la agricultura el efecto del aumento de trabajo sobre los elementos del capital constante son mucho menos sensibles, siendo posible, por la simple acción del hombre sobre la naturaleza, incrementar la

riqueza producida sin un capital adicional. Se entiende que en estas circunstancias, la actividad productiva se basa sobre todo en el uso extensivo e intensivo de la fuerza de trabajo: esto permite bajar la composición-valor del capital, lo que, aunado a la intensificación del grado de explotación del trabajo, hace que se eleven simultáneamente las cuotas de plusvalía y de ganancia” (Marini, 1973).

Dada a análise aqui realizada, cabe frisar, agora, a reprodução ampliada dessas características congruentes com a moderna industrialização dessas atividades extrativas. E, além disso, cabe também frisar outras consequências da modernização e da industrialização dessas atividades tal como se desenvolvem na Amazônia brasileira, como é o caso dos seus impactos ambientais e da produção ampliada de um exército de reserva característico das formações sociais dependentes. As grandes empresas agropecuárias e mineradoras se expandiram e se instalaram sobre territórios anteriormente ocupados por grupos indígenas e por pequenos produtores rurais, fazendo uso predatório de recursos naturais e ambientais. Por outro lado, a instalação dessas atividades industrializadas sob padrões modernos e o regime de superexploração pelo qual elas se caracterizam produziram um imenso exército de reserva que se mobiliza e/ou se estagna de acordo com o fluxo dos grandes projetos, particularmente, ao redor das maiores cidades, como Marabá, Parauapebas, Açailândia, Belém, São Luís etc. (Felix, 2019a).

Sendo assim, o regime de superexploração característico das empresas pecuárias, em geral, subordinadas aos frigoríficos voltados para a exportação de carne, em termos analíticos, por exemplo, não se diferenciou da indústria mineradora transnacional. Regionalmente, inclusive, ambos se associaram na medida em que

coadunam e definem a mesma esfera de consumo dos trabalhadores e na medida em que, ambas, em especial, divorciam os aparatos produtivos das necessidades de consumo das massas.

Amazonização do trabalho e capitalismo hoje: qual margem?

Neste sentido, epistemologias comprometidas com perspectivas de superação desses regimes e da condição de dependência por meio da introdução de maior produtividade capitalista do trabalho perderam poder explicativo para a análise do contexto amazônico brasileiro frente ao quadro das condições de vida e trabalho dos trabalhadores e da população atingida pelos grandes projetos em geral. Da mesma forma, as teorias que se pautavam pela tese de que o Estado seria ausente ou insuficiente nessas regiões demonstraram que estavam mais baseadas em uma expectativa idealizada pelo próprio pesquisador/a a respeito do que seria uma agência estatal adequada do que necessariamente na análise da agência estatal concreta ao longo do desenvolvimento das diversas frentes de expansão, em especial, para a implantação das empresas agropecuárias e da mineração transnacional.

Contudo, essas epistemologias também ficam cada vez mais esvaziadas diante do quadro de descenso das condições de vida e trabalho anteriormente oferecidas fora dos chamados rincões, considerando o sentido do processo de transformações do mundo do trabalho fora dessa região considerada periférica e, não raro, exótica diante de outros contextos. Atualmente, além da construção civil e da agropecuária, é também possível indicar essas características de um regime de superexploração do trabalho para

frações cada vez mais amplas de trabalhadores em decorrência da forma como as empresas vêm adotando gestões flexíveis da força de trabalho em praticamente todos os setores econômicos e processos produtivos, abrangendo também, por exemplo, os trabalhadores da mineração, dos transportes, da metalurgia e dos serviços em geral (Felix, 2018; 2019a; 2021b).

As transformações do mundo do trabalho, em especial, após a crise capitalista mundial dos anos 1970 e, mais recentemente, após a crise de 2008 instauraram processos importantes de mudança nas formações sociais centrais e dependentes. A observação de um processo de precarização do trabalho cada vez mais generalizado em todo o mundo confundiu e complexificou ambas, inaugurando um período de reanálise das teorias formuladas ao longo do século XX.

As mudanças no que outrora era associado a uma condição operária formalmente regulada, estável e fixa, que teria caracterizado fração considerável da classe trabalhadora situada nas economias centrais, vêm motivando novas propostas teóricas para os estudos do trabalho. A erosão de uma condição operária anteriormente associada ao pacto fordista europeu e norte-americano, por exemplo, motivou abordagens realizadas por pesquisadores europeus e estadunidenses a respeito de um “retorno da superexploração”, da crise da “sociedade salarial” ou, mais recentemente, da emergência de uma “nova classe social” que

estaria se mundializando (Harvey, 2008; Castel, 1998; Standing, 2011)¹¹.

Nos países dependentes, em que, quando observada, tal condição operária pretérita abarcava apenas uma fração estatisticamente minoritária do próprio conjunto do proletariado, o processo de transformações colocadas pelo advento da chamada acumulação flexível do capital também vem sendo analisado, mas sob outros matizes. Porém, devido a um enviesamento ideológico, fruto de uma determinada mitologia apologética burguesa da história do desenvolvimento do capitalismo, as formações sociais dependentes durante grande parte do século XX tiveram menor importância teórica, tendo suas especificidades pensadas quase sempre como resquícios de uma história universal em superação e/ou em extinção, no rumo do que já se teria superado nos países centrais e, portanto, do que mais cedo ou mais tarde iria se superar nas periferias também.

Atualmente, qualquer desconhecimento empírico e, por conseguinte, menosprezo teórico dessas formações sociais, ou seja, qualquer esquema teórico que não leve em conta a totalidade das transformações no mundo do trabalho tem reduzidíssimo alcance para a explicação das suas próprias paróquias. E, nesse sentido, o que anteriormente se apresentava com pouca importância empírica e teórica talvez hoje seja um ponto de referência com cada vez melhor perspectiva e maior poder explicativo para a observação dos processos sociais concretos mundiais que estão em curso.

¹¹ Em consonância com esses pesquisadores, alguns autores brasileiros também analisaram esse processo e, em especial, nos últimos anos consideraram estar em curso um processo mundial de emergência do chamado precariado, sob diferentes enfoques (Alves, 2014; Braga, 2017; Antunes, 2018).

Dessa forma, teleologias baseadas em estudos que privilegiam analiticamente o capitalismo avançado de maneira desconexa e/ou atemporânea das formações dependentes também ficam cada vez mais esvaziadas diante do quadro de descenso das condições de vida e trabalho nos próprios países centrais imperialistas. Atualmente, para aqueles que tomaram essa perspectiva, o sentido da modernidade, portanto, aparenta estar invertido, mais no que são consideradas as margens do que no centro do capitalismo.

Nesse sentido, dado um quadro de precarização das condições de trabalho dos trabalhadores nas últimas décadas, conforme atestaram, dentre outros, organismos como a Organização Internacional do Trabalho (ILO, 2015), alguns autores têm se voltado para teorias outrora pensadas no âmbito das ciências sociais latino-americanas, que, particularmente a partir dos anos 1960, juntos aos partidos e movimentos revolucionários, propuseram interpretações originais para a compreensão das formações sociais dos seus próprios países de forma crítica a epistemologias dogmáticas, eurocêtricas e/ou não-sistêmicas do capitalismo mundial, como foi o caso daqueles que se afiliaram ao debate da dependência e, em especial, do brasileiro Ruy Mauro Marini, cujas teorias aqui nos referimos como fundamento para uma reanálise do capitalismo na Amazônia. Portanto, não por acaso, as teses do que este autor denominou como teoria marxista da dependência têm sido objeto de interesse recente na literatura científica escrita em língua inglesa – tal como o atestam publicações recentes como Smith (2016), Sotelo (2016) e Kufakurinani *et al.* (2017) – e, por outro lado, o debate sobre o seu conceito de superexploração do trabalho veio novamente à tona na América Latina a partir da objeção ou revisão de alguns críticos e

de seus respectivos replicadores nos últimos anos (Carcanholo, 2013; Katz, 2017; Sotelo, 2017; Osorio, 2017).

A originalidade das suas premissas está na compreensão da especificidade das formações latino-americanas e da reprodução do ciclo do capital nas economias dependentes, tomando-as não como expressões atemporâneas do capitalismo forâneo, mas como coetâneas e sistêmicas em relação ao tempo histórico e ao modo de produção capitalista mundial. E, portanto, crítico das ideologias de viés desenvolvimentista que, por exemplo, na América Latina, importavam um modelo narrativo eurocêntrico da formação histórica dos países centrais ou avançados e que, hoje, demonstra-se equivocado tanto para a compreensão dos processos históricos da formação latino-americana, africana e asiática, quanto, inclusive, para a compreensão dos processos históricos dos próprios países centrais que se tomava por objeto generalizante.

A desconstrução científica dessas teses foi possível, justamente, quando Marini, por exemplo, em *Dialéctica de la dependencia* e em seus escritos do mesmo período, dimensionou teoricamente com propriedade a esfera da circulação e, historicamente, a onipresença do mercado mundial: “Es por lo que, más que un precapitalismo, lo que se tiene es un capitalismo *sui generis* que sólo cobra sentido si lo contemplamos en la perspectiva del sistema en su conjunto, tanto a nivel nacional como, y principalmente, a nivel internacional.” (Marini, 1973: 14).

Considerações finais

Neste artigo, em resumo, analisamos: 1) o processo histórico da expansão das frentes de expansão na Amazônia brasileira e,

particularmente, da dinâmica e dos agentes presentes após o advento da implantação da grande indústria da mineração no estado do Pará; 2) os elementos que denotam as continuidades e, também, aqueles que permitiram diferir o advento dessa indústria em face dos elementos já presentes nas frentes anteriores; 3) o enfraquecimento teórico das epistemologias de superação dos regimes de superexploração do trabalho que se pautavam pelo aumento da produtividade capitalista do trabalho e pelas teses que se pautavam pela suposta ausência de Estado em determinadas regiões consideradas economicamente e/ou culturalmente atrasadas do país; 4) a relação entre o processo mundial de precarização do trabalho e o processo de releituras das teorias formuladas ao longo do século XX, em especial, daquelas que apreenderam as formações sociais latino-americanas de modo internacionalmente sistêmico e coetâneo, como foi o caso da obra de Ruy Mauro Marini.

Portanto, é no sentido abordado acima que concluímos que asserções como retorno da superexploração (no sentido de que estaria extinta e/ou em extinção), fim da sociedade salarial ou, ainda, tal como se propôs mais recentemente, emergência de uma nova classe social, demonstram um viés eurocêntrico para aqueles que, a partir das formações dependentes ou periféricas, necessariamente, tiveram que apreender o sistema em seu conjunto para entender o que estruturalmente fundamentava o aparente atraso capitalista ou a composição social complexa ou aparentemente heterogênea do proletariado em seus países. E é nesse sentido também que, a partir das premissas aqui ressaltadas, o legado dos aportes da chamada teoria marxista da dependência, ao contrário do sentido que foi apontado pelos seus críticos nos

anos 1970, seja, justamente, não só historicamente interessante, mas, sobretudo, teoricamente relevante hoje¹².

Contudo, os debates que foram travados entre os autores da dependência nem sempre foram analisados a partir das suas principais dissensões e a perspectiva de Marini, em particular, foi distorcida como sendo caracterizada por algumas limitações insuperáveis no âmbito do próprio trabalho que desenvolveu ou até mesmo, de forma bastante curiosa, como sendo representante de uma perspectiva sociológica inerentemente impossível de ser desenvolvida a partir de suas próprias premissas. Após esse período de confronto eminentemente político, o conhecimento sobre quais seriam, de fato, as potencialidades e as limitações do trabalho que foi realizado diretamente por Marini também tem sido ampliado em novos estudos. O processo histórico de reprodução da dependência e de desenvolvimento histórico dos regimes de superexploração do trabalho decorrentes desse processo na Amazônia, tal como demonstrado nesse artigo, demonstraram, por um lado, a potência explicativa vigente desses aportes teóricos e, por outro, a possibilidade de revisita e de enriquecimento dos mesmos a partir de análises concretas, em particular, a partir de situações de pesquisas realizadas junto aos trabalhadores, como foi o caso dos resultados aqui relatados sobre a industrialização das atividades econômicas agropecuárias e extrativas.

¹² O debate clássico sobre a dependência pode ser conferido pelo leitor em diversas publicações que o analisaram com propriedade e sob diferentes perspectivas desde o início, como, por exemplo, dentre outros, Weffort, 1970; Cardoso, 1970; Cardoso e Serra, 1978; Marini, 1978; Cueva, 1974; 1979; Katz, 2020; Santos, 2000; Bambilra, 1978.

Referências bibliográficas:

ALMEIDA, Alfredo W. B. A ‘turma do Brasil Central’ e a ‘Antropologia da Amazônia’. En O. Velho, *Frentes de expansão e estrutura agrária*. Manaus: UEA, 2013.

ALMEIDA JR., José Gonçalves. *Desafio Político, Ecologia e Desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ALVES, Giovanni. (2014). *Trabalho e neodesenvolvimentismo*. Bauru: Canal 6, 2014.

ALVES, Livia. *Arranjo produtivo local do leite do sudeste do Pará*. En: *Plano de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia legal: PDSA 2005-2008*. Belém: Agência de Desenvolvimento da Amazônia, 2017.

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão*. São Paulo: Bolotempo, 2018.

ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL DOS ATINGIDOS PELA VALE. *Dossiê dos impactos e violações da Vale no mundo*. I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale. Rio de Janeiro: Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale, 2010.

BAMBIRRA, Vania. *Teoría de la dependencia: una anticrítica*. Mexico: Era, 1978.

BRAGA, Ruy. *A rebeldia do precariado*. São Paulo: Bolortempo, 2017.

CARCANHOLO, Marcelo. (Im)precisiones acerca de la categoría superexplotación de la fuerza de trabajo. *Razón y Revolución*, No. 25, pp. 91-124, 2013.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. A noção de ‘colonialismo interno’ na etnologia [1966]. En Cardoso de Oliveira, *A sociologia do Brasil indígena*. Rio de Janeiro/Brasília: Tempo Brasileiro/Editora da UnB, 1978.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O movimento dos conceitos na antropologia [1993]. En Cardoso de Oliveira, *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: UNESP, 2006.

CARDOSO, F.H.; Serra, José. “Las desventuras de la dialéctica de la dependencia”. Revista Mexicana de Sociología, ano 40, n. extraordinário, 1978.

CARDOSO, F.H. “Teoría de la dependencia: análisis concreto de situaciones de dependencia” [1970]. Política y Sociedad, 17: 107-116, 1995.

CARNEIRO, Marcelo. Mineração, siderurgia e desenvolvimento na Amazônia Oriental: um balanço da experiência do programa grande Carajás. En: Carneiro, Terra, trabalho e poder. São Paulo: Analblume, 2013.

CARNEIRO, Marcelo. Crítica social e responsabilização empresarial. Cadernos CRH, Vol.21 (53), pp. 319-331, 2008.

CARNEIRO, M.; Ramalho, J. R. A crise econômica mundial e seu impacto sobre o setor siderúrgico maranhense. En Carneiro e Costa (orgs.), A terceira margem do rio. São Luis: EdUFMA, 2009.

CASANOVA, Pablo González. Colonialismo interno (una redefinición). En: Boron, Amadeo y González, La teoría marxista hoy. Problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

CASANOVA, Pablo González. El colonialismo interno [1969]. En Casanova, De la sociología del poder a la sociología de la explotación: pensar América Latina en el siglo XXI. Bogotá: Siglo del Hombre Editores y Clacso, 2009.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTRO, Edna. Industrialização, transformações sociais e mercado de trabalho. Papers do NAEA, 23, 1994.

CENTRO LATINOAMERICANO DE INVESTIGACIONES EN CIENCIAS SOCIALES. Diez años de actividades. Revista Mexicana de Sociología, Vol. 31 (2), pp. 457-483, 1969.

CHALOULT, Yves. Estado, acumulação e colonialismo interno. Petrópolis: Vozes, 1978.

CHILCOTE, Ronald. “Trotsky and Latin American Development Theory”. In: Veltmeyer, H. (Ed.). Imperialism, crisis and class struggle. Leiden: Brill, 2010.

- CUEVA, A. “Problema y perspectivas de la teoría de la dependencia” [1974]. in *Entre la ira y la esperanza y otros ensayos de crítica latinoamericana*. Bogotá: Siglo del Hombre/Clacso, 2008.
- CUEVA, A. “¿Vigencia de la ‘anticrítica’ o necesidad de autocrítica?”. in *Teoría social y procesos políticos en América Latina*. México: Edicol., 1979.
- DELGADO RAMOS, Gian Carlo. (ed). *Ecología política de la minería en América Latina*. Mexico: CIICH/UNAM, 2010.
- DELGADO RAMOS, Gian Carlo. (ed). *Ecología política del extractivismo en América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2013.
- Entrevista com R. Stavenhagen. *Soc. e Cult.*, Vol. 13(1), pp. 137-142, 2010.
- FELIX, Gil. *O caminho do mundo: mobilidade espacial e condição camponesa em uma região da Amazônia Oriental*. 2a Edição. Niterói: Editora da UFF, 2021a.
- FELIX, Gil. *Circulación y superexplotación del trabajo*. *Sociología del trabajo*, 92, pp. 87-105, 2018.
- FELIX, Gil. *Mobilidade e superexploração do trabalho: o enigma da circulação*. Rio de Janeiro: FAPESP/Lamparina, 2019a.
- FELIX, Gil. *Sobre o conceito de exército industrial de reserva em Ruy Mauro Marini*. En Felix, *Mobilidade e superexploração do trabalho: o enigma da circulação*. Rio de Janeiro: FAPESP/Lamparina, 2019b.
- FELIX, Gil. *Super-circulation: towards a political economy of platformisation*. *Critical Sociology*, Vol. 46 (7-8):, pp. 1221-1232, 2020.
- FELIX, Gil. *O Capital selvagem: mobilidade e superexploração do trabalho*. *Revista Latinoamericana de Antropología del Trabajo*, 10, enero/abril, 2021b.
- FELIX, Gil; Sotelo Valencia, Adrián. *A superexploração do trabalho: uma perspectiva da precariedade e da condição proletária a partir da teoria da dependência*. *Astrolabio Nueva Época*, 23, pp. 1-26, 2019.
- FELIX, Gil; Guanais, Juliana. *Superexplotación del trabajo en el siglo XXI*. Bremen: El Tiple, 2019.

FONTES, Edilza. O peão de trecho e o peão de casa: identidade operária entre os trabalhadores da construção civil de Barcarena no canteiro de obras da Albras/Alunorte. Novos Cadernos NAEA, Vol. 6(1), pp. 65-82, 2003.

HARVEY, David. Condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 2008.

HEBETTE, Jean. Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. (4 vols.). Belém: EdUFPA, 2004.

HYDRO S/A. Hydro no Brasil. Disponível em: <http://www.hydro.com/pt/A-Hydro-no-Brasil/Sobre-a-Hydro/A-Hydro-no-Brasil/>. 2016.

International Labour Organisation. World Employment and Social Outlook 2015: The Changing Nature of Jobs. Geneva: International Labour Office, 2015.

IMERYYS S/A. Imerys no Pará. Disponível em: <http://www.imerys.com.br/content/5/imerys-carbonatos>, s.d.

IMERYYS S/A. Presentation du groupe. Disponível em: <http://www.imerys.com/scopi/group/imeryscom/imeryscom.nsf>. 2016.

KATZ, Claudio. Aciertos y problemas de la superexplotación. Disponível em: <http://katz.lahaine.org/b2-img/ACIERTOSYPROBLEMASDELASUPEREXPLORACION.pdf>. (Acessado em 12 janeiro 2021). 2017.

KATZ, Claudio. A teoria da dependência 50 anos depois. São Paulo: Outras Expressões, 2020.

KAY, Cristobal. “Teorías latinoamericanas del desarrollo”. Nueva Sociedad, 113, may-jun, 1991.

KUFAKURINANI, Ushewedu et al. (eds). Dialogues on development (vol. 1: dependency). New York: Institute for New Economic Thinking, 2017.

LOPES, Tiago; GUIMARAES Jr., Mário. “O Desenvolvimento Desigual e Combinado: paralelos entre as obras “História da Revolução Russa” de Trotsky e “Dialética da Dependência” de Ruy Mauro Marini”. Rebela, 6 (2): 396-410, 2016.

MALERBA, Julianna et al. (org). Novo Marco legal da mineração no Brasil: para quê? Para quem? Rio de Janeiro: FASE, 2012.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Listas de Estabelecimentos Nacionais Habilitados à Exportação por País. Disponível em: http://sigsif.agricultura.gov.br/sigsif_cons/ap_exportador_nac_pais_rep_net.s/d.

MARINI, Ruy Mauro. “Reforma y revolución: una crítica a Lelio Basso”. Sociedad y Desarrollo, n. 2, Santiago, abril-junio, 1972.

MARINI, Ruy Mauro. Subdesarrollo y revolución. Mexico: Siglo XXI Editores, 1974.

MARINI, R. M. Dialéctica de la dependencia. Mexico: Era, 1973.

MARINI, R. M. En torno a Dialéctica de la dependencia (postscriptum). En Marini, Dialéctica de la dependencia. Mexico: Era, 1973a.

MARINI, Ruy Mauro. “La pequeña burguesía y el problema del poder”. In: El reformismo y la contrarrevolución. Estudios sobre Chile. Mexico: Ediciones Era, 1976.

MARINI, Ruy Mauro. “Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F.H. Cardoso y J. Serra)”, Revista Mexicana de Sociología, ano 40, n. extraordinário, 1978.

MARINI, R. M. El ciclo del capital en la economía dependiente. En: Oswald (coord), Mercado y dependencia. Mexico: Nueva Imagen, 1979.

MARINI, R. M. Proceso y tendencias de la globalización capitalista. En Marini y Millán (orgs), La teoría social latinoamericana, t. IV: Cuestiones contemporáneas. México: UNAM/FCPyS/CELA, 1996.

MILANEZ, Bruno. O novo marco legal da mineração: contexto, mitos e riscos. En Mallerba (org), Novo marco legal da mineração: para quê? Para quem?. Rio de Janeiro: FASE, 2012.

MONTEIRO, Maurílio. Siderurgia e carvoejamento na Amazônia. Belém: NAEA/UFPA, 1998.

MONTEIRO, Maurílio. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. Estudos Avançados, Vol. 19 (53), pp. 187-207, 2005.

- MONTEIRO, Maurílio. Em busca de carvão vegetal barato: o deslocamento de siderúrgicas para a Amazônia. *Novos Cadernos do NAEA*. Vol. 9 (2), pp. 55-97, 2006.
- OLIVEIRA FILHO, João P. O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica do século XIX. En Silveira (org.), *Encontros com a civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- OSORIO, Jaime. Teoría marxista de la dependencia sin superexplotación. Una propuesta de desarme teórico para avanzar. Disponível em: <http://marxismoyrevolucion.org/wp-content/uploads/2017/09/Teor%C3%ADa-marxista-de-la-dependencia-sin-superexplotaci3n.pdf>. (Acessado em 12 janeiro 2021). 2017.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2011.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. 'Cuanto más grande mejor?' Proyectos de Gran Escala: una forma de producción vinculada a la expansión de sistemas económicos. *Desarrollo Económico*, 105, pp. 3-27, 1987.
- ROBERTS, J. T. Subcontracting and the omitted social dimensions of large development projects: household survival at the Carajás mines in the Brazilian Amazon. *Economic Development and Cultural Change*, 43, pp. 735-758, 1995.
- SANTOS, Rodrigo. Estado Nacional e desenvolvimento econômico na Amazônia Oriental: modelos de ação estatal e representações da modernização induzida nos últimos 40 anos. En Ramalho y Ferretti (orgs.), *Amazônia: desenvolvimento, meio ambiente e diversidade sociocultural*. São Luis: EdUFMA, 2009.
- SANTOS, Theotonio dos. *A teoria da dependência: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- SANTOS, Valdeci. *A economia do sudeste paraense: fronteira de expansão na periferia brasileira*. Tese em Desenvolvimento Econômico, UNICAMP, 2011.
- SEOANE, José et al. *Extractivismo, despojo y crisis climática*. Buenos Aires: Herramienta, 2013.

- SMITH, John. *Imperialism in the Twenty-First Century: Globalization, Super-Exploitation and Capitalism's Final Crisis*. New York, NY: Monthly Review Press, 2016.
- SOTELO VALENCIA, Adrián. *The future of work: super-exploitation and social precariousness in the 21st Century*. Leiden: Brill, 2016.
- SOTELO VALENCIA, Adrián. *Crítica a la crítica de Katz a Marini: ¿una teoría de la dependencia sin superexplotación? Mejor una teoría de la dependencia con superexplotación revisitada y actualizada*. Disponível em: <http://rebellion.org/docs/235669.pdf>. (Acessado em 12 janeiro 2021). 2017.
- STANDING, Guy. *The precariat*, London: Bloomsbury, 2011.
- STAVENHAGEN, Rodolfo. *Clases, colonialismo y aculturación*. América Latina: Revista del Centro Latinoamericano de Investigaciones en Ciencias Sociales, Vol. VI (4), 1963.
- STAVENHAGEN, Rodolfo. *Siete Tesis Equivocadas Sobre América Latina [1965]*. En Stavenhagen, *Sociología y Subdesarrollo*. México: Nuestro Tiempo, 1981.
- STAVENHAGEN, Rodolfo. *Seven erroneous theses 50 years later*. *Latin American Perspectives*, vol.45 (2), 219, 2018.
- SVAMPA, M.; Antonelli, M. *Minería transnacional, narrativas del desarrollo y resistencias sociales*. Buenos Aires: Biblos, 2010.
- VELHO, Otávio. *Capitalismo autoritário e campesinato*. Rio de Janeiro: Difel, 1976.
- VELHO, Otavio. *Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- VELHO, Otavio. *Análise preliminar de uma frente de expansão da sociedade brasileira [1967]*. En Velho, *Sociedade e agricultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- VELHO, Otavio. *Campesinatos e política*. *Anuário Antropológico*, 77, 1978.
- VELHO, Otávio. *O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro [1969]*. En Velho, *Sociedade e agricultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

VELHO, Otavio. Revisitando as frentes de expansão. En Velho, Revisitando as frentes de expansão. Rio de Janeiro/São Luís: Ford Foundation/Casa 8, 2016.

WEFFORT, F. “Notas sobre la teoría de la dependencia. ¿Teoría de clase o ideología nacional?” [1970]. Política y Sociedad, 17: 97-105, 1995.

IMPERIALISM AND AUSTERITY IN THE CARIBBEAN

Robert Cuffy¹

Over one hundred one years have passed since the inception of the October Revolution in 1917. It was a revolution decried by many critics who believed that Russia, as a newly founded bourgeois republic emerging from feudalism, was not yet strong enough and needed time to advance along the road of capitalist development. One of the earliest Marxist thinkers to challenge this conception was Leon Trotsky through his theory of permanent revolution.

Trotsky studied the combined and uneven development of the Russian state, society and economy to show the ways in which a dogmatic and stagist application of Marxism would be insufficient for understanding the motor forces of society. Trotsky's theory shows us that what is critical to Marxism is a methodology that is based not in Marx as a prophet but Marxism as a science to understand the motor forces of society and the direction in which they are traveling.

¹ Robert Cuffy is a co-founder of the Socialist Workers Alliance of Guyana and is also part of the Afrosocialist Caucus of the Democratic Socialists of America. He lives and works in Brooklyn, NY (USA).

Using these broad brush strokes and using the example of the Caribbean as a canvas, we can paint a picture of the possibility of revolution in these seemingly disparate nation states. Moreover, those tasks left unfilled by the bourgeois epoch of capitalism such as the elimination of women's, LGBTQ, national and racial oppression can only be realized through the struggle to overthrow capitalism and build a workers state.

In the case of the Caribbean states, which functioned as the former agricultural colonies of various European powers, and now exist in "America's backyard," the economic and social underdevelopment during the colonial period has led to a situation where the major source of revenue is either agriculture, tourism or an extractive industry. Without access to capital to build infrastructure or industry the Caribbean bourgeoisie is akin to a possessing class which possesses very little to paraphrase Guyanese revolutionary Walter Rodney.

As such the Caribbean bourgeoisies are unable to fully carry through the promises of national liberation made during the period anti-colonial revolt in the 20th century. The granting of political independence to these island nations by their former colonial masters has not changed the fact that the Caribbean states cannot stand on their own economically in the capitalist world.

One result of this economic dependence has been the extraordinary intervention of the state into the economy during the post-colonial period. While much of this intervention was carried out under the banner of socialist nation building (with the support of the USSR & Cuba) in places like Guyana under Forbes Burnham and the People's National Congress (PNC) and Jamaica under

Michael Manley's People's National Party, the true aims of state intervention came from the weakness of the bourgeoisie.

Far from carrying out a Bolshevik program of expropriation without compensation, governments like Burnham's carried out nationalizations by paying generous sums to the imperialist companies such as Bookers which ran Guyana's sugar industry. As Rodney's Working People's Alliance (WPA) pointed out:

Instead of confronting the companies to demand compensation for the exploitation of Guyanese people and resources the government has negotiated to buy back what was ours. The result is that the people's assets are instantly converted into national debts (*PNC in Crisis*, 1977).

In addition to highlighting the way in which the neo-colonial bourgeoisie leaves the masses indebted to the imperialist ruling classes, the WPA also importantly pointed out the way in which state ownership of the means of production enabled the new rulers to fill the void of the old:

... while nationalisation was an objectively progressive step for the country, its roots in heavy compensation for the foreign owners and unchanged trade, marketing and technology arrangements with the capitalist world, provided the first indicators that state control of the economy was aimed at creating an economic base for an essentially non-owning petty bourgeois ruling class, and on that base, the potential for the consolidation and expansion of its political power (*Towards a Revolutionary Socialist Guyana*, pgs 5-6).

Commenting on the Mexican economy just before the start of World War II, Trotsky made a similar observation:

in a semicolonial country, state capitalism finds itself under the heavy pressure of private foreign capital and of its governments, and cannot maintain itself without the active support of the workers. That is why it tries, without letting the real power escape from its hands, to place on the workers' organizations a considerable part of the responsibility for the march of production in the nationalized branches of industry.

It is through this lens that we can understand that the regime which ushered in the era of "Cooperative Socialism" in Guyana and which later made a turn to open capitalism while retaining essentially the same personnel first under president Burnham and later Desmond Hoyte after Burnham's death in 1985. The key to all of this has been the enmeshing of the country into the imperialist debt trap.

Origins of imperialist debt

The economies of the Caribbean states generate so little revenue that many of these states end up spending a large portion of their GDP servicing their debt payments to the World Bank, International Monetary Fund and various foreign entities and governments. This leaves precious little for infrastructural development, which is ironic because the reason usually given for most of these loans is to build infrastructure such as roads and bridges to make the states attractive for foreign investment. In this way the underdevelopment of the economy during colonial times

comes full circle as the Caribbean states remain dependent on loans to build up their economies but are unable to actually repay the interest or principles on these loans.

The WPA explains that it is the very nature and design of the imperialized capitalist economy in the Caribbean which drives this process,

Selling primary products on the capitalist world markets is the worst thing a country can depend on. These prices fluctuate or move up and down all the time. Capitalist merchants speculate on them. Moreover, every time there is a boom or recession in capitalist countries the prices of these products are hit the hardest. The result is that the incomes earned by Guyana on these products also fluctuate. It is in this sense that the economy is still what it was in colonial times. It is tied up fully or integrated into the capitalist economy(*PNC in Crisis*, 1977).

In the case of Guyana, the main driver of the economy has historically been sugar, however, as Guyana's sugar cane industry has failed to keep up with technological advances in the farming of sugarcane and the production of sugar, it has been unable to remain competitive with sugar from places like Mauritius and Australia where the mechanization of the sugar industry has helped to make the process less labor intensive. Interestingly, the British design of Guyana during the colonial period as a monocrop economy based around sugar not only had striking effects upon the social and political nature of development but it made Guyanese sugar world renowned. "Demerara Brown Sugar," is a type of sugar which originated in county of Demerara which was initially colonized by the Dutch. Today the underdevelopment of Guyana during the colonial times as well as the aforementioned inability of Guyana to

keep up with mechanization of the sugar industry has led to the fact that “Demerara Brown Sugar” is primarily produced outside of Guyana.

The WPA importantly speaks to the role of fluctuating commodity prices and the deleterious effects when an economy is based on selling primary products on the market. Guyana’s situation is further complicated because through its colonial and post-colonial history it has only been able to maintain its sugar industry because at various times England and other European countries have given Guyana and other Caribbean countries preferential prices for its sugar. Rodney’s contemporary, Clive Y. Thomas in his *Plantations, Peasants and State* (1984) illustrated how subsidies for the sugar history date all the way back to British colonial times. As the world economy enters into a crisis of profits and these preferential prices are eliminated it has led to Guyana’s sugar industry operating in the red and needing to be heavily subsidized by the government. With sugar as the main earner of the Guyanese economy, Thomas argues, “...variations in the price of sugar significantly affect the levels of employment, earnings, output, investment, public revenue, and expenditure.”

The skeldon factory white elephant

As subsidies in the form of preferential prices have fallen overtime, Guyana’s government has had to invest more and more in the preservation of the sugar economy. In other Caribbean countries such as Jamaica, the government has long since disinvested from the sugar industry by dismantling its national sugar company and devolving from a state owned structure into a system of private or

semi-private farming and production. By the 1970s, as a result of competition with Cuban sugar, European beet sugar and the removal of protective duties, Jamaican sugar entered into a crisis so deep that exports were almost halted. The industry was then rescued by two multinational conglomerates, The United Fruit Company and Lyle and Tate, the latter of which currently manages the remaining sugar mills. Currently, the Jamaican government, through its nationalized Sugar Company of Jamaica, provides transportation² subsidies to farmers to move their sugar cane to the two remaining sugar production facilities in Jamaica which produce only raw sugar and lack the technological capacity to refine.

For a combination of reasons which are explored in detail below, Guyana has held on to its sugar industry in a nationalized form for much longer and as a result has had to pour in a significant amount of subsidies to keep the industry alive, with sugar subsidies³ accounting for 1-2% of the GDP from 2015-2020. To fuel these subsidies and to keep the lights on in other areas, Guyana's government has entered into extraordinary debt agreements. In the case of sugar, nothing demonstrates the dynamics of this better than the story of the Skeldon factory.

To fully comprehend this tale it is important to understand that as a consequence of Guyana's colonial history the British imported hundreds of thousands of indentured laborers from India to replace Africans on the plantations after emancipation. This has led to a racial as well as an urban/rural schism in Guyanese society. Consequently the vast majority of sugar workers, but certainly not

² https://apps.fas.usda.gov/newgainapi/api/Report/DownloadReportByFileName?fileName=Sugar%20Annual_Kingston_Jamaica_JM2022-0003.pdf

³ <https://www.elibrary.imf.org/view/journals/002/2022/317/article-A003-en.xml>

all, are of Indo-Guyanese descent. In this politically and racially fractured world, the People's Progressive Party (PPP) commands the support of these sugar workers based on their historical role in supporting the unionization of the sugar workers during the anti-colonial revolt in the mid-20th century.

The PPP led Guyana for 22 years from 1992-2015 and in August of 2009, a plan conceived of by the government 11 years earlier came to fruition when the government commissioned the state of the art Skeldon Sugar factory⁴. The creation of the Skeldon factory was explicitly put forward as a bulwark against the aforementioned fluctuation in commodity prices. Facing a looming 36% cut in the price the European Union would pay for sugar from Guyana and other African-Caribbean-Pacific Union countries, Guyana's government acknowledged that,

The price cut threatens the viability of the sugar industry in several of these countries, including Guyana, and has resulted in some countries deciding to stop producing sugar altogether. However, recognizing that sugar is Guyana's most significant foreign exchange earner (\$35B) and one of the largest employers in the country (20,000 workers), Government has stepped up, investing heavily in the sugar sector to reduce production costs and increase value-added production. The Skeldon factory is an integral part of this plan (*Guyana Chronicle*, August 23rd, 2009).

Another integral part of the plan was the financing of the Skeldon project with loans to the Guyana Sugar Corporation (GuySuCo). The factory cost a grand total of US \$185 million of

⁴ <https://guyanachronicle.com/2009/08/23/sugar-industrys-us185m-flagship-commissioned>

which US \$30 million came from loans from the Export Import Bank of China⁵ and the Caribbean Development Bank. As early as 2014, however, it became clear that far from being a model on which the sugar industry could pivot towards profitability, the Skeldon factory itself became a symbol of underperformance⁶ with outputs and forecasted yields of sugar being the lowest amongst the surviving estates. As improbable as these scheme seemed, as the People's Progressive Party government argued, they were pushed towards these subsidies in part by the 20,000 workers in the industry, most of whom kept them in office for 17 years uninterrupted.

Yet, as a result of the failure to make a return on the investment into the Skeldon factory the country was plunged further into debt. As of 2017⁷, “the total amount that the government is paying (principal and interest) is US\$3.8 million per year. The outstanding amount to be paid is US \$43,758,818.”

While the Skeldon example is particular to Guyana, it is indicative of the general process by which Caribbean states are further enmeshed in debt through attempts to improve their economic status. Guyana is expected to repay the debts incurred at Skeldon to the Export Import Bank of China and the Caribbean Development Bank by 2025 and 2023 respectively and this represents a huge drain on the national coffers since Guyana's 2017 GDP was only \$4.748 billion.

⁵ <https://china.aiddata.org/projects/55943/>

⁶ <https://www.stabroeknews.com/2014/features/04/20/sugar-factory-underperformance-skeldon-calamity/>

⁷ <https://www.kaieteurnewsonline.com/2017/05/21/guyana-burdened-with-billion-dollar-skeldon-debt-until-2033/>

Implementing austerity to repay the debt

The debt repayment regarding Skeldon, however, represents just a fraction of what Guyana owes. The International Monetary Fund (IMF) in their may 2018 report on Guyana, for example, considers it significant that there was “a decline in total public-sector debt from 61.2 percent of GDP in 2007 to 50.7 percent of GDP in 2017.” It is of significance that this period represents the time that both the former ruling PPP was in power as well as two years of the coalition government run by A Partnership for National Unity (APNU) and the Alliance for Change (AFC). While the PPP and APNU/AFC spar over who has mismanaged the economy worse they are united in implementing austerity programs as the solution.

Given Guyana’s history under the PNC where many utilities and parts of the economy were nationalized, austerity has taken the form of denationalizations and the turning over of public enterprise to the private sector. This process started under the People’s National Congress but was accelerated by the People’s Progressive Party when it came to power in 1992 in coalition with the Civic Party which represents the country’s business interests. As previously mentioned, the PPP’s supporters includes many sugar workers, and as a result during their 23 year reign they dutifully subsidized some parts of the sugar industry to retain the support of their base, however, they also participated in the shutdown of some estates which led to the loss of jobs.

Under the one term rule of the coalition government from 2015-2020, while the Guyana Agricultural Workers Union (GAWU) and their allies in the PPP rightfully protested the coalition government's aggressive scale back of the sugar industry by closing many estates, it seemed they had forgotten that the closure of the sugar estates was a practice continued from the era of the PPP. In 2010, the PPP shuttered the Diamond sugar estate as well as the La Bonne Intention (LBI) estate which led to the layoff of hundreds of workers who would subsequently have to protest against the government for severance pay⁸. This is not mere hypocrisy on the part of the PPP but the logical actions the government was forced to take towards servicing their debt. By reducing the government's expenditures in sugar, the ruling party can appeal to international financial organizations for loans while demonstrating the requisite fiscal responsibility.

Because the coalition government did not consider the sugar workers to be their base of support, they have been able to be more aggressive in their closure of the estates and layoffs of the workers. Starting with the shuttering of the Wales sugar estate in 2016, the government has swiftly moved to close two more estates leaving only four in operation today⁹. While this partly speaks to the lack of viability of the antiquated sugar industry, partially demonstrated by the fact that the number estates has steadily contracted over the last centuries and decades, spanning the colonial and post-colonial period, the the refusal of both of the major parties to continue to fully subsidize the estates shows that they are in the thralls of

⁸ <https://www.kaieteurnewsonline.com/2010/03/31/diamond-estate-workers-protest-for-severance-pay/>

⁹ <https://guysuco.gy/our-estates/>

international financiers who demand layoffs and estate closures in exchange for loans.

The case of the bauxite workers

One clear way to demonstrate that austerity is the natural result of the debt crisis to examine the case of the country's bauxite workers. While always playing a subservient role to sugar, the bauxite industry has been an important part of Guyana's economy by supplying the raw material needed for the production of aluminum. However, because this commodity also falls into the category of a primary product on the world market, from the beginning of nationalization¹⁰, Guyana has had trouble keeping up with international competitors due to fluctuations in prices, lack of access to preferred markets and being outpaced in technological advances in the extraction process.

Guyana's nationalization of the bauxite industry in 1971 mirrors exactly the process described by the WPA whereby the government compensated the foreign company which exploited the Guyanese workers and thereby turned what should be an asset into a debt. The creation of Guyana Bauxite (GuyBau), for example was accompanied by a payment of US \$53 million to the former operator Alcan (Aluminium Company of Canada) as compensation¹¹.

¹⁰ <https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP79R00967A000300030001-5.pdf>

¹¹ <https://www.kaieteurnewsonline.com/2016/10/15/guyana-bauxite-100-years-of-operation/>

The bauxite industry, much like the sugar industry, continues to shrink as Guyana's output of bauxite and the closure of smelting plants, which were meant to create value-added products, have accelerated. Interestingly and ironically, in both the case of the sugar and bauxite industries, the response of the Guyanese government has been to import foreign managers to run the nationalized industry. Thus, not only has the Guyanese government paid tens of millions in compensation of dollars to foreign multinational corporations which owned the means of production built upon the labor of the working people, these corporations then turn around and earn management fees for the direction of these industries after they have been taken over by the state.

In the case of the sugar industry, the Booker conglomerate owned the most sugar estates at the time of nationalization and was later retained to manage the industry after it came under the auspices of the government led by Burnham's PNC. Similarly in the bauxite industry, the PNC government turned to Minproc, an Australian engineering and consulting company, to try to remedy the problems in the industry.

In 1992, a tumultuous period of social revolt, which included joint protests by the bauxite and sugar workers, led to the fall of the PNC and the election of the PPP government, led by Cheddi Jagan. Because the PPP electoral victory was partially in response to the masses' dissatisfaction with the PNC's implementation of austerity measures as they deepened their ties with the international debt system, Jagan and the PPP were not able to privatize bauxite as the quickly as the PNC was planning. As an alternative, they turned to foreign managers as a solution for the ailing industry.

Eventually, the PPP privatized the bauxite industry in 2004 and much like the coalition government's moves to shut down sugar estates, scale back and privatized the sugar industry, this process was presaged by mass layoffs. As the World Bank reported in 2003¹²,

Efforts to restructure the distressed bauxite mines continued in 2002. Towards this end, Government has laid off a net of 1060 workers and has agreed to provide severance payments in a lump sum for any displaced workers.

Soon after these mass layoffs, in 2004, the government established the current iteration of the Guyana Bauxite Company of Guyana Inc (BCGI) with Russian based multinational corporation, Rusal, receiving a 90% ownership stake and the Guyana receiving 10%. Since then the industry has contracted significantly and currently is at a standstill. In the intervening period, more bauxite workers have been laid off leading to a series of industrial actions as the workers fought against the layoffs while asking for government intervention and timely severance. In a very revealing instance¹³, in January of 2020, Bauxite workers at Maple Town, Aroaima, mine showed up to work on day to find out, via a noticed placed on the gates, that they had been fired due to a lack of fuel. Despite, its ownership stake in the BCGI, the government's Social Protection Ministry (which included labor) was unaware of the layoffs. In fact, at the time, the government, the union and BCGI were in the midst of tense negotiations over wages and working conditions where BCGI used the pretense of a lack of fuel subsidies

¹² documents.worldbank.org/curated/en/866551468771558165/pdf/25640.pdf

¹³ <https://www.stabroeknews.com/2020/01/24/news/guyana/laid-off-bauxite-workers-block-berbice-river/>

from the government as a reason layoffs were necessitated. Despite government assurances of the fuel subsidies, BCGI moved ahead with the layoffs.

In response, workers organized by the the Guyana Bauxite and General Workers Union (GB&GWU), blockaded the nearby Berbice river in a dramatic protest. In an ode to nationalism and the foreign ownership of the BCGI, they described the firings as a “planned attack on our democracy by the Russian management aimed at creating political turbulence.” This line of defense is illustrative that the union sought to portray the labor dispute in a light favorable to the then coalition government with which it was closely allied, especially the coalition’s main force, the People’s National Congress with whom the bauxite workers have long had a close relationship similar to the sugar workers and the PPP’s relationship. The close relationships between the unions and the two main political parties are so naked that the head of the sugar workers union, Komal Chand, has also simultaneously served as a PPP Member of Parliament. Sadly, the labor movement has also been split along political and racial lines with the predominantly Indo-Guyanese PPP supporting sugar workers belonging to the Federation of Independent Trade Unions of Guyana (FITUG) and the bauxite workers claiming membership in the Guyana Trade Union Congress.

Imperialist debt and the resulting austerity policies of layoffs and privatization help to show in the clearest relief the underlying anti-working class thrust of the neo-colonial governments. In Guyana the PPP claims to represent the interests of the Indo-Guyanese population yet this never stopped them from shuttering sugar estates, laying off workers and dragging their feet on paying

the workers their severance pay. Likewise, the PNC, which nationalized the Bauxite industry considers itself based on the Afro-Guyanese population and sees the mining town of Linden (named after former president Forbes Linden Burnham) as a stronghold but that never stopped them from pursuing the privatization of the bauxite industry.

Transition to an oil-based economy

The assault by the PNC, the PPP and the Coalition government on these industries over the decades since independence underlie the extent to which they vacillate between the forces of their mass working class base and their international creditors but nonetheless come down on the side of creditors time and time again. The scale and scope of Guyana's debt helps to explain this process. According to the International Monetary Fund (IMF)¹⁴, as of 2017 Guyana's total public sector debt represented a whopping 50.7 percent of its Gross Domestic Product (GDP.)

For the IMF, the fact that Guyana's public sector debt represents just over half of the country's GDP is actually a cause for celebration because it represents a 10.5 decline over a ten year period from 2007 when the percentage of the GDP represented by debt was 61.2 percent. At the time, the IMF, Guyana's ruling coalition government as well as the opposition PPP were also gladdened by what they see as the coming oil bonanza. The IMF states, for example,

¹⁴ <https://www.imf.org/external/pubs/ft/dsa/pdf/2018/dsacr18220.pdf>

Guyana's medium- and long-term outlook is very favorable given the projected oil revenues, which will eventually underpin fiscal surpluses and a reduction in external indebtedness.

The IMF elucidates very well the terms of Guyana's contract with Exxon-Mobil, which is the major multinational corporation which has entered into a contract with Guyana's government in the coming the oil extraction venture expected to start in 2020,

Under the revenue-sharing agreement, 75 percent of oil production is initially allocated to "cost recovery" to ExxonMobil and its partners. The remaining 25 percent is considered "profit oil" and is shared 50-50 with the government. The agreement sets a royalty of 2 percent on gross earnings, which brings the initial government share to 14.5 percent of total oil revenues.

What is illustrated here is the cost Guyana and other similarly underdeveloped nations pay for the technological backwardness imposed by colonialism and imperialism. Despite the fact that the oil reserves legally belong to Guyana, territorial disputes from Venezuela notwithstanding, the Guyanese ruling class lacks the expertise and capital needed to extract and refine the oil. As a result the contract with Exxon is necessarily disadvantageous to the Guyanese government which will earn under 15 percent of the generated profits. In this way, oil extraction and production in Guyana has followed the model of nearby Venezuela where the government initially charged very low ground rents¹⁵ to the multinational corporations running the oil industry to make the deal

¹⁵ <https://cicpint.org/en/dachevsky-f-kornblihtt-j-2017-reproduction-crisis-capitalism-venezuela-chavismo-latin-american-perspectives-212-44-78-93-2/>

attractive to the corporations and to secure their technical know-how.

Exxon has given the government the option to take their share of the revenue either in oil or in cash, however, it is not clear how the Guyanese government would be able to refine crude oil given the aforementioned lack of technological capacity. Plans have been floated to have the oil refined in neighboring Trinidad & Tobago which runs the nationalized Petronin industry, however, these plans seem to omit the fact that Petronin itself is undergoing a major scaling back and restructuring as well as industrial action from the Oilfield Workers Trade Union (OWTU).

The economic crisis raging in Venezuela which was triggered by a precipitous decline in the oil prices as well the ailing Trinidadian oil industry should serve as cautionary tales regarding the narrative of oil as a savior and the mechanism through which the debt burden can be lessened. However, ahead of the 2020 general elections in Guyana, which is the same year oil was supposed to start flowing, caution has been thrown to the wind as the coalition government sharpened their rivalry for state power ahead of the coming oil bonanza. The PPP was able to call a no-confidence vote against the coalition and with the last minute switch in allegiance of Alliance for Change MP Charrandass Persaud who was soon flown out the country to Canada, triggered a new election which they eventually won after allegations of voter fraud against the coalition government and the appeal of the outcome to the Caribbean Court of Justice which concluded months later that the PPP had won the election.

The current PPP is riding the wave of economic developed based an oil based economy, yet oil poses not just the prospect of economic advancement but also environmental disaster. Given the lack of other prospects for industrial economic development, oil is seen as the only way forward for the ruling class. Other parts of the global south have seen waves of industrialization as global production has shifted from the imperialist centers, however, Guyana seems to have been consigned to the periphery of world capitalism.

If we return to Rodney, however, there is just as much reason to be cautious with oil as the main driver of the economy,

With oil, as with sugar, despite the seeming differences, the choice of product is still the choice made from the [imperialist] center. The rationale for production is still derived from the central economies, from the metropolitan core economies. The market is still external to the area of production, it is still the old pattern of the export of a primary good. The export of that which the economy does not really consume. And it is clear, that what has happened in the past, is that, dependence on the development has tended to create the illusion of growth at various stages (*Crisis in the Periphery*).

In 2023, Guyana seems to be going through a revival brought on by oil. Guyana, which historically has often been confused for Ghana, by folks previously unfamiliar with its existence has become more and more a tourism destination. The government has embarked on major public works projects such as improvement of the roads, renovation of the Cheddi Jagan International airport and the building of housing schemes offered at below market rates to many. Yet Guyana remains plagued with large infrastructural

problems. In the mining town of Bartica, for example, the population recently suffered through a wave of blackouts because the government owned Guyana Power & Light removed one of the backup generators from the Bartica facility to support another establishment. Below the glitz of the oil economy reflected in the new high-rise buildings in the capital Georgetown is the reality of the working masses.

On the topic of oil, Rodney concluded that his analysis should serve as "... a warning against the illusions that might be created by Nigerian oil or Trinidadian oil". Rodney was unfortunately assassinated in 1980 and is not heard to sound the warning, however, 43 years after his death, he seems to be speaking directly to the Guyanese working masses as the economy begins to be transferred by the extraction and production of oil and likely creates a new form of dependency.

Imperialism and immigration

John Smith's work on imperialism¹⁶ points out, for example, that the development of industry in places like South Korea and Brazil challenges the dependency theory of imperialism whereby "developing countries" exported raw materials and imported manufactured goods." Smith goes on to argue that dependency theory remains an important reference point and that "It cannot be seriously argued that the global shift of production to low-wage countries is of peripheral importance" yet it's important to note that there has been no global shift of production to Guyana. In many

¹⁶ <https://monthlyreview.org/2015/07/01/imperialism-in-the-twenty-first-century/>

ways then, dependency theory helps to explain Guyana's economic role, exporting raw materials and importing manufactured goods, in the capitalist world.

Instead of the flow of production from the imperialist metropolises to Guyana to exploit low wage labor, what has happened in Guyana is a mass exodus of the population to the Global North. Some of this migration represents "brain drain" where the countries most skilled and educated workers go abroad to fill teaching, engineering and nursing positions while the majority of people leaving Guyana, including some of the educated and skilled end up in low wage jobs. Smith argues,

Reduction in tariffs and removal of barriers to capital flows have spurred the migration of production to low-wage countries, but militarization of borders and rising xenophobia have had the opposite effect on the migration of workers from these countries—not stopping it altogether, but inhibiting its flow and reinforcing migrants' vulnerable, second-class status.

Because capitalism is a global system, the fact that no significant production has migrated to Guyana does not exempt it from the laws of motion of the international economy. As a result even though Guyana's population is estimated at only 777,859 there are also just over half a million Guyanese living abroad¹⁷. Another way to put the scale and scope of this migration into perspective is reflected in the fact that despite Guyana's population numbering under 800,000, Guyana is the top four source country

¹⁷ <https://www.guyanaguardian.com/more-than-half-a-million-guyanese-are-living-abroad/>

for immigrants to New York City¹⁸ with a total of 140, 340 immigrants representing 4.20% of the immigrant population in the city.

This mass migration is one of the ways in which the Guyanese masses cope with the austerity of their government. Those Guyanese who are able to make it abroad send back personal remittances in such numbers that they represent approximately 7.489 percent of the GDP as of 2017 and represented as high as 24.402 percent of the GDP in 2005. For laid off sugar workers, underpaid public sector employees and displaced street vendors in the informal economy feeling the austerity squeeze from their government, these remittances provide a crucial lifeline towards making ends meet. Remittances pervade Guyanese culture so thoroughly that it even seeps into the local language with many Guyanese expectant of small gifts called “prags” from relatives returning from overseas. And in true capitalist fashion, the fees paid by Guyanese to remit money is not so coincidentally the highest in the world¹⁹.

As Guyana tries to make the transition from an economy fueled mostly by sugar, rice and mineral (gold, diamond and bauxite) exports to an oil based economy these dangers remain just as high. The fluctuation of oil on the world market (compounded by mismanaged of the economy and sanctions by the US) has wreaked devastating effects on neighboring Venezuela's economy, for example, and as a significant number of Venezuelans cross the

¹⁸ <https://comptroller.nyc.gov/reports/our-immigrant-population-helps-power-nyc-economy/>

¹⁹ <https://www.kaieteurnews.com/2018/04/19/cost-of-sending-remittances-to-guyana-among-worlds-highest-central-bank-report/>

border into Guyana seeking refuge, their presence and experiences should be seen as a harbinger of things to come.

This is the economic and social reality of a country existing not just on the periphery of world capitalism but importantly in “America’s backyard.” Economic, social and political development is stifled to suit the aims of world imperialism. In the 1950s, when Guyana dared to fight colonialism with a mass movement led by an ostensibly Marxist and interracial political party, as the PPP was initially conceived, it was forcibly occupied by British soldiers and the party leaders jailed. When the masses were not cowed by the occupation and continued to vote PPP under the new franchise, the British cooperated with the United States’ Central Intelligence Agency to foster a racial split and change the electoral system to ensure the more pliable candidate, Forbes Burnham, and his People’s National Congress ruled Guyana.

Fight against austerity and imperialism

A military invasion and occupation is not on the card today to keep the masses in check, instead, world imperialism relies on its counterparts in the Guyanese and Caribbean ruling classes to keep the masses in check while implementing austerity programs. International financial institutions like the World Bank and IMF keep a keen financial watch over the implementation of austerity and prioritize the servicing of the debt over the servicing of the needs of the people.

When struggles break out against these austerity programs the local ruling classes are quick to react either to co-opt these social movements or to crush them before they can endanger the social peace. Walter Rodney explained the dynamic behind this in some detail,

... this class, the overseer class, where does the overseer get his power? It resides in the whip. It does not reside in any form of political consensus, or political manoeuvring. It is essentially the naked force that is there at his disposal backed up by his fear, his self-hate, his viciousness. He must exercise force to maintain his position. You see, in the metropolises, the bourgeoisie is powerful enough to allow certain latitudes - that is what is called bourgeois democracy. So long as their position is not threatened, they would allow something that is called bourgeois democracy. (...) In the Caribbean, however, there is no room for manoeuvre as far as the petty-bourgeoisie concerned. The moment they are threatened, they are so close to the wall, they must hit back with force. Hence the deterioration, hence the political authoritarianism, that has marked the last few years in the Caribbean.

For Marxists, we understand that capital presupposes labor and that capitalism creates its own gravedigger. The result of the imperialist debt trap has been the imposition of crushing austerity upon the masses of the Caribbean and it is from these common circumstances that we can start to link our seemingly disparate struggles to form an anti-austerity united front.

The people of Dominica, St. Lucia, Guyana, Haiti and the Dominican Republic as well as French Guiana have been involved in mass demonstrations against austerity policies from their local ruling classes and these struggles show the way forward. This

could be observed, for example, in the 2017 protests in Dominica, September 2018 in St. Lucia and the Guyana Teachers Union 2018 strikes, as well as in the various struggles against military interventions in Haiti that euphemistically proclaim themselves “peacemakers”.

IMPERIALISM & WORKING-CLASS AGENCY

John Smith¹

*In our hands is placed a power greater than their hoarded gold
Greater than the might of armies magnified a thousand fold!
We can bring to birth a new world from the ashes of the old
For the union makes us strong!*
Ralph Chaplin, 1914, Solidarity Forever

Introduction

Agency implies conscious, premeditated intention; action that goes beyond spontaneous, reflexive resistance when attacked. Conscious action implies the capacity to think in concepts, to analyse a complex situation and then to act on the results of this analysis. Lenin reminds us that “Engels recognizes not two forms of the great struggle... (political and economic)... but three, placing the theoretical struggle on a par with the first two,”² and he concluded that “without revolutionary theory there can be no revolutionary movement.”³

¹ John Smith received his PhD from the University of Sheffield (UK) and is currently self-employed as a researcher and writer.

² *What Is to Be Done?*, p. 32.

³ *Ibid.*, p. 29.

This chapter builds on theoretical foundations laid in my 2016 book *Imperialism in the Twenty-First Century —Globalisation, Super-exploitation, and Capitalism's Final Crisis*. This book addressed two major gaps in revolutionary theory: the inadequacy of existing Marxist accounts of what it identified as “the defining transformation of the neoliberal era,” namely the globalisation of production and its global shift to low-wage countries; and, connected with this, the fact that “two necessary elements of a theory of contemporary imperialism—international variations in the value of labor-power and in the rate of exploitation—were explicitly excluded by Marx from his general theory as elaborated in *Capital*,”⁴ since when they have been put not only to one side but also out of mind. Unless these gaps are filled, it argued, the roots, nature and dynamics of the global economic crisis that erupted in 2007-8 cannot be understood. Extreme monetary policies and further increases in already-mountainous global debt allowed the global economic crisis to go into remission but this only succeeded in postponing global depression and making an even more cataclysmic financial crisis inevitable—for which the coronavirus pandemic has provided the catalyst.

Imperialism in the Twenty-First Century concluded that the crisis beginning in 2007 marked “the transition from a post-war world order to a pre-war world order;” that we are now living through “the deepest and most profound crisis in capitalism’s history;” combined with “the *capitalist destruction of nature*... this is not just capitalism’s greatest-ever crisis, it is capitalism’s final crisis, an existential crisis for humanity.”⁵ This chapter considers

⁴ John Smith, 2016, id., p. 238.

⁵ Ibid., p.235.

what working-class agency means in the context of these enormous challenges. It asks the same question as did Michael D Yates in his recent book, *Can the Working Class Change the World?* His answer: “The working class *must* change world. There really is no choice... We cannot afford to settle for incremental changes... To believe otherwise is surely utopian. It is the radical upending of the social order that is now hardheaded realism, the only path forward.”⁶

The economic struggle and the political struggle

It is widely believed that, during the neoliberal era,⁷ labour has become weaker and capital has become stronger, both in imperialist Europe and North America and in the formally-independent nations in Africa, Asia and Latin America they continue to dominate and exploit. This chapter argues that the opposite is true. The weakening and decay of capitalism is misinterpreted as a weakening of the working class whose labour-power it has

⁶ Michael D Yates, 2018, *Can the working class change the world?* New York: Monthly Review Press pp. 183-5.

⁷ Neoliberalism is a euphemism for the full-spectrum counterrevolution launched by the ruling classes of imperialist nations, led by the USA and UK that went into overdrive in 1979, the 'year of revolutions'—in February of that year massive demonstrations and the longest general strike in history brought down the Shah of Iran; in March and July successful revolution brought to power workers and farmers governments in Grenada and Nicaragua. The imperialists' aim was to crush budding revolutions across Africa, Asia and Latin America and to radically reduce the power of organised labour within the imperialist countries. The economic dimension of the neoliberal counterrevolution is the subject of many studies, including of my book (Smith, 2016). There was no capitalist alternative course of action that could have produced a kinder, more gentle capitalism, which explains why the gamut of political leaders in imperialist countries, social democrats included, signed up to it.

subsumed. As its global systemic crisis deepens, as depression conditions spread, as the tendency for the rate of profit to fall asserts itself with ever-greater force, as inter-imperialist rivalries and conflicts of interest of all kinds between capitalists intensify, capitalism is becoming weaker, not stronger. Agency—*the capacity to act in order to achieve a desired effect*—is increasingly beyond the grasp of the capitalist misrulers of this earth. The coronavirus pandemic; the global economic depression that predated it and that has been hugely accelerated by it; climate heating; the mass extinction of species—these *four horsemen of the capitalist apocalypse*—cannot be reined in by an economic system based on selfishness, greed and dog-eat-dog competition. To all with eyes to see, capitalism is revealing itself to be incompatible with the continuation of human civilisation. Socialist revolution—in imperialist countries and across the world—is a necessity, an urgent practical task, a life and death question if human civilisation is to survive and if the capitalist destruction of nature—of which the coronavirus epidemic is merely the latest symptom—is to be ended.

Not only is it false, belief in the alleged power-shift in favour of capital is ‘performative’, that is, it has a paralyzing, agency-sapping effect on workers, farmers and small producers. The increasing difficulty that working people the world over now encounter in improving our conditions of life, or of holding on to gains won by previous generations, is misunderstood to be a sign of *our* weakness. This fatalistic notion is fanned by the exploiters and their servants in the media and academia, who invest enormous effort and resources in convincing working people that we are powerless and have no choice but to submit to their dictates.

Only if the class struggle is reduced to the economic struggle—the struggle to protect and improve one’s position within the capitalist system as opposed to the political struggle to overthrow it, a widespread malady denounced by Lenin as *economism*—can workers’ loss of agency can be considered an unconditional fact. It is also a banality, since it is always true that “in its merely economic action capital is the stronger side.”⁸ Enhanced international mobility of capital and reduction or removal of obstacles to the movement of all commodities *except for labour-power* across international borders has indeed substantially reduced workers’ economic bargaining power. While capital makes full use of its enhanced mobility to force workers in different countries and continents into competition with each other, workers’ unions are seemingly less able to coordinate their economic struggles than in the 19th century, when, despite the absence of telephones and aeroplanes, trade unions waged a coordinated international struggle for the eight hour day.

That “in its merely economic action capital is the stronger side” is manifested in the large and accelerating fall in labour’s share of national income in imperialist nations and even more so in exploited nations,⁹ in the widespread trend towards casualization, and in the withering of trade unions. We can’t say we weren’t warned: in 1867, in a declaration drafted for the First International’s Lausanne Congress, Marx said, “in order to oppose their workers, the employers either bring in workers from abroad or else transfer manufacture to countries where there is a cheap labour force. Given this state of affairs, if the working class wishes to

⁸ Karl Marx, [1865] 1987 “Value, Price and Profit,” in Marx and Engels, *Collected Works*, Vol. 20 (Moscow: Progress Publishers), p. 146.

⁹ Documented in chapter 5 of *Imperialism in the Twenty-First Century*.

continue its struggle with some chance of success, the national organisations must become international”.¹⁰

The onset of systemic crisis in 2007-8 means that political strategies limited to the quest for reforms within capitalism—in other words, the social democratic/Stalinist politics that have dominated working-class politics in the imperialist countries for a century—have reached a dead-end. This is not proof of the loss of working class agency, but on the contrary, it is evidence of the loss of the capacity of the bourgeoisie to continue to co-opt the working class.

The same is true of its equivalent in the neocolonies known as ‘developing countries’. There, too, the scope for bourgeois democratic reforms is vanishing, since capitalist development in these nations is more dependent than ever on the health of imperialist economies, on northern demand for the South’s exports, and on the fickle whims of imperialist investors.

As attempts to co-opt the working class with reforms run into the sand, capitalist politics moves sharply to the right, with racism and xenophobia rising in prominence and fascist movements straining at the leash. Except in revolutionary times, bourgeois ideology dominates working class politics—inevitably so, since “the ideas of the ruling class are in every epoch the ruling ideas”¹¹—and it is no surprise that all but the most conscious sectors of the working class are pulled along by the current. But it

¹⁰ Karl Marx, 1867, *On The Lausanne Congress*, <http://www.marxists.org/archive/marx/iwma/documents/1867/lausanne-call.htm>

¹¹ Karl Marx, 1846, *The German Ideology*, <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1845/german-ideology/ch01b.htm>

is a mistake to identify the accelerating rightward drift of bourgeois politics with an accelerated rightward drift of the working class, as do many middle-class liberals and self-regarding progressives who have drawn exactly this simplistic conclusion from the workers who voted for Brexit in the UK, or those in Brazil who voted for Bolsonaro out of disgust at the Workers' Party's corruption and pseudo-radicalism. The unprecedented participation of US workers who are Caucasian in anti-racist protests following the murder of George Floyd shows that the truth is much more complicated than these patronizing, prejudiced 'progressives' think.

The bourgeoisies' embrace of reaction is unambiguous and pathological, but the path of working class consciousness involves growing tensions and contradictions between ideologies which have long held them in thrall and their own rational reflection on history, on world events and on their own experiences. Workers' disenchantment with 'progressive' reformism shows they are in advance of those who are still enchanted by it, and can be the first step in a process of radicalisation, even if the first manifestation of this is endorsement of the 'lefts' right-wing opponents. Many workers who had voted for Barack Obama in 2012 gave their vote to Trump in 2016 more because he denounced the corrupt relationship between politicians and big business, a.k.a. "the swamp" than for his crude xenophobia—and we shouldn't forget that most US workers didn't vote at all. Of course, swallowing the demagogues' poison is damaging to health, but the 'progressives' poison is all the more dangerous for being insidious and coated with hypocrisy.

There are many reasons to reject the notion that four decades of neoliberal counterrevolution has neutralised working class agency.

The Arab Spring, the worldwide mobilisations against racism and police brutality sparked by the murder of George Floyd in the USA, the mobilisations by youth around the world against the capitalist destruction of nature, the struggle of women from Korea to Argentina to Ireland to Sudan against sexism and for sovereignty over their own bodies, the rise of anti-imperialist and avowedly anti-capitalist governments in many Latin American nations—these are all expressions of class struggle. This is so whether or not their participants have developed an anti-capitalist, class perspective, for two reasons: the vast majority of participants in the struggles must sell their labour-power to survive, and because racism, patriarchal oppression, ecocide, and dictatorial methods of rule are all intrinsic to capitalism, including in the imperialist democracies, who not only install, arm and supervise the vilest capitalist dictatorships around the world, they also keep these methods ready for use *at a moment's notice* at home.

Salvador Allende survived just three years in office before he was toppled in a military coup orchestrated by Richard Nixon and Chile's right wing generals, while the radical anti-imperialist government in Venezuela led by Hugo Chavez and Nicolas Maduro has survived twenty years of attempted military coups, economic strangulation, and internal subversion orchestrated by George Bush, Barrack Obama and now Donald Trump.¹²

Their politics and ours

The young generation of whites, Blacks, browns, whatever else there is, you're living at a time of extremism, a time of revolution, a time when there's got

¹² Thanks to Tim Hollins for pointing this out.

to be a change. People in power have misused it.... And I for one will join in with anyone, I don't care what color you are, as long as you want to change this miserable condition that exists on this earth.
Malcolm X, 1964.

‘Left-wing’ is widely used as a short-hand expression for identification with the interests of working people, opposition to all forms of prejudice and discrimination, and adherence to the ideals and values of socialism and communism. But there are reasons why those who embrace socialist and communist values should disdain to be identified as, or to self-identify as, ‘left-wing’. The term comes from the French Revolution, when the most radical deputies in the first National Assembly sat to the left of the President while the most reactionary deputies sat on the right. Herein lies the big problem with this term—*‘left-wing’ denotes a part of the spectrum of bourgeois politics, yet working class politics is nowhere to be found on this spectrum.* There is no place for revolutionary proletarian politics *anywhere* on the left-right spectrum of bourgeois politics. Communists are not extremists, nor are we ‘ultra-left’. The extremists are those who defend this depraved, inhuman capitalist system, including those who self-identify as liberals and social democrats. When they attack those who advocate social revolution as ‘extremist’ they are merely projecting their own psychological disorder upon their opponents.

Revolutionary activism is not extremist, it is the only way for responsible human beings to act in this extreme moment in human history. Cuba’s revolutionary leaders have never acted in an ‘extremist’ manner. Audacious, yes! ‘Implacable in struggle, generous in victory’, to quote Fidel Castro, yes! Intransigent in the defence of principles, yes! But this isn’t extremism! One fact which many will find both amazing and highly instructive is that there has

never been a single instance of US flag-burning during any of the multitude of massive anti-imperialist demonstrations since the triumph of the Cuban revolution in 1959. Extremism and ultra-leftism is diametrically opposed to genuine revolutionary, working class politics, and often turn out to be the most important friends of counterrevolution and reaction at key turning points in the revolutionary process. To recognise the fact that we live “at a time of extremism,” as did Malcolm X at the end of his December 1964 speech at Oxford University in the epigraph above doesn’t make you into an extremist. It is extremely harmful and self-defeating to self-identify as extremist or to allow others to identify us as such. The effect is to create a ghetto or a silo in which we become trapped, and which reinforces a sense of self-importance and of being special, different from everyone else.

Our politics is not “the art of the possible,” it is the science of necessity.¹³ *‘By any means necessary!’* Malcolm X’s magnificent revolutionary slogan resonates with “*Freedom is the recognition of necessity,*”¹⁴ a well-known saying by Frederick Engels in his critique of Eugen Dühring, a right wing socialist of his day: We must do *whatever is necessary* to overthrow oppression, to end our exploitation, to win our freedom; we must do whatever is necessary to halt and reverse the capitalist destruction of nature. And we can only discover what is necessary through *science*, by studying the miserable condition that exists on this earth from all angles, by

¹³ ‘Politics is the art of the possible’, the reformists’ motto, was coined by Otto von Bismark, Germany’s ‘Iron Chancellor’ between 1871 and 1890. They pay less attention to another of his sayings: “The great questions of the day will not be settled by means of speeches and majority decisions ... but by iron and blood.”

¹⁴ Frederick Engels, 1877, *Anti-Dühring*, <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1877/anti-duhring/ch09.htm>

gathering and analysing all relevant data and drawing on all relevant experiences. While all fields of natural sciences are currently experiencing astonishing revolutionary advances, a diametrically opposite situation prevails in the social sciences, above all in politics and economics. There, the situation is truly abysmal. Instead of revolutionary advances, mainstream social sciences are in chaos, abandoning criticism for apologetics, theoretical rigour for eclecticism, and the rejection of science altogether in favour of post-modernist denial that there is any such thing as objective truth.¹⁵ Servility has replaced science, confirming a thousand times over the veracity of Marx's famous dictum, "The ideas of the ruling class are in every epoch the ruling ideas...the class which is the ruling material force of society is at the same time its ruling intellectual force."¹⁶ We need revolutionary social science for these revolutionary times, with all the rigour and objectivity that bourgeois social science proclaims but is incapable of achieving!

The ecological crisis provides a striking example of the gulf separating bourgeois pragmatism from revolutionary realism. Science tells us what is necessary if we are to avert cataclysm, but bourgeois politicians will only do what it is possible short of destabilising the capitalist system that is responsible for this existential threat, and short of provoking resistance from the capitalists who mightily profit from it—in other words, practically

¹⁵ In history, for example, this is manifest in "the virtual abandonment of the grand narrative tradition... and a clear preference for microhistories that avoid or refuse any systematic notion of causation." Barbara Weinstein, 2005, 'History Without a Cause? Grand Narratives, World History, and the Postcolonial Dilemma', in *International Review of Social History*, 50:71–93, pp. 72-73.

¹⁶ Karl Marx, 1846, *The German Ideology*, <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1845/german-ideology/ch01b.htm>

nothing. Their ‘art’ consists of fooling the rest of us that they’re taking meaningful action and that nothing else can be done, which they accomplish with the crucial help of the servile media. An eloquent example of this is that, in 2017, the most recent year for which there is data, imperialist nations donated just \$18 billion towards their pledge of made at the Copenhagen climate summit in 2009 of contributing \$100 billion per annum to help poor countries adapt to climate change (by shifting to sustainable sources of energy) and to mitigate its effects (by strengthening their ability to protect themselves from floods, drought etc.), representing just 0.03% of their combined GDP of \$55 trillion.¹⁷

Greta Thunberg spoke for millions who are seeing through the hypocrisy, denial and criminal negligence of those who claim to be awake to the threat and the reality of ecological destruction:

For more than 30 years, the science has been crystal clear. How dare you continue to look away and come here saying that you're doing enough, when the politics and solutions needed are still nowhere in sight... You are failing us. But the young people are starting to understand your betrayal. The eyes of all future generations are upon you. And if you choose to fail us, I say: We will never forgive you.¹⁸

Speaking truth to power is a waste of time, because the power isn’t listening. The power is hostile to truth. We can only hope to catch the ear of the powerful by bending the truth, by editing it, by

¹⁷ Stephanie Yeo, 2019, *Climate Finance: The Money Trail*. Nature Vol. 573, pp. 328-330 <https://media.nature.com/original/magazine-assets/d41586-019-02712-3/d41586-019-02712-3.pdf>

¹⁸ Greta Thunberg's Speech At The U.N. Climate Action Summit, September 23, 2019 <https://www.youtube.com/watch?v=KAJsdgTPJpU>

sugar-coating it, by smuggling bits in and leaving the most important bits out; each time betraying it.

In revolutionary times, social science must be revolutionary or else it is not science. Social scientists must *give up* on trying to speak truth to power, and instead concentrate their efforts on arming the powerless with the weapon of truth into a weapon of. This means taking the side of the dispossessed and exploited and oppressed, learning from them, helping them forge the weapons they need to take power. And the same applies to natural and applied sciences and to science workers. This is not an easy path—because of the power of the ruling ideas, and because of academia's privileged status as a constituent part of the labour aristocracy.

A very different example of the contrast between the science of necessity and the art of the possible was given by the now-receding 'pink tide' reformist governments in Latin America. The anti-imperialism and devotion to the interests of the people expressed by many of their leaders and most of their adherents was sincere. Yet their 'art of the possible' has meant doing whatever can be done within the framework of bourgeois democracy, whatever can be done without being frozen out of international markets, to postpone the inevitable showdown and to buy time for the search for an illusory third way. In practice, this has meant seeking alliances with 'patriotic' capitalists while channeling some of the proceeds from oil and other primary commodity exports into social programs. The results are now in. After thirteen years of Workers Party (PT) rule, brought to an end by a parliamentary coup in 2016, Brazilian capitalism is intact but the Amazon rainforest isn't, the trade unions and mass movements which brought Lula da Silva to power are in disarray and Lula himself spent nearly two years in jail on framed-

up charges of personal corruption, although he must take responsibility for the enormously corrupt relation between his reformist government and Brazil's capitalists, revulsion against which helped sweep the far-right demagogue Jair Bolsonaro to power in 2018. In neighbouring Venezuela, dreams of peaceful coexistence with its capitalists have been dispelled by their violent resistance and embrace of far-right politicians, but the revolutionary process survives thanks to deep anti-imperialist class consciousness of its working people and on their capacity to resist, i.e. *on their agency*;¹⁹ while in Nicaragua, where a revolutionary workers' and farmers' government was brought to power by an armed popular uprising in 1979, in the following decade its leaders got lost searching for a third way between capitalist development and social revolution, ending up, in early 2018, with the

¹⁹ Hugo Chávez was President of Venezuela from 1999 until his death in 2013. Michael D Yates succinctly summarises what he terms his "analytical framework" as follows:

"Local associations... that had begun to hold meetings of the people... to discuss common problems and their solutions... could be the foundation of a participatory socialism in which control over society could eventually devolve to the working class, replacing the liberal democratic state that had proven itself incapable of meeting basic social needs. Thus were born the communal councils, of which there are now 47,000 in the country."

And he provides this verdict on the attempts of the United Socialist Party of Venezuela (PSUV) to apply this strategy:

"at the national level, the government... has relied too much on the belief that oil revenues and the material wealth that these generated would allow socialism at the base of society to outstrip the capitalism that still dominated the overall economy. The terrible economic crisis now gripping the nation has shown the error in this way of thinking and acting. Hopefully, however, the ideological climate... has been one in which the "We" has taken hold, weakening the grip of the "I" on people's consciousness. Even with the turmoil engulfing Venezuela now (June 2018), this shift in thinking might make it difficult to overturn the positive steps that have been undertaken."

Michael D Yates, 2018, *Can the working class change the world?* New York: Monthly Review Press pp. 178-80.

government led by ex-Sandinista Daniel Ortega turning its guns on the workers and youth.²⁰

Each of these experiences, in their own way, confirm the scientific truth expounded by Marx and Engels in the *Communist Manifesto*, developed further by Lenin and others of his generation, and verified by every genuine emancipatory struggle, victorious or defeated, in the century since then: *there can be no peaceful coexistence between capitalism and socialism, no sharing of power*. Whatever credibility such illusions had when capitalism was expanding, as in the decades following World War II, the onset of neoliberalism in the 1980s and of its systemic crisis in the 2000s has dispelled them. Che Guevara's words ring even more true today than when they were uttered more than 50 years ago: "the indigenous bourgeoisies have lost all capacity to oppose imperialism—if they ever had any.... There are no other alternatives. Either a socialist revolution or a caricature of a revolution."²¹ All who seek an alternative to capitalism's obscene inequality, amorality and infinite destructiveness should remember what Rosa Luxemburg said just four weeks before she was murdered, on the orders of leaders of Germany's Social Democratic Party:

It is sheer insanity to believe that capitalists would goodhumoredly obey the socialist verdict of a parliament

²⁰ For an extremely well-informed account of the rise and fall of the Nicaraguan revolution, see Larry Siegle, 1994, 'The Political Degeneration of the FSLN and the Demise of the Workers And Farmers Government', pp. 219-268 in, *New Internationalist* #9 https://www.themilitant.com/NI/NI1994/NI1994_09.PDF

²¹ Ernesto Che Guevara, [1967] 1987, "Vietnam and the World Struggle for Freedom (Message to the Tricontinental)," in *Che Guevara and the Cuban Revolution: Writings and Speeches of Ernesto Che Guevara* (Sydney, Pathfinder), 351–52.

or of a national assembly, that they would calmly renounce property, profit, the right to exploit. ... The imperialist capitalist class, as last offspring of the caste of exploiters, outdoes all its predecessors in brutality, in open cynicism and treachery. It defends... its profit and its privilege of exploitation with tooth and nail, with the methods of cold evil which it demonstrated to the world in the entire history of colonial politics and in the recent World War. It will mobilize heaven and hell against the proletariat. It will mobilize the peasants against the cities, the backward strata of the working class against the socialist vanguard; it will use officers to instigate atrocities; it will try to paralyze every socialist measure with a thousand methods of passive resistance... it will turn the country [read: *the earth* -JS] into a smoking heap of rubble rather than voluntarily give up wage slavery.²²

Spontaneity versus consciousness

Lenin developed his critique of economism in a series of books and pamphlets in the period prior to the 1905 revolution in Russia, nowhere more clearly than in *What Is to Be Done?*, which, although very much of its time, is one of the most important books ever written, whose arguments are astonishingly relevant to the political challenges confronting workers and young people today.²³ More than a century have elapsed since its publication, yet the divergent political trends it describes remain in essence the same, only the names have changed: ‘social democracy’ was coterminous

²² Rosa Luxemburg, 1918, *What Does the Spartacus League Want?* <https://www.marxists.org/archive/luxemburg/1918/12/14.htm>

²³ A good place to start are chapters 2 and 3, whose titles speak to their great relevance: “*The spontaneity of the masses and the consciousness of the social-democrats;*” “*Trade-unionist politics and social-democratic politics.*” <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1901/witbd/>

with Marxism until the split in the workers movement resulting from the capitulation of the leaders of workers parties and trade unions in the midst of World War I; since then Marxists have been called communists, while economism has become synonymous with social democracy. Enormously complicating things, for most of the time since then the term communism has been usurped and traduced by Stalin and his followers to search a degree that it must disinterred, rediscovered, restored, and even reinvented.

The second reason lies in the answer Lenin gave to *What Is to Be Done?*:

There is much talk of spontaneity. But the *spontaneous* development of the working-class movement leads precisely to its subordination to bourgeois ideology... for the spontaneous working-class movement is trade unionism... and trade-unionism means the ideological enslavement of the workers by the bourgeoisie. Hence our task, the task of Social-Democracy, is *to combat spontaneity, to divert* the working class movement from the spontaneous, trade unionist striving to come under the wing of the bourgeoisie, and to bring it under the wing of revolutionary Social-Democracy.²⁴

This is the principle on which the Bolshevik party was founded. Revolutionary victory requires conscious revolutionary leadership, in other words, *a revolutionary party*, capable of “lead[ing] the struggle of the working class not only for better terms for the sale of labour power, but also for the abolition of the social system which compels the propertyless to sell themselves to the rich.”²⁵

²⁴ *What Is to Be Done?*, p. 50, emphasis in original, as in all emphases in cited works.

²⁵ *Ibid.*, p. 71.

Nowhere is the conflict between trade unionism and socialism clearer than in the economics and politics of immigration. Workers' reflex response to increased competition—calls for walls to be built and borders to be closed is the clearest possible example of what Lenin called “the spontaneous, trade unionist striving to come under the wing of the bourgeoisie.”

A key finding of *Imperialism in the Twenty-First Century* is that the globalisation of production and its global shift to low-wage nations is driven by ‘global labour arbitrage’, i.e. capitalists' attempt to boost profits by substituting low-waged, superexploited labour in oppressed nations for more expensive labour at home. In its economic effect, i.e. its effect on profits, the shift of production to low-wage countries is the most important vector of the global labour arbitrage. But it is not the only one. The other vector, the other side of the coin, is migration of workers from these countries into the imperialist heartlands. This has an important positive effect on the mass of surplus value available for conversion into profits, but nothing like as important as the boost to surplus value made possible by the global shift of production to low-wage countries. However, its contradictory political effects are of the greatest importance. Immigration weakens workers in the economic struggle, yet it strengthens us politically. Experience of working and living alongside people of colour, as well as the latter's enormous contribution to culture, science, sport, cuisine and so much else, has over recent decades substantially diminished racist prejudices amongst white workers in Britain and other imperialist countries, though these remain widespread. In *Imperialism in the Twenty-First Century*, I argued:

The increasingly global character of the social relations of production and the increasing interdependence between workers in different countries and continents objectively strengthens the international working class and hastens its emergence as a class “for itself ” as well as “in itself,” struggling to establish its supremacy; yet, to counter this, capitalists increasingly lean on and utilize imperialist divisions to practice divide-and-rule, to force workers in imperialist countries into increasingly direct competition with workers in low-wage countries, while using the cheap imports produced by super-exploited Southern labor to encourage selfishness and consumerism and to undermine solidarity.²⁶

Along with the increased presence of migrant workers and of women in the working classes in imperialist countries, the transformations of the past decades have dramatically changed the face of the world working class, which now much more closely resembles the face of humanity, and they improve its prospects of prevailing in coming battles. No longer is the working class primarily white, male, and located in imperialist countries.²⁷

In the economic struggle—the struggle to protect and improve one’s position *within* the capitalist system as opposed to the political struggle to overthrow it—seeking protection from increased competition is a natural and normal reflex. *But this does not make it progressive!* For example, free movement of labour between the 28 member states European Union (EU) is one of the ‘four pillars’ of its single market, and there is no doubt that the EU’s expansion over the past two decades, to include much lower-

²⁶ *Imperialism in the Twenty-First Century*, p. 46.

²⁷ ‘Southern labour—“Peripheral” no longer: A reply to Jane Hardy’, in *International Socialism Journal*, ISJ140, 2013, pp185-200. <http://www.isj.org.uk/index.php4?id=922&issue=140>

paid workers in central and Eastern Europe, was motivated by the capitalists' need to increase competitive pressures on workers in Germany, France, Britain and other imperialist countries, in order to force them to work harder for less money. Yet their political representatives could not openly declare this to be their aim because they also wanted workers' votes—hence the widespread popular contempt for cynical, lying politicians of the left and centre, opening a space now being filled by cynical, lying politicians of the right and the far right.

Hostility to immigration was the single-most important factor that induced a clear majority of workers in Britain to vote against EU membership in the 2016 referendum. According to leading pollster YouGov, 65% semi-skilled and unskilled workers voted to leave, yet 65% of those who identify as supporters of the Labour Party voted to remain, a discrepancy that reflects how much the Labour Party has become a middle-class party that can no longer count on the support of wide sections of the working class. 46% of semi- and unskilled workers who voted in the 2015 general election cast their vote for the Conservative Party or the even more chauvinist UK Independence Party.

Jeremy Corbyn, left-wing leader of the Labour Party from 2015 until its electoral defeat in 2019,²⁸ had been a vocal supporter of free movement of labour within the EU prior to his election as election as leader, but changed his tune under pressure from the

²⁸ Corbyn's rise to the Labour leadership is itself an expression of the destabilisation of social democracy. Britain's rulers mistrust him because of his decades of solidarity with national liberation movements around the world, support for striking workers, resistance to austerity and privatisation. Yet he stops well short of acknowledging the imperialist nature of the British economy and the British state—or the depth of its crisis.

union leaders and party members panicking at mass defections of workers from the Labour Party, drawn to right-wing parties by their anti-migrant demagogy. Another left social democrat who calls on the bourgeois state to protect workers from competition from other workers is Corbyn's French analogue, Jean-Luc Melenchon:

To agree with Jean-Luc Melenchon's argument that we must acknowledge the pressure on borders is to align with the capitalist state against the working class. The last thing a Left that cares about the fate of workers should be doing is to support a project that consolidates the capitalist state rather than trying to undermine it. The threat to domestic workers isn't migrant workers. It's the capitalist state that protects the interests of a ruling elite through practices of border management and policies of integration that render migrant workers dependent on the whims of employers. Their shared vulnerability is the same mechanism that keeps domestic workers in check and weakens collective bargaining.²⁹

Lea Ypi goes on to quote Karl Marx on how capitalists take advantage of workers' spontaneous protectionist impulse. Here is a longer excerpt from the same passage she cites:

Every industrial and commercial centre in England now possesses a working class divided into two *hostile* camps, English proletarians and Irish proletarians. The ordinary English worker hates the Irish worker as a competitor who lowers his standard of life. In relation to the Irish worker he regards himself as a member of the *ruling* nation and consequently he becomes a tool of the English aristocrats and capitalists against Ireland, thus strengthening their domination *over himself*. He cherishes religious, social,

²⁹ Lea Ypi, 2019, "*The secret by which the capitalist class maintains its power*": *the effect of anti-immigration rhetoric*. <https://blogs.lse.ac.uk/politicsandpolicy/the-effect-of-anti-immigration-rhetoric/>

and national prejudices against the Irish worker. His attitude towards him is much the same as that of the “poor whites” to the Negroes in the former slave states of the USA. The Irishman pays him back with interest in his own money. He sees in the English worker both the accomplice and the stupid tool of the *English rulers in Ireland*.

This antagonism is artificially kept alive and intensified by the press, the pulpit, the comic papers, in short, by all the means at the disposal of the ruling classes. *This antagonism* is the secret of the *impotence of the English working class*, despite its organisation. It is the secret by which the capitalist class maintains its power. And the latter is quite aware of this.³⁰

Half a century later, on the eve of World War I, Lenin generalised Marx’s observation on class politics in England to the relation between workers in imperialist countries as a whole with workers in oppressed nations who are driven by capitalism’s spread to migrate to those countries:

“Capitalism has given rise to a special form of migration of nations. The rapidly developing industrial countries, introducing machinery on a large scale and ousting the backward countries from the world market, raise wages at home above the average rate and thus attract workers from the backward countries...

There can be no doubt that dire poverty alone compels people to abandon their native land, and that the capitalists exploit the immigrant workers in the most shameless manner... The bourgeoisie incites the workers of one nation against those of another in the endeavour to keep them disunited. Class-conscious workers, realising that the break-down of all the national barriers by capitalism is

³⁰ Karl Marx, 1870, *Letter to Sigfrid Meyer and August Vogt*, 9 April 1870 https://www.marxists.org/archive/marx/works/1870/letters/70_04_09.htm

inevitable and progressive, are trying to help to enlighten and organise their fellow-workers from the backward countries.”³¹

Marx and Lenin’s observations on the paralyzing effect of workers seeking protection from those who desperately need our solidarity are even more true of today’s world than of the world in which they lived. Many more working people are being driven by dire poverty, war and, increasingly, by climate change and ecological destruction, to abandon their native lands. The gulf in wages and living standards is far greater now than it was in the mid-19th century and at the beginning of the 20th century. Expensive concessions made to purchase class peace in imperialist countries, especially since World War II—state provision of healthcare, education and social security—give workers in those countries more to protect, from workers who do not have access to these basic rights, even though surplus value extracted from their living labour helps to pay for them. The logic of economic, trade-union struggle is even more at odds with the logic of proletarian internationalism than it was in the days of Marx and Lenin. Most important of all, the almost complete eclipse of political parties in imperialist countries espousing revolutionary socialist internationalism means the hold of bourgeois ideology over the working class is today largely uncontested.

Against this, *there is nothing in our own life experience that prepares us for what is now coming down on us*. Proxy wars in the Middle East, military tensions between the USA and China, surging inter-imperialist rivalry, burgeoning resource wars and trade wars

³¹ V. I. Lenin, 1913, “Capitalism and Workers’ Immigration,” *Za Pravdu*, October 29, 1913. In: <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1913/oct/29.htm>

—are straws in the wind of global disorder on a scale *at least* the equal of those that, in the twentieth century, produced two world wars. Each of them, as with the global conflict now unfolding, was a confluence of four different types of war—war between imperialist powers battling for supremacy; wars of national liberation; war between capitalism and socialism; and, most important but least developed, the war for supremacy between capital and labour within each nation, within each locality, on every continent.

Conclusion: the seven dimensions of socialism

There are many dimensions of socialism, many possible definitions. Above all, socialism is a state of consciousness, “one in which the ‘We’ has taken hold, weakening the grip of the ‘I’,” in the words of Michael D Yates (see footnote 11). It is also a real movement, the line of march of the working class on the road to its self-emancipation. Workers have agency when we recognise necessity; to exercise agency is to consciously struggle for socialism, a struggle which of necessity is revolutionary, internationalist and anti-imperialist. It is therefore appropriate to end this discussion of working-class agency by calling the different dimensions of socialism. Each of these calls out for further elaboration, but the first and the fourth are singled out for their special relevance to this chapter, which concludes by briefly discussing them.

1. *Socialism* is the name for society in transition from capitalism to communism; it marks what Marx called the end of “the prehistory of human society”, the forging of a society based on the

social relations of solidarity and sharing, in place of capitalism's war of each against all.

2. *Socialism* is the name for the struggle to halt and reverse the capitalist destruction of nature: "For the first time in human history, our species faces a dire existential choice. We can continue on the path of business as usual and risk catastrophic Earth-system change... or we can take the transformative route of social-system change aimed at egalitarian human development in coevolution with the vital parameters of the earth."³²

3. *Socialism* is the name for the *conscious struggle against everything that violates the unity and equality of proletarians*. Hence socialism is the struggle to eradicate the oppression of women, racism and chauvinism in all its forms.

4. *Socialism* is synonymous with anti-imperialism, because imperialism is what generic capitalism has turned into, and because the legacy of imperialism *and its continuation in new forms* is the source of the gravest violations of the equality and unity of proletarians. "The socialist revolution will not be solely, or chiefly, a struggle of the revolutionary proletarians in each country against their bourgeoisie. No, it will be a struggle of all the colonies and countries oppressed by imperialism, of all dependent countries, against international imperialism."³³

³² John Bellamy Foster, 2015, *Marxism and Ecology: Common Fonts of a Great Transition*. In: <https://monthlyreview.org/2015/12/01/marxism-and-ecology/>

³³ V.I. Lenin, 1919, 'Address to the Second All-Russia Congress of the Communist Organisations of the Peoples of the East', pp.151-162 in *Collected Works*, Vol. 30.

5. *Socialism* is synonymous with the dictatorship of the proletariat. The overthrow of the dictatorship of capital does not mean the instantaneous disappearance of the capitalist class, nor the end of their resistance—far from it! As Lenin explained,

For a long time after the revolution the exploiters inevitably continue to retain a number of great practical advantages: they still have money... they still have various connections, habits of organisation and management; knowledge of all the “secrets” (customs, methods, needs and possibilities) of management; superior education; close connections with the higher technical personnel (who live and think like the bourgeoisie); incomparably greater experience in the art of war... If the exploiters are defeated in one country only— and this, of course, is typical... they *still remain stronger* than the exploited, for the international connections of the exploiters are enormous... The historical truth is that in every profound revolution, *the prolonged, stubborn and desperate* resistance of the exploiters, who for a number of years retain important practical advantages over the exploited, is the *rule*....³⁴

6. *Socialism* is the name for the conversion of private property into public property.

7. *Socialism* is the name for the process of establishing workers’ control over production, involving the overcoming of capitalism’s mutilating division of manual and intellectual labour and the winning of scientists and technicians to the side of the working class.

³⁴ V.I. Lenin, 1918, *The Proletarian Revolution and the Renegade Kautsky*, in *The German Revolution and the Debate on Soviet Power*, 1986, edited by John Riddell, New York: Pathfinder Press.

Socialism is the end of “the prehistory of human society”

Malcolm X’s ‘*by any means necessary*’, and Engels’ ‘*freedom is the recognition of necessity*’, are developed further by Karl Marx in *A Contribution to the Critique of Political Economy*, where he famously said “Mankind... sets itself only such tasks as it is able to solve, since closer examination will always show that the problem itself arises only when the material conditions for its solution are already present or at least in the course of formation.”³⁵ Socialism is only *necessary* because it is *possible*, and vice versa. In continuation, Marx says,

The bourgeois mode of production is the last antagonistic form of the social process of production... an antagonism that emanates from the individuals' social conditions of existence – but the productive forces developing within bourgeois society create also the material conditions for a solution of this antagonism. The prehistory of human society accordingly closes with this social formation.

‘Antagonistic form of the social process of production’ refers not just to the antagonism between exploiter and exploited, it also refers to the antagonism between human society and nature, wherein human beings are governed by forces which beyond our understanding or even our awareness, resulting in superstition, spiritual alienation (a.k.a. religion) and other forms of false consciousness. Bourgeois society creates the material conditions for a solution of this antagonism, but this potential can only be

³⁵ Karl Marx, 1859, Preface to *A Contribution to the Critique of Political Economy*. In: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1859/critique-pol-economy/preface.htm>

realised when the oppressed class becomes conscious of this antagonism, when it comes to understand its place in history and nature, when it acts on this understanding, transforming itself as it transforms the world.

What does Marx mean by “the prehistory of human society”? Why does socialism signify its end? Capitalism is ruled by markets, and markets are ruled the opposing forces of greed and fear—capital is invested when fear of loss is counterbalanced by the greed aroused by a sufficiently juicy risk premium. This was brilliantly captured in the title of a news report that appeared two days after the first event of the global financial crisis: ‘A delicate balance of fear and greed is upset’.³⁶ If fear and greed (capitalism’s ‘animal spirits’, cf JM Keynes), rule markets, and markets rule the world, then fear and greed, two of our animal passions, rule the world. Capitalist social relations mean that greed and fear are in the throne. Socialist revolution is the dethroning of greed and fear and the enthroning of what makes *us* human—our consciousness, our intelligence, our capacity for solidarity, empathy and love. Since, in the sweep of time, we have only just crawled out of the swamp, the continued supremacy of animal passions over human society is not so surprising. The problem, the task to be solved, is that the capitalists are determined to prevent human society from moving beyond its prehistory, indeed they are driving society backwards, violating both our humanity and our animality—by poisoning the air we breathe, by the extermination of countless species; by

³⁶ Gillian Tett, 2007, ‘A delicate balance of fear and greed is upset’, in *Financial Times*, 10 August 2007. Unsure who held defaulting sub-prime housing bonds, on August 8, 2007, banks in USA and Europe stopped lending to each other, requiring the European Central Bank and the Federal Reserve to make emergency cash injections to prevent the banking system from seizing up.

making us “fear to bring children into this world”.³⁷ The socialist revolution deposes greed and fear and enthrones what makes us truly human. This is why socialism marks the end of the prehistory of humanity.

In *The Junius Pamphlet*, Rosa Luxemburg further develops this idea:

Socialism is the first popular movement in world history that has set itself the goal of bringing human consciousness, and thereby free will, into play in the social actions of mankind. For this reason, Friedrich Engels designated the final victory of the socialist proletariat a leap of humanity from the animal world into the realm of freedom. This “leap”... can never be realized until the development of complex material conditions strikes the incendiary spark of conscious will in the great masses. The victory of socialism will not descend from heaven. It can only be won by a long chain of violent tests of strength between the old and the new powers.

This, then, is our first definition of socialism: not just the *end* of the prehistory of humanity, but its *culmination*.

Socialism is, above all, the eradication of imperialism

Socialism is the name for the *conscious struggle against everything that violates the unity and equality of proletarians*, and the gravest violations of the equality and unity of proletarians result from the legacy of imperialism *and its continuation in new forms*.

³⁷ “You’ve thrown the worst fear/That could ever be hurled/The fear to bring children/Into this world”—Bob Dylan, 1963, *The Masters of War*.

The principal lines along which the unity and equality among working people is violated are *gender*, *race* and *empire*. Racial divisions are a product of imperialism, and cannot be overcome unless imperialism is also overcome, as Malcolm X understood so clearly and as is now widely appreciated by those leading the fight against state racism in imperialist countries. Patriarchal oppression is older and arguably deeper than racial oppression. Given their very different ontological status it is foolish to ask which of these oppressions is the most important. However, from a practical point of view, the greatest challenge confronting socialism is overcoming the violation of the equality and unity of proletarians that arises from the centuries-long and continuing imperialist mutilation, genocide and underdevelopment of 4/5 of humanity. The notion that workers in an imperialist country could achieve socialism before the consequences for the rest of humanity of historical and contemporary imperialist exploitation have been addressed and redressed isn't socialism, it's an abomination.

This is why socialism is militantly, uncompromisingly, unconditionally internationalist. When Cubans are asked why they sent more doctors to fight Ebola than the rest of the world put together, they respond "we share what we have, not what's left over;" when this small country of 11 million people sent 420,000 soldiers between 1975 and 1989, women and men, all volunteers, a fraction of the total number who volunteered, to fight South Africa's invasion of Angola and changed the course of world history, *this is what socialism means, this is proletarian internationalism not just in words, but in deeds*. And when so many of those who call themselves Marxists in imperialist countries *turn*

their backs on all of this,³⁸ then... well, it's best I don't finish this sentence.

Cuba's revolutionary workers show us, through their deeds, what Marx and Lenin have shown above in words. If US and European workers do not wish to compete with their sisters and brothers in Mexico, China etc, they must join with them in the struggle to abolish the racial hierarchy of nations and the tremendous disparities associated with it, and to achieve an authentic globalisation—a world without borders—in which no one has any more right to a job, an education or a life than anyone else. The path to socialism goes through, not around, the eradication of the gigantic differences in living standards and life chances that violate the principle of equality between proletarians. As Malcolm X said, “Freedom for everybody, or freedom for nobody.”

³⁸ Most of the currents that call themselves Trotskyist are hostile to the Cuban revolution and ignore its unparalleled internationalism; the same is true of those with roots in Maoism. Mao's belief that “Soviet social imperialism” was the main threat to humanity led the Chinese state to give diplomatic and military support to forces allied with imperialism and apartheid South Africa. Addressing tens of thousands of Cubans on 26 July 1991, Nelson Mandela said:

“It was in prison when I first heard of the massive assistance that the Cuban internationalist forces provided to the people of Angola, on such a scale that one hesitated to believe, when the Angolans came under combined attack of South African, CIA-financed FNLA, mercenary, UNITA, and Zairean troops in 1975. We in Africa are used to being victims of countries wanting to carve up our territory or subvert our sovereignty. It is unparalleled in African history to have another people rise to the defense of one of us. We know also that this was a popular action in Cuba. We are aware that those who fought and died in Angola were only a small proportion of those who volunteered. For the Cuban people internationalism is not merely a word but something that we have seen practiced to the benefit of large sections of humankind.” Nelson Mandela and Fidel Castro, 1991, *How Far We Slaves Have Come*. New York: Pathfinder Press, pp. 19-20.

How better to finish this discussion of imperialism and working class agency than with these words from Rosa Luxemburg:

Friedrich Engels once said: “Bourgeois society stands at the crossroads, either transition to socialism or regression into barbarism.” ...Today, we face the choice exactly as Friedrich Engels foresaw it a generation ago: either the triumph of imperialism and the collapse of all civilization as in ancient Rome, depopulation, desolation, degeneration – a great cemetery. Or the victory of socialism, that means the conscious active struggle of the international proletariat against imperialism and its method of war.³⁹

³⁹ The Crisis of German Social Democracy (a.k.a. "The Junius Pamphlet," 1915) https://platypus1917.org/wp-content/uploads/readings/luxemburg_junius.pdf

AT THE THRESHOLD OF SOCIAL RESPECTABILITY: ON THE POLITICAL CONSTRUCTION OF NEW UNDERCLASSES¹

Klaus Dörre²

In memory of my friend
Robert Castel,
to whom I owe so much

Preface

For some time now, there has been a heated debate in Western capitalisms about how to conceptualize multiple inequalities in sociological terms. This debate also concerns the lower end of the social hierarchy. Are we dealing with the emergence of a new, primarily urban underclass, as Michael Mann claims (Mann 2013)? Is the underclass an interest-driven invention, an analytically unsound term that should be replaced in a more serious scientific manner by the term ‘precariat’, as Loic Wacquant suggests in his recent book (Wacqaunt 2022)? Is the precariat a class at all, as Guy Standing (Standing 2011) claims? Or is it, as Erik Olin Wright (2015) argues, a large social group that has no vested interests in

¹ I am grateful to Adrian Wilding for the translation of this text.

² Klaus Dörre is Professor at the Friedrich-Schiller-University of Jena (Germany).

relation to the working class and hence does not form a class of its own?

In the following, I would like to explore these questions by drawing in three ways on the work of my friend Robert Castel, who unfortunately passed away much too early. *First*, I take up a collaborative work that helped to initiate a now diverse body of research on precarisation and precarity in Germany (Castel/Dörre 2009). *Second*, I will refer to one of Robert Castel's working hypotheses, which an analytic look at the emergence of a precarious full-employment society in Germany confirms. And *third*, inspired by intense, thoroughly controversial but always productive debates which we had the privilege of having with Robert Castel in Jena, I will argue for an analytic usage of the term 'underclass'. The concept of social property is central to this usage.

What makes it useful to speak of underclasses in an analytic sense? From my point of view, the most important reason is a presumption of causality. Class, as a concept, always implies a connecting principle that makes it possible to link "the good fortune of the rich to the misfortune of the poor" (Boltanski & Chiapello 2007: 354). The contemporary production of new underclasses also follows such a causality, albeit an extremely complex one. To reduce the complexity in a deliberately stylized way, the social mechanism of underclass formation can be described as follows: ruling classes (fractions) which demand a "lean state," low taxes, and the lowest possible labour and reproduction costs, are responsible (not solely responsible but via an essentially complex set of causes) for the formation and recomposition of underclasses. In general, the concentration of wealth and income promotes the propensity for speculative

transactions and thus increases the economy's vulnerability to crises. Economic power can be transformed into political power, for instance through the financing of lobbying, and used to promote commodifying labour market and social policies. The result is a curtailment of social property and a selective stripping of wage-earners and their families of welfare-state safeguards. Underclasses are characterized by structurally deficient social property, measured by common standards of normality. This means that they suspected by the social majority of no longer being able to achieve individual reproduction through their own efforts and by means of their own achievements. They find themselves marked with the status of welfare and falling below the threshold of social respectability.

In the following, this thesis will be tested in several steps. I begin with a look at the bewildering variety of multiple inequalities and the German debate that has developed on these (I.). It turns out that the persistent blind spots in sociological inequality research cannot be corrected overnight. A step in the right direction could be to look at the key concepts of "exclusion" and "precarity" in such a way that both differences and overlaps with the concept of class are elaborated. This will be attempted in what follows. First, I clarify the basic concepts of exclusion and precarity (II). Building on this, I look at the political construction of the new underclasses and the emergence of a precarious full employment society in Germany (III., IV.). Summing up, I argue why it makes sense to use the concept of the underclass for the analysis of demobilized class societies (V.).

I. Introduction: Multiple inequalities as a challenge for sociological analysis

For three decades, vertical, class-specific inequalities have been on the rise once again in most countries worldwide. While inequalities *between* countries are decreasing—mainly as a result of rapid growth and catch-up processes in large emerging economies—income and wealth inequality *within* nation states is becoming more pronounced (Therborn 2012; Milanovic 2011, 2016). While earnings from capital income increased between 1980 and 2013, the wage ratio in the advanced industrial countries continuously declined (IMF 2017). The wage increases of the subsequent years were insufficient to correct this imbalance in any significant way.

Rapid growth in both small and large emerging countries, which contributes to the emergence of middle classes locally, occurs to the detriment of disadvantaged groups in the OECD countries. The primary beneficiaries of globalisation are the elites residing mainly in the affluent societies of the global North. Some 44 percent of the total increase in income between 1988 and 2008 went to the wealthiest five percent, and almost one-fifth to the richest one percent of the world's adult population. The rising middle classes in the emerging economies of the South received only two to four percent of total income increases (Milanovic 2011, 2013, 2016). Large groups of wage earners—production workers and the growing service proletariat in particular—find themselves on the losing side of globalisation. They no longer benefit from what Branko Milanovic describes as the 'citizenship rent' of wealth distribution (2011: 120). The privilege of being born in a rich country has ceased to serve as a protection against downward social mobility.

At the same time, new divisions and inequalities are becoming more pronounced and making their presence felt even *within* directly or indirectly wage-dependent classes. Even in societies with a flourishing economy, precarious work and employment relations have become the “‘normal’ organisational form’ of social life (Castel 2011: 136). At the same time, another form of exclusion is taking place. At the very top of the social hierarchy, we find one group expanding, namely the—albeit still tiny—group of super-rich owners of wealth that largely live outside the rules that apply to the rest of the population.³ At the bottom of the social hierarchy, by contrast, large social groups are forming which drop out of the established social order in an entirely different way. These groups are excluded not only from regular gainful employment, but also stripped of basic social and democratic rights; from the perspective of mainstream society, they simply appear ‘superfluous’. These underclasses comprise between 10 and 15 percent of the total population in almost all early industrialised countries (Mann 2013: 91f.).

But how can this structural heterogeneity of social dislocations and disparities be conceptualised in a scientifically accurate and reliable way? The answers to this question differ substantially. However, it is obvious from countless debates that sociology and the social sciences currently lack adequate theoretical concepts and analytical tools to capture the confusing melange of social

³ Krysmanski (2012: 45-46) estimates the social core of this faction of the propertied classes to include around 10,000 to 20,000 super-rich individuals worldwide, among them some 3,000 billionaires whose liquid assets amounts to more than 500 million US dollars. These super-rich are joined by another 100,000 people with assets of 30 to 500 million US dollars, as well as ten million people with a liquidity between one and five million US dollars.

divisions, social polarisation, widespread precarity and exclusion. There are two particular reasons for this. The first is the “neglect of class” (Kadritzke 2017) especially in the German social sciences, which is today being critically revised. The second reason is the insufficient interlinking of theories of class and approaches which focus on other manifestations of the social question such as exclusion or precarity (Kronauer 2002; Castel/Dörre 2009; Bude/Willisch 2006).

II. The basic concepts of exclusion and precarity

From the mid-1980s, German sociology was dominated by a discourse that construed inequalities primarily in terms of individualisation. In a pointed summary of the sociological debates from that decade, Ulrich Beck proclaimed an irreversible process of dissolution of industrial class society (Beck 1983, 1992): according to Beck, the logic of class-specific wealth distribution was increasingly being replaced by the logic of ecological risks to civilisation which were not specific to class. Added to this, Beck contended, a renewed surge of individualisation tendencies had divested the social forms of industrial modernity, above all class, status and gender, of their cohesive force in the lifeworld: “The individual himself or herself becomes the reproductive unit for the social in the lifeworld” (Beck 1992: 130).

In retrospect, there can hardly be any doubt that Ulrich Beck and the authors building on his analysis address an important dimension of socio-structural change when they refer to the liberation of the individual from traditional social milieus, predetermined gender roles and religious ties. Yet the pointed emphasis of the individualisation thesis on the image of a “capitalism without

classes” has proven problematic (Beck 1992: 88). According to Beck, society is currently “searching for a different social structure” and cannot “be forced back into the class category time after time and against the grain without running the risk of a dangerous loss of reality and relevance” (Beck 1986: 140, translation amended). Applied to the present, this thesis could be reversed: due to the dramatic increase in vertical inequalities, it appears to make little sense to force ‘general’ class differences, against the grain, so to speak, into categories such as individualisation, pluralisation or the temporalisation of social inequalities. The sociological rediscovery of the social question, however, was initially not based on class categories, but precisely on terms like exclusion or precarity.

The reasons for this also pertain to theoretical strategy. Regardless of their general heterogeneity, class theories assign individuals and collectives a more or less fixed position in the social structure of modern societies. Even members of subaltern classes are still seen as members of society. The basic underlying premise of concepts that place social exclusion at the heart of their analysis is a different one. These concepts make reference to social groups ‘decoupled’ (or ‘disaffiliated’) from mainstream society (Castel 2002), to their ‘expendability’ (Kronauer 2002) or their exclusion from social subsystems (Luhmann 1995a, and, more controversially: Schroer 2008; Nassehi 2008).

II.1 Blind spots of the classical (and other) theories of class

As a result of this focus, the theorems of social exclusion—which, for their part, are also highly diverse—highlight a blind spot

of countless class analyses. Organised actors can pursue the class struggle in a way that facilitates the social integration of both conflict parties. The unregulated (or poorly regulated) industrial conflict can then turn into a ‘democratic class struggle’ (Korpi 1983; Dahrendorf 1967, 2017). The frequently displayed ferocity of such conflicts aside, they are conducted on the grounds of guaranteed economic and social rights of wage earners. The erstwhile ‘wild’ class struggle becomes a dispute between collective bargaining parties; it is institutionalised, pacified and de-dramatised. And yet, the less friction the systemic integration of the democratic class struggle causes, the more apparent the social divisions that erupt outside the regulated sector. These divisions have a disintegrating effect on society, yet without having any system-transcending impact. Large social groups that are excluded even from exploitation by wage labour and thus assume a socially marginalised position are insufficiently theorised in both classical and more recent class theories.

In Marx’s class theory, such groups feature as the industrial reserve army or are discussed in terms of an exclusively negatively connoted *Lumpenproletariat*. To Marx, the industrial reserve army in its various manifestations constitutes an unemployed segment of the proletariat, and overcoming the divisions between active and passive workers is therefore a matter of “planned co-operation between the employed and the unemployed” (Marx 1976: 793) and thus of political and trade unionist class unity. Even orphans and pauper children are regarded as “candidates for the industrial reserve army” (ibid.: 797) who are “enrolled in the army of active workers both speedily and in large numbers” in times of economic prosperity (ibid.). In contrast, Marx considers vagabonds and criminals, the incapacitated, the mutilated and the sickly as a

‘pauperized section’ [In the original: ‘*Lazarus layer*’] (ibid.: 798) that is equally unable to be integrated into the working class, and which will tend, time and again, to rally with the political reaction. In the *Communist Manifesto*, Marx and Engels refer to the *Lumpenproletariat* as that “passively rotting mass thrown off by the lowest layers of old society” (Marx/Engels 1976: 494) and who, as a result of their entire way of life, are predestined for the role of “bribed tool of reactionary intrigue” (ibid.).

This view reveals resentment, on the basis of which the social outsiders are ascribed all those negative traits from which the potentially revolutionary proletariat is supposedly exempt (Bescherer 2013). Needless to say, such classifications are untenable historically. Irish immigration, for example, which Engels commented on with a mix of dismissal and contempt—given that it ‘degraded’ (Engels 1975: 393) the English working class through the competition and uncivilised behaviour it imported—became one of the first focal points of organised labour movements as a result of its numerous seemingly irrational struggles (Thompson 1991). Max Weber’s conceptual framework, when it comes to considering the lowest levels of the social pyramid, has little to offer in the way of alternatives to Marx’s class theory. That said, in Weber we do find, alongside some vague hints at deprived classes and strata, the social figure of the ‘Pariah’ and the category of the ‘Pariah people’ (Weber 1978 [1921]: 492 ff.), which, as Weber explains in terms of the example of Jewish people (ibid.), correspond to specific forms of intentionally precipitated social exclusion.

In more recent class analyses that build on Marx and Weber, the analysis of underclasses forming ‘below’ the segment of the

working population also remains peculiarly weak. Everything that is located below the middle classes, so to speak, is classified as being 'at the bottom'. Such ascriptions can even be found in Pierre Bourdieu's magnum opus, *Distinction* (1984). From today's perspective, Bourdieu's description of a pragmatic 'taste of necessity' (ibid.: 6) that constitutes the lower classes, appears to correspond more to the blue- and white-collar workers of 1960s France. Such a definition is inadequate to describe socially excluded or even 'Lumpenproletarian' groups. As we will see, however, Bourdieu's comprehensive work does, on closer inspection, contain approaches that analyses of exclusion, precarity and the underclasses could take as starting points.

II.2 Social exclusion

The debate surrounding social exclusion addresses what neither Marx nor Weber anticipated in their conception of class: the formation of social groups that are considered worthless in terms of economic valorisation and useless for mainstream society, and which are, therefore, expendable. These 'superfluous' (Kronauer 2002: 116; Bude/Willisch 2008: 31-49) groups are not even part of the industrial reserve army, as they are simply not needed (any longer). They are not to be confused with what Dahrendorf (1967: 83) refers to as the 'socially despised', however, a group that has always existed in regulated welfare state capitalisms, as exclusion is not an exclusive problem of 'marginalised strata' (*Randschichten*) (Geißler 2006: 201). Nevertheless, the fact that 'superfluous' groups in society exist in the first place becomes a challenge for those social theories that at least implicitly assume a progressive inclusion of social sub-systems. When surveying the Brazilian favelas, Niklas Luhmann encountered people who were

literally “without function” for highly differentiated social sub-systems and thus constituted a theoretical problem (Luhmann 1995 a, b). The concept of exclusion, as it were, allows a particular variant of the social question to intrude into the theory of the functional differentiation of society. Correspondingly, the zone of exclusion has become the object of fierce theoretical controversies. One group, among them Armin Nassehi, emphatically rejects the theoretical use of the term ‘exclusion’. In Nassehi’s view, its use is inappropriate because of an overlapping with socio-political connotations: “If inclusion is nothing but the way in which social systems accommodate people, include them in their space of resonance, both develop and restrict their action scope, make them visible, then exclusion denotes the mechanism through which individuals are deprived of any designation or recognition. To be exact: ideally, the excluded should not even be visible at all,” the argument runs (Nassehi 2008: 122f).

“Those in darkness *can* in fact be seen” (“*Die im Dunklen sieht man doch*”), is Markus Schroer’s (Schroer 2008: 178–194) implicit response. Schroer believes he can demonstrate that Luhmann, in his later work, contemplated whether ‘the inclusion/exclusion distinction might be slowly replacing the logic of functional differentiation’ (ibid: 181). Schroer links this discovery to a plea for a more precise examination of the zone of exclusion, as he considers it possible that the said distinction could become the key social difference in the 21st century. In this context, the author calls for a discussion that no longer addresses the inclusion/exclusion problem as a binary schema: “I would claim that we are dealing, in the zone of inclusion, with an inverted repetition of the differentiations in the zone of exclusion. Alongside the necessary differentiation of the concept of exclusion, we need a

differentiation of the concept of inclusion, too, so that the varying degrees of inclusion and exclusion can be ascertained, much like the precarious melange of inclusion and exclusion” (ibid.: 192).

Martin Kronauer in fact does make such a distinction. His sociological concept of exclusion may well represent the most elaborate definition in the German-speaking world thus far. However, Kronauer is less concerned with systems theory nit-picking as with real phenomena first observed in the advanced capitalisms of the 1980s. His empirical point of departure is the “social layer of long-term unemployed” (Kronauer et al. 1993), which grew steadily in Germany up until 2005. In engaging with this phenomenon, Kronauer develops a concept which, from a theoretical perspective, draws on social exclusion as well as the ‘underclass’ debate that can be found mainly in the English-speaking world (Kronauer 2002: 38–74). He reveals the problems and aporias of a dichotomous concept of exclusion, commonly used in systems theory. As an alternative, he proposes an approach that takes account of the fact that exclusion can imply a simultaneity of inside and outside. Social exclusion takes place in distinct modes and dimensions of social participation (ibid: 153). That is why exclusion can denote very different things: exclusion from the social division of labour, falling through social safety nets and the resulting isolation, exclusion from material and cultural participation in the sense of being unable to keep up, as well as political-institutional barriers to participation which, taken together, amount to an experience of permanent powerlessness and lack of opportunity. Individuals and social groups can be included in these dimensions for one reason, while being excluded from them for another.

Exclusion, in Kronauer's understanding, thus addresses the 'inside of the outside', or, more precisely: "In the continuing custody of welfare state assistance, the excluded find themselves in the paradoxical situation of an institutionalised simultaneity of inside and outside. Given the tightly calculated provisions and the daunting bureaucracy, social benefits hardly represent a survival strategy of choice, as poor people are often accused of. When the welfare status continues to last, then this is usually due to a lack of alternatives, repeated botched attempts at escaping this status and, ultimately, resignation" (ibid.: 204). Wherever the large-scale formation of a 'superfluous' stratum takes hold, exclusion can become a "danger for social integration" (Kronauer 2002: 228), eroding democracy in the long term.

II.3 Precarity

Martin Kronauer's dynamic, multi-dimensional concept of exclusion places him, both theoretically and analytically, close to a discourse on precarity that was originally largely influenced by French sociology, and especially by Pierre Bourdieu (1998) and Robert Castel (2002, 2005, 2011). Robert Castel explicitly distances his concept of precarity from overly narrow notions of exclusion. His main criticism is that there is too strong a tendency to view 'exclusion' from the perspective of its outcome. Castel contends that given there are only two possible conditions, inside or outside, the semantics of exclusion create a blindness to the wide range of social dislocations creating social vulnerability, the effects of which extend well into the somewhat secure core of the labour force (Castel 2008). Castel's criticism is obviously directed at Kronauer's gradualist concept of exclusion; and yet, the proposed

alternative approach to precarity allows perspectives on social dislocations than even flexible theorems of exclusion miss.

The origins of the term can be found in the Latin *precarium*, referring to a loan (of an object, of land or rights), the right to use of which could be revoked by the donor at any time. Precarity thus describes an insecure, unstable relationship that is subject to cancellation at short notice, a relationship in which the recipient of a good becomes dependent on the donor. The opposite would be a stable, secure relationship, characterised by equal rights. In the sociological debate, the term precarity refers to insecure, uncertain and unstable conditions of work, employment and life in general. As a social phenomenon, precarity is anything but new. The history of precarious working and living conditions can be traced back at least to the 14th century AD (Castel 2002; Schultheis/Herold 2010). In the feudal order, beggars and vagabonds were subjected to the disciplining violence of the guilds and the police. The liberation from the hierarchical order that occurred during the transition to the industrial capitalist mode of production inevitably entailed forced pauperisation. In the crumbling feudal order, state power was used against potential wage workers; what emerged was the phenomenon of ‘undignified’ wage labour (Castel 2011: 63). According to diagnoses by Bourdieu, Castel, and many others, today’s displacement from welfare-state guaranteed social security systems has led to the return of this phenomenon—albeit at an entirely different level of social wealth and security. Precarious wage earners are thus the new ‘vagabonds’ of the 21st century, who enter the stage in the wake of the deregulation of work and employment (Castel 2011: 68) and who, as a result of their partial disenfranchisement, become ‘denizens’, a kind of semi-citizen excluded from social and democratic rights (Standing 2011, 2014).

What is constitutive of precarity in affluent societies is neither the association with an *underclass* that commands little social respect, nor mass unemployment, but rather the proliferation of low-paid, often temporary work and employment relations that enjoy little recognition, a phenomenon that is also widespread among skilled workers and academics (Bologna 1977; Roth 2010: 155; Schultheis/Herold 2010: 244.) André Gorz uses the term with reference to the expansion of domestic services (1989: 197, here translated as ‘precariousness’). In the works of Pierre Bourdieu, the category addresses, for example, the ‘de-collectivisation’ of the industrial working class. Precarity as a concept simultaneously implies a criticism of the return of social insecurity and as such transcends a mere description thereof.⁴

That said, precarity is not an ideological battle cry. Regarding its analytical scientific use, two forms must be distinguished. Precarity, as a *social analytical* and as a *diagnostic concept* addresses changes at the intersection of gainful economic activity, the welfare state and democracy. The term addresses ‘a general convulsion of society’ (Ehrenberg 2011: 366; Barbier 2013). It seeks to render the connections between individual phenomena observable. In this diagnostic usage, the term can be refined in a way that highlights its strengths. This is possible if precarity is understood not as a primarily social condition, but as a regime of

⁴ In his famous speech, “Job Insecurity is Everywhere”, Pierre Bourdieu sums up the essence of this criticism as follows: “In all these areas it [precarity, K.D.] produces more or less identical effects, which become particularly visible in the extreme case of the unemployed: the de-structuring of existence, which is deprived among other things of its temporal structures, and the ensuing deterioration of the whole relationship to the world, time and space” (Bourdieu 1998: 82).

power, control and disciplining which influences and changes the ‘work-centred society’ (*Arbeitsgesellschaft*) as a whole (Dörre 2009). From these various uses for a diagnosis of the times and for social analysis, some more narrowly conceived, *empirically oriented categorisations* stand out which conceive of precarity as a special form of atypical employment (Keller/Seifert 2007), as a social position between poverty and normality (Kraemer 2009), as externalisation on the labour market (Bartelheimer 2011; Krause/Köhler 2012), as increasing fragility of social reproduction and informal migrant domestic service work in ‘global care chains’ (Aulenbacher 2009; Hochschild 2001), or as a form of social vulnerability which originates at the heart of work-centred society and must be distinguished from phenomena such as poverty, unemployment or exclusion (Vogel 2009).

Both forms of usage of the term ‘precarity’ have been influenced by the works of Robert Castel. According to Castel, the post-Fordist work-centred societies of the affluent North are divided into distinct zones of differing levels of (social) security (Castel 2002: 304f.). Although a majority of wage earners in the advanced capitalisms are still situated within a zone of integration, which entails protected full-time employment and more or less intact social safety nets, below that level a *zone of precarity* is expanding, which is marked by both uncertain employment and eroding social safety nets. At the bottom of this hierarchy, a *zone of decoupling or detachment* is taking shape, comprising groups who have no real chance at integration in the still protected segments of the labour market and concomitant social safety nets. Castel’s zone model has served as a heuristic template used by numerous authors to conduct their own empirical research. Today, the applicability of this analytical model to Germany and other European societies has been

sufficiently demonstrated (see, i.a.: Allmendinger et al. 2018; Brinkmann et al. 2006; Castel/Dörre 2009; Schultheis/Schulz 2005; Pelizzari 2009; Sander 2012).

What is important in this context is that Castel by no means disputes the relevance of social exclusion for contemporary societies in general. Rather, he wants to reserve the term, both theoretically and analytically, for social groups that are assigned a special status as a result of resentment and intentional policy, which permanently sets them apart from ‘mainstream society’. According to Castel, exclusion is defined by a) complete (physical) exclusion from society, as in the case of the Spanish Jews or the Moors, which in the worst case can lead to genocide; b) the construction of closed-off facilities in which, for example, criminals, lepers or the mentally ill are separated from the rest of society, in which they nevertheless remain, and c) the moment from which the assignment of a status occurs, which allows certain classes to coexist within the community, but which robs them of “certain rights and opportunities to participate in certain social activities” (Castel 2008: 81).

Castel does not (case a), or only to a limited extent (cases b and c), see anything of this kind taking place in the welfare state capitalisms of continental Europe. In his view, most scenarios that are defined as exclusion in sociological discourse in fact follow different logics: “In most cases, it is social vulnerability caused by a degradation of employment relations and the associated social security or, in short: the crisis of ‘work-centred society’ [*Arbeitsgesellschaft*]. One may speak of precarisation, vulnerability or marginalisation in this context, but not of exclusion [...] The need for such a distinction implies neither that these

situations of exclusion as such are not a serious matter, nor that the risk of exclusion does not exist today. They are by all means to be taken seriously, for they contribute to a general destabilisation of society. Correspondingly, those segments of the population are growing that suffer from deficient integration concerning employment, housing, education, culture etc., and for whom, we could say, the threat of exclusion is very real. These processes of marginalisation, then, can ultimately lead to exclusion in the actual sense of the term, i.e. an explicitly discriminating treatment of these social groups” (ibid.: 83).

III. On the political construction of new underclasses

When comparing Castel’s concept of precarity to a differential concept of exclusion, as Kronauer proposes, the common aspects are immediately clear. Kronauer’s multi-dimensional concept refers primarily to groups located in the proximity to the social welfare status. To Castel and those whose analyses build on him (Dörre 2005; Brinkmann 2006; Dörre et al. 2013), individuals who are ‘decoupled’ or ‘disaffiliated’ (*désaffilié*) constitute, so to speak, the lowest reference point of precarity. They represent the counterpart to the underclass in the United States, albeit less socio-structurally entrenched and politically by no means entirely excluded. The formation of underclasses is also the point at which the link with the classical class theories mentioned earlier surfaces. In contrast to Guy Standing’s assertion, the precariat is not a class, let alone ‘a class-in-the-making’ (Standing 2011: 7, 2014), that could replace the organised industrial proletariat as a collective actor in social conflicts. Instead of conceiving of the precariat as a class, it seems more productive to differentiate between class- and gender-based

forms of precarity (Pelizzari 2009). If we replace precariat with underclass, the chances of an accurate analysis improve. Vulnerability as a result of social proximity to the welfare status nevertheless represents a social positioning that unites members of the underclass despite otherwise highly diverse backgrounds.

III.1 At the threshold of social respectability

Pierre Bourdieu and the research group surrounding him described this social positioning quite accurately when studying the social rupture in the French *banlieues*. In *The Weight of the World*, the category of the ‘outcasts on the inside’ (Bourdieu et al. 1999: 421–506) is introduced. This group includes, among others, second-generation immigrants. Their experience is that educational institutions not only have significant selective effects, but that they fail to guarantee upward social advancement even in the case of successful educational careers. To Bourdieu, however, these internal outcasts represent only one specific manifestation of the tendency towards precarisation, one closely linked to the dismantling and restructuring of the welfare state. In his analysis, Bourdieu draws on categories which he originally developed in the context of his study of (post-)colonial Algerian society. In his work *Algeria 1960* (1979), Bourdieu describes the appropriation of an economic habitus that engenders forms of calculating behaviour, which in turn are indispensable for rational behaviour in capitalist markets.

Studying the Kabyle society and its transformation process as a living laboratory, then, Bourdieu finds that the opportunities to adopt dispositions of economic rationality compatible with market society are distributed unevenly. The precondition of rational

economic behaviour in capitalist market societies is that “the whole of existence be organized in relation to an absent, imaginary vanishing point” (Bourdieu 1979, p. 7). The radical orientation towards the future that characterises capitalism as a social formation must be internalised and become an organic component of one’s existence. As an internalised economic mindset, capitalism acts as a ‘fateful force’ (Weber 1992) that subordinates the lives of individuals to sober and rational objectives based on precise, quantifiable calculations (Sombart 1928: 329). In this context, Bourdieu points to two thresholds that mark the boundaries between distinct levels of social security: “Permanent employment and regular income, together with the whole set of assurances about the future which they guarantee, bring people on to what we may call the *security plateau*” (Bourdieu 1979: 54). Below this first threshold, we find unstable forms of work and life. Above it, the prime goal of people’s economic activity “remains the satisfaction of needs” and improvement of social security. An actual entrepreneurial and market-compatible mindset that allows one to gear one’s existence to the future, however, only becomes possible when a “*threshold of calculability* (or enterprise)” is reached, which is “marked by possession of incomes sufficient to overcome the concern with simple subsistence” (ibid.).

Strikingly, Bourdieu makes implicit reference to a third threshold. This threshold marks the outer limit of social respectability and appreciation by others. It is indicated by an institutionalised welfare status. Below this threshold of respectability, autonomous social reproduction becomes impossible without the assistance of the community or society. So to say, the social welfare status epitomises society’s zone of exclusion. Anyone situated in the social proximity to the welfare status almost

inevitably becomes the target of negative (e.g., sexist or racist) classifications that are always linked to the welfare status and may well lead to social exclusion. Wherever social conditions solidify that are located around or below this threshold of respectability, we may speak of the emergence of socially devalued underclasses.

Thresholds of respectability, security and calculability exist in all modern capitalist societies. They may change in relation to the level of wealth in these societies, they may be contested and can shift depending on socio-economic developments, welfare state institutions, symbolic as well as political struggles, but they do nevertheless exist. They even exist in the regulated welfare state capitalisms of continental Europe. The rationalisation of people's private life conduct has progressed tremendously in the advanced capitalisms, the economic habitus has proliferated across class and gender boundaries, and there is hardly an area of life that is spared the calculating rationality of capitalist commodity exchange.

III.2. The formation of underclasses through devaluation

Yet the formation of new underclasses in the capitalist metropolises does not follow a natural law. Their emergence and consolidation are based on the formation of political blocs, through which social elites, in alliance with segments of the 'performing' middle and working classes, revoke their solidarity with and the protection of the allegedly 'unproductive', 'superfluous' members of the new underclasses. The same process is additionally and substantially advanced by government policies of demarcation, which—be it intentionally or be it implicitly—amount to the collective depreciation of the most vulnerable groups in society.

In order to better understand this notion, a brief digression into Bourdieu's theory of the state is appropriate. Distinguishing his approach from Marxist political theories—albeit based on a highly selective representation thereof—Bourdieu argues that the state is not an actor but rather a 'well-founded illusion', a 'place that exists essentially because people believe that it exists' (Bourdieu 2014: 10). That is why 'all sentences that have the state as subject are theological sentences' (ibid.). In order to avoid theology, Bourdieu suggests substituting "for the state the acts that can be called acts of 'state'—putting 'state' in quotes" (ibid.). This idea can be harnessed for an analysis of the political production of new underclasses. Bourdieu defines the state as the "monopoly of legitimate symbolic violence" (Bourdieu 2014: 66), whose most universal of all functions includes "the production and canonization of social classifications" (ibid.: 10). State institutions and actors have a classifying effect, for example, by establishing standards of normality and thus shifting and cementing a society's threshold of social respectability. Underclasses emerge in regulated welfare state capitalisms when entire population segments are permanently forced below the threshold of social respectability as a result of carefully designed scarcity and symbolic devaluation. Depending on the varying policies and welfare state regimes, class formation through demarcation and symbolic devaluation can, however, manifest in very different ways.

In France, the social rift can be situated spatially; the demarcation vis-à-vis the underclasses takes place in the form of *socio-spatial isolation and separation*. Whoever lives in the suburbs, the *banlieues*, moves below the threshold of respectability and stands almost no chance of making the leap into the society of

respected citizens even with a good education. Those affected include, above all, but not only, immigrants who originally came from the French colonies, as well as their children and grandchildren. The demarcation initially occurs within civil society and via struggles over classification at the interface of the border regime. These struggles around classification were and are being fuelled by ethno-pluralist ideologemes that replace notions of racist purity with those of cultural identity (Taguieff 1991: 221–268). Corresponding interpretative frames combine class-specific and cultural traits and thus contribute to the ethnicisation of the social, entailing the collective devaluation of an allegedly ‘useless’ underclass dominated by immigrants.

While those living in the French suburbs represent groups of ‘internal outcasts’ who do not entirely drop out of the social security systems, in the United States we encounter an underclass that experiences the state primarily in the form of a repressive authority. Here, we find the mechanism of *demarcation through criminalisation*. Over the course of 40 years, the number of prison inmates has grown fivefold, most of them poor people of colour. One in nine young African-American men are incarcerated; about 60 percent of those who never graduate from high school have been to prison by their mid-30s (Goffman 2014: xiii). In such a scenario, contact between the state and members of the underclasses can easily turn into armed confrontation. Time and again, police use the slightest excuse (if any) to employ deadly force against unarmed people of colour, as they identify the latter—precisely because of their complexion—as members of the dangerous, threatening classes. These conflicts have been escalating for a long time. They have sparked uprisings and riots by the black community and, in

some isolated cases, the ‘outcasts’ have now started to shoot back at the police.

The formation of underclasses may also take place in a far more subtle way, however. For example, it may emerge as a result of a gradual *proliferation of* badly paid, barely acknowledged and thus ‘*undignified*’ labour. A glance behind the façade of the so-called German ‘job miracle’ illustrates what this means. Over the course of a decade, a precarious full-employment society has emerged in Germany. A decreasing volume of paid working hours is asymmetrically distributed to a record number of economically active people. For large groups in society today, integration into the labour market occurs via non-standardised, precarious, badly paid, barely acknowledged work with few to no participatory rights (Allmendinger et al. 2018; Dörre et al. 2018).

The mobilisation for ‘undignified’ labour occurs in accordance with the logic of the activating labour market regime, in which the receipt of social benefits indicates the threshold of social respectability. In this regime, the entitlement to receive assistance is endlessly tested, ultimately determining whether or not one’s leap into the society of respected citizens can succeed. The receipt of benefits is staged as a contest in which those who are successful set the standards: these standards then serve as an orientation or a norm for those who have thus far failed to make the leap into a better position. The vast majority of recipients proactively expend great efforts to exit their welfare status. Yet despite these best efforts, most respondents fail to secure regular employment. What we see instead is a kind of *circular mobility*. Ingresses into benefit receipt and the number of people coming off benefits show a high fluctuation. However, this should not be confused with a

functioning avenue for upward social mobility. In fact, it involves oscillating between precarious employment, publicly subsidised work and unemployment. Although in Germany the number of long-term unemployed persons declined by about 40 percent between 2006 and 2011, and has remained at that level ever since, there is a solid core of about one million people who have not left the welfare status in a decade. In 2014, a total of 4.4 million people were dependent on social benefits; 3.1 million of them were long-term benefit recipients. Only half of benefit recipients were unemployed; only 770,000 of the 4.4 million were both long-term unemployed and long-term benefit recipients.

Behind these figures lies the consolidation of social circumstances at the threshold of social respectability. The longer people remain on benefits, the greater the pressure to adopt a habitus that is not anticipated in Bourdieu's class analysis. Those affected develop a habitus of survival which sets them apart from the rest of society. For the most part, this is not to be understood in the physical sense. As the status of benefit recipient continues, individuals are forced to come to terms with a situation of material scarcity, a lack of social recognition and strict bureaucratic surveillance of their everyday life. In the very act of coming to terms with this situation they further separate themselves from the rest of society. Once separated, their way of life becomes an even better target for collective devaluation by mainstream society. It is precisely because benefit recipients adapt to adverse conditions that they become the target of negative classifications by so-called 'mainstream society'.

III.3 Employment orientations of obstinate ‘clients’

We have empirically researched what underclass formation in Germany means subjectively under this strict regime in a seven-year follow-up study.⁵ One element of the justificatory order of the system of competition of activating labour market policy is its promise of raising benefit recipients’ willingness to accept work as well as improving their chances of finding employment. Yet, in the context of selection procedures, the counsellors and case handlers come face to face with people who already have relatively stable views and preferences. What occurs when case teams with their specific objectives and obstinate clients with a previously acquired employment orientation come into contact is best understood by use of a typology of benefit recipients’ subjective employment orientations which we extracted from our longitudinal study.

Depending on social background, academic career, and occupational socialisation, subjective employment orientations are the outcome of a biographical path of development. They include the respective manifestation of an ‘economic habitus’ (Bourdieu 1979, p. 4), a calculating way of thinking (Sombart 1928), that is to say, the internalisation of a capitalist ‘spirit’ as a precondition for rational behaviour on markets, especially on the labour market. A subjective employment orientation, however, amounts to more than

⁵ The study has an empirical basis in case studies across four different geographical regions of the German labour market, 95 expert interviews with labour administration staff and other regional experts as well as 188 interviews with recipients of Arbeitslosengeld II (ALG II – unemployment benefits) that were conducted in three stages between 2006 and 2012. The study looks at benefit recipients’ subjective employment orientations, individual compromises between normative orientations and actual activity, and the impact of strict rules concerning conditionality on these compromises. Cf. Dörre/Scherschel/Booth et al. 2013.

just this latent, seemingly primarily spontaneous and unconscious mindset. To the extent that they are part of a subjective employment orientation, these ‘habitualised’ patterns of acting and thinking are embedded in socio-moral evaluations and explicit demands for paid work that can be identified in interviews. The internalisation of the socially hegemonic obligation to earn a living (moving from ‘you have to work!’ to ‘I want to work!’) produces a norm that mediates between the latent and the explicit mindset. Accordingly, our typology of subjective employment orientation encompasses three dimensions of work consciousness: the occupational concept, the normative employment orientation, and the individual compromise arrangements, which, depending on the anticipated chances, mediate between the norm and the concept of occupation; thus combined they become the dominant processing mode, ‘cross-cutting’ through the different types (cf. Table 1).

Our findings indicate anything but a decline of a work ethic and middle-class virtues. The benefit recipients for the most part are quite self-motivated to quickly find work by their own efforts. To them, regular employment that allows for an independent life represents the norm which they do not wish to call into question. However, this is not an achievement of the new labour market regime and its new test formats. Rather, despite the experience of unemployment lasting for several years, respondents nevertheless retain subjective employment orientations that they have developed completely *independently* of the system of competition of *Fordern und Fördern*. Their main goal is to exit from the test format associated with ‘Hartz IV’ altogether and to reach a position above the threshold of respectability. While being obliged to undergo the tests of the new labour market regime, they mostly find them neither reasonable nor just.

Table 1: Employment Orientations of Basic Social Security Recipients – Types and Subtypes

CORE CRITERIA	WORKERS AT-ANY-COST	AS-IF WORKERS	NON-WORKERS
Form of employment	<p>Centrality of employment norm</p> <p>Paid work (remains) as centre of activity</p> <p>Handed down or lived normality of paid work</p> <p>First experiences of precarity</p> <p>Future expectations characterised by hope and confidence</p> <p>No "coming to terms" with unemployment</p>	<p>Relativisation of employment norm</p> <p>Experience of regular paid work</p> <p>Manifest experience of precarity</p> <p>Sense of the future ranges between hope and pessimism</p> <p>Ambivalent relationship to paid work (means of integration and source of insecurity)</p>	<p>Rejection of employment norm</p> <p>Distanced from labour market</p> <p>Vague idea of regular paid work</p> <p>No experience of paid work and loss of employment-related skills</p> <p>Lack of expectations for the future</p>
Activity concept	Activism, sense of feasibility	Reintegration strategies: secondary labour market and alternative roles	Reintegration strategies: social networks and alternative roles
Method of dealing with situation	Untiring pursuit of paid work	Reinterpretation	Ignoring the employment norm
Socio-demographic characteristics	<p>Medium and higher educational qualifications</p> <p>Labour market integration</p> <p>Age: 30 to 40</p>	<p>Medium and higher (but outdated) educational and vocational qualifications</p> <p>Unemployment and training measures</p> <p>Age: 40 to 60</p>	<p>No or low educational and vocational qualifications</p> <p>Long-term unemployment</p> <p>Age: 40 to 60</p>
Sub-type I	The promising	The socially committed	The aimless
Experience of paid work	Good jobs and first experience of precarity	Succession of training measures and voluntary work	No experience of paid work
Anticipated chances	Precarity as an opportunity for and prospect of succeeding in own project	Little hope of integration into labour market	Vague sense of the future
Sub-type II	The no-alternatives	The pseudo-employed	The resigned
Experience of paid work	Varied experiences of precarious labour market integration	Succession of training measures and precarity	Experience of paid work long ago
Anticipated chances	Precarity as last option	Hope of integrating into secondary labour market	Resigned sense of the future

In order to pass the tests to a satisfactory degree, the respondents cannot help but discipline themselves in some way or another. One

form of *self-disciplining* is a show of excessive activity. Benefit recipients that we designated as the type of *workers at-any-cost* (type 1) will, regardless of the strictness of the rules concerning conditionality, accept almost any gainful activity that improves their position, and which may spare them a life below the threshold of respectability. They often perceive the Job Centre's measures as unnecessary or even as harassment, since the only thing they are really looking for – regular employment ensuring their own living standard above a minimum cultural standard – is not on offer there. The second form of self-disciplining amounts to resigning oneself to adverse conditions. Benefit recipients belonging to the type of *as-if-workers* (type 2) would very much like to enter regular employment, yet they have no chance of doing so on the job market and thus have to accept alternatives to regular employment instead. They do not view publicly subsidised occupations such as *Ein-Euro-Jobs* as punishment. Rather, these opportunities to work allow them to maintain a front of normality. Proactive initiatives, be they volunteer work or a paid part-time job, are subjectively reinterpreted so as to resemble forms of regular employment. Indeed, this way the tensions between the norm of gainful employment and the occupational concept can be eased to some degree, but they can never be fully removed. The attitude towards the official selection tests is correspondingly ambivalent. The test formats may be accepted for the most part because 'regular gainful employment', as a normative orientation, is at most qualified, but not fully invalidated subjectively. But the longer the period of unemployment, the experience of precarious jobs, and the alternative to real employment lasts, the stronger is the awareness of lack of opportunities for oneself, which puts both the occupational concept as well as the normative employment orientation under pressure to change. Only those respondents

whom we designated as *non-workers* (type 3) have actually broken with the hegemonic norm of gainful employment, or have, temporarily, suspended it subjectively. There are different reasons for this. Women whom we interviewed who have received social welfare benefits (*Sozialhilfe*) for many years and have never been economically active were in many cases not even capable of forming an orientation towards employment.

The development of an orientation towards employment is equally (temporarily) blocked in adolescents who enter into subcultures and who turn the necessity of an anticipated lack of opportunities into a virtue by presenting themselves as consciously refusing work. Another different set of cases includes those in which illnesses or strain, due to precarious employment circumstances, have over time wrecked the subjective employment orientation. There is also a small number of ‘politically unemployed’ who base their entire social identity on the unemployed status. Finally, there are those benefit recipients, particularly in rural regions, who combine benefit payments with moonlighting, managing quite well. Yet these respondents must always fear sanctions should their activities be discovered. This is just one more indicator that it is barely possible for anyone to really get comfortable in the ‘Hartz IV hammock’.

In contrast to what is implied in the debate on the underclass, a large majority of our interviewees does not give any reason to assume that they are renouncing the norm of gainful employment. Rather, the opposite is the case. Even if one already anticipates, or is already fully aware, that the chances of making the leap into reasonably attractive gainful employment no longer exist, that norm is still largely held on to. Such fundamental attitudes have no

truck with an education-oriented aspiration towards social advancement as can be commonly observed among members of the middle class. But then again, this hardly comes as a surprise. As would be the case with most people, the respondents favour sustainable biographical action strategies which “aim at sustaining *a familiar social position and lifestyle* in the broadest sense, both morally and materially” (Vester 2011, p. 57). For a majority of our respondents who have previously held a job, however, ‘Hartz IV’ represents a social decline that they are having a hard time coming to terms with. This is why they are so anxious to maintain not only the reproductive standards they demand with regard to employment but also their particular subjective standards concerning content and quality of work. The interviewees do not act at all like people who give absolute priority to material values in periods of scarcity. Even in a situation in life marked by serious material deprivation, many respondents aspire to social recognition and indeed self-development and leading an independent life. It is only after these aspirations cannot be redeemed (any longer) within the occupational sphere that they are projected onto alternative activities and alternative roles.

The desire to actively influence their own life circumstances shapes the respondents’ occupational concept. In stark contrast to the stereotype of the ‘lazy unemployed’, most benefit recipients are markedly active. Respondents must work very hard to change their situation, or even to organise their life in a somewhat viable way. The hierarchization of their activities, however, is dictated by outside forces to a large extent. A *mini-job* and obligatory internship can easily add up to a 48-hour week at times. On top of this, there are the demands of family life and child-rearing. As our follow-up research indicates, most respondents are not making any

headway whatsoever, despite all their efforts. Only a tiny minority of respondents in our sample has actually managed to enter into fairly stable employment. The larger part by far remains, both professionally and socially, at the exact same stage where they had been during our first inquiry. For a small group of benefit recipients, particularly among the (single) self-employed, even a downward development can be observed – despite a favourable economic situation. What is also clear is that after having been in a situation of unemployment and precarity for years, those affected virtually burn out. With no realistic chance of a fundamental improvement in their lives, the subjective drive for social advancement gradually falls by the wayside.

As a consequence, the benefit recipients interviewed consider themselves to be members of a *stigmatised minority* who are forced to do whatever they can to establish or maintain a connection to social normality, for which the state sets the norm. ‘Hartz IV’ constitutes a status that entails a similar effect for benefit recipients as skin colour does in the case of racist discrimination or gender in the case of sexist discrimination. The unemployed and precariously employed are discreditable; once attributed the stigma of ‘Hartz IV’, it becomes very difficult to get rid of it. The logic of ‘Hartz IV’ (‘Any job is better than no job!’) requires abandoning certain aspirations concerning the quality of work and life—aspirations which could in fact motivate increased proactivity. When circular mobility produces attrition, standards and aspirations are lowered—and this is precisely what ultimately causes resignation and passivity. In this sense, the social reform referred to as ‘Hartz IV’ has the exact opposite effect of what it intended to achieve. Initiated and imposed from above, as a class project by those at the top and centre of the social pyramid, the activation regime leads —

through social and cultural devaluation— to the formation of underclasses at the bottom.

IV. Social exclusion —class-theoretical perspectives

All the idiosyncrasies of the outlined mechanisms of the activating labour market regime aside, what this illustrates is the formation of underclasses in affluent societies.

IV.1 Competing classes

In advanced capitalisms, classes, including underclasses, are competing classes (1). They arise from rivalry and competition, as the product of political measures and symbolic demarcations. That is why these classes are not socially homogeneous. In Germany, the underclass is by no means identical with ‘the long-term unemployed’. Only about 53 percent of working-age benefit recipients are unemployed, while 25 percent supplement their income with ‘Hartz IV’ benefits (the so-called ‘*Aufstocker*’). At least 50.8 percent of benefit recipients have completed vocational training or even obtained a master craftsman’s certificate, 7.2 percent have a polytechnical degree (Beste et al. 2014). And yet, this does nothing to change the position of those concerned at (or below) the threshold of social respectability. The activating labour market regime, so to speak, ‘forcibly homogenises’ all benefit recipients—who otherwise differ strongly with regard to social background, occupational biography, educational level, age, family situation and social networks—through the social welfare status.

This politically constructed levelling leads (2) to *tensions and strategies of distinction*. The mechanism of competition takes hold among the underclasses, too. For that reason alone, the number of people belonging to the underclass cannot be accurately determined. In the struggles surrounding distinction, which often target the ‘lazy unemployed’, the ‘social freeloader’ or the ‘labour immigrant’, the aim is to at least symbolically shift the threshold of respectability. In the immediate social vicinity, say, within sight, of the ‘*Aufstocker*’ and unemployed benefit recipients, the struggles for distinction are fought out particularly fiercely. In constant flux as they are, the upper and lower boundaries delineating the underclasses keep blurring. At the top end, there are overlaps with precarious workers and a service proletariat whose occupations provide—despite uncertainty and low income—opportunities for positive identification, particularly in the social and care sectors. Below the level of ‘Hartz IV’ benefits are the illegal immigrants, the informally employed, the homeless and beggars to whom benefit receipt is a desirable welfare state promise. Even though there is no evidence of any widespread ‘benefit fraud’ or ‘welfare fraud’ among these groups (IAB 2014), Romanian and Bulgarian immigrants, among them many Roma, incarnate the often-invoked ‘Lowest of the Low’ of the underclass society.

Such strategies of devaluation illustrate that underclasses (3) only ever exist *as part of a process and in (inter-)relation to other classes*. Precisely because of their—real or assumed—willingness to actively adapt to the most adverse conditions, underclasses increasingly become a security problem for the still relatively secure groups of wage earners. Whoever is situated in the proximity of social welfare or even acquiesces to benefit dependence, is surrendering themselves, in the eyes of unionised

blue- and white-collar workers, to a situation of extreme alienation. In fact, there are trade union activists who react to such forms of adjustment with downright disgust. Here, the mere inkling that a comprehensive subordination to utter heteronomy and the permanent dependence on others is actually feasible and liveable, that there can actually be a subjective surrender of the entire set of activities that mitigate alienation and exploitation, causes the collective devaluation and stigmatisation of those affected by this classification (Dubet 2008). Individuals and groups who resign themselves to a situation of total alienation and heteronomy, seemingly without resistance, represent a latent or even manifest threat to any kind of wage earners' solidarity, particularly from the perspective of unionised workers. Such groups are met with exclusive solidarity that seeks dissociation not only from the top, i.e. 'capital', 'the employer' or 'the board', but also from the 'other' or 'the bottom' (Dörre et al. 2018). The symbolic demarcations illustrate that the world of the precarious and 'outcasts' can no longer be kept separate from the world of the still somewhat secure wage labour. If not at one's own workplace, this menacing reality looms at the plant down the road or even in one's neighbourhood.

One fundamental problem those subjected to negative classification face is that class positions which arise largely from negative classifications (4) are unsuitable as the foundation of a positive collective identity. What is noticeable is that a considerable proportion of the respondents in our study have difficulties when asked to position themselves in society. The unemployed and precariously employed complain about discrimination, but most of them would not describe themselves as poor, nor would they agree to being grouped with the lower levels of society. When asked,

some ostentatiously place themselves ‘in the middle’. Others essentially have no real connection with society anymore; their world consists of a limited sphere of select social contacts and relationships; whatever occurs beyond this microcosm is simply irrelevant to them. The fact that members of the underclass refuse to use terms such as poverty or lower strata, etc., to describe their position can likely be explained by the negative connotations of these labels. Our respondents’ fear seemed to be that they might place even more strain on their already difficult situation by referring to it with ‘contaminated’ language.

Official politics is no longer part of their lives, as it does not concern their own everyday environment. When respondents do indicate political values or judgements, they commonly follow a situational, affective, emotionally charged logic. Conspiracy theories and a tendency to personalise are ubiquitous. The negative class ethos conceals logical inconsistencies and contradictions concerning political positions (in the broadest sense). One exception, if there is an exception, are those respondents who volunteer in unemployed groups or other political organisations. And, here again, to them, their own activities become heavily morally charged, causing a constant oscillation between the vehement demand for attention for their own issues, and deep frustration in the case of real or assumed dismissal of such requests. What we can establish is that neither underclass nor precarity currently provide an associative framework of interpretation from which a positive identity of the ‘declassed’ may arise.

IV.2 Precarious full-employment society

Facilitated by the mechanisms outlined above, a precarious full-employment society has emerged in Germany (Dörre et al. 2013; Dörre 2014: 28, 33). That is to say, mass unemployment is made to ‘disappear’ through an increase in wage labour and simultaneous expansion of uncertain, badly paid and poorly recognised employment (Castel 2011). The statistics section of the yearbook ‘*Gute Arbeit*’ (‘Good Work’) provides evidence that this trend, which has been ongoing since 2005, continues to this day (Reusch et al. 2019). The official unemployment rate, which had reached its peak at 11.7 percent in 2005, receded to below five percent on average by 2018. Simultaneously, the number of economically active people reached a new record high of about 45 million in 2018. Between 1991 and 2017, the number of wage earners rose from 35.227 million to about 40 million. And yet, the volume of paid working hours, which reached a low point in 2010 (47.845 million hours), in 2017 (50.930 million hours) still remained below 1991 levels (52.098 million hours).

The German ‘job miracle’ thus largely rests on a strongly asymmetrical distribution of an—at best—stagnating volume of paid working hours relative to a markedly increased number of economically active people. While the number of full-time positions declined from about 29 million in 1991 to roughly 24 million by 2017 (low point: 2010, 22.825 million), the share of part-time positions sharply increased (1991: 17.1 per cent; 2017: 39.1 per cent). Despite favourable economic and demographic developments, atypical, insecure and badly paid forms of employment have receded only slightly since 2010, while the share of temporary employment has gone up (Reusch et al. 2019: 294).

The number of so-called ‘mini jobs’ was still at 7.5 million in 2017. Some 4.7 million of these jobs constituted the sole source of income (ibid.: 289). While the low-wage sector consistently accounts for about 22 to 24 percent, and in the East even as high as 37 percent of wage earners, the neglected labour reserve remained at about six million in 2014 (2.1 million unemployed, 2.9 million underemployed, one million silent reserve). If we were to add the working hours sought by underemployed wage earners (Fischer et al. 2015), unemployment would be about twice that of today’s official figures. Alongside statistical ‘adjustments’, the German ‘job miracle’ to a large extent rests on the artificial ‘disappearance’ of official unemployment through the expansion of insecure, badly paid and poorly recognised work.

Like other plagues in the past, the coronavirus pandemic has in many ways acted as an amplifier of inequality and driver of precarisation. As if under a spotlight, the disease reveals all those social uncertainties and inequalities that modern capitalist societies have been (re)producing for a long time. And it adds new dividing lines to the old ones. The previously existing inequalities included the socially unequal distribution of health risks now linked to COVID-19 infections. The fact that health risks can be correlated with one’s personal social circumstances is undisputed. And the coronavirus pandemic is no exception. Although the SARS-CoV-2 virus generally poses a threat to everybody, not everyone is affected in the same way. By now, it is obvious what virology and related scientific disciplines were initially unable to ascertain due to insufficient data: as the German Robert Koch Institute has noted, the risk of infection is particularly high wherever material hardship and crowded living conditions make social distancing almost impossible. If we ‘trace the infection chains’, we come upon

precarious working conditions, overcrowded living quarters and neighbourhoods with high proportions of people living off social welfare benefits. The ‘zone of precarity’, which, despite the alleged ‘job miracle’, in Germany comprises at least one-fifth of the economically active population (the reference figure being the 20 to 24 per cent of all wage earners working in the low-wage sector), provides the social space for Corona hotspots.

IV.3 Excursus: Underclass formation in the demobilized class society

How is the underclass to be located in the social structure of German society? At present, we encounter a class society in which a positive consciousness of class membership – such as worker and producer pride – is barely present in the wage-earning classes. The reasons can be illustrated with the help of a heuristic (Fig. 1), which differentiates classes on the basis of their control over the means of production, the derived power of control over persons, which also includes ideological power and appropriated social property.⁶ Using the aforementioned criteria, six classes can be distinguished on the basis of a 2018 data set (n= 19,964) and a supplementary data set based on a population survey from the spring of 2022, four of which (old and new middle class, new and conventional wage labour class) each produce their own zones of exclusion, characterized by a below-average endowment of social capital. The new underclass, which we have added on the basis of the criterion “unemployed poor”, is entirely below a threshold of

⁶ According to Robert Castel, social property is a form of ownership which, in the form of social rights, collective bargaining standards and opportunities for co-determination, gives wage earners something that was previously exclusively linked to private property - the chance to plan their lives for the longer term.

social respectability, i.e., it is largely excluded from access to social capital tied to gainful employment. The non-employed do not form a class of their own, but rather a cross-section that cannot be clearly located socially. The proportion of the non-employed is more realistically represented in the H2Well⁷ data set than with BIBB/BAuA⁸; on the other hand, the underclass is missing in the second data set because the number of unemployed persons was so small that it was not possible to quantify this class.

The distributions depicted in the class heuristics illustrate what studies on global inequalities describe at the international level. The relative losers of globalization are the industrial labour force and, because their activities are often locally bound, the service proletariat of the old capitalist centres. Thus, the zone of exclusion of the conventional working class, measured by atypical employment and a precarious wage (less than two-thirds of the average gross wage), is almost as large as that part which sets the class-specific standards of normality. The transitions to the new underclass are accordingly fluid. This shows that even in comparatively rich societies such as Germany, exploitation and overexploitation exist in numerous variations simultaneously and side by side. These are class societies, each of which forms its own peripheries and zones of exclusion. The interactions between these areas often mean that the permanent employees are disciplined by

⁷ H2Well is the abbreviation for an ongoing research project dealing with the environmental awareness of the population and the acceptance of a hydrogen economy. A population survey and several qualitative surveys have taken place as part of the project.

⁸ BiBB is the abbreviation for the Federal Institute for Vocational Education and Training, which conducted a large survey together with the Federal Institute for Occupational Safety and Health (BAuA), which we used for a secondary analysis.

the precarious parts of their own or other classes. Temporary workers are thus motivated by the dream of making the leap into the protected permanent workforce; the nightmare of permanent employees, on the other hand, is of falling back into a temporary work position. But there is nothing the members of both groups fear more than falling into the socially devalued underclass. In this way, a regime of mutual discipline and control is created, in which permanent employment becomes a privilege that regular employees try to defend tooth and nail.

Fig. 1: Graphical representation of division by class

	BIBB/BAuA		H2Well	
	Proportion	Number	Proportion	Number
Rulling class	1.3%	337	-	-
Old middle class	5.5%	1,460	5.8%	64
Zone of exclusion old middle class	1.9%	490	0.9%	11
New middle class	15.7%	4,182	11.2%	124
Zone of exclusion new middle class	4.7%	1,243	1.9%	21
New working class	9.6%	2,531	7.3%	81
Zone of exclusion new working class	2.6%	682	1.5%	17
Conventional working class	18.2%	4,823	21.7%	241

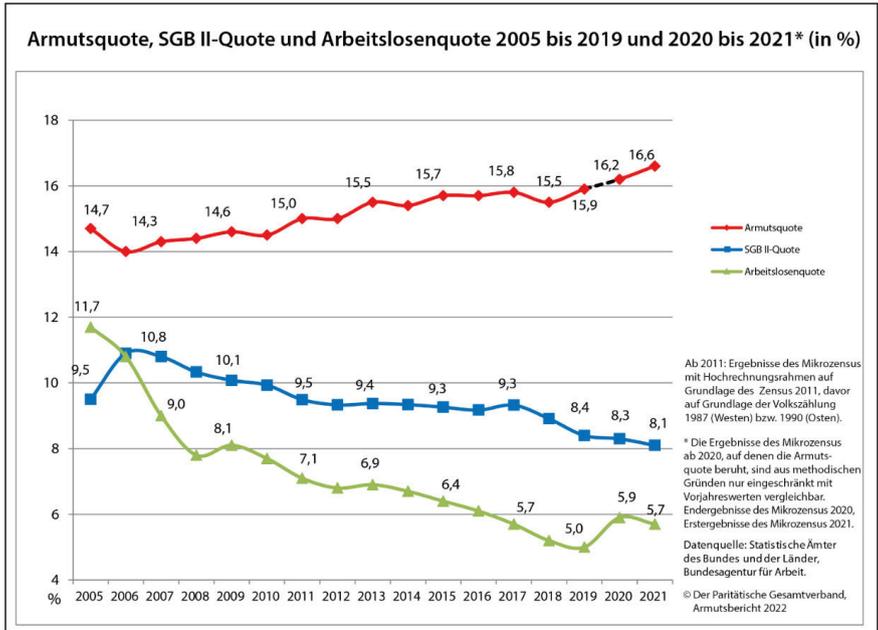
Zone of exclusion conventional working class	15.9%	4,216	6.6%	73
New underclass	3.3%	*	-	-
non-employed	21.4%	*	43.0%	477
Total	100%	19,964	100%	1,109

From this point of view, the mere existence of a numerically comparatively small underclass produces enormous effects in socio-structural and socio-psychological terms. Together with the zones of exclusion found in every social class, it contributes to the de-collectivization of labour relations. Today, only about one third of wage earners in the EU are represented by any form of collective interest organisation (Eurofound 2020). In many industrialized countries, the ability of trade unions to sustain themselves is acutely endangered. The sectors with organized labour relations are shrinking, while those with little or no union power are expanding. Added to this are the challenges of a digital platform economy, whose corporations are able resourcefully to evade organized representation of workers' interests. To be sure, conflicts at the shop-floor and company level are on the rise in some cases, and inflation has led to a series of strikes and mass protests in countries such as France, England, Portugal and Germany. But political consolidation of such disputes is only possible in exceptional cases. In the demobilized class societies of the capitalist centres, the political left has obviously lost its exclusive power to define the social question, and for the trade unions the question arises whether they are still able to maintain their organizational power by their own efforts and without state help at a scale that makes them capable of conflict and enforcement. The politically manufactured

new underclass contributes –unintentionally– to the de-collectivization and disorganization of wage labour, because it makes it constantly palpable that the descent below the zone of respectability is a real danger for many.

To the remarks on demobilised class societies it should be added that in Germany, as in many other EU countries, we have been experiencing a serious change in the labour market for some time. The labour market has changed from a buyer's market to a supplier's market. In many sectors there is a shortage of skilled workers and labour. At the same time, inflation and the consequences of the war in Ukraine have caused the poverty rate to rise to record levels, despite a decline in unemployment and in the number of people receiving “Hartz IV” benefits –now called “Bürgergeld” following a reform (see Fig. 2). This means that the poverty zone is shifting into the area of full-time employees. This development will probably continue despite comparatively high wage settlements, and the inequality gap will widen further. According to calculations by the Institute of the German Economy (IW), which is close to employers, the Corona pandemic and the Ukraine war could lead to an average welfare loss of about 7,000 euros per capita in 2023 alone (Otte 2023). Between 2020 and 2022, the loss of purchasing power already amounted to 400 billion euros; planned investments in the order of 125 billion euros were not made (Grömling 2022).

Figure 2: Percentage of population living in poverty (red), on Hartz IV/ Bürgergeld (blue) and unemployed (green) 2005 to 2019 and 2020 to 2021



What this will mean for underclass formation in the future is unclear. However, our initial research on food banks (*der Tafel*) – an institution that provides food to the needy but is not an official social policy instrument – shows that new groups have entered the zone of the excluded. Never before have the food banks received so little and such poor quality food as now, and never before has the demand been so great. Those seeking charitable food handouts include three groups in particular: the long-term unemployed, poor pensioners and migrants, including refugees from Syria, Afghanistan and African countries as well as war refugees from Ukraine. Our working hypothesis is that there will be a further recomposition of the underclasses; the threshold of respectability

will again be readjusted – how exactly is an open question that can only be answered by means of empirical research.

V. Requirements for a critical theory of underclass formation

In order to assess the possibility and likelihood of points of transition to collective (class) action in the ‘zone of precarity’, we require a critical theory of social underclasses. An understanding of class formation through exclusion and precarisation would have to be at the heart of such a theory, breaking with an objectified, ideologically distorted view that ‘naturally’ burdens members of the underclass with negative classifications. Instead—fully in the spirit of the Marxian class theory, and yet going beyond it—such a theory would have to critically consider the socioeconomic and political causes of exclusion. The aim of such a theory would be to strengthen the confidence of the underclasses, enabling them not only to cope with but to change their own lives—based on solidarity. In my view, any theoretical approach that could offer as much would have to address three specific aspects:

Firstly, the fact that members of the new underclasses have not been identical with the classic ‘*Lumpenproletariat*’ for a long time. Most of the time, we are talking about people who are fully capable of working, but who are being deprived of the basic means of reproduction. Robert Castel saw this very clearly (Castel 2008). Considering that the zone of exclusion has been moved closer to the zones of inclusion as a result of the *Landnahme* of the social and the curtailing of public goods, this must have certain implications for the self-understanding of critical social work as

well. Social work cannot function as a repair shop, fixing and compensating for what deficient social security systems fail to provide. Exploited in these activities time and again, social workers are themselves part of the exploited subaltern. By exercising bureaucratic power or participating in such functions, however, they can also become exploited exploiters and dominant subaltern. In short: they are located in a middle-class position that is characterised by its structural contradictoriness. This is why they are not necessarily perceived as allies by members of the underclasses, but rather as representatives of (state) authority.

Secondly, this can only change if the alleged uselessness of the seemingly ‘superfluous’ is challenged both symbolically and politically. This necessarily entails conceiving of work not only as gainful employment, and of exploitation not only as taking advantage of wage earners, but rather construing both more broadly. Social groups located in the proximity to the welfare status are usually anything but ‘lazy’ or ‘passive’. In fact, they often have to work especially hard to manage their situation. What their specific activities are, however, is determined to a considerable extent by state authorities. Part-time employment and obligatory work placements can easily add up to a 48-hour week at times. On top of this, there are the demands of family life and child-rearing. There is a powerful motive behind all these activities. To the respondents in our study, it appeared as if they could realistically reach the next level up in the social hierarchy, promising a modicum of social normality, on their own steam. Despite the already slim chances of upward social mobility, the government-staged competitive benefit system additionally suffocates the proactive initiative of those threatened by exclusion. In publicly subsidised employment, they provide their labour power, either

voluntarily or forcibly—at any rate, very cheaply—for all kinds of public tasks. The private sector, for its part, exploits low-wage workers who then have to supplement their insufficient income with social benefits. Unpaid volunteer work and civic engagement, say, in a sports club, a charity store or in a hospice, may contribute to general social cohesion, but it does little to meaningfully improve the status of those doing the work. The same applies to care activities, which may well reward those performing them with a sense of fulfilment, but, again, barely bring them any closer to a position of social ‘normality’. The self-directed activity of people who can be classified as the new underclasses marks a crucial difference vis-à-vis the unemployed of the Weimar era as depicted in the famous Marienthal study. Countless activities outside of protected wage labour, however, are based on unequal exchange, which could well be construed as taking advantage of bureaucratically decreed exploitation (Haubner 2017). This kind of unequal exchange can be challenged once the performed work hidden in the transaction is publicly exposed and the devalued workers or integrated outcasts are appreciated both symbolically and in real terms. A positive self-confidence of members of the underclasses could arise precisely from such a ‘proof of performance’, based not primarily on paid (wage) labour, but on a much wider range of work activities, i.e. on the recognition of socially valuable work in the broadest sense.

Such a self-confidence would, *thirdly*, find the support of a critical social theory that makes the formation of (under-)class formation in the zone of exclusion its central object of study. Theories of capitalist *Landnahme*, which essentially rest on the assumption that the capitalist dynamic relies on the constant internalisation of an external (non-capitalist) ‘Other’ (Luxemburg

2015: 256–257; Harvey 2018; Dörre 2015), may prove fruitful in this endeavour. Such a theoretical framework helps map out the zone of exclusion more comprehensively. One promising approach, as proposed by Silvia Federici (2004), may be to analyse two distinct *modes of production*, one of which is being increasingly subordinated to the other. The dominant capitalist mode of production, in which human labour power is used for the profit-oriented production of goods and services, is inextricably linked to a mode of production that serves the creation and regeneration of labour power. Even in Germany, the capability of the export sector relies on a particularly pronounced form of collective devaluation of both paid and unpaid care work (Dörre et al. 2014; Aulenbacher et al. 2014). The provision of care services as a public good additionally comes under pressure because of a lack of publicly funded solvent demand. The political response to the rising challenges in the sphere of reproductive activities has been the orchestration of quasi-markets in which private and public providers effectively compete via wage-costs. The outcome includes workload increases, the precarisation of employment relations, recurring shortages of skilled workers and reallocating the responsibility for providing care work to private households. This is one of the causal mechanisms contributing to the structural formation of (under-)classes in proximity to the welfare status.

From the perspective of a theory of continuous *Landnahmen*, the new underclasses constitute a proactively politically created, non-commodified (or at least not fully commodified) ‘Other’, which at the same time turns out to be instrumental in securing domination in capitalist societies. In the context of such theories, the new underclasses are no longer to be construed as a ‘Lazarus layer’, but as a social force that is doubtlessly capable of self-organising and

forging coalitions with working and middle classes. As Göran Therborn (2012) at least hints in his remarkable call for a ‘return of class’, such a perspective may become significant beyond the capitalist centres: in the rich countries of the global North, he argues, a comprehensive process of deindustrialisation has led to a decline in the labour force, its power resources and organisations. For this reason, the industrial labour force in the advanced capitalist countries increasingly see themselves as a major social group in social decline. The growing working classes in the emerging countries, by contrast, are faced with the very real vision of climbing up the social ladder and becoming part of the expanding middle classes. One consequence of this, according to Therborn, is that the focal point of the conflict dynamic shifts either towards the educated groups, who are nevertheless partially without professional opportunities or prospects, or towards those plebeian masses who dominate the social structure below the working class and its weakened organisations in both quantitative and qualitative terms.

The energy for powerful protest may also be generated by the supposedly apathetic, disorganised underclasses. Spontaneous riots, uprisings or revolts, such as the Black Lives Matter movement, can radiate far into other classes and inspire worldwide protest movements. These non-standardised conflicts, which are waged outside the framework of institutionalised procedures, have become the common form of collective protest and rebellion in many countries of the global South. They can in fact become an important catalyst for socialist agency, precisely because they proceed, as in the case of Black Lives Matter, from a social context profoundly shaped by “race, class, gender, sexuality, disability, and religion” (Davis 2018: xii).

Given their heightened sense of the intertwinement of various forms of domination, activists of the early 21st-century movements have a major advantage over the founding fathers of Marxist socialism. Engels, in his otherwise remarkable analysis of *The Condition of the Working Class in England*, commented on Irish immigration in a more than disrespectful manner. He saw “these people [who have] grown up almost without civilisation” (Engels 1975: 389) mainly as a competition for English workers, who had to stand by and look on as Irish migrants accepted the lowest wages and worst dwellings and thus engaged in one of the earliest forms of social dumping. The problematic aspect of this is that Engels occasionally conflates his realistic description and his prejudiced disparagement. This becomes more obvious when the “inventor of Marxism” (Krätke 2020) pontificates about the Irish national character, invoking negative classifications which he had previously criticised in Thomas Carlyle: “The southern facile character of the Irishman, his crudity, which places him but little above the savage, his contempt for all humane enjoyments, in which his very crudeness makes him incapable of sharing, his filth and poverty, all favour drunkenness [...] With such a competitor the English working-man has to struggle, with a competitor upon the lowest plane possible in a civilised country” (Engels 1975: 392).

Based on a superficial reading, Engels would quite possibly be accused of classism today, i.e. the targeted devaluation of

deprivileged groups.⁹ Instead, I would tend to interpret his words as expressing immanent contradictions in an otherwise groundbreaking class analysis, for Engels does defend, in another instance, the working class as a whole against prejudices like habitual drunkenness projected onto the excluded classes by the bourgeoisie. Moreover, Engels certainly acknowledges the circumstance that the cultural particularities of Irish immigrants, their inclination to wage ‘insane’ (because doomed to fail) struggles, could indeed be beneficial to the formation and organisation of a conscious class.¹⁰ Nevertheless, Marxist socialism, along with Social Democracy and the trade unions, all still harbour a productivist tradition, which seeks to distance itself from ‘the lowest of the low’ allegedly unwilling to pull their weight, in order to let the true working class—i.e. the performance-oriented wage earners—appear in an even more positive light.¹¹ Any movement for sustainable socialism must shed such one-sidedness even in its early stages. The social-theoretical conditions for such a correction are far more favourable these days than they were at the time of Friedrich Engels. Studying the relationships between precarious conditions and class formation in zones of social exclusion in more detail represents a task that social science has yet to tackle.

⁹ “Classism comprises ideological structures that are also brought to bear in other forms of oppression. It is based on naturalisation, culturalisation, dichotomous top-bottom constructions, institutionalisation and linguistic ascription.” (Kemper et al. 2020: 25 f., translation amended) One problem with this definition is that it convicts all workers who articulate a dichotomous world view of classism.

¹⁰ E. P. Thompson has shown that the emergence of the organised English working class indeed benefited greatly from a ‘radical popular culture’ of which Engels provides at most a rudimentary description. See Thompson 1991: pp. 797 ff.

¹¹ A splendid treatment of this (which, unfortunately, has received far too little attention thus far) can be found in Bescherer 2013.

Le Havre

Are precarisation, social exclusion and the emergence of new underclasses drivers of post-democratic tendencies since they make it impossible for individuals to “perceive themselves as a clearly defined social group” (Crouch 2008: 71)? There is much to be said for this thesis. But perhaps it is too one-sided, too much of a snapshot, to be generalized. Perhaps we just need to put on different glasses in order to see something different, something better. Ari Kaurismäki has shown us how this can be done. In his film *Le Havre*, the members of the underclass, first and foremost a shoe shiner, are heroes who make it possible for a migrant boy smuggled in illegally in a container to reunite with his mother. They are members of the underclass who practice a solidarity that in the past would have been attributed to organized labour. The protagonists of the film speak their minds, they have good manners and their practical help has such moral integrity that in the end even the commissioner responsible for deportations cannot refuse to support them. Kaurismäki’s underclass is, of course, a distortion of reality. But doesn’t this very positive distortion bring to light hidden things that would otherwise escape our analytical gaze? In fact, the members of the underclasses always act obstinately, they actively intervene in social ordeals. They have their own moral economy, which legitimizes many things that appear to ‘the majority society’ as a violation of the rules. This obstinacy repeatedly gives rise to practices that provide food for negative classifications. But it is also a source of unruliness and resistance. As we know, underclasses, which make up ten to fifteen percent of the population, can be kept under control through exclusion, ghettoization, police violence and “prisonfare” (Wacquant 2009).

But there is no guarantee that this will succeed in the long term. Even in Germany, initiatives that organize less than three percent of the unemployed have been instrumental in moving against the Hartz reforms. They did not prevent the laws, but they did change the political party landscape significantly. Since then, the social question has been back on the agenda of political issues. Within and beyond Europe, especially since the crisis of 2008-09, there are numerous examples of organizing the supposedly unorganizable. Perhaps such seeds of solidarity are growing in secret, and we need the glasses of an Ari Kaurismäki to be able to discover them at all in the complex web of demarcations, battles over interpretation, devaluation strategies and stigmatization.

References

ALLMENDINGER, Jutta/ Jahn, Kerstin/ Promberger, Markus/ Schels, Brigitte/ Stuth, Stefan (2018): Prekäre Beschäftigung und unsichere Haushaltslagen im Lebensverlauf: Gibt es in Deutschland ein verfestigtes Prekariat? In: *WSI-Mitteilungen*, 71(4), pp. 259–269.

AULENBACHER, Brigitte (2009): Die soziale Frage neu gestellt. Gesellschaftsanalysen der Prekarisierungs- und Geschlechterforschung. In: Robert Castel/ Klaus Dörre (ed.): *Prekarität, Abstieg, Ausgrenzung. Die soziale Frage am Beginn des 21. Jahrhunderts*. Frankfurt am Main/New York: Campus, pp. 65–80.

AULENBACHER, Brigitte/ Riegraf, Birgit/ Theobald, Hildegard (ed.) (2014): *Sorge: Arbeit, Verhältnisse, Regime. Care: work, relations, regimes*. Baden-Baden: Nomos (Soziale Welt Sonderband, 20).

BARBIER, Jean-Claude (2013): A Conceptual Approach of the Destandardization of Employment in Europe since the 1970s. In: Max Koch/ Martin Fritz (ed.): *Non-standard employment in Europe. Paradigms, prevalence and policy responses*. Basingstoke: Palgrave Macmillan (Work and welfare in Europe), pp. 13–28.

- BARTELHEIMER, Peter (2011): Unsichere Erwerbsbeteiligung und Prekarität. In: *WSI-Mitteilungen* 64(8), pp. 286–393.
- BECK, Ulrich (1992): *Risk Society. Towards a New Modernity*. London: Sage Publications.]
- BECK, Ulrich (1986): *Risikogesellschaft. Auf dem Weg in eine andere Moderne*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- BECK, Ulrich (1983): Jenseits von Stand und Klasse? Soziale Ungleichheiten, gesellschaftliche Individualisierungsprozesse und die Entstehung neuer sozialer Formationen und Identitäten. In: Reinhard Kreckel (ed.): *Soziale Ungleichheiten. Soziale Welt*. Sonderband 2. Göttingen: Otto Schwartz, pp. 35–74.
- BESCHERER, Peter (2013): *Vom Lumpenproletariat zur Unterschicht. Produktivistische Theorie und politische Praxis*. See also: Doctoral dissertation at Jena University (2012): Bescherer, Peter: *Kritische Theorie der Lumpen*. Frankfurt am Main: Campus (Labour Studies, 6).
- BOLOGNA, Sergio (1977): The tribe of moles. In: *Libcom.org*, available online at: <https://libcom.org/library/tribe-of-moles-sergio-bologna> (last accessed on: 28 September 2018).
- BOLTANSKI, Luc & Chiapello, Ève (2007): *The New Spirit of Capitalism*. London: Verso.
- BOURDIEU, Pierre (1979): *Algeria 1960: The Disenchantment of the World*. Cambridge University Press.
- BOURDIEU, Pierre (1984): *Distinction. A Social Critique of the Judgement of Taste*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- BOURDIEU, Pierre (1998): *Acts of Resistance. Against the New Myths of our Time*. Cambridge/Oxford: Polity.
- BOURDIEU, Pierre et al. (1999): *The Weight of the World*. Stanford University Press.
- BOURDIEU, Pierre (2014): *On the State: Lectures at the Collège de France 1989-1992*. Cambridge/Malden: Polity.

BRINKMANN, Ulrich (2006): 'Shared values' oder 'shareholder value'? Die Untauglichkeit der 'Unternehmenskultur' als Integrationskonzept. In: *Sozialwissenschaftlicher Fachinformationsdienst - Industrie- und Betriebssoziologie* (2), pp. 11–40.

BRINKMANN, Ulrich/ Dörre, Klaus/ Röbenack, Silke/ Kraemer, Klaus/ Speidel, Frederic (2006): *Prekäre Arbeit. Ursachen, Ausmaß, soziale Folgen und subjektive Verarbeitungsformen unsicherer Beschäftigungsverhältnisse*. Bonn: Friedrich-Ebert-Stiftung.

BUDE, Heinz/ Willisch, Andreas (ed.) (2006): *Das Problem der Exklusion. Ausgegrenzte, Entbehrliche, Überflüssige*. Hamburg: Hamburger Edition.

BUDE, Heinz/ Willisch, Andreas (ed.) (2008): *Exklusion. Die Debatte über die "Überflüssigen"*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.

CASTEL, Robert (2002): *From Manual Workers to Wage Labourers*. New Brunswick, NJ: Transaction.

CASTEL, Robert (2008): Die Fallstricke des Exklusionsbegriffs. In: Heinz Bude/ Andreas Willisch (ed.): *Exklusion. Die Debatte über die "Überflüssigen"*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, pp. 69–87.

CASTEL, Robert (2011): *Die Krise der Arbeit. Neue Unsicherheiten und die Zukunft des Individuums*. Hamburg: Hamburger Edition.

CASTEL, Robert/ Dörre, Klaus (2009) (ed.): *Prekarität, Abstieg, Ausgrenzung. Die soziale Frage am Beginn des 21. Jahrhunderts*. Frankfurt am Main/New York: Campus.

CREDIT SUISSE RESEARCH INSTITUTE: Global Wealth Report 2016. In: *Credit Suisse*, available online at: <https://publications.credit-suisse.com/tasks/render/file/index.cfm?fileid=AD783798-ED07-E8C2-4405996B5B02A32E> (last accessed on: 28 September 2018).

DAHRENDORF, Ralf (1959): *Class and Class Conflict in Industrial Society*, Stanford University Press.

DAHRENDORF, Ralf (1967): *Society and Democracy in Germany*. New York: Doubleday.

DAHRENDORF, Ralf (2017): *The Modern Social Conflict. The Politics of Liberty*. London/New York: Routledge.

DAVIS, Angela (2018): Foreword, in: Khan-Cullors, Patrisse and Asha Bandele (2018): *When They Call you a Terrorist. A Black Lives Matter Memoir*. Edinburgh: Canongate, pp. xi–xiv.

DÖRRE, Klaus (2005): Prekarität. Eine arbeitspolitische Herausforderung. In: *WSI-Mitteilungen* 58 (5), pp. 250–258.

DÖRRE, Klaus (2009): Prekarität im Finanzmarkt-Kapitalismus. In: Robert Castel/ Klaus Dörre (ed.): *Prekarität, Abstieg, Ausgrenzung. Die soziale Frage am Beginn des 21. Jahrhunderts*. Frankfurt am Main/New York: Campus, pp. 35–64.

DÖRRE, Klaus (2015): The New Landnahme: Dynamics and Limits of Financial Market Capitalism. In: Dörre, Klaus, Hartmut Rosa and Stephan Lessenich (2015) *Sociology, Capitalism, Critique*. London and New York: Verso, pp. 11–66.

DÖRRE, Klaus (2018): In der Warteschlange. Rassismus, völkischer Populismus und die Arbeiterfrage. In: Karina Becker/ Klaus Dörre/ Peter Reif-Spirek (ed.): *Arbeiterbewegung von rechts? Ungleichheit - Verteilungskämpfe - populistische Revolte*, pp. 49–80.

DÖRRE, Klaus/ Happ, Anja/ Matuschek, Ingo (ed.) (2013): *Das Gesellschaftsbild der LohnarbeiterInnen. Soziologische Untersuchungen in ost- und westdeutschen Industriegebieten*. Hamburg: VSA.

DÖRRE, Klaus/Ehrlich, Martin/ Haubner, Tine (2014): Landnahmen im Feld der Sorgearbeit. In: Brigitte Aulenbacher/ Birgit Riegraf/ Hildegard Theobald (ed.): *Sorge: Arbeit, Verhältnisse, Regime. Care: work, relations, regimes*. Baden-Baden: Nomos (Soziale Welt Sonderband, 20), pp. 107–124.

DÖRRE, Klaus/ Bose, Sophie/ Lütten, John/ Köster, Jakob (2018): Arbeiterbewegung von rechts? Motive und Grenzen einer imaginären Revolte. In: *Berliner Journal für Soziologie* 3 (1). Available online at: <https://doi.org/10.1007/s11609-018-0352-z>, last accessed on: 24 May 2018.

DUBET, François (2008): *Ungerechtigkeiten. Zum subjektiven Ungerechtigkeitsempfinden am Arbeitsplatz*. Hamburg: Hamburger Edition.

- EHRENBERG, Alain (2011): *Das Unbehagen in der Gesellschaft*. Berlin: Suhrkamp.
- ENGELS, Friedrich (1975 [1845]): *The Condition of the Working Class in England*. In: *Marx and Engels Collected Works (MECW)*, Volume 4. New York: International Publishers.
- EUROFOUND (2020): *Industrial Relations: Developments 2015–2019. Challenges and prospects in the EU series*. Publication office of the European Union. Luxemburg
- FEDERICI, Silvia (2004): *Caliban and The Witch: Women, The Body, and Primitive Accumulation*. New York: Autonomedia.
- GEIßLER, Rainer (2006): *Die Sozialstruktur Deutschlands. Zur gesellschaftlichen Entwicklung mit einer Bilanz zur Vereinigung*. Wiesbaden: Springer VS.
- GOFFMAN, Alice (2014): *On the Run: Fugitive Life in an American City*. New York: Picador
- GORZ, André (1989): *Critique of Economic Reason*. London/New York: Verso.
- GRÖMLING, Michael 2022: Ökonomische Verluste in Deutschland durch Pandemie und Krieg. In: IW-Kurzberichte, Nr. 91/2022.
- HARVEY, David (2018): *A Companion to Marx's Capital. The Complete Edition*. London/New York: Verso.
- HAUBNER, Tine (2017): *Die Ausbeutung der sorgenden Gemeinschaft. Laienpflege in Deutschland*. Frankfurt am Main: Campus.
- HOCHSCHILD, Arlie Russel (2001): Global Care Chains and Emotional Surplus Value. In: Will Hutton/ Anthony Giddens (ed.): *On the edge. Living with global capitalism*. London: Vintage; Jonathan Cape, pp. 130–146.
- IAB (2014): *Zuwanderungsmonitor Bulgarien und Rumänien. Jahresrückblick 2014. Arbeitnehmerfreizügigkeit bewirkt starkes Beschäftigungswachstum*. Published by the Institut für Arbeitsmarkt- und Berufsforschung der Bundesagentur für Arbeit. Nürnberg.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF) (2017): *World Economic Outlook. Gaining Momentum*, Washington: IMF Publication Services. Available online at: <http://www.imf.org/en/publications/weo/issues/2017/04/04/world-economic-outlook-april-2017> (last accessed on: 28 September 2018)

KADRITZKE, Ulf (2017): *Mythos "Mitte". Oder: Die Entsorgung der Klassenfrage*. Berlin: Bertz Fischer.

KELLER, Berndt/ Seifert, Hartmut (ed.) (2007): *Atypische Beschäftigung. Flexibilisierung und soziale Risiken*. Berlin: Edition Sigma.

KEMPER, Andreas/Weinbach, Heike (2020 [2007]): *Klassismus. Eine Einführung*. Münster.

KORPI, Walter (1983): *The Democratic Class Struggle*. London: Routledge & K. Paul.

KRAEMER, Klaus (2009): Prekarisierung – jenseits von Stand und Klasse? In: Robert Castel/ Klaus Dörre (ed.): *Prekarität, Abstieg, Ausgrenzung. Die soziale Frage am Beginn des 21. Jahrhunderts*. Frankfurt am Main/New York: Campus, pp. 241–252.

KRAUSE, Alexandra/ Köhler, Christoph (2012): *Arbeit als Ware. Zur Theorie flexibler Arbeitsmärkte*. Bielefeld: Transcript (Gesellschaft der Unterschiede, 6).

KRÄTKE, Michael (2020): *Friedrich Engels oder: Wie ein Cotton-Lord den Marxismus erfand*. Berlin.

KRONAUER, Martin (2002): *Exklusion. Die Gefährdung des Sozialen im hoch entwickelten Kapitalismus*. Frankfurt am Main/New York: Campus.

KRONAUER, Martin (2020): "Social exclusion' and 'underclass' - new concepts for the analysis of poverty", in: *Empirical Poverty Research in a Comparative Perspective*, London: Routledge, pp. 51–76.

KRONAUER, Martin/ Vogel, Berthold/ Gerlach, Frank (1993): *Im Schatten der Arbeitsgesellschaft. Arbeitslose und die Dynamik sozialer Ausgrenzung*. Frankfurt am Main/New York: Campus.

KRYSMANSKI, Hans-Jürgen (2012): *0,1 Prozent. Das Imperium der Milliardäre*. Frankfurt am Main: Westend Verlag.

- LUHMANN, Niklas (ed.) (1995a): *Soziologische Aufklärung 6. Die Soziologie und der Mensch*. Opladen: Westdeutscher Verlag.
- LUHMANN, Niklas (1995b): Inklusion und Exklusion. In: Niklas Luhmann (ed.): *Soziologische Aufklärung 6. Die Soziologie und der Mensch*. Opladen: Westdeutscher Verlag, pp. 247–264.
- LUXEMBURG, Rosa (2015 [1913]): ‘The Accumulation of Capital’. In: *The Complete Works of Rosa Luxemburg: Volume II, Economic Writings 2*. London/ New York: Verso, pp.7–344.
- MANN, Michael (2013), The End May Be Nigh, But For Whom? In: Wallerstein, I., Collins, R., Mann, M., Derluagian, and Calhoun, C. et al. *Does Capitalism have a Future?*. Oxford: Oxford University Press, pp. 71–98.
- MARX, Karl (1976) [1867]: *Capital. A Critique of Political Economy, Volume I*. New York: Penguin Books.
- MARX, Karl and Friedrich Engels (1976) [1848]: *Manifesto of the Communist Party. In: Marx and Engels Collected Works (MECW)*, Volume 6. New York: International Publishers.
- MILANOVIC, Branko (2011): *The Haves and the Have-Nots: A Brief and Idiosyncratic History of Global Inequality*. New York: Basic Books.
- MILANOVIC, Branko (2013): *The Inequality Possibility Frontier: Extensions and New Applications*. Washington D.C.: The World Bank.
- MILANOVIC, Branko (2016): *Global Inequality: A New Approach for the Age of Globalization*. Harvard University Press.
- NASSEHI, Armin (2008): Exklusion als soziologischer oder sozialpolitischer Begriff? In: Heinz Bude/ Andreas Willisch (ed.): *Exklusion. Die Debatte über die “Überflüssigen”*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, pp. 121–131.
- OTTE, Romanus 2023: Corona und Ukraine-Krieg schmälern Wohlstand in Deutschland um rund 600 Milliarden Euro oder 7000 Euro pro Kopf. In: Business Insider. Online: <https://www.businessinsider.de/wirtschaft/iw-corona-und-ukraine-krieg-verringern-wohlstand-in-deutschland-um-600-milliarden-euro-a/> [25.01.23].

- PELIZZARI, Alessandro (2009): *Dynamiken der Prekarisierung. Atypische Erwerbsverhältnisse und milieuspezifische Unsicherheitsbewältigung*. Konstanz: UVK.
- REUSCH, Jürgen et al. (2019): Basisdaten zu Arbeitsbedingungen und Arbeitsverhältnissen. In: *Gute Arbeit. Digitale Arbeitswelt – Trends und Anforderungen*, Lothar Schröder and Hans-Jürgen Urban (ed.), Köln: Bundverlag, pp. 281 ff.
- ROTH, Karl-Heinz (2010): *Die globale Krise. Globale Krise – Globale Proletarisierung – Gegenperspektiven*. Hamburg: VSA.
- SANDER, Nadine (2012): *Das akademische Prekariat. Leben zwischen Frist und Plan*. Konstanz: UVK.
- SCHROER, Markus (2008): Die im Dunkeln sieht man doch. Inklusion, Exklusion und die Entdeckung der Überflüssigen. In: Heinz Bude/ Andreas Willisch (ed.): *Exklusion. Die Debatte über die "Überflüssigen"*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, pp. 178–195.
- SCHULTHEIS, Franz/ Schulz, Kristina (ed.) (2005): *Gesellschaft mit begrenzter Haftung. Zumutungen und Leiden im deutschen Alltag*. Konstanz: UVK.
- SCHULTHEIS, Franz/ Herold, Stefan (2010): Précarité und Prekarität. Zur Thematisierung der sozialen Frage des 21. Jahrhunderts im deutsch-französischen Vergleich. In: Michael Busch/ Jan Jeskow/ Rüdiger Stutz (ed.): *Zwischen Prekarisierung und Protest. Die Lebenslagen und Generationsbilder von Jugendlichen in Ost und West*. Bielefeld: Transcript, pp. 243–274.
- SOMBART, Werner (1928): *Der moderne Kapitalismus. Band 1. Die Genesis des Kapitalismus*. Leipzig: Duncker & Humblot.
- STANDING, Guy (2011): *The Precariat. The New Dangerous Class*. London/ New York: Bloomsbury Academic.
- STANDING, Guy (2014): *A Precariat Charter. From Denizens to Citizens*. London: Bloomsbury Academic.
- TAGUIEFF, Pierre-André (1991): Die Metamorphosen des Rassismus und die Krise des Antirassismus. In: Uli Bielefeld (ed.): *Das Eigene und das Fremde. Neuer Rassismus in der alten Welt?* Hamburg: Junius, pp. 221–268.

THERBORN, Göran (2012): Class in the 21st Century. In: *New Left Review* 78 (6), pp. 5–29.

THOMPSON, Edward Palmer (1991): *The Making of the English Working Class*. Toronto: Penguin Books.

VOGEL, Berthold (2009): *Wohlstandskonflikte. Soziale Fragen, die aus der Mitte kommen*. Hamburg: HIS-Verlag.

WACQUANT, Loïc (2009): *Punishing the Poor: The Neoliberal Government of Social Insecurity*, Durham & London: Duke University Press.

WACQUANT, Loïc (2022): *The Invention of the “Underclass”: A Study in the Politics of Knowledge*. Medford: Polity Press.

WEBER, Max (1978 [1921]): *Economy and Society. An Outline of Interpretive Sociology*, Berkely: UCLA Press.

WEBER, Max (1992 [1930]): *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*. London/New York: Routledge.

ESTRUCTURA DE CLASES Y CRISIS TRANSICIONAL EN ARGENTINA

Mariano Félix¹
María Emilia Millón²

Introducción

El capitalismo es un sistema social de producción y reproducción social apoyado en el control de la población por medio del trabajo (Cleaver, 1985). Esto significa que es un sistema profundamente inestable pues está siempre sujeto a la imposibilidad de garantizar las formas de ese control a los fines de su propia valorización. El rechazo al trabajo alienado (capitalista) por parte de las y los explotados opera siempre como fundamento de la crisis. Con este fundamento, la crisis capitalista puede aparecer bajo diferentes formas concretas pero en general la misma se configura bajo la imposibilidad de valorización, o, si se quiere, la caída en la tasa de ganancia. Las dificultades para la valorización

¹ Profesor de la Universidad Nacional de La Plata. Investigador del Instituto de Investigaciones en Humanidades y Ciencias Sociales (IdIHCS) / CONICET-UNLP (Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas – Universidad Nacional de La Plata). Fellow del International Research Group on Authoritarianism and Counter-Strategies (IRGAC) de la Rosa Luxemburg Stiftung de Berlín. Integrante de la Sociedad de Economía Crítica de Argentina y Uruguay. marianfeliz@gmail.com / <https://marianfeliz.wordpress.com/>

² Becaria Doctoral del CONICET en el Instituto Superior de Estudios Sociales (ISES) / CONICET-UNT (Universidad Nacional de Tucumán) y docente de la Facultad de Ciencias Económicas de la UNT. emillon@face.unt.edu.ar

ampliada del capital dan cuenta de las dificultades de ampliar o intensificar la explotación del trabajo y -a través de él- también de la naturaleza. En territorios dependientes, la crisis se presenta de formas exacerbadas, más intensas. En particular, en las economías dependientes la crisis se expresa bajo la forma de intentos de intensificación en los procesos de superexplotación de la fuerza de trabajo (remunerado y no remunerado) y de la naturaleza (Féliz, 2019).

La economía argentina atraviesa desde la segunda mitad de los dos mil una crisis singular. Esta crisis se enmarca en la crisis general del capitalismo global iniciada en el bienio 2007/2008 pero tiene particularidades propias de una economía dependiente medianamente industrializada. En efecto, en economías dependientes con bajos niveles de industrialización (en América del Sur, los casos de Chile o Bolivia) la dinámica de la acumulación está directamente ligada a los precios de las materias primas de exportación. En el otro extremo, el caso de economías dependientes pero que alcanzaron estatus de potencia subimperialista (Marini, 1972) como Brasil, la producción interna de plusvalía y la capacidad de apropiar plusvalía de los espacios nacionales de valor en su esfera de influencia, permiten atenuar (aunque no evitar) el impacto de la crisis global. La Argentina -por su parte- ocupa un lugar intermedio como espacio de valorización apoyado en un sustrato extractivista amplio (hidrocarburos, agronegocio y minería) pero tiene una base industrial significativa, sostenida en la superexplotación amplia de la fuerza de trabajo, regionalmente dependiente (de Brasil) y subordinada a las potencias imperialistas en disputa (EEUU y China).

En ese marco, en la Argentina las fracciones dominantes del capital han enfrentado en la última década serias dificultades para superar los límites de su proyecto hegemónico. Esos límites se expresan en un estancamiento secular, inestabilidad crónica e inflación sostenida. Sin perder capacidad hegemónica (es decir, sin perder control social sobre el proceso de acumulación), esas fracciones han enfrentado, aún sin éxito, la necesidad de superar las trabas de un proyecto de dominación que se consolidó primera mitad de los años dos mil. De allí que denominemos esta larga crisis como transicional, es decir dentro del mismo proyecto hegemónico (Félicz, 2015). La crisis no es simplemente una crisis ‘cíclica’ o una crisis que proyecte un cambio estructural en los patrones de acumulación de capital (Osorio, 2005). La entendemos, más precisamente, como una crisis al interior de un patrón de acumulación que se está consolidando (y que hemos caracterizado como de orden ‘neodesarrollista’; (Félicz, 2013) y que se configuró a la salida de la última crisis neoliberal (1998-2002). En la medida en que la reestructuración impuesta por la crisis actual no permite superar los límites impuestos sobre la acumulación y no se configura una alternativa hegemónica que pueda proyectar otro proyecto societal, la crisis carga sobre las clases trabajadoras su peso.

Como señalamos, la crisis capitalista expresa la inhabilidad del capital para valorizarse a partir de la explotación del trabajo y la naturaleza. En la economía dependiente, la misma conduce a la profundización de la superexplotación de ambas en el proceso mismo de reestructuración y ajuste societal que las clases dominantes esperan puedan reconducir la reproducción ampliada. En el marco de la crisis transicional, las tensiones para la reorganización de las relaciones de explotación se convertirán en

presiones diferenciales para las distintas fracciones de las clases populares.

Este trabajo busca analizar precisamente cómo la crisis transicional en Argentina transforma y reestructura la constitución misma de las clases trabajadoras. Partimos del planteo de Antunes respecto a que la clase-que-vive-del-trabajo ha adquirido una fragmentación singular en las últimas décadas (Antunes, 2003). Ello plantea una situación especial pues la crisis golpeará de manera singular a las distintas fracciones de la clase obrera. Hablamos de clase obrera en un sentido amplio, en el sentido de todxs aquellxs quienes se ven forzades a trabajar para vivir y no cumplen funciones capitalistas (Carchedi, 1987). Esta cualidad incluye tanto a quienes lo hacen de manera asalariada como quienes lo hacen por cuenta propia, a quienes se encuentran formalizados o registrados y quienes trabajan en relaciones de trabajo irregulares, a quienes cobran un salario o remuneración y a quienes no.

Para analizar de qué manera la esta crisis golpea a las distintas fracciones de las clases populares retomaremos una serie de estudios que permiten reordenar la información estadística disponible en Argentina para construir un esquema de estratificación más adecuado a nuestras necesidades analíticas.

Estructura social y estructura de clases. Una aproximación

Para analizar empíricamente el impacto de la crisis transicional sobre la clase trabajadora en su conjunto, buscaremos aprovechar la

fuerza estadística más sistemática disponible: la encuesta permanente de hogares (EPH) del Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (INDEC) de Argentina. Esta base se releva de manera continua desde los años ochenta y dispone de información relevante sobre empleo, ingresos, estructura de los hogares y condiciones de vida. En tal sentido, la perspectiva empírica adoptada se apoya en los estudios sobre la estructura social argentina realizados por Susana Torrado a partir de los datos del Censo de Población (Torrado, 1994, 1998) y en estudios que usaron la EPH para estudiar la estratificación social por clases sociales analizando diferencias de poder explicativo en relación a la estratificación por ingresos (Féiz et al., 2000), para estudiar la inserción laboral en los jóvenes (Pérez, 2008) y analizar las políticas sociales y laborales en Argentina (Féiz et al., 2012). Esta estrategia permite reconstruir no solamente la estructura de las clases trabajadoras sino que permite elaborar series de tiempos y datos de panel a escala regional dentro de la Argentina.

La estimación parte de operacionalizar el concepto de clase social a partir de la categoría de Condición Socio-Ocupacional (CSO). Ese concepto es un punto de partida adecuado pues “asume que (1) en la sociedad capitalista la ocupación es el componente principal de la situación de clase ya que “resume la posición ocupada en el mercado”, (2) la ocupación constituye el mecanismo más universal que tiene una persona para acceder a medios de vida y (3) porque la ocupación constituye el escenario de relaciones sociales, experiencias, y oportunidades más abarcativas de las personas.” (Féiz et al., 2012, p. 210).³ Con sus limitaciones, esta estrategia aporta información relevante para comprender la

³ Para más detalles sobre la estrategia de estimación ver en (Féiz et al., 2012) y en el anexo.

dinámica de la estructura y condiciones materiales de las clases sociales.

A partir de la estrategia adoptada podemos reconstruir la estructura social en Argentina según se aprecia en el Cuadro 1.

Cuadro 1. Condición Socio-ocupacional. Personas. Según CSO del Jefe de Hogar. 4 trimestre, 2019.

Categoría socio-ocupacional	Personas	Part.	Part.	Ime hogar	Ime pc	Part.
Propietarx PyME	835.135	4.18%	4.18%	76.090	25.618	4.66%
Propietarx gran empresa	294.253	1.47%	1.47%	103.036	48.553	2.17%
Directivx PyME	11.845	0.06%	0.06%	80.693	62.805	0.20%
Directivx gran empresa	305.864	1.53%	1.53%	108.369	49.124	2.86%
Asalariadx jefx	535.531	2.68%	2.68%	87.317	32.703	4.21%
Asalariadx profesional	906.380	4.54%	4.54%	103.904	50.329	11.15%
Asalariadx técnicx	1.993.320	9.98%	9.98%	68.366	28.920	14.28%
Asalariadx operativx	6.499.240	32.54%	32.54%	51.461	18.855	29.97%
Asalariadx poco calificadx	2.369.011	11.86%	11.86%	36.754	13.016	6.86%
Autónomx profesional	378.778	1.90%	1.90%	112.420	49.057	4.57%
Autónomx con medio de producción	3.996.764	20.01%	20.01%	45.988	16.521	14.53%
Autónomx sin medio de producción	796.963	3.99%	3.99%	27.699	10.609	1.83%

Empleadxs domésticxs	1.051.669	5.26%	5.26%	30.258	11.099	2.73%
Total	19.974.753	100.00%	100.00%	55.419	21.544	100.00%

Fuente: Estimación propia a partir de datos de la EPH del INDEC.

** Incluye trabajadorxs autónomxs que no indican si tienen o no medios de producción.*

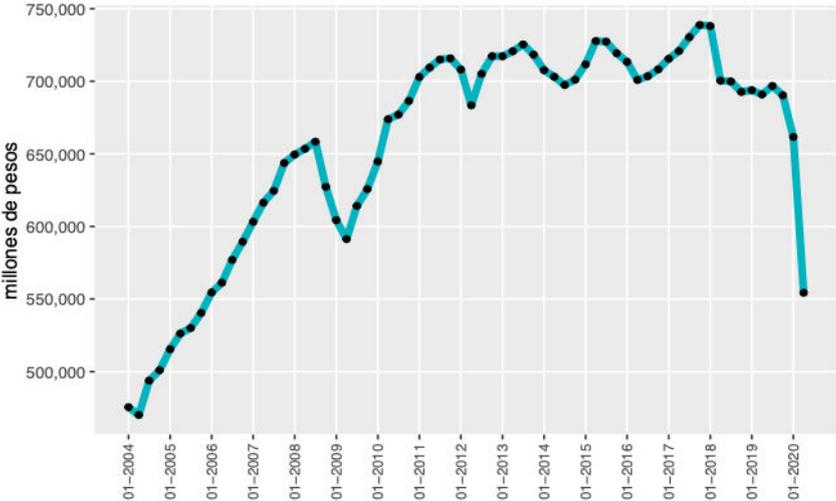
Para finales de 2019, las clases populares (asalariadxs, autónomxs y empleadxs domésticxs) representaban el 92,76% de la población relevada. Menos del 8% podría ser incluido dentro de la fracción dominante (propietarixs, directivxs y jefxs). En 2009, esas proporciones eran 92,61% y 7,39%, respectivamente, no mostrando cambios significativos en el agregado (Félez et al., 2012, p. 214). Dado que esta es una primera aproximación analítica, cabe señalar que los datos referentes a las fracciones dominantes tienen amplio margen de error. Dado que la EPH busca recuperar información fundamentalmente sobre el mercado laboral, no es la mejor fuente para evaluar la estructura de las clases dominantes. Por tal motivo, en este trabajo tomaremos otros indicadores complementarios para captar ese desempeño.

Dinámica de la estructura de clases a través de la crisis

Antes del inicio de la crisis transicional, la economía argentina mostró una dinámica expansiva por al menos un lustro (2003-2009) (Gráfico 1). La misma se sostuvo en varios elementos. A nivel internacional, la recuperación sostenida de los precios de las *commodities* de exportación impulsada por la irrupción de China en el mercado mundial capitalista. Esto creó las condiciones para la producción y apropiación de una masa significativa de renta del

suelo que alimentó el proceso de acumulación de capital local (Félicz, 2014) A nivel local, varios elementos se conjugaron para permitir el aprovechamiento de las condiciones internacionales (F. Cantamutto & Wainer, 2013) Por un lado, la crisis neoliberal (1998-2002) había conducido a la cesación de pagos sobre una fracción importante de la deuda pública; esto configuró condiciones para desvincular el proceso de acumulación de capital de las demandas del capital financiero, al menos por varios años. Por otra parte, la crisis rearticuló las relaciones de valor que fueron alteradas a favor del capital: la tasa de ganancia del gran capital se recuperó rápidamente entre 2002 y 2008 creando condiciones para la recuperación de la inversión en capital constante, el aumento en el empleo y cierta recuperación de los salarios. La cesación de pagos y la desvalorización de la fuerza de trabajo ocupada en el sector público creó condiciones fiscales favorables a un proceso de expansión fiscal que favoreció cierto incremento en la demanda agregada interna (F. J. Cantamutto & Castiglioni, 2020).

Gráfico 1. PBI en términos reales. Argentina, 2004-2020



Fuente: Producto Bruto Interno (PBI) en términos reales, sobre la base de datos del

La crisis global de 2007-2009 conspiró para acelerar el desarrollo de ciertas contradicciones que el capitalismo vernáculo estaba acumulando. Por una parte, aceleró el encarecimiento de la moneda local en relación al dólar. Junto con la recuperación de los salarios en el sector privado y el débil aumento en la productividad laboral relativa, se aceleró el deterioro de la competitividad externa de la economía y el incremento en el déficit del balance de pagos. La crisis global puso un freno al aumento en los precios internacionales y por lo tanto, puso un techo a la renta del suelo. El quinquenio posterior (2009-2014) estuvo marcado por un proceso que condujo al estancamiento e inestabilidad macroeconómica. Luego de la recuperación de 2009-2010, los desequilibrios macroeconómicos (fiscal, externo e inflación) se acentuaron, en particular a partir de 2011 y el crecimiento se estancó. Mientras entre 2004 y 2010 el PBI creció 37%, entre 2010 y 2017 sólo lo hizo 7,6% (cayendo significativamente en términos per cápita). Esto está directamente ligado a que la tasa de ganancia de los grandes capitales, luego de haber alcanzado su pico en 2006 cayó abruptamente hasta 2107 (Gráfico 2).

Gráfico 2. Tasa de ganancia. Argentina, 500 empresas más grandes, 1993-2018



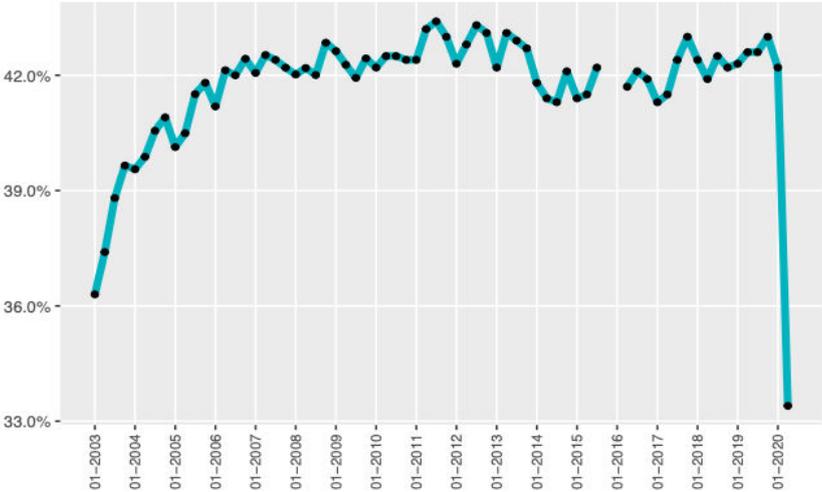
Fuente: La tasa de ganancias se estima como la utilidad bruto sobre la diferencia entre el valor bruto de producción y la utilidad, sobre la base de datos del Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (INDEC) de Argentina.

La etapa anterior, de bonanza económica relativa, estuvo marcada por la consolidación de la alianza gobernante. Durante la presidencia de Néstor C. Kirchner (NK) (2003-2007) y la primera de Cristina Fernández de Kirchner (CFK) (2007-2011), una fracción importante de los sectores populares fueron integrados a partir de un conjunto de políticas sociales y laborales que permitieron cierto derrame económico. Sin embargo, ya a finales de la presidencia de NK comenzaron a observarse ‘desbordes’ y conflictos al interior de fracciones de las clases populares cuyas demandas no obtenían respuesta o sólo eran postergadas (Félez, 2012). En el marco de una economía dependiente como la Argentina, rápidamente las demandas de integración económica chocaban contra límites insuperables. Por otra parte, la crisis global sirvió como catalizador de las fuerzas de oposición que comenzaron progresivamente a articularse políticamente (Félez, 2016).

El proyecto hegemónico encarnado en el Estado por el peronismo bajo el liderazgo de los Kirchner, comenzó a fracturarse, al no poder desplazar ni superar las barreras que él mismo componía. La crisis global sólo aceleró el proceso de transición que suponía un intento de ajuste progresivo. El mismo fue presentado a finales de 2011 como ‘sintonía fina’ pero rápidamente pasó a convertirse en una sucesión de reformas que buscaba simultáneamente consolidar la hegemonía política en un contexto de estancamiento y recrear las condiciones para el crecimiento económico.

Entre 2009 y 2014 las clases populares vieron que sus ingresos comenzaban a estancarse y se deterioran sus condiciones de empleo (Gráfico 3). La tasa de empleo comienza a caer, luego de haber alcanzado un pico en 2011.

Gráfico 3. Tasa de empleo. Argentina, 2003-2020.



Fuente: Elaboración propia sobre la base de datos de la EPH del INDEC.

Mientras el empleo agregado se empieza a estancar, en algunas fracciones dentro de las clases sufren en mayor medida que otras (Cuadro 2).

Cuadro 2. Empleo en términos absolutos según CSO. Argentina, 2014=100.

Categoría socio-ocupacional	2009	2014	2017	2019
Asalariadx profesional	76.8	100	99.9	115.1
Asalariadx técnicx	97.1	100	130	123.2
Asalariadx operativx	94.3	100	97.2	89.4
Asalariadx poco calificadx	90.3	100	95.9	96.4
Autónomx profesional	77.6	100	98.5	113.9
Autónomx con medio de producción	87.9	100	110.4	125.9
Autónomx sin medio de producción	123.8	100	94.3	88.4
Empleadx domésticx	82	100	109.4	119.5
Total	91.8	100	102.8	104.2

Fuente: Estimación propia a partir de datos de la EPH del INDEC.

Las fracciones menos calificadas de la fuerza de trabajo asalariada (operativxs y poco calificadxs) así como les trabajadorxs autónomxs sin acceso a medios de producción sufrieron un golpe significativo en sus niveles de empleo. En este último caso, el deterioro en el empleo desde 2009 es casi del 30%.

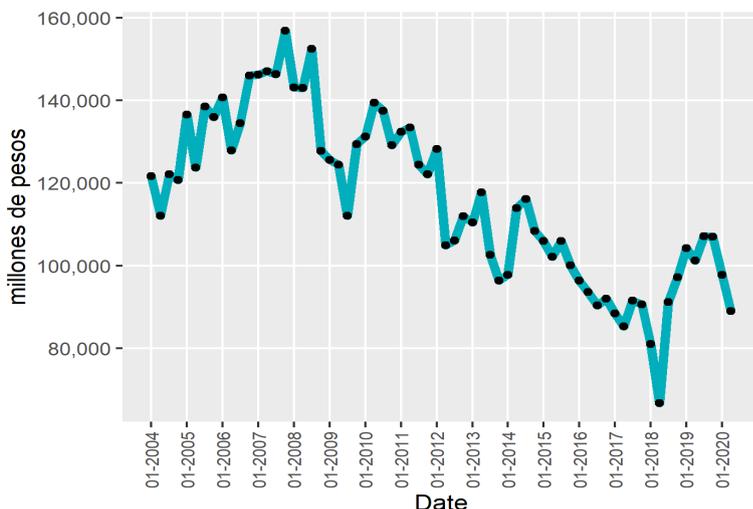
La desaceleración y creciente inestabilidad de la economía comienzan a crear presiones para la profundización de las condiciones de superexplotación de la fuerza de trabajo. A pesar de las políticas de corte expansivo durante el segundo gobierno de CFK, se acentúa la presión sobre la clase-que-vive-del-trabajo (para usar la imagen propuesta por (Antunes, 2003). En ese

segundo gobierno se ensayan o profundizan algunos programas que buscan compensar -aunque de manera parcial- la creciente insuficiencia de los ingresos y el empleo. Primero, se crea la Asignación Universal por Hija/o que generaliza (aunque no universalizada) la transferencia casi incondicional de ingresos a familias con niñas y niños. En segundo lugar, amplían los programas de crédito a los sectores populares (incluidas las familias de jubiladas/os y pensionadas/os).

A pesar de esas políticas de compensación y frente al deterioro de sus condiciones de vida, se multiplican los conflictos entre 2014 y 2015. La consecuencia inmediata es la fractura de la coalición gobernante de la presidenta CFK. En 2015 esa alianza es derrotada en las elecciones nacionales por una coalición de derecha pro-empresarial (bajo la presidencia de Mauricio Macri) (Félicz, 2016).

Con el cambio de gobierno a finales de 2015, se acelera el proceso de ‘corrección’ de desequilibrios macroeconómicos. La masa de plusvalía tiende a caer de manera sostenida desde 2009 (con alguna recuperación leve en torno a 2010) a pesar de los esfuerzos por impulsar políticas contracíclicas que aumentan el déficit fiscal (Gráfico 4).

Gráfico 4. Masa de plusvalía (PBI-Consumo). Argentina, 2003-2017

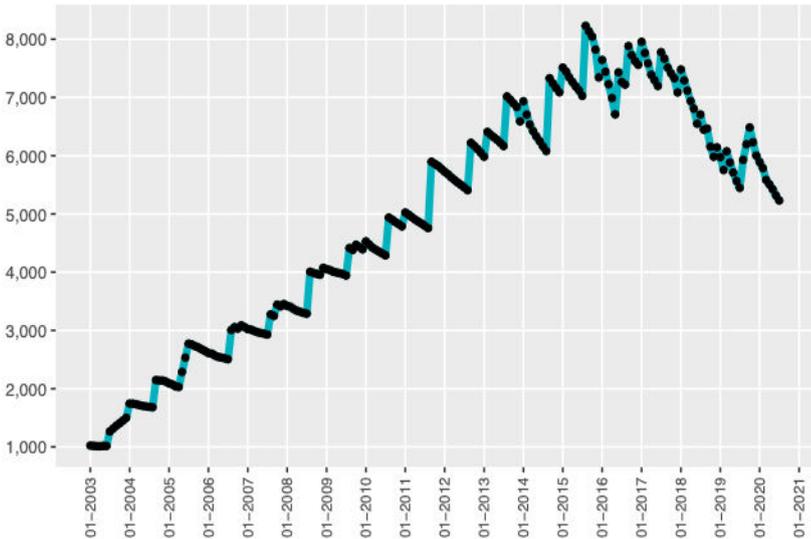


Fuente: Estimación propia sobre la bases de datos del INDEC. Serie desestacionalizada de PBI y Consumo, base 2004. Nota: La masa de plusvalía se aproxima a través de la diferencia entre el PIB y el Consumo total. Si bien, siguiendo a Kalecki, el consumo capitalista es parte de la masa de plusvalía, no podemos estimarlo adecuadamente en este momento.

El gobierno entrante del presidente Mauricio Macri (2015-2019) impulsa una política que busca acelerar el ajuste económico, buscando recrear condiciones favorables a la acumulación de capital (Félicz, 2018) En simultáneo, intentó crear condiciones para consolidar su hegemonía política. Para ello, el proceso de ajuste se acelera (en particular, en su veta fiscal) pero se sostiene en un proceso de aceleración del endeudamiento externo público.

Durante esta etapa, la presión sobre los salarios reales se acentuó en la medida en que la política de salarios mínimos comenzó a ser utilizada como ancla nominal más que como piso salarial (Gráfico 5).

Gráfico 5. Salario Mínimo, Vital y Móvil (SMVM) en pesos constantes (términos reales). Argentina, 2003-2021.



Fuente: Estimación propia sobre la bases de datos del INDEC y Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social (MTEySS). El SMVM fue deflactado por un índice de precios empalmado construido a partir de 2007 con la serie de Índice de Precios al Consumidor (IPC) de Gran Buenos Aires, y para el caso de algunos años, con el promedio de las series IPC de San Luis y Santa Fé. A partir de 2016 se retoma la serie de IPC Nacional del INDEC.

El salario mínimo, vital y móvil (SMVM) fijado por el gobierno comienza a ser ajustado a un ritmo menor que la inflación, que se acelera. El resultado es una caída de los SMVM superior a 20% en términos reales entre 2015 y 2018. En definitiva, la política laboral en lugar de poner un piso a los salarios tiende -en los hechos- a presionarlos hacia abajo.

La aceleración de la crisis se acopló con un cambio en la estrategia. Se pasa de la ‘sintonía fina’ a un proceso de ajuste veloz en algunas variables (como el tipo de cambio que es devaluado

fuertemente, o las tarifas de servicios públicos como luz, gas y agua que suben violentamente). En lo que hace a las reformas estructurales que el gran capital demanda (tales como el ajuste fiscal, la reforma laboral o de la previsión social) el nuevo gobierno sólo puede avanzar lentamente durante sus dos primeros años.

Hasta finales de 2017, el endeudamiento se multiplica velozmente. La deuda pública total salta de 240 mil millones de dólares en 2015 a más de 320 mil millones de dólares en 2017. Sin embargo, a comienzos de 2018 ese financiamiento multimillonario del gran capital financiero internacional se cortó abruptamente. La apuesta que esos sectores hicieron por un gobierno que -a priori- era más afín a sus intereses, cae en saco roto.

La imposibilidad de continuar con un proceso de ajuste progresivo con financiamiento abundante para los desequilibrios macroeconómicos existentes, desarticular la reproducción ampliada del capital. Agotada su paciencia, las fracciones dominantes dan un salto mortal hacia adelante. La fuga del capital se acelera y la crisis se profundiza, ahora sí, rompiendo la resistencia de las clases populares.

De manera abrupta, se desploma la actividad económica al ritmo de una violenta devaluación de la moneda nacional frente al dólar. El resultado es un salto en la tasa de inflación que desvaloriza de manera brutal los ingresos populares. Si hasta 2017, la participación de los ingresos de las clases trabajadoras (asalariados y autónomos) se sostuvo, a partir de allí, se produce una reducción marcada (Cuadro 3).

Cuadro 3. Ingreso medio por CSO. Argentina, 2009-2019. 2014=100.

Categoría socio-ocupacional	2009	2014	2017	2019	2019 2017	2017 2019
Asalariadx jefe	90.3	100	99.2	86.6	-12.7%	9.8%
Asalariadx profesional	94.3	100	105.1	104.3	-0.8%	11.5%
Asalariadx técnicx	105.8	100	116.8	98	-16.1%	10.4%
Asalariadx operativx	96.5	100	112.4	86.7	-22.9%	16.5%
Asalariadx poco calificadx	94.3	100	103.4	77.5	-25.1%	9.6%
Autónomx profesional	92.2	100	95.1	127.9	34.5%	3.1%
Autónomx con medio de producción	100.4	100	110.1	84.9	-22.9%	9.7%
Autónomx sin medio de producción	92.2	100	111.8	73.4	-34.3%	21.3%
Empleadx domésticx	83.8	100	103.8	83.1	-20.0%	23.8%
Total	95.7	100	109.8	90.7	-17.5%	14.7%

Fuente: Estimación propia a partir de datos de la EPH del INDEC. Nota: Los ingresos medios se toman como promedio por persona teniendo en cuenta todos los ingresos del hogar.

Mientras entre 2009 y 2017 hay un crecimiento significativo de los ingresos medios de los hogares en todas las fracciones de clases dentro de las clases trabajadoras, entre 2017 y 2019 se produce un desplome generalizado (con la excepción de los profesionales autónomos).

Este proceso de deterioro se expresa en una tendencia a la consolidación del empobrecimiento generalizado de las clases populares (Cuadro 4).

Cuadro 4. Porcentaje de la población bajo la línea de la pobreza según CSO. Argentina, 2009-2019

Categoría socio-ocupacional	2009	2014	2017	2019
Asalariadx jefx	1.3%	0.0%	4.1%	9.4%
Asalariadx profesional	0.6%	0.4%	0.8%	1.8%
Asalariadx técnicx	2.6%	0.6%	7.6%	13.6%
Asalariadx operativx	9.5%	2.9%	23.4%	37.6%
Asalariadx poco calificadx	15.6%	5.2%	40.1%	58.3%
Autónomx profesional	1.5%	1.2%	0.8%	2.9%
Autónomx con medio de producción	18.5%	4.2%	34.1%	47.7%
Autónomx sin medio de producción	31.4%	12.5%	58.2%	72.6%
Empleadx domésticx	24.8%	9.0%	49.9%	60.8%
Total	12.4%	3.7%	26.7%	39.0%

Fuente: Estimación propia a partir de datos de la EPH del INDEC.

Como se percibe mientras el crecimiento económico, la resistencia popular al ajuste y las políticas compensatorias permitieron reducir la pobreza por ingresos, el quiebre se produce de manera violenta luego de 2017. En particular, entre trabajadoras de servicios doméstico (mayormente mujeres), trabajadores poco calificados y autónomos (mayormente varones), la pauperización es inaudita.⁴

⁴ En una nota aclaratoria, cabe indicar que la línea de pobreza estadística ha sido cuestionada por no reflejar adecuadamente la evolución de las necesidades básicas de la población. En efecto, se cuestiona la propia naturaleza de lo que la misma estaría reflejando. Por tal motivo, genera ciertas dudas la verosimilitud de la caída sostenida en la incidencia de la pobreza hasta 2017 en el marco de un estancamiento prolongado.

De la misma manera, la crisis impactó al interior de las clases populares intensificando la pobreza (Cuadro 5). Los indicadores Foster-Greer-Thorbecke (FGT) dan cuenta de la profundidad (FGT(1), distancia respecto de la línea de la pobreza) y la desigualdad dentro de la pobreza (FGT(2)). En 2009, la pobreza por ingresos (LP-09) era explicada fundamentalmente por el empobrecimiento de asalariadxs operativxs (31,9% del total, es decir 3,95% de un total de 12.39%) y autónomxs con medios de producción (25,5% del total). En 2019, les primerxs representan el 32,2% mientras les segundes el 26,5% del total.

Cuadro 5. Aportes porcentuales a Línea de la pobreza, FGT(1) y FGT(2) según CSO. Argentina, años 2009 y 2019

Categoría socio-ocupacional	LP-09	FGT1-09	FGT2-09	LP-19	FGT1-19	FGT2-19
Asalariadx jefx	0.04%	0.02%	0.01%	0.28%	0.05%	0.02%
Asalariadx profesional	0.02%	0.01%	0.00%	0.09%	0.02%	0.01%
Asalariadx técnicx	0.24%	0.12%	0.08%	1.51%	0.44%	0.21%
Asalariadx operativx	3.95%	1.28%	0.65%	13.92%	4.91%	2.45%
Asalariadx poco calificadx	2.04%	0.65%	0.35%	7.21%	2.89%	1.52%
Autónomx profesional	0.03%	0.02%	0.02%	0.06%	0.02%	0.01%
Autónomx con medio de producción	3.16%	1.02%	0.47%	9.65%	4.04%	2.24%
Autónomx sin medio de producción	1.75%	0.61%	0.32%	2.99%	1.46%	0.93%
Empleadx domésticx	1.17%	0.46%	0.26%	3.29%	1.40%	0.78%
Total	12.39%	4.19%	2.15%	39.00%	15.23%	8.18%

Fuente: Estimación propia a partir de datos de la EPH del INDEC. Nota: LP-09 y LP-19 indica el aporte a la incidencia de la pobreza por cada fracción de la clase obrera. FGT(1)-09 y FGT(1)-19 indica el aporte a la profundidad de la pobreza por cada fracción de la clase obrera. FGT(2)-09 y FGT(2)-19 indica el aporte a la desigualdad de la pobreza por cada fracción de la clase obrera. Nota 2: Se toma la metodología del

INDEC para la línea de pobreza (INDEC, 2016), teniendo en cuenta las canastas básicas regionales y el adulto equivalente para el cálculo. Los cálculos respecto a los FGT pueden revisarse en Ravallion (1992).

La crisis transicional golpean al conjunto de las clases populares: los pobres son cada vez más y más pobres (FGT(1) pasa de 4,19% a 15,23% en la década, y a la vez más desigualmente pobres (FGT(2) aumenta de 2,15% a 8,18% entre 2009 y 2019). El Cuadro 5 da cuenta de que dentro de la clase trabajadora la pobreza se concentra e incrementa entre aquellas fracciones que no revisten jefaturas o tiene tareas profesionales. Particularmente, los grupos mencionados (Asalariadx operativx y Autonomx con medio de producción) son las fracciones que más sufren el impacto de la crisis.

Síntesis y conclusiones preliminares

La Argentina atraviesa un proceso particular de estancamiento, inestabilidad y crisis que ya se prolonga por una década. Luego de la recuperación económica posterior a la salida de la era neoliberal, el patrón de acumulación dominante (de orden neodesarrollista, en un marco dependiente) comenzó a mostrar dificultades y desequilibrios a nivel económico, social y político que aún hoy no ha podido resolver.

Las clases dominantes y sus nuevas fracciones hegemónicas (grandes capitales de tendencia transnacional, extractivista y financierizada) han sido incapaces de imponer una reorganización de las condiciones de acumulación. Al mismo tiempo, sin embargo, los sectores populares, la-clase-que-vive-del-trabajo, tampoco ha

lograr configurar una alternativa hegemónica que impida que la crisis golpee sobre sus condiciones materiales de vida.

En este trabajo hemos podido mostrar de qué manera distintas fracciones de las clases populares han sufrido el impacto de la crisis transicional en la economía argentina. En una primera aproximación analítica y empírica, hemos mostrado de qué manera pueden utilizarse los datos de la encuesta permanente de hogares para reconstruir la estructura de las clases populares y a partir de allí evaluar la forma en que la crisis se articula con ella.

Cabe señalar que dentro de patrones generales de ajuste sobre las condiciones de vida, hay fracciones de las clases populares que han sufrido más directamente el impacto de la crisis, en especial en la última fase de la misma, iniciada a finales de 2017. A partir de ese momento, se fractura la unidad de la resistencia popular. El estancamiento e inestabilidad se convierte en un ataque certero a las condiciones de vida de las y los trabajadores, con impactos diferenciales que producen una creciente desigualdad al interior de las propias clases populares. El impacto de esta fragmentación y diferenciación social seguramente tengan a mediano plazo sustantivos efectos políticos y sociales, que recién estamos empezando a vislumbrar.

Anexo

Para la determinación de la Condición Socio-Ocupacional se tomó como punto de partida el Clasificador Nacional de Ocupaciones (CNO-2001). Con ese criterio, se identificó a ocupadxs y desocupadxs según su ocupación en el cuarto trimestre

de cada año de la EPH; las personas que no son ocupadas o desocupadas no tienen registro de esa información. A partir de ahí se construyó el indicador de CSO. Las categorías creadas de CSO para el caso de los análisis de ingresos, cuentan con coeficientes de variación (CV) altos (entre 30 y 100%), sobre todo para las categorías de propietarixs y directivxs. En este artículo no se tomó ninguna medida para corregir este problema; sólo se intenta describir algunos resultados que se observa en el promedio nacional. Encontramos que la distribución de personas en los grupos de CSO se mantiene en el tiempo. Por otro lado, en relación a las personas identificadas como propietarixs y directivxs se diferenció en un principio de acuerdo al tamaño de la empresa teniendo como pequeña empresa a aquellas de 5 o menos trabajadorxs. Para el caso de les trabajadorxs autónomxs, la categoría “sin medios de producción” incluye también todas aquellos trabajadorxs cuyas observaciones no tenían suficiente información para considerarlos como “con medios de producción”.

Todas las series del artículo usan datos provenientes de <https://datos.gob.ar/dataset>, salvo para el caso de la tasa de ganancia que se la toma de los informes de prensa de la Encuesta Nacional a Grandes Empresas (ENGE). Para la construcción de la CSO, se tomaron los microdatos de la EPH de INDEC para el cuarto trimestre de los años 2009, 2014, 2017 y 2019.

Bibliografía

ANTUNES, R. (2003). *¿Adiós al trabajo? Ensayo sobre las metamorfosis y el rol central del mundo del trabajo*. Herramienta Ediciones.

CANTAMUITTO, F. J., & Castiglioni, L. (2020). *El problema de la deuda*

argentina (p. 11). IIESS.

CANTAMUITTO, F., & Wainer, A. (2013). *Economía política de la Convertibilidad. Disputa de intereses y cambio de régimen*. Capital Intelectual.

CARCHEDI, G. (1987). *Class analysis and social research* (1ra ed.). Basil Blackwell.

CLEAVER, H. (1985). *Una lectura política de «El Capital»* (1ra ed.). Fondo de Cultura Económica.

FELIZ, M. (2012). Neo-developmentalism: Beyond Neoliberalism? Capitalist Crisis and Argentina's Development since the 1990s. *Historical Materialism*, 20(2), 105-123. <https://doi.org/10.1163/1569206X-12341246>

FELIZ, M. (2013). ¿De la década perdida a la década ganada? Del auge y crisis del neoliberalismo al neodesarrollismo en crisis en Argentina. *Cuestiones de Sociología. Revista de Estudios Sociales*, 9.

FELIZ, M. (2014). Renta extraordinaria e industrialización en el neodesarrollismo. Límites y alternativas. Argentina, 2003-2012. *Revista Economía Ensaio*, 29(1), 7-24.

FELIZ, M. (2015). ¿Neodesarrollismo a la deriva en Argentina? Hegemonía, proyecto de desarrollo y crisis transicional. En *Márgenes. Revista de economía política* (Vol. 1, pp. 95-118). UNGS. http://www.ungs.edu.ar/ms_publicaciones/index.php/libro/margenes/

FELIZ, M. (2016). Till death do as apart? Kirchnerism, neodevelopmentalism and the struggle for hegemony in Argentina, 2003-2015. En I. Schmitt (Ed.), *The Three Worlds of Social Democracy: A Global View from the Heartlands to the Periphery* (pp. 91-106). Pluto Press.

FELIZ, M. (2018). Cambiemos: Entre la reforma y la crisis en el capitalismo dependiente. En *ANUARIO EDI 2018. Capitalismo argentino: ¿una vez más en la encrucijada?* (1ra ed., pp. 67-75). Economistas de Izquierda (EDI) / Oficina de Buenos Aires de la Fundación Rosa Luxemburgo. <https://rosaluxspba.org/wp-content/uploads/2018/07/Anuario-EDI-2018-para-web.pdf>

FELIZ, M. (2019). Neodevelopmentalism and Dependency in Twenty-first-Century Argentina: Insights from the Work of Ruy Mauro Marini. *Latin American Perspectives*, 46(1), 105-121.

FELIZ, M., Deledicque, L. M., & Sergio, A. P. (2000, 11-1/12). *Análisis metodológico de la estratificación social desde las perspectivas sociológica y económica*. Iras Jornadas de Sociología, La Plata.

FELIZ, M., López, E., & Lisandro, F. (2012). Estructura de clase, distribución del ingreso y políticas públicas. Una aproximación al caso argentino en la etapa post-neoliberal. En M. Féliz (Ed.), *Más allá del individuo. Clases sociales, transformaciones económicas y políticas estatales en la argentina contemporánea* (pp. 203-224). Editorial El Colectivo.

INDEC (2016). La medición de la pobreza y la indigencia en la Argentina, Bs As. noviembre 2016. Metodología INDEC n° 22. https://www.indec.gov.ar/ftp/cuadros/sociedad/EPH_metodologia_22_pobreza.pdf

MARINI, R. M. (1972). *El subimperialismo brasileño* (p. 12) [Documento de Trabajo]. Centro de Estudios Socio-económicos (CESO) :: Facultad de Ciencias Económicas: Universidad de Chile.

OSORIO, J. (2005, octubre 8). *Patrón de reproducción del capital, crisis y mundialización*. Seminario Internacional REG GEN: Alternativas Globalização, Río de Janeiro - Brasil. <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/reggen/pp17.pdf>

PÉREZ, P. E. (2008). *La inserción ocupacional de los jóvenes en un contexto de desempleo masivo. El caso argentino entre 1995 y 2003* (1ra ed.). Miño y Dávila Editores.

RAVALLION, Martin (1992), Poverty Comparisons: A Guide to Concepts and Methods, World Bank SMS working Paper No.88, pg 35.

TORRADO, S. (1994). *Estructura social de la Argentina: 1945-1983* (2da ed.). Ediciones De La Flor.

TORRADO, S. (1998). *Familiar y diferenciación social* (1ra ed.). EUDEBA.

POLÍTICAS DE INVESTIMENTOS AGRÍCOLAS EM ANGOLA: PROJETOS EM CONCORRÊNCIA E AS TENDÊNCIAS DO SÉCULO XXI¹

Garcia Neves Quitari²

Introdução

Nos meses imediatamente seguintes à tomada de posse para o primeiro mandato, diversos analistas políticos destacaram que, ao contrário do seu antecessor, o atual presidente de Angola priorizaria uma diplomacia mais económica, privilegiando o estabelecimento de relações mais fortes com países estratégicos que pudessem contribuir para o almejado desenvolvimento de Angola.

Nesse sentido, durante os dois primeiros anos do mandato em causa, este presidente visitou vários países, dentre os quais, a França, os Estados Unidos da América, Bélgica, Portugal, África do Sul, China, Emirados Árabes Unidos e a Rússia. Como recorrentemente afirmado em seus discursos, estas visitas tinham

¹ Este artigo foi originalmente publicado em: QUITARI, Garcia Neves (2022) “Políticas de investimentos agrícolas em Angola: projetos em concorrência e as tendências do século XXI”. *Africana Studia*, 38: 9-19.

² Garcia Neves Quitari é Doutorando em Sociologia pelo ISCTE-IUL (Portugal) e Professor Assistente de Sociologia na Universidade Agostinho Neto (Angola). Endereço eletrónico: garcianeves@gmail.com

também como objetivos o estreitamento de relações comerciais e de cooperação e, por conseguinte, atrair investimentos para Angola.

No seu discurso, na ocasião da 75ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, por exemplo, ocorrida em 2020, o presidente de Angola propôs que os membros do G20 criassem nos seus países fundos de apoio para os investidores que queiram investir em África. No caso de Angola, um dos setores da economia para os quais se buscam estes investimentos é o setor da agricultura, com destaque para o agronegócio.

Neste contexto, o presente artigo visa refletir sobre as políticas de investimentos agrícolas em Angola. Para tal, pretende também analisar brevemente a presença do capital estrangeiro na história recente de Angola relativamente à exploração dos recursos naturais e, particularmente, na agricultura.

Nosso principal argumento é de que a atual orientação da política económica tende para o alargamento da presença do capital estrangeiro em Angola, através do Investimento Direto Estrangeiro (IDE), em contraposição ao enfoque no desenvolvimento económico centrado no fortalecimento do empresariado nacional, orientação dominante mais ou menos nas últimas quatro décadas pós-independência.

Esta reflexão impõe necessidade de considerações relativamente aos projetos de desenvolvimento agrícola implementados no decurso deste tempo, mas também os efeitos e as consequências dos recentes desdobramentos do governo angolano para promover

o investimento privado e estrangeiro no âmbito dos planos de desenvolvimento da economia no período pós-guerra civil³.

Para o efeito de melhor de compreensão, este texto inclui também uma breve caracterização geral dos investimentos na agricultura feitos no final da era colonial, fase em que se assiste maior entrada de capital estrangeiro na então província ultramarina de Angola.

Investimentos na era colonial e pós-independência

Investimentos agrícolas na era colonial.

Até o início do século XX, o regime colonial português ainda apresentava resistência à entrada do capital estrangeiro nas colónias, seja no que se referia aos investimentos nos setores produtivos e bancários, seja no que dizia respeito à concessões de terra⁴. Por outro lado, o capital privado nacional também era inexpressivo e predominantemente representado por uma elite ligada ao comércio.

O interesse de Portugal pela agricultura em África começaria a ganhar grandes dimensões depois da independência do Brasil (1822) e, sobretudo com o início da 1ª República de Portugal em

³ A guerra civil em Angola teve início após a independência em 1975 e terminou efetivamente em 2002. Na década de 1990, iniciaram-se os acordos de paz, foram realizadas as primeiras eleições (1992), mas a guerra foi retomada depois da contestação dos resultados eleitorais por parte da UNITA. Sobre este assunto, ver, Costa (2010); Cafussa (2014) e António (2015).

⁴ Ver: Torres (1983) e Amaral (2017).

1910⁵. A partir deste momento, as Cartas - de -Lei da Coroa Portuguesa e os regimes de sesmaria cederiam lugar para os decretos que passaram a regular a concessão de terra nas colónias até 1974. Mas é, principalmente, com o regime militar instaurado em 1926 que Portugal passaria a promover a entrada intensiva de um capital metropolitano e estrangeiro em Angola.

Vários fatores de ordem económica e política contribuiriam para esta decisão. Alguns destes fatores políticos foram exatamente a necessidade de tentar contrapor-se aos descontentamentos dos povos das colónias; às tendências separatistas e o receio de invasão de territórios por parte das outras potências coloniais, a exemplo da União Sul-Africana. Era necessário ocupar efetivamente as colónias, razão pela qual também se observou a partir desse período um forte incentivo à migração de portugueses para as colónias⁶.

Um outro fator político importante dizia respeito às pressões contra o regime militar em Portugal, particularmente, as pressões pela terra. Apesar de já ser um problema social importante desde a 1ª República, o governo do Estado Novo (1933-1974), por exemplo, manteve uma política agrária que beneficiava o latifúndio a custo de um crescente número de camponeses e trabalhadores

⁵ Sob esta perspetiva, ver: Castelo (1998) e Freudenthal (2005).

⁶ Entre 1961 – 1974, a Junta Provincial de Povoamento de Angola (JPPA) foi o órgão colonial responsável pela transferência de portugueses (e cabo-verdianos) e pela criação dos colonatos agrários. Sobre este assunto, neste texto, ver também: Neto (1999) e Castelo (2007).

rurais sem terra, tornando a questão agrária um dos problemas políticos mais relevantes até 1975⁷.

Dentre os fatores económicos, destaca-se o esforço de reposicionamento de Portugal na economia mundial, com o qual tentava abandonar a posição de fornecedor de matéria-prima bruta para uma economia exportadora de bens manufaturados centrada na agroindústria e na indústria extrativista.

Portugal também se empenhava para a integração das economias metropolitana e colonial, no que poderia vir a se constituir como espaço de moeda única, de livre circulação de mercadorias, incentivando, por exemplo, a deslocação de unidades produtivas para as colónias. Como muitos autores sugerem, a integração e o centralismo seriam as principais características da colonização portuguesa em África no início do século XX.⁸

É neste contexto de maior entrada do capital nacional e estrangeiro que se intensifica a industrialização em Angola e que se verifica o começo de uma articulação entre agricultura e indústria, com forte presença de companhias estrangeiras. Segundo Torres (1983), nesta altura também, entram em Angola, por exemplo, a Caixa de Crédito Agro-Pecuário (1961), o Banco de Crédito Comercial e Industrial (1965) e o Banco Totta Standard de Angola (1966).

⁷ A Reforma Agrária em Portugal só viria acontecer depois da Revolução de 25 de Abril de 1974. Sobre este assunto, ver, por exemplo: Cunhal (1968); Baptista (1994) e Varela & Piçarra (2016).

⁸ Neste texto, ver, por exemplo: Torres (1983); Ferreira (1985) e Castelo (2014).

Nas fases mais avançadas desta empreitada, entre 1959 e 1964, depois, entre 1968 e 1973, o governo colonial implementou os planos de Fomento II e III, respetivamente, que consistiram em investimentos avultados para o desenvolvimento e modernização produtiva em Angola. Direcionados para infraestruturas de comunicação, transportes e indústria, foi neste momento que conhecidas multinacionais passariam a representar o capital dominante, sobretudo no setor extrativista, primeiro, com a exploração do mineiro de ferro e, posteriormente, com o petróleo e diamante⁹.

Tal como constituído esta distribuição do capital, viria a se formar inicialmente em Angola uma concorrência entre uma burguesia local, historicamente ligada ao comércio, uma burguesia metropolitana diversa e uma burguesia mais internacional ligada às grandes companhias e conglomerados internacionais.

À propósito do desenvolvimento agrícola, o governo colonial projetou uma política agrícola assente na sua divisão em dois setores, nomeadamente, o setor familiar/tradicional e o empresarial, este último representado por companhias nacionais e estrangeiras, à exemplo da COTONANG, empresa belga de exploração de algodão.

Na década de 1960, o governo colonial fundou a Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola (MIAA) e em 1969 a Extensão Rural de Angola (ERA), ambas instituições encarregadas de fazer estudos geomorfológicos, mapeamento agrícola e de prover um conjunto de apoio técnico às empresas e aos camponeses para o

⁹ Neste texto, ver Torres (1983), Ferreira (2002) e Bonfim *et al* (2016).

aumento da produtividade e melhoria da qualidade da produção (Neto, 1999; 2008).

Os resultados destes investimentos colocariam Angola entre os maiores exportadores mundiais de algodão, café e sisal entre as décadas de 1960 e 1970, assim como também de *commodities* minerais, principalmente com a exploração de diamante, ferro e petróleo, tal como assinalado por Eduardo de Sousa Ferreira (1985).

Políticas agrícolas durante o socialismo

Depois da proclamação da independência (1975), iniciou-se em Angola a constituição de uma república socialista de inspirações marxista-leninista, que vigorou até ao início da década de 1990. Em virtude disso, a propriedade privada teria sido abolida ainda em 1976, através da Lei nº 3/76 de 1976 e a maioria das empresas privadas foi confiscada, nacionalizada ou intervencionada para a estatização, tal como refere Manuel Ennes Ferreira (2002). Estas empresas, sobretudo, as ligadas à indústria transformadora, dentre as quais as dos setores de pescas, alimentos, bebidas, metalurgia e agropecuária, passariam a constituir um património do Estado, designado de Unidades Económicas do Estado (UEE)¹⁰.

Mas o confisco da propriedade privada teve algumas exceções, seja em relação à terra, seja no dizia respeito às empresas, principalmente as empresas estrangeiras do setor extrativista. Adicionalmente a estas medidas, foram também criadas empresas estatais para exploração de petróleo e de diamante, respetivamente,

¹⁰ Ver também Bonfim *et al* (2016).

a SONANGOL (1976) e mais tarde a ENDIAMA (1981), que passariam a concessionar e a concorrer com empresas internacionais já estabelecidas desde a era colonial, a exemplo da Chevron e da De Beers.

No setor da agricultura, foram criadas empresas estatais - como a ENCAFE, para produção e comercialização do café, a ENCODIPA para a aquisição e distribuição da produção agrícola – compondo um circuito no qual estavam integradas fazendas, cooperativas, associações agrícolas e camponeses individuais¹¹. Foram também criadas estruturas ao nível do Ministério da Agricultura para dinamização das várias áreas, como a pecuária, como a criação da Direção Nacional de Apoio à Produção Pecuária (DINAPROP), por exemplo.

Segundo muitos autores, o período socialista representou uma fase de empobrecimento da agricultura, dentre outras, pelas seguintes razões: *a) inadaptação dos camponeses ao modelo de produção coletivista, “exógeno” aos africanos, b) os desalinhamentos dos camponeses com os objetivos ideológicos da revolução, c) as dificuldades de equacionar uma economia centralizada com a economia capitalista, d) os efeitos do choque causado pela crise do petróleo de 1979 e e) a guerra civil.*¹²

Entretanto, estas razões são insuficientes para explicar a relação entre o regime socialista e a decadência da agricultura. Por

¹¹ ENCODIPA: Empresa Nacional de Comercialização e Distribuição de Produtos Agrícolas e ENCAFE: Empresa Nacional de Café. Para mais detalhes sobre estas empresas, ver: Neto (1999).

¹² Ver, por exemplo, Pacheco (2003), Milando (2013), Bonfim *et al* (2016) e Pain (2020).

exemplo, o modelo de produção coletivista é comum aos camponeses africanos, tendo sido aproveitado no sistema colonial e no sistema socialista, com diferença deste ter introduzido a sua componente ideológica da eliminação do lucro. Até o presente contexto, a base sobre a qual se organizam as associações, cooperativas camponesas e muitas iniciativas na agricultura de pequena escala é, em grande medida, é o modo de produção coletivista.

É necessário realçar que, ao contrário do que atualmente se propaga nos debates em torno do desenvolvimento agrícola e rural de Angola - nos quais, invariavelmente, tem se comparado a situação de hoje com o período colonial - o modelo da grande empresa agrícola capitalista naquele período não representou no todo um sucesso (Silva, 1969; Neto, 1999; Castelo, 2007).

Globalmente, a agricultura, na fase final deste período, vinha perdendo importância face ao crescimento do setor extrativista, para o qual migrou parte considerável da mão-de-obra camponesa. E ainda assim, os bons resultados na agricultura nas décadas de 1960/70 foram alcançados graças à agricultura camponesa, em grande medida, mediante incorporação do trabalho obrigatório¹³.

Nesta lógica, os 14 anos de guerra colonial e a guerra civil parecem terem contribuído mais para a decadência da atividade

¹³ Neste texto, ver também Ferreira (1985).

agrícola, principalmente, a partir de 1987, momento simbolizado pela histórica Batalha do Cuito Cuanavale¹⁴.

Nota-se que algumas das consequências graves destas guerras para agricultura foram a destruição das infraestruturas, particularmente, as estradas e pontes e um longo período de êxodo rural. Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (*Apud* Lopes 2018), desde a guerra colonial até 2002, estimava-se que mais de 4 milhões de pessoas teriam abandonado as áreas rurais em busca de segurança, o que até a esta altura representava aproximadamente 25% da população nacional.

Também, deve-se ter em conta que durante o período de guerra civil, especificamente entre o final da década de 1980 e a metade de 1990, ocorreu um desinvestimento acentuado em todos os setores da economia ao qual a agricultura não foi exceção. Neste intervalo, a participação do setor agrícola nas receitas do Estado chegou a perto de zero, tendo vindo a variar positivamente até 2% apenas entre 2000 e 2005 (IDIA e CEGIA, 1998; Banco Mundial, 2006).

Enquanto isso, até o início da década de 2000, a população rural sobreviveu fundamentalmente de ajudas humanitárias e a produção agrícola ficou circunscrita a alguns poucos cinturões de verdes nas periferias de capitais de algumas províncias que gozavam de relativa segurança, a exemplo de Luanda e Benguela.

¹⁴ A Batalha do Cuito Cuanavale (1987-88) foi o importante confronto militar na região sul de Angola, envolvendo forças estrangeiras, nomeadamente, de Cuba, ao lado do MPLA, e forças da antiga República Sul Africana, ao lado da UNITA. Em termos gerais, esta batalha assinala o início do recrudescimento do conflito armado entre os dois movimentos.

A primeira lei de investimento privado pós-independência foi promulgada em 1979 através da Lei nº 10/79 de 22 de junho. Mas, apesar da sua abertura formal aos investimentos estrangeiros, esta lei apresentava relativa restrição a estes tipos de investimentos fora do setor petrolífero. Também impunha alguns “condicionalismos” à constituição de sociedades para investimentos estrangeiros, nas quais, por exemplo, 51% do capital teriam de ser nacional. Vetava aos investimentos estrangeiros alguns setores da economia, tais como os da defesa, do comércio externo e do comércio interno. Impunha ainda um limite para as transferências anuais de lucros fixados em 25% de todo capital investido.

Em 1988, quando já se tinha começado a transição para economia de mercado, com o SEF (Saneamento Económico Financeiro – 1987/92), programa de reajustes macroeconómico subsidiado pelo PNUD, FMI e o Banco Mundial, foi aprovada uma nova lei de investimentos privados, que alterou alguns dispositivos, colocando o fim, por exemplo, à “obrigatoriedade” das sociedades mistas. Também ampliou os setores destinados ao capital estrangeiro, passando a incluir o comércio externo, telecomunicações, serviços financeiros (banco, crédito e seguros etc.).

A lei seguinte foi promulgada em 1994 já em um contexto da economia de mercado. Em comparação à anterior, esta se destacava por mais engajamento na captação de capital estrangeiro, por meio, por exemplo, da criação do Instituto de Investimentos Estrangeiro (IIE) em substituição ao Gabinete de Investimento Privado de 1989 (GIE) (Ferreira, 2002).

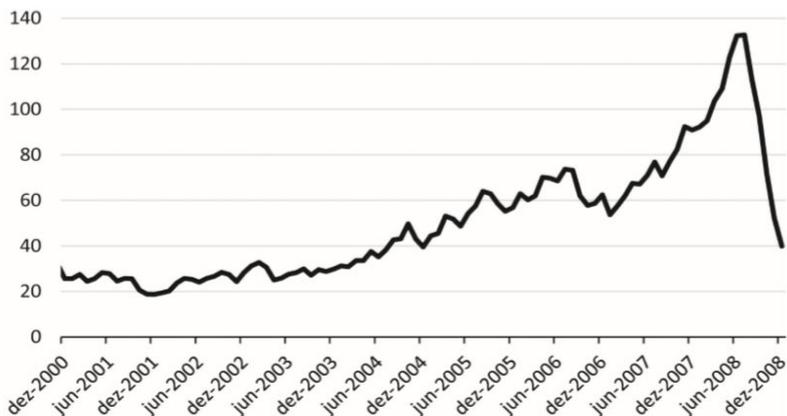
Ainda assim, os investimentos estrangeiros continuaram baixos. Durante quase toda a década de 1980/90, Portugal representava mais de 80% do capital estrangeiro e mais de 60% destes investimentos estavam direcionados à construção civil (IDIA & CEGIA, 1998). As receitas do Estado permaneciam dependentes do petróleo em 94%, sendo o maior comprador os Estados Unidos da América.

Paz de 2002: reconstrução nacional e a diversificação da economia

A partir de 2002, Angola começaria um ambicioso processo de reconstrução nacional. Passaria a experimentar sucessivos planos de desenvolvimento económico de médio e longos prazos, dentre os quais: a Estratégia de Combate à Pobreza e Desenvolvimento Rural, seguida pelo Plano Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza e, mais recentemente, o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND 2012-2017) e o Plano Desenvolvimento Nacional (PDN 2018-2022).

Deste modo, a década de 2000 foi marcada por investimentos públicos avultados, sobretudo para recuperação e construção de novas infraestruturas, nomeadamente, estradas, aeroportos, portos, edifícios públicos etc. Estes investimentos acompanharam o ciclo de crescimento económico decorrente do aumento do preço do barril do petróleo no mercado internacional (vide gráfico abaixo).

Gráfico nº 01 - Preço do barril do petróleo em USD entre 2000-2008.



Fonte: Agência Internacional de Energia. In: Bonfim et al, 2016.

Para tanto, o Fundo de Desenvolvimento Económico e Social (FDES), constituído a partir das receitas da exportação do petróleo e do diamante seria a origem de alguns recursos financeiros que se destinavam ao desenvolvimento e diversificação dos setores económicos não-petrolíferos. Nesta *demarche*, é relevante sublinhar que foi criada a Agência Nacional de Investimentos Privados (ANIP) em 2004, cujo objetivo principal era o fomento e captação do investimento privado e estrangeiro.

Atualmente, o órgão responsável disso é a Agência de Investimentos Privados e Promoção das Exportações (AIPEX) e o apelo ao IDE continua prender-se essencialmente com dois aspetos conjunturais conexos. Primeiro, o encorajamento das instituições financeiras internacionais para que se abandone o endividamento externo com garantias do petróleo. Segundo, com a tentativa de cobrir a necessidade de reinvestimento para recuperação da capacidade produtiva nacional, incluindo a edificação de complexos agropecuários e a construção de cadeias produtivas.

Mas, tal como no passado, os investimentos estrangeiros diretos no sector não-petrolífero continuaram irrisórios, muito mais no setor agrícola. Ao contrário disso, na década de 2000, Angola continuou a ocupar as primeiras posições em termos de IDE no sector petrolífero em África¹⁵.

Políticas de desenvolvimento agrícola e rural

Nos mais recentes planos referidos acima, a agricultura tem sido definida como setor-chave para a diversificação da economia e desenvolvimento rural. Por exemplo, no PND (2012-20217), este setor foi subdividido em 11 subprogramas, dentre os quais: o Programa de Promoção da Agricultura Comercial e o Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar Orientada para o mercado.¹⁶

Este plano definia ainda zonas de especializações produtivas a partir das potencialidades locais e infraestruturas desenvolvidas ao longo do período colonial, a exemplo do café e do algodão. No mesmo sentido, foi aprovada em 2015 a Política de Desenvolvimento Agrário, segundo a qual o setor agrícola ficou subdividido em programas para grandes, médios e pequenos produtores.¹⁷

¹⁵ Ver: OECD (2006) Banco Mundial (2006) e Angola (2017).

¹⁶ Foram definidos ainda os seguintes: Programa de Gestão Sustentável dos Recursos Naturais, Programa de Fomento da Atividade Produtiva, Programa de Promoção do Comércio Rural, Programa de Aquisição de Produtos Agroalimentares e a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

¹⁷ Lei n.º 15/05 de 7 de dezembro.

Estas linhas gerais da política de investimentos agrícolas também encontram-se refletidas na *Estratégia de Longo Prazo: Angola 2025*, no quadro das medidas de Estabilização Macroeconómica, Segurança Alimentar e Combate à Fome.

Grosso modo, é nesta estruturação em que se fundam as políticas de desenvolvimento agrícola e rural em Angola, de tal forma que o financiamento a estas políticas tende a seguir mais ou menos semelhante estratificação.

Financiamentos e investimentos agrícolas

Desde 2007, o Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) é a principal instituição financeira responsável pela disponibilização dos recursos para o financiamento da agricultura, mas os créditos são operacionalizados através de bancos comerciais, com destaque para o banco público BPC (Banco de Poupança e Crédito).

Para tal, o financiamento agrícola ocorre basicamente através de dois tipos de créditos: o de fomento, destinados a grandes e médios empreendimentos - para fins de instalação, expansão ou requalificação de projetos - e por meio dos créditos agrícolas de campanha, destinados a pequenos produtores e aos camponeses, para aquisição *inputs*, tais como máquinas de pequeno porte, ferramentas, sementes e fertilizantes. Entre 2012 e 2013, por exemplo, o valor destinado aos créditos agrícolas de campanha estiveram em volta dos 90 milhões de dólares americanos por ano (ADRA, 2014).

Por conseguinte, os créditos agrícolas de campanha são suportados, em geral, pelo Orçamento Geral do Estado. No entanto,

em alguns casos, pequenos produtores e camponeses podem se beneficiar de financiamentos externos a partir de instituições como o Banco Africano para o Desenvolvimento, Banco Mundial, Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, por via de cooperação bilateral com outros países – a exemplo dos projetos MOSAP e SAMAP ou ainda por via de apoios financeiros estrangeiros à Organizações Não-Governamentais para implementação de projetos agrícolas em comunidades rurais.¹⁸

Nos casos dos investimentos públicos de grande e médio portes, os fundos são, via de regra, suportados por financiamentos externos, estando entre os maiores credores países como a China, Espanha, Reino Unido, Brasil, Portugal, Israel e mais recentemente com interesses também dos Emirados Árabes Unidos e da Alemanha.

Deste modo, como resultados destes investimentos realizados desde o início da década de 2000, foram reconstruídos e construídos novos pólos agroindustriais, perímetros irrigados, tendo surgido também em quase todo o país, grandes e médios empreendimentos como, para citar apenas alguns casos, o Projeto SEDIAC (Sociedade de Estudos e Desenvolvimento Industrial, Agrícola e Comercial), na província do Cuanza Sul, SODEPAC (Sociedade de Desenvolvimento do Pólo Agroindustrial de Capanda) e o projeto BIOCUM, ambos na província de Malanje (vide o quadro abaixo).

Estes investimentos acompanharam um ciclo de crescimento económico que variou aproximadamente entre 8% e 14% ao longo

¹⁸ MOSAP e SAMAP são projetos de apoio à produção e comercialização da agricultura familiar financiados pelo Banco Mundial e a FIDA.

dos primeiros anos da década de 2000 e, segundo o Ministério do Planeamento de Desenvolvimento Territorial (2012), estavam previstos a construção de um total 57 empreendimentos agropecuários até 2017.

Quadro nº 01 – Alguns projetos com financiamento externo

Projeto	Província	Origem do financiamento
Fazendas Pedras Negras	Malanje	República Popular da China
Polo Agroindustrial Quizenga	Malanje	Reino de Espanha
Projeto Agrícola Senza Pombo	Uíge	República Popular da China
Fazenda Cacanda	Lunda Norte	República de Israel
Fazenda Cangandala	Malanje	República de Israel
Projeto Aldeia Nova	Cuanza Sul	Rep. de Israel/União Europeia

Fonte: Ministério da Agricultura, 2012.

Na maioria dos casos, estes empreendimentos são operados por meio de contratos de exploração ou de gestão consignados a empresas privadas como a GESTERRA, SA, a chinesa: *CITIC Construction* ou ainda através da modalidade das Parcerias Público-Privadas, a exemplo da SOPIR, SA (gestão de perímetros irrigados), na qual o Estado angolano é detentor de 30% do capital. Portanto, o cenário destes grandes investimentos é caracterizado maioritariamente por *joint venture*, como é caso também do Projeto BIOCUM, em que são parceiros a empresa prolífera estatal, Sonangol e as privadas Odebrecht Angola e a Gráfica Damer.

Políticas de Investimentos privados e estrangeiros

As últimas versões da Lei de Investimentos Privados (LIP), por sua vez, estabeleceram áreas prioritárias de investimento privados, zonas económicas especiais e zonas de desenvolvimento, sobre as

quais foram garantidos incentivos fiscais e benefícios financeiros por parte do Estado angolano. Nas versões mais recentes, agricultura e pecuária ocupam igualmente posições prioritárias, nas quais se destacam a celebração de contratos de arrendamento, compra e concessões de estabelecimentos agroindustriais e de terras.

Relativamente aos investimentos estrangeiros hoje, tal como definido na lei em vigor (Lei nº 10/18 de 26 de junho), os investimentos em Angola devem ainda ocorrer “preferencialmente” por meio de sociedades entre investidores internos e externos, o que pode ser identificado na lei, dentre outras, pelas disposições e figuras jurídicas como *sociedade veículo de investimento* e *investidor misto*.

Contudo, é necessário sublinhar que esta lei ainda tem vindo a sofrer alterações pontuais para adaptação às melhores condições de atração de investidores estrangeiros. De modo complementar, a política de terra tem se centrado na criação de condições para regulamentação do acesso à terra na lógica do desenvolvimento agrário e de políticas de mercado¹⁹.

De qualquer modo, estas tendências apresentam-se em concorrência com a preferência pelo fortalecimento do investidor nacional, uma estratégia que já esteve expressamente definida na Lei de Fomento do Empresariado Nacional Angolano de 2003 e no Fundo de Fomento Empresarial de 2008.

¹⁹ Neste momento, por exemplo, a Lei de Terras encontra-se sob revisão na Assembleia Nacional.

Ao que tudo indica, ainda predomina na agricultura a presença de um capital nacional, que também possui maior controle do acesso à terra e mobiliza fundos públicos ou capital privado migrado de outros setores da economia como o de telecomunicações, banca e outros serviços.

Por outro lado, a preferência pelo IDE parece continuar a incidir sobre o comércio, indústria e exploração dos recursos naturais e minerais²⁰. Vale realçar também que o crescimento do IDE em Angola tem sido marcado por maior presença de capital estrangeiro oriundo de países capitalistas emergentes aos quais se destacam, por exemplo, a Turquia, África do Sul e Emirados Árabes Unidos.

Como se pode conjecturar, o avanço do agronegócio continuará a depender de maior flexibilização da legislação em benefício do capital estrangeiro, sobretudo, em matéria fundiária.

Seja como for, observa-se forte tendência de mudança para maior flexibilização e abertura ao capital estrangeiro no setor produtivo não-petrolífero, que, inicialmente, tentava responder à crise económica ocasionada pela redução do preço do barril de petróleo que afetou a economia angolana mais ou menos desde 2014, mas que a partir de 2017 parece ter-se cristalizado como uma das políticas de contraposição à volatilidade dos preços do petróleo no mercado internacional e, ao mesmo tempo, uma das dimensões fundamentais da política económica do governo.

²⁰ À propósito disso, vários autores têm refletido em torno da recente presença e as consequências do capital financeiro e, particularmente, dos investimentos diretos estrangeiros na exploração de recursos naturais em África. Ver, por exemplo, Matondi & Patience (2008) e Cotula (2013).

Considerações finais

Seguindo uma tendência de promoção do agronegócio e de conversão da agricultura camponesa para um modelo de agricultura familiar para o mercado - objetivando aumentar a oferta interna de alimentos e reduzir a dependência da exportação do petróleo, pela diversificação das *commodities* - as políticas de investimentos no setor da agricultura vêm priorizando desde 2002, por um lado, a construção de grandes empreendimentos agropecuários e, por outro lado, o aumento da disponibilização de recursos financeiros para pequena agricultura²¹.

Entretanto, apesar de parte dos grandes investimentos terem sido feitos, muitos destes empreendimentos encontram-se paralisados desde o início da última crise do petróleo, muitos dos quais, sem nunca sequer ter entrado em funcionamento. Enquanto isso, a agricultura de pequena escala, incluindo a agricultura camponesa, tem representado 91% da produção nacional, sendo responsável por 83% da mandioca, 66% das frutas e de 81% da produção de cereais e de leguminosas, com destaque para o milho e a soja.²²

Nota-se, no entanto, que se, por um lado, não se observaram ainda impactos positivos destes grandes empreendimentos na produção agrícola nacional, por outro lado, chama atenção o fato de que apenas entre 2006 e 2016 terem sido concedidos

²¹ De modo complementar, a política de terra tem se centrado na criação de condições para regulamentação do acesso à terra na lógica do desenvolvimento agrário e de políticas de mercado.

²² Dados de referência ao ano agrícola 2018-2019. Neste texto, ver Angola (2019).

aproximadamente 1.000.000 de hectares de terra a sociedades/ investidores nacionais e estrangeiros de países como Reino Unido, Brasil, Portugal, Emirados Árabes Unidos, Japão, Vietname etc.²³

Deste modo, embora ainda não se notem grandes impactos do agronegócio em Angola, o permanente apelo ao investimento estrangeiro, a definição da agricultura como setor estratégico de desenvolvimento e as crescentes aquisições de terra em grande escala sugerem o curso de uma tendência regional da recente expansão do capital internacional na exploração dos recursos naturais em África, em parte, por meio da produção de *commodities* agrícolas.

Se assim admitido, o caso de Angola não somente evidencia uma possível virada na sua trajetória referente à presença do capital financeiro na exploração da terra, mas também chama atenção para os processos de aliança e/ou concorrência entre uma burguesia nacional e o capital financeiro internacional.

Referências bibliográficas

AMARAL, Miguel Rebordão (2017), *Angola. Concessões de terras e direitos tradicionais (1856-1973). Análise da legislação*, Dissertação de mestrado em Engenharia Florestal e dos Recursos Naturais. Instituto Superior de Agronomia. Universidade de Lisboa.

ANTÓNIO, Nelson Domingos (2015), *Transição pela transação*. Uma análise da democracia em Angola, Rio de Janeiro: Polo Books.

BAPTISTA, Fernando Oliveira (1994), *A agricultura e a questão da terra - do Estado Novo a Comunidade Europeia*. Vol. XXIX (128), (4.º), 907-921.

²³ Fonte: <https://landmatrix.org/>. Ver também: Tump & Cassinda (2019).

BONFIM, Luís; Rocha, Alves da; Kolstad, Arne Wiig Ivar (2016), “*Processo de industrialização de Angola*”. In: Estudos sobre a Diversificação da Economia Angolana. Luanda, Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola.

CAFUSSA, Alberto. C. (2014), *O GURN: entre a guerra e a paz*. Luanda – Lisboa: Edições Pedago.

CASTELO, Cláudia (1998), *O modo português de estar no mundo. O lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto, Edições Afrontamento.

Castelo, Cláudia (2007), *Passagens para África: povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole (1920-1974)*. Edições Afrontamento.

CASTELO, Cláudia (2014), “*Novos Brasis*” em África. Desenvolvimento e colonialismo português tardio. *Revista Varia História*, Vol. 30, nº 53. PP. 507-532.

COSTA, Ilonka. D. A. (2010), *O processo político angolano desde o início da Guerra Colonial*. Luanda: União dos Escritores Angolanos.

COTULA, Lorenzo (2013), *The great land grab? Agriculture investments and global food system*. London/New York: Zed Books.

CUNHAL, Álvaro (1968), *A questão agrária em Portugal*. Col. Perspectiva do Homem. Vol. 27. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

FERREIRA, Eduardo de Sousa (1985), *A lógica da consolidação da economia de mercado em Angola, 1930-74*. *Análise Social*, vol. XXI (85), pp. 83-110.

FERREIRA, Manuel Ennes (2002), *Nacionalização e confisco do capital português na indústria transformadora de Angola (1975-1990)*. *Análise Social*, vol. XXXVII (162), 47- 90.

FREUDENTHAL, Aida (2005), *Arimos e fazendas. A transição agrária em Angola (1850 – 1880)*. Cha de Caxinde, Luanda.

LOPES, Carlos M. (2018), *Refugiados, reintegração e mobilidade interna: um olhar sobre o caso angolano, 2002-2010*. Remhu, *Rev. Interdiscip. Mobil. Hum*, v. 26, n. 54, dez, pp. 61-76, Brasília. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/remhu/v26n54/2237-9843-remhu-26-54-061.pdf>. [consultado em 15-8-2020].

MATONDI, Prosper B & Mutopo, Patience (2008), *Attracting foreign investments in Africa in the context of land grabbing for biofuels and food security*. In: AMANOR, Kojo Sebastian & MOYO, Sam. Land & sustainable development in Africa. London/New York: Zed Books.

MILANDO, João (2013), *Desenvolvimento e resiliência social em África*. Dinâmicas rurais de Cabinda-Angola, Luanda: Mayamba Editora/Imprensa Nacional de Angola.

NETO, João Ferreira da Costa (2008), *Angola: agricultura e alimentação*. Instituto de Apoio ao Desenvolvimento. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação.

NETO, João Ferreira da Costa. (1999), *Os camponeses e o desenvolvimento rural de Angola*. Lisboa, Imprensa Universitária.

PACHECO, Fernando (2003), *Contribuição para definição de uma estratégia de agricultura sustentável para o huambo*. Disponível em https://library.fes.de/pdf-files/bueros/angola/hosting/upd03_04ppacheco.pdf [consultado em 12-3-2020].

PAIN, Rodrigo de Souza (2020), *A questão da terra em Angola: velhos problemas, velhas soluções*. Cadernos do CEOM - Ano 20, n. 27 - Lutas pela terra. Disponível em <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/1996>. [consultado em 14-2-2020].

SILVA, Fernando Diogo (1969), *O Huambo: mão-de-obra rural no mercado de trabalho de Angola; para a formação de uma política de desenvolvimento equilibrado*. Lisboa: Fundo de Acção Social no Trabalho em Angola.

TORRES, Adelino (1983), *Pacto colonial e industrialização de Angola (anos 60-70)*. Análise Social. Vol. XIX, -3.º, 4.º, 5.º, 1101-1119.

TUMP, Rainer; Cassinda, Ernesto (2019), *Estudo sobre sinergias e concorrências entre os sectores agrícolas privado e familiar em Angola*. Mesa redonda das ONGs alemãs que trabalham em Angola. Informationsstele südliches afrika, Brot für die welt e Misereor IHR Hilfswerk. Disponível em <https://docplayer.com.br/143580956-Estudo-sobre-sinergias-e-concorrencias-entre-os-sectores-agricolas-privado-e-familiar-em-angola-mesa-redonda-das-ongs-alemas-que-trabalham-em-angola.html>. [consultado em 12-5-2020].

VARELA, Raquel; Piçarra, Constantino (2016), *A reforma agrária nos campos do sul de Portugal (1975): uma revolução na revolução*. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 1189-1218, set.-dez. disponível em <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/22985>. [consultado em 4-9-2020].

Documentos

ADRA, Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (2014), *Relatório*. Estudo sobre a implementação da linha especial de crédito agrícola de campanha. Luanda, Damer Gráfica.

BANCO MUNDIAL (2006), *Angola*. Memorando Económico do País Petróleo, Crescimento Alargado e Equidade. Disponível em: worldbank.org/curated/pt/776711468742818666/text/3536210Portuguese.txt [consultado em 20-5-2020].

IDIA (Instituto de Desenvolvimento Industrial de Angola) & CEGIA (Centro para Educação, Gestão e Desenvolvimento de Angola). (1998), *Monografia de Angola (1998-2000)*. Luanda: Sociedade Gráfica Torrense.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E FLORESTA. (2019), *Relatório de resultados da campanha agrícola 2018/2019*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E PLANEAMENTO (2018), *Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022* (2018), Luanda.

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (2012), *Plano Nacional de Desenvolvimento 2012-2017*, Luanda.

OECD (2006), *Angola*. Perspectivas económicas na África 2004/2005. Disponível em: <http://www.oecd.org/countries/angola/35350793.pdf>. [consultado em 2-6-2020].

REPÚBLICA DE ANGOLA (2017), *Angola, 2025. Um país com futuro*. Sustentabilidade, equidade e modernidade. Estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo para Angola. Ministério do Planeamento.

REGIME DE ACUMULAÇÃO INTEGRAL E REPRESSÃO CONTRAINSURGENTE NA ARGENTINA (2003-2013)

Lisandro Braga¹

Introdução

Esse trabalho analisa a repressão estatal contrainsurgente, entre os anos de 2003-2013 na Argentina, isto é, durante uma década de governos kirchneristas. A complexa dinâmica formadora da sociabilidade capitalista é marcada fundamentalmente pela constituição de um determinado modo de produzir mercadorias, esses produtos que nos rodeiam em quantidade cada vez maior e em todos os espaços públicos e privados; que exige, para seguir existindo, a constituição da sociedade capitalista como um todo, quer dizer, além de produzir de forma capitalista as mercadorias, é necessário distribuí-las no mercado, bem como constituir diversas *formas de regularização sociais* (estatal, política, econômica, financeira, cultural, ideológica, educacional, repressiva etc.) que tornem regular as relações sociais necessárias para a sustentação da forma capitalista de produzir mercadorias.

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás/UFG, professor de Teoria Sociológica Latino Americana no Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Paraná/UFPR e diretor do Núcleo de Estudos sobre Capitalismo e Contestação Social/NECCSO. E-mail: lisandrobraga@ufpr.br

Tal complexidade nos remeterá à uma discussão sobre a especificidade dos regimes de acumulação subordinados existentes na América latina. Assim, analisamos de modo relacional a política econômica e repressiva, buscando compreender quais são seus vínculos, como determinadas classes sociais são impactadas com tais políticas e que dinâmica a repressão estatal adquire nesse contexto. Para isso, partimos de uma teoria social marxista contemporânea associada a uma análise qualitativa do material informativo e bibliográfico consultado. Portanto, doravante essa discussão apresentaremos nosso fio condutor teórico-metodológico geral para, em seguida, partirmos ao estudo de uma realidade social específica, isto é, a relação entre o modo de produção capitalista e a dinâmica da forma (social) repressiva contrainsurgente, entre os anos 2003-2013 no regime de acumulação integral argentino.

Modo de produção e formas sociais

Marx utilizou as expressões base e superestrutura, ao que tudo indica, uma única vez em sua obra, e quando utilizou o fez de forma ilustrativa e didático-teórica, a partir da metáfora do “edifício social”, quer dizer, da existência de um fundamento (modo de produção) expresso pela ideia da base, do térreo do edifício, como pré-condição para a existência dos demais andares (formas sociais privadas, políticas, jurídicas, culturais, ideológicas, religiosas, educacionais, repressivas) que, uma vez constituídos, estabelecem correspondência entre si e a base. Seguindo essa linguagem ilustrativa, nesse edifício existem elevadores que conectam, interligam, relacionam, tanto o térreo com os demais andares, quanto esses entre si. Mas, para que os demais andares

existam, primeiro é necessário o térreo, uma base onde o edifício como um todo se fundamente.

Em uma de suas obras mais conhecidas e citadas, ele resume o materialismo histórico dialético ao apresentar sua “conclusão geral” e o “fio condutor” da sua episteme e sua forma de conceber a realidade social:

[...] na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que *correspondem* a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a *base concreta* sobre a qual se eleva uma *superestrutura* jurídica e política e a qual *correspondem* determinadas formas de consciência social. O *modo de produção da vida material condiciona* o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral [...] Ao considerar tais *alterações* é necessário sempre distinguir entre a *alteração material* – que se pode comprovar de maneira cientificamente rigorosa – das condições econômicas de produção, e as *formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas*, em resumo, as *formas ideológicas* pelas quais os homens tomam consciência deste conflito, levando-o às suas últimas consequências [...] (MARX, 1983, p. 24-25 – itálicos nossos).

Temos aqui a primeira e única menção de Marx sobre a relação existente entre a *estrutura econômica* (modo de produção material) e a *superestrutura* (formas sociais), no entanto, aqui não se encontra uma definição minudenciada sobre o modo de produção nem tampouco sobre a superestrutura. E, sem sombra de dúvidas, essa ausência contribuiu para diversas polêmicas e interpretações problemáticas sobre a dinâmica relacional existente nesse par-

conceitual. O predomínio das interpretações apressadas e economicistas, sem falar daquelas tantas que sequer passaram pela produção teórica de Karl Marx, pouco contribuiu com o desenvolvimento dessa discussão, visto que menosprezavam o papel da superestrutura (formas sociais) como uma das múltiplas determinações da realidade histórico-social.

Na produção social da existência, os seres humanos estabelecem determinadas relações sociais de produção, quer dizer, um modo determinado de produzir as condições necessárias de existência da vida social e que esse possui correspondência/intercâmbio com o desenvolvimento histórico das forças e capacidades produtivas.

O conjunto das forças produtivas, ou seja, a capacidade de determinada sociedade produzir constitui a base da sociedade, aquilo que na obra *A ideologia alemã* (Marx e Engels, 1984) se destaca como o modo de produzir a vida em determinada sociedade. E que esse modo de produção da vida social *condiciona* a forma como a sociedade desenvolve suas formas sociais (políticas, culturais, intelectuais, repressivas etc.).

Nesse sentido, algumas leituras contemporâneas sobre o materialismo histórico dialético também buscaram reforçar essa compreensão da dinâmica social capitalista, demonstrando a inexistência de qualquer tipo de mecanicismo determinista nas análises de Karl Marx, pelo contrário, algumas foram perspicazes em enxergarem na obra de Marx uma *introdução à teoria das formas sociais* (Viana, 2017). Assim como leituras setentistas já demonstravam que a complexa análise de Marx representou “exatamente o oposto das explicações mecanicistas que a maioria

dos amigos e inimigos de Karl Marx tomam por seu legado” (Harrington, 1977, p. 14).

No livro *A consciência da história – ensaios sobre o materialismo histórico-dialético* (2021), Viana ensaia uma teoria das formas de regularização das relações sociais (formas sociais) fundamentada minuciosamente nessa introdução à teoria das formas sociais de Marx. De acordo com ela devemos compreender que a utilização que Marx fez da metáfora do “edifício social” era ilustrativa e pedagógica, visando explicar sua forma de pensar (episteme) as relações sociais constitutivas das sociedades classistas pré-capitalistas e capitalista: a sociedade dividida em dois elementos, um sendo a infra-estrutura (base) e o outro a superestrutura, o primeiro condicionando o segundo que se constitui tendo aquele como base. Demonstrando também que o primeiro equivale ao modo de produção, conceito que foi desenvolvido, e o segundo às suas formas (sociais) jurídicas, políticas, repressivas, culturais etc. sem, no entanto, apresentar um conceito claro para estas, o que, sem dúvidas, facilitou diversas incompreensões.

Todavia, que fenômenos sociais essas duas noções da realidade buscam expressar em uma sociedade capitalista? Como compreende-los concretamente? A compreensão que se pode extrair dessas categorias é que a sociedade capitalista é um todo complexo formado por diversas partes interligadas (política, economia, cultura, ideologia, repressiva etc.) mas que possui no modo de produzir mercadorias e extrair mais-valor (produção) a determinação fundamental sobre as demais partes constituintes que, uma vez existindo, estabelecem correspondência e intercâmbio com esse fundamento e contribuem para torná-lo regular (regularização/

reprodução), da mesma forma que torna regular a sociedade que se fundamenta nele.

Assim, temos uma totalidade intrincada, isto é, a sociedade capitalista (contemporânea) e sua multiplicidade de determinações. A partir dessa compreensão, buscaremos conhecer as formas repressivas estatais em correspondência com a forma estatal neoliberal, o regime de acumulação que ela visa tornar regular, bem como a sociabilidade mais adequada a ele na Argentina (2003-2013). Mas, antes disso, analisaremos teoricamente o papel da repressão (estatal) policial na sociedade capitalista.

Instituição policial e formação social capitalista

A instituição policial, ao contrário do que possa parecer, nem sempre existiu. Os embriões daquilo que hoje conhecemos como sendo uma *instituição policial* podem ser encontrados na segunda metade da transição do feudalismo para o capitalismo europeu, mais especificamente entre os séculos XVII e XIX, com o progressivo esfacelamento do modo de produção feudal e suas formas de regularização das relações sociais, que, paulatinamente, foi cedendo lugar ao modo de produzir capitalista e suas adequadas formas sociais em toda a Europa e nos EUA entre os séculos XIX e XX (NEOCLEOUS, 2010; HARRING, 2017).

Ela emerge do aperfeiçoamento e condicionamento sofrido pelo aparato repressivo existente, a partir do desenvolvimento histórico da luta de classes, entre uma diversidade de classe sociais que emergiram (burguesia, proletariado, burocracia empresarial, burocracia estatal, intelectualidade, lumpemproletariado etc.), bem

como aquelas que se encontravam em vias de desaparecimento (nobreza) ou redução progressiva (campesinato) etc. pois, a consolidação e desenvolvimento do capitalismo é expressão do desdobramento da luta de classes e da emergência de uma diversidade de formas sociais que lhes expressam. E, em síntese, determina a sucessão histórica dos regimes de acumulação².

Tal sucessão tem no *regime de acumulação extensivo*, seu primeiro regime de acumulação prontamente capitalista (capitalismo liberal), que, através das prolongadas jornadas de (exploração do) trabalho garantia a extração de mais-valor (absoluto), bem como se regularizava através do estado liberal e de suas formas sociais (estatais e privadas), do imperialismo etc. (VIANA, 2009). Dentre tais formas sociais se destaca, para os propósitos desse trabalho, a forma estatal repressiva e sua instituição policial.

A compreensão da sociedade capitalista exige a compreensão do modo de produzir mercadorias essencialmente capitalista. Esse tem no processo de produção e extração de mais-valor do trabalho da classe operária, sua particularidade histórica. Logo, só existe

² Na teoria marxista os regimes de acumulação expressam determinada sucessão das formas de valorização do capital (taylorismo, fordismo, toyotismo e seus similares) e a, conseqüente sucessão de suas determinadas formas sociais de regularização das relações sociais, fundamentalmente a forma do estado capitalista (absolutista, liberal, liberal-democrático, integracionista, neoliberal) e as demais formas sociais que ele, enquanto órgão máximo da heterogestão social burguesa, determina, ou seja, sua forma política, cultural, ideológica, epistêmica, religiosa; suas formas de relacionamento internacionais – colonialismo, imperialismo, imperialismo oligopolista, oligopolista transnacional, hiperimperialismo etc. equivalentes ao próprio desenvolvimento do capitalismo na história, que, para reproduzir seu conteúdo fundamental (o capital) precisa se reformular através de diversas formas (de valorização e regularização) sociais (VIANA, 2019).

sociedade prontamente capitalista a partir do momento em que suas classes sociais fundamentais (burguesia e proletariado) estão constituídas nas relações sociais tipicamente capitalistas. Devido ao antagonismo de classe que marca a relação social entre elas, desenvolve-se uma maior divisão social do trabalho, constituidora de diversas outras classes e frações de classes sociais, dos seus modos de vida, seus interesses (de classe) e suas lutas.

A acumulação de capital é a determinação fundamental do processo de *proletarização* (emprego da força de trabalho) e do processo de *lumpemproletarização* (força de trabalho marginalizada da divisão social do trabalho) nos sucessivos regimes de acumulação. O regime de acumulação extensivo consolida as principais classes inferiores³ que se envolvem nesses processos: o proletariado (classe produtiva) e o lumpemproletariado (classe marginal). A compreensão do modo de vida, das relações sociais estabelecidas, dos interesses e das lutas sociais que envolvem essas duas classes sociais é de importância fundamental para a compreensão da instituição policial, responsável pela *fabricação da ordem social capitalista* (NEOCLEOUS, 2010; HARRING, 2017).

A pobreza é uma marca da sociedade produtora de riqueza (capital), pois, nessa existe uma *tendência geral da acumulação capitalista* de promover, por um lado, acumulação ampliada de capital, e, por outro, o crescimento ampliada da miséria do proletariado e a expansão do lumpemproletariado e suas diversas

³ Brevemente podemos dizer que as classes inferiores são aquelas caracterizadas por não dispor de poder, bem como dispendo de baixa renda, sendo algumas exploradas (proletariado, serviçal etc.) e outras vivendo submetidas à pobreza tal como o lumpemproletariado.

frações: desempregados, mendigos, prostitutas, ladrões, desabrigados, subempregados etc. (MARX, 1985a; BRAGA, 2013). Dito isso, as primeiras cidades capitalistas, mas também as contemporâneas, sempre foram habitadas por milhares, em alguns casos milhões de indivíduos pertencentes às essas classes sociais, buscando garantir, de alguma forma, suas *condições de existência* em meio a circunstâncias envilecedoras, pois tanto o proletariado quanto o lumpemproletariado viviam em condições sociais abomináveis.

E como a produção e regularização do capitalismo equivale a lidar com sucessivas dificuldades para a acumulação, nesses contextos era preciso lidar também com suas principais consequências sociais, a miséria alarmante dessas classes, acompanhada do acirramento da contestação social proletária (associações, motins, paralisação da produção, greves, protesto nas ruas, piquetes nas fábricas, ações violentas contra a propriedade) e de todo tipo de banditismo (roubos, assaltos, receptação, trapagens, jogos de azar, saques etc.) cometido, especialmente pelo lumpemproletariado, mas também pela juventude operária. Concretamente, a sociabilidade capitalista coage o proletariado a lutar e o lumpemproletariado a encontrar seu “ganha pão”, dentre outras formas, com ações à margem da divisão social do trabalho; “trabalhando”, assim como algumas classes auxiliares da burguesia (burocracia), à margem da lei, sobrevivendo do crime (mendicância, roubo etc.). Essa é a razão do lumpemproletariado ser comumente conhecido como uma *classe perigosa* (ENGELS, 2008; GUIMARÃES, 2008; BRAGA, 2013, 2020).

Diante dessa realidade encontramos uma burguesia cada vez mais coagida, amedrontada e desejosa por impor sua ordem social,

buscando torna-la regular mediante o uso exponencial e sistemático do aparato repressivo, que começa a se especializar através da instituição policial e do uso de sua força. A sociabilidade adequada à produção e regularização dos desígnios da acumulação capitalista no século XIX, obrigam à formação e disciplinamento do proletariado e do lumpemproletariado como classe social em si; tais obrigações demandam a constituição da instituição policial. Nascia aí a questão da segurança pública e do discurso da garantia da ordem e segurança social; que na verdade, nada mais é que o discurso da necessidade da fabricação e manutenção da sociabilidade burguesa, ou seja, trata-se de uma questão classista (NEOCLEOUS, 2010; MONET, 2006).

Seguindo as análises de Neocleous (2010), depreende-se que a instituição policial emerge no capitalismo com o propósito especial de construir e regularizar a sociabilidade capitalista, o que significava impor às classes ameaçadoras dessa nova sociabilidade (proletariado e lumpemproletariado) um conjunto de formas ordenadas de se procederem socialmente, bem como uma violenta repressão à desobediência civil a essas formas. Não à toa, tal instituição nasce concomitantemente ao nascimento das *novas leis dos pobres*, compondo a tarefa fundamental do estado capitalista moderno de “forjar o mercado e assim consolidar a fabricação de uma verdadeira ordem burguesa” (NEOCLEOUS, 2010, p. 127). A exigência de uma sociabilidade burguesa ordenada, portanto, é

uma exigência de ordem de classes [...] o temor permanente à “desordem” atua como uma metáfora conveniente para as tensões sociais que acompanham a reprodução continua da sociedade de classes e a preocupação subjacente do coro da “lei e ordem” é um conjunto altamente determinado sobre a fabricação de

consentimento e comportamento ordenado da classe trabalhadora (proletariado e lumpemproletariado – LB). Assim, quase sempre se considera que a principal ameaça de desordem provém de quem são relutantes a submeter-se à disciplina do trabalho assalariado ou de quem desafiam a ordem do capital e o Estado: na sociedade de classes “o conteúdo da palavra ordem sempre indica repressão” (NEOCLEOUS, 2010, p. 210-211).

O século XIX consolidou a fabricação da ordem social (sociabilidade) capitalista que, fundamentalmente, passou pela constituição do proletariado e do lumpemproletariado, assim como de diversas outras classes sociais envolvidas na luta de classes que tal fabricação representou. Essas são as razões pelas quais o capitalismo necessitou, desde seus primórdios, da constituição do proletariado e do lumpemproletariado em si, quer dizer, das classes sociais que existem em função da produção e reprodução da sociabilidade capitalista, ao mesmo tempo que precisou combater tais classes e as lutas pelos seus interesses. Essa fabricação social necessitou da especialização do aparato repressivo, dando origem à polícia que cumpriu e cumpri um papel crucial no processo de fabricação e regularização da ordem social capitalista, através de duas modalidades repressivas cruciais: a repressão contrainsurgente e a repressão preventiva. Assim, esse estudo pretende compreender a correspondência entre a retomada da acumulação capitalista argentina e a recorrência ao aparato repressivo estatal e sua modalidade repressiva contrainsurgente, como forma de regularização da sociabilidade neoliberal que isso acabou por exigir.

Curso descendente da acumulação capitalista e regularização social na Argentina

As dificuldades da acumulação conjugada mundial no final da década de 1960 e durante a década de 1970, exigiu, como contratendência sistematizada ao curso descendente da acumulação capitalista, a constituição de um novo regime de acumulação: o regime de acumulação integral. E como toda contratendência ao declínio da lucratividade capitalista, esse regime de acumulação precisou intensificar a exploração do proletariado e, por conseguinte, de outras classes inferiores mundialmente, o que exigiu uma multiplicidade de alterações nas formas de valorização e regularização que lhes convergessem (VIANA, 2009).

Foi para garantir toda essa reestruturação capitalista mundial que a forma estatal neoliberal assumiu a vanguarda de todo esse processo, juntamente com sua forma imperialista correlata (neoimperialismo) e seu papel na universalização desse novo regime de acumulação e sua busca por garantir a reprodução capitalista ampliada mundial.

A regularização neoliberal argentina se fundamentou em um profundo processo de disciplinamento social imposto pela intensificação da competição capitalista mundial, na qual se inseria de forma ainda mais subordinada aos ditames neoimperialistas, e, por conseguinte, desvantajosa, visto que arreganhava seu mercado interno e fixava o câmbio através da conversibilidade monetária, promovendo melhores condições para uma maior extração de mais-valor no país.

Essa arremetida garantiu um conjunto de melhores condições para aumentar a exploração da força de trabalho (extração de mais-valor absoluto e relativo em escala mundial)⁴ exigida pelo regime de acumulação contemporâneo, através de um ataque generalizado e discricionário contra as condições de trabalho (reestruturação da produtividade), regularizando o trabalho precário e sua intensificação/superexploração, acentuando o processo de lumpemproletarização social (crescimento de 200% da gente desempregada no país e 277% somente na região metropolitana de Buenos Aires após a conversibilidade) e, por conseguinte, alavancando a acumulação integral, mas também o modo de vida dessa classe marginal, regularizando as políticas sociais fracionárias de gasto mínimo e suas diversas mazelas, adotando políticas de ajustes fiscais (maior apropriação da renda estatal pela burguesia e suas classes auxiliares) criando novos espaços de (super) valorização capitalista através de um processo irrestrito de privatização das empresas estatais, manutenção de subsídios estatais às empresas privatizadas, liberdade quase irrestrita para aumentar as tarifas dos serviços prestados etc. (SALVIA, 2009).

Entretanto, a partir de 1998, como consequência da deterioração da capacidade de competir no mercado internacional (13,2%), agravado com a apreciação do peso, derivada da desvalorização da moeda brasileira (o *feito samba* gerou uma desvalorização de 29% do real em uma semana) e a queda dos preços internacionais dos produtos agrícolas, passava a predominar uma tendência declinante

⁴ Tal ofensiva potencializou uma maior exploração do proletariado, que se apresentava através do prolongamento das jornadas de trabalho (em média o operário argentino trabalhava 2.250 horas anuais, representando 30% a mais que a média operária mundial), do aumento da produtividade, da intensidade dos ritmos do trabalho que, entre os anos de 1990-1998, possibilitou um crescimento acumulado da produção industrial em torno de 71%.

da taxa de lucro, ou seja, uma tendência ao curso descendente da acumulação, que impactava de maneira distintas as diversas frações burguesas (bancária⁵, industrial, comercial, agrária, mineradora etc.).

Não à toa foi a fração industrial, em aliança com a agrária, quem encabeçou o conflito intraburguês (Grupo Produtivo), exigindo maiores atenções para seus interesses através de uma maior canalização da renda estatal via subsídios, como forma de compensar o aumento da brecha de produtividade internacional.

Já as frações bancárias e infraestruturais (oferta de serviço infraestrutural), pressionavam pela redução dos gastos estatais através da redução do número de servidores públicos, redução do déficit fiscal e equilíbrio das contas públicas direcionando uma maior parcela da renda estatal na garantia dos créditos internacionais e, por conseguinte, às empresas privadas (SALVIA, 2009).

A partir do ano 2000 uma série de formas de regularização social são tomadas como medidas de contratendências à crise de acumulação que seguia ganhando força. No entanto, em 2001 as formas de regularização para a retomada da acumulação capitalista, até então adotadas (blindagem financeira, planos de competitividade, lei de déficit zero, megacâmbio etc.), também entraram em crise, ou seja, encontraram dificuldades em seguir regularizando a acumulação capitalista argentina.

⁵ Para uma teoria do capital bancário indicamos o conjunto da obra *O capital* (Tomo I-IV) de Karl Marx; bem como cf. Maia e Viana (2022).

Diante de um sinistro quadro social gerado pela acumulação integral, somado à sua crise de acumulação e regularização acirrada, rebenta uma vultosa onda de contestação social diversificada e contumaz que, não em poucos casos, ofereceu uma dura resistência ao neoliberalismo, adquirindo elevado grau de radicalidade política (greves, paralisações, ocupação de fábricas, auto-organização nos bairros, assembleias, ações diretas, bloqueio de vias), bem como sagrando um considerável enfrentamento aos aparatos repressivos estatais.

Essa contestação social emergiu da precarização do modo de vida do proletariado e de diversas outras classes e frações de classes inferiores, bem como do processo de lumpemproletarização e do modo de vida marginal no capitalismo neoliberal argentino (COTARELO, 2016), pois apesar da profundidade da ofensiva neoliberal, o movimento de contestação social representou um grande obstáculo ao avanço regular da acumulação integral no país.

A nova dinâmica da luta de classes foi marcada por um deslocamento da centralidade da luta operária por seus interesses imediatos, em geral mediada pela burocracia sindical, para a centralidade da luta lumpemproletária, em aliança com outras classes e frações de classes ameaçadas pela expansão do modo de vida precário e marginal promovido pelo assalto neoliberal (BRAGA, 2020).

Assim, a luta de classes adquiriu “nova” dinamicidade e radicalidade, que se manifestava tanto nas classes e grupos contestadores, com destaque para a luta lumpemproletária (movimento piqueteiro), como nos métodos empregados na organização da resistência (assembleias horizontais, autogestão

etc.) e nos enfrentamentos sociais (invasão e incêndio de prédios públicos, marchas massivas, ação direta nos bloqueios de vias e resistência física à repressão etc.).

A expansão da greta no muro do consentimento social, revelada pela radicalização da contestação e enfrentamento social, coagiu o bloco dominante (burguesia, burocracia, intelectualidade e suas frações organizadas) à repressão estatal violenta e à construção do seu consentimento, via criação de inimigos imaginários e criminalização das lutas sociais. A maneira como a repressão estatal às lutas sociais se desenvolveu, mostra o clássico papel dos aparatos repressivos no processo de regularização das relações sociais, que no capitalismo neoliberal exige um estado hiperrepressivo (WACQUANT, 2001).

No capitalismo neoliberal argentino, assim como em outros lugares e épocas do capitalismo mundial, a repressão estatal é realizada através de duas modalidades primordiais: a repressão contrainsurgente e a repressão preventiva. Como vimos, o aparato repressivo estatal, composto por suas forças policiais, exerceu um papel crucial na constituição da sociabilidade capitalista (sec. XIX). Na contemporaneidade sua crucialidade se mantém com a tarefa de tornar regular o regime de acumulação integral, o que significa, dentre outras coisas, garantir a sociabilidade adequada para esse, pois toda e qualquer organização de classe e grupos sociais que representem, através de suas lutas, um obstáculo a tal sociabilidade, através de bloqueio de vias, ocupação de fábricas, marchas massivas constantes etc. devem ser violentamente reprimidas.

Trata-se da *repressão contrainsurgente* que, no capitalismo neoliberal argentino, é permanentemente acionada e caracterizada

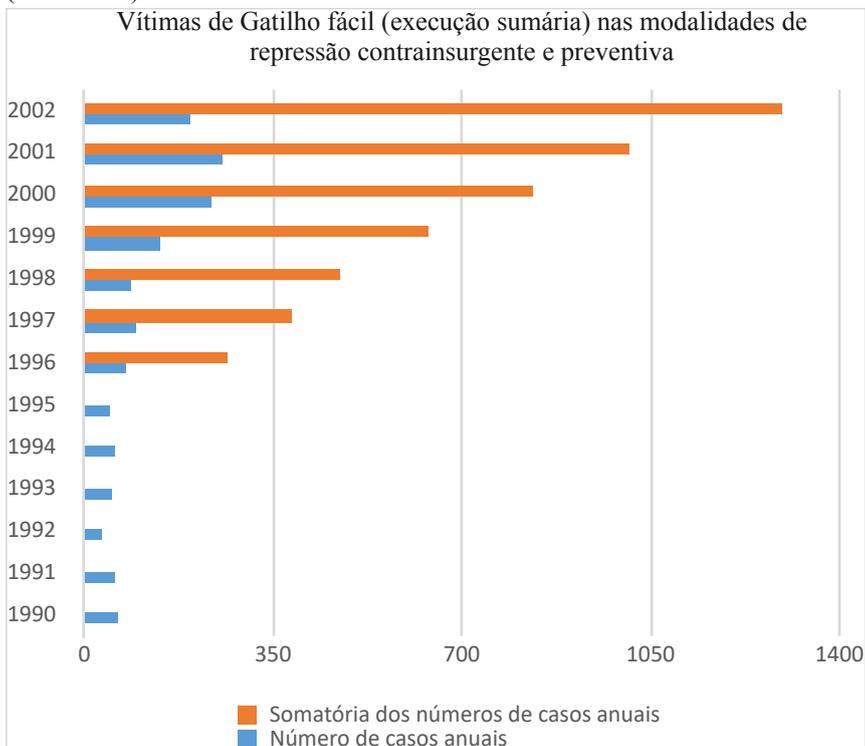
pela execução sumária de centenas de manifestantes ou feridos por disparos, pela prisão sem delitos e direitos, pela tortura nas delegacias, por simulacros de fuzilamento, pelo desaparecimento de manifestantes (assassinato policial com sumiço do corpo), pela criminalização e judicialização da contestação social etc. (SVAMPA, 2010; BRAGA, 2020).

Outra modalidade recorrentemente acionada na Argentina e em toda América Latina é a clássica *repressão preventiva*. Essa é aplicada de forma massiva, cotidiana, naturalizada e “silenciosa” na periferia das cidades, especialmente, contra milhares de jovens proletários e lumpemproletários nos bairros pobres (gatilho fácil), cuja tendência no capitalismo neoliberal argentino é crescer exponencialmente, representando uma verdadeira escalada repressiva preventiva. Tal escalada é marcada, inclusive, por diversos massacres históricos, tais como o *Massacre de Budget/1987*, *Massacre de Wilde/1994*, *Massacre de Floresta/2001* e pela execução policial de milhares de jovens pobres individualmente, bem como pela tortura seguida de morte (o caso Walter Bulacio é exemplar) etc.

A repressão estatal preventiva tem como finalidade garantir o disciplinamento e controle social de vastos setores das classes inferiores, vítimas maiores da imposição neoliberal de um modo de vida precarizado e marginal que, como bem sabemos, coage tais classes a sobreviverem também do delito, muitas vezes praticado ao mando de policiais criminosos e, por conseguinte, sofrerem todo tipo de violência estatal (prisões arbitrárias, torturas, fuzilamento, desaparecimento dos corpos etc.). Tentaremos demonstrar que, independentemente de governos, bandeiras, brasões e cores, a

política neoliberal do gatilho fácil é uma política de estado, governe quem governe.

Imagem 01: Gráfico ilustrativo da escalada repressiva neoliberal na Argentina (1990-2002)



Fonte: *Elaboração própria com base no Antirrepressivo 2020 - Relatório da Situação Repressiva Nacional, da Coordinadora Contra la Represión Policial e Institucional/ CORREPI, Argentina.*

**A compilação da somatória anual de casos só começa a ser contabilizada a partir do ano de 1996.*

A problemática peculiar desse estudo consiste, portanto, em buscar respostas para a seguinte indagação central: de onde vem a escalada repressiva contrainsurgente no capitalismo neoliberal argentino, especificamente entre os anos de 2003 a 2013, sob a gestão dos governos kirchneristas?

A repressão contra insurgente (2003-2013)

O regime de acumulação integral emerge na Argentina no ano de 1989 e percorre seu ciclo de constituição e consolidação ao longo da década de 1990, vindo a sofrer sua primeira grande crise de acumulação e regularização entre os anos de 2000-2002, dando início ao seu ciclo de desestabilização, especialmente entre os anos de 2001-2002, período em que esse demonstrou dificuldades robustas em estabilizar a luta de classes.

Portanto, é a partir de 2003, que as contratendências necessárias para a retomada da acumulação capitalista no país, logo após um período de crise e radicalização da luta de classes, especialmente aquela conduzida pelo lumpemproletariado contestador (movimento piqueteiro), serão melhor sistematizadas. Em um contexto de plena crise de acumulação e regularização social capitalista, o kirchnerismo teve como tarefa fundamental remover os obstáculos que obstruíam a retomada da acumulação capitalista subordinada, através de outras formas de regularização, visto que as que até então predominavam sob a direção da conversibilidade monetária haviam entrado em crise.

Nesse sentido, tais formas ainda devem ser consideradas neoliberais, visto que a desestabilização da acumulação integral não gerou uma sucessão do regime de acumulação (integral) que exigisse outra forma estatal, mas tão somente alterações nas políticas estatais a serem adotadas em contexto de desestabilização da acumulação integral; nem sequer as regularizações sociais neoliberais, implementadas na década de 1990, foram alteradas ou

abandonadas, o que demonstra que o kirchnerismo buscava reproduzir a acumulação capitalista argentina assentado nas mesmas *formas de valorização e regularização* estruturadas pelo neoliberalismo (PIVA, 2019), uma vez que:

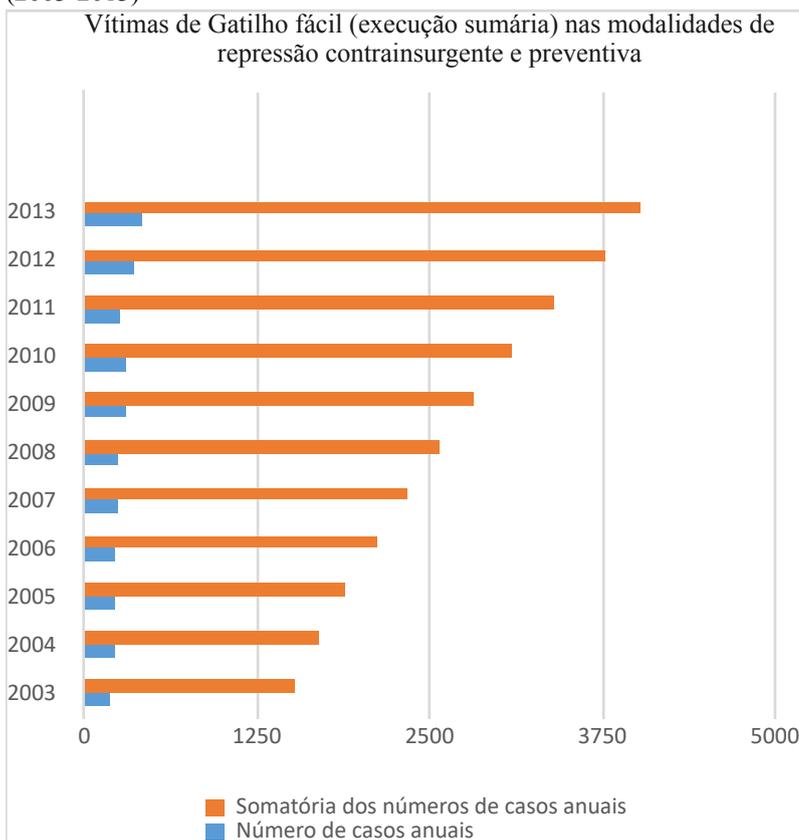
as privatizações não foram anuladas, com exceções quando as empresas abandonaram os serviços prestados, como em *Águas Argentinas*. As leis de flexibilização trabalhistas não foram derrubadas, mantendo-se a precarização na contratação laboral e as menores limitações ao consumo produtivo da força de trabalho. Tampouco se incrementaram as tarifas à importação para reverter a abertura comercial, nem se recriaram os organismos estatais que regulavam a atividade privada. Assim mesmo, não se recuperaram os impostos ao capital que haviam sido reduzidos - como a redução das contribuições patronais de 1994 (SALVIA, 2019, p. 60-61).

Em síntese, durante uma década de governos kirchneristas, buscou-se tornar regular a acumulação integral no país através de uma série de medidas regularizadoras, marcadas por algumas rupturas pontuais, mas também por diversas continuidades em relação ao processo de reestruturação produtiva, consolidado através de uma diversidade de formas de valorização e regularização neoliberal desde 1989 (PIVA, 2019; SALVIA, 2019; GRIGERA e ESKENAZI, 2013; MARTICORENA, 2013). Outra constatação óbvia da continuidade do avanço neoliberal durante o kirchnerismo se revela no apoio que esse outorgou e obteve de diversos governos neoliberais nas províncias que, não poucas vezes recorreu ao caudilhismo e à repressão estatal e paraestatal violenta, como força política para impor o disciplinamento social necessário (ROJAS, 2013).

Portanto, apesar de algumas melhorias pontuais e conjunturais, típicas do neopopulismo neoliberal (progressismo) latino-americano, pouco foi feito para alterar substancialmente o modo de vida do proletariado, da classe serviçal, do lumpemproletariado, o seu volume populacional etc. Por conseguinte, a sociedade argentina seguiu experimentando uma diversidade de ações, típicas do modo de viver dessas classes em períodos de desestabilização da acumulação capitalista que, se não for disciplinada dentro da melhor sociabilidade burguesa possível, oferece maior obstáculo ao processo de regularização social, isto é, contraria a determinação fundamental capitalista: o processo de acumulação.

Acreditamos que a razão da continuidade da escalada repressiva contrainsurgente (e preventiva), ao longo de uma década de governos kirchneristas, se explica em razão disso, por outra, a manutenção da sociabilidade precária e marginalizada experimentada cotidianamente por essas classes inferiores, faz com que tais classes sigam se organizando para contestar o estado neoliberal e suas formas de regularização social vigentes, bem como buscando sobreviver através do subemprego, mas também de uma série de delitos - juventude proletária e o lumpemproletariado-, envolvendo-se com o crime organizado, em parceria com os aparatos repressivos (também criminosos), compondo milícias organizadas (patotas, “torcidas” organizadas) para promover a repressão paraestatal etc. (VERDÚ, 2009, CORREPI e AGENCIA WALSH, 2013; BRAGA, 2016; HARARI, 2019).

Imagem 02: Gráfico ilustrativo da escalada repressiva neoliberal na Argentina (2003-2013)



Fonte: *Elaboração própria com base no Antirrepressivo 2020 - Relatório da Situação Repressiva Nacional, da Coordinadora Contra la Represión Policial e Institucional/ CORREPI, Argentina.*

O acionar estatal do aparato repressivo contra a contestação social (piquetes e bloqueio de vias, greves, marchas, ocupação de fábricas etc.) na Argentina neoliberal é diverso, indo desde o uso intensivo de armamento anti-distúrbios (jato de água, gás lacrimogêneo, balas de borracha, bombas de efeito moral, cães adestrados etc.), passando pelo fuzilamento de manifestantes em protestos, prisões arbitrárias, simulacros de fuzilamento em delegacias, perseguição e terror, desaparecimento de pessoas

(execução estatal) após atos repressivos, torturas, judicialização e criminalização da contestação social. Ao longo da década de 1990, foram inúmeras as incidências desse acionar, bem como suas vítimas fatais e judiciais.

O kirchnerismo chega ao poder em um contexto logo após o ápice da radicalização do protesto social contra o neoliberalismo, por conseguinte, do aprofundamento da crise capitalista e de uma maior sistematização da repressão contrainsurgente bárbara⁶, demonstrada no *Massacre de Dezembro de 2001* (mais de 40 pessoas fuziladas pelo aparato repressivo em todo o país) e no *Massacre de Avellaneda* (diversos fuzilamentos, sendo dois letais, dezenas de pessoas feridas com estilhaços de chumbo em regiões fatais, espancamentos, torturas, prisões arbitrárias, simulacros de fuzilamento etc.) em junho de 2002.

Nesse contexto, o kirchnerismo assume a presidência com um discurso dissimulado de não repressão e criminalização do protesto social, simulando ser um “governo dos direitos humanos” (*Clarín*, 03/06/2003). Por detrás dessa dissimulação/simulação existia um projeto político (de dominação) bem definido: exaltar a (pseudo) condenação dos militares pelo terrorismo de estado (1973-1986), com muito simbolismo populista, cooptar os movimentos de

⁶ A sociabilidade de diversas classes inferiores no capitalismo neoliberal vive, antecipadamente, à *sombra da barbárie estatal*, tal como a entendemos, isto é, como a possibilidade já vista nas tendências neoliberais, caso a sociedade capitalista persista após o regime de acumulação integral, algo pouco provável, de um novo regime de acumulação, marcado pelo totalitarismo como forma estatal e pela barbárie como marca fundamental do acionar repressivo contra essas classes sociais. A repressão estatal contra essas classes na contemporaneidade é demonstrativa da existência de tal barbárie: tortura (muitas vezes seguida de morte), fuzilamento, simulacro de fuzilamento, abusos sexuais etc. (BRAGA, 2020).

contestação mais moderados⁷, criminalizar e reprimir os mais aguerridos, porém abafando, silenciando ou quando muito legitimando a violência como excepcionalidades ou, até mesmo, terceirizando a repressão (paraestatal) com milícias armadas e zonas liberadas pela própria polícia (VERDÚ, 2009; HARARI, 2019).

Um dos primeiros estudos sistematizados sobre a escalada repressiva na Argentina contemporânea, especialmente a repressão preventiva, é fornecido pela obra *Represión en democracia – de la “primavera alfonsinista” al “gobierno de los derechos humanos”* (2009), de María del Carmen Verdú. Tal estudo é revelador da dinâmica repressiva estatal na Argentina neoliberal, *inclusive* durante a década kirchnerista.

O discurso simulador/dissimulador do kirchnerismo se explica, essencialmente, pela urgente necessidade de reconstrução do consentimento social, em um contexto de profunda crise de legitimidade de todo o *establishment* político-partidário argentino (*Que se vayan todos!*), assim como por sua escassa força político-eleitoral nas eleições de 2003. Contudo, não tardou para o kirchnerismo demonstrar que seguiria sustentando uma política estatal hiperrepressiva, tal como vinha exigindo a regularização neoliberal mundial e argentina.

Prova da continuidade dessa política foi ofertada pela recusa do projeto de lei, sugerido pela CORREPI (Coordenadoria Contra la

⁷ Muitos desses, durante a década de 1990, conformaram o bloco progressista argentino, contestando moderadamente as políticas neoliberais. Cooptados, passaram à defesa de um “projeto nacional e popular” encabeçado pelo discurso kirchnerista, abandonando o movimento de contestação social, ao tornar-se correia de transmissão política do kirchnerismo.

Represión Policial e Institucional), de anistia de todos os contestadores sociais em uma mobilização na Praça de Mayo, juntos com dezenas de outras organizações de direitos humanos e antirrepressiva, porém:

ao mesmo tempo que o secretário de Direitos Humanos, Eduardo Luis Duhalde, prometia a criação de uma comissão de “notáveis” para estudar o tema, a polícia detinha um grupo de manifestantes que se desconcentrava da praça. Mesmo o projeto sendo recusado várias vezes por diversos legisladores, tal como era de se prever, o governo nunca os levou adiante. Pelo contrário, bloqueou seu tratamento, demonstrando assim que seu discurso de “não repressão” era só isso: discurso de oportunidade, enquanto reunia consenso suficiente para aplicar todo seu rigor enquanto estivesse em condições de fazê-lo (VERDÚ, 2009, p. 190).

Ao longo do seu primeiro ano de governo o discurso oficial mudaria o tom, passando a demonstrar um recrudescimento, através das mesmas figuras históricas adeptas da política do gatilho fácil na repressão contrainsurgente, tal como o ministro do interior Aníbal Fernandez⁸, ao ameaçar novamente os piqueteiros: “Não vamos reprimi-los, mas devem desaparecer” (*Página 12*, 27/11/2003). À essa altura, a escalada repressiva durante o kirchnerismo já começava a acumular vítimas por todo o país, apesar do silenciamento promovido pelo capital comunicacional sobre a mesma.

⁸ Um dos mentores intelectuais responsáveis direto pelo *Massacre de Avellaneda* (26/06/2002) e primeiro porta-voz da versão oficial falida de que, na ocasião do Massacre, o que havia ocorrido foi que “os piqueteiros se mataram entre eles” (*Clarín*, 27/06/2002).

Não é pretensão desse trabalho apresentar quantitativamente os episódios⁹ de repressão estatal ocorrido entre 2003 e 2013 na Argentina, que ultrapassaram a casa dos milhares, mas tão somente apresentar alguns casos específicos que nos permita compreender, ainda que sinteticamente, a dinâmica da repressão estatal no capitalismo neoliberal argentino durante uma década de kirchnerismo.

Passados 04 meses de gestão kirchnerista, tanto a forma como o conteúdo da repressão contrainsurgente mantinham-se intactas, sem nenhuma alteração concreta, apesar de toda a simulação/dissimulação discursiva. Em setembro de 2003 uma comunidade indígena *Ava Guaraní*, composta por 150 famílias, foi expulsa de suas terras ancestrais (*La Loma*), a pedido da empresa estadunidense *Tabacal Seaboard Corporation* que reivindicava a posse das terras. Tal episódio foi marcado pela arbitrariedade de uma desocupação sem ordem judicial, pela brutalidade policial (porradas e cacetadas), prisão arbitrária de 24 pessoas, dentre elas idosos, crianças e mulheres grávidas, e por um simulacro de fuzilamento na delegacia de Hipólito Irigoyen.

No dia 23 do mesmo mês 500 piqueteiros (desempregados) foram reprimidos durante uma manifestação pelo não cumprimento de acordos por trabalho no metrô de Buenos Aires. Não faltou bastão anti-distúrbios para ninguém: mulheres, passageiros, trabalhadores etc.; 10 pessoas foram presas e processadas por anos.

⁹ Uma ideia mais exata, por exemplo, do real número de vítimas fatais do aparato repressivo estatal argentino durante uma década de kirchnerismo e da dinâmica da repressão estatal nesse período Cf. (CORREPI e AGENCIA WALSH, 2013).

No dia 09/10/2003, na província de Jujuy, ocorreu um dos primeiros episódios mais significativos até então, e por isso mais ocultado, da repressão contrainsurgente. Uma manifestação massiva (5 mil pessoas, incluindo diversos movimentos sociais) nas portas da 39ª delegacia de Libertador Gal. San Martín, exigindo esclarecimentos sobre a morte por tortura de um jovem militante de 20 anos (Cristián Ibáñez), foi violentamente reprimida, deixando o saldo de uma vítima fatal (Marcelo Cuéllar) por 03 disparos de rifle 22 no abdômen (gatilho fácil), 45 pessoas feridas e 25 presas. Segundo Verdú, “foi tão efetivo o operativo de silenciamento em torno desse primeiro assassinato em uma manifestação durante o governo de Néstor Kirchner, que o nome Cuéllar, salvo algumas exceções pontuais, não seria mencionado nunca mais” (2009, p. 191).

Diversos outros episódios repressivos ocorreram no primeiro ano de governo kirchnerista, tais como as agressões, perseguições e ameaças a vários jornalistas, militantes, advogados dos direitos humanos e professores; tanto da parte dos aparatos repressivos estatais, quanto da parte de milícias partidárias paraestatais (CORREPI e AGENCIA WALSH, 2013; HARARI, 2019).

O *cavalo de batalha* da estratégia kirchnerista consistiria logo cedo em, supostamente, diferenciar protesto social de delito político, isto é, estavam abertas as portas institucionais para o processo de criminalização do protesto como forma fundamental de legitimar a repressão estatal que deslancharia, especialmente aquela direcionada contra os movimentos piqueteiros: “com o Código Penal nas mãos temos que fazer sentir a autoridade aos que estão se equivocando” (Aníbal Fernandez, ministro do interior. Página 12, 26/10/2003 – *Uma política para os piqueteiros*).

Através de uma ampla campanha comunicacional ideológica, e em resposta à pressão de diversos grupos e classes sociais por mais repressão, o kirchnerismo fortaleceu uma corrente de opinião que, desde a primeira manifestação do movimento piqueteiro em 1996 na longínqua província de Neuquén, relacionava os bloqueios de vias como ato antidemocrático e ilegal, apesar do reconhecimento simulado da legitimidade de suas contestações sociais. Em seguida, a repressão contrainsurgente e a criminalização do protesto social se intensificaria na Argentina.

No dia 25 de novembro/2003 em Neuquén, um protesto de desempregados contra a alteração no sistema de concessão de planos sociais e seu pagamento apenas com cartão de débito foi reprimido:

a polícia atacou com cassetetes e gás lacrimogêneo. Logo começou a disparar com armas de fogo, apontadas contra manifestantes populares. Pedro Alveal, jovem do Movimento de Trabalhadores Desempregados/MTD de 20 anos de idade que trabalhava fazia um ano na Cerâmica Zanon, recebeu 64 impactos de bala de borracha e perdeu o olho esquerdo (CORREPI e AGENCIA WALSH, 2013, p. 34).

No ano de 2004, entre os dias 05 de abril e 05 de dezembro, estima-se que ocorreram mais de 20 episódios de repressão estatal, alguns com participação de segurança privada, tal como o ocorrido no dia 28 de novembro na cidade de Buenos Aires, onde trabalhadores precários da União Ferroviária entraram em greve e foram reprimidos pela polícia bonaerense e pela segurança privada que prendeu 12 trabalhadores.

Herdeiros de uma dura ofensiva neoliberal privatizante dos serviços de transporte coletivo que, desde a década de 1990, não faz outra coisa que não oferecer serviço precário, apesar de subsidiado pelo estado (lucros extraordinários), e condições diárias cada vez mais insuportáveis para seus usuários, principalmente gente do proletariado, da classe serviçal e do lumpemproletariado, se mostram cada vez mais descontentes com a vida cotidiana que não tem como evitar tais serviços. Tal descontentamento, não poucas vezes, se demonstra em uma reação à altura da precariedade dos serviços e suas implicações ameaçadoras diárias, tal como ameaça à demissão por atrasos, perda de prêmios por não faltar ao trabalho (quase equivalente ao valor do próprio salário), prejuízos estudantis etc. (GAMALLO y TAFURO, 2008).

Foi o que ocorreu no dia 01/11/2005, na Estação de Haedo, região metropolitana de Buenos Aires, quando às 08:30 horas da manhã um trem da linha Sarmiento, que liga o oeste do conurbano bonaerense até a capital federal foi, como tantas outras vezes, paralisado por falhas técnicas e manutenções precárias, despertando a fúria de milhares de usuários duplamente prejudicados naquela manhã. Assim que o trem chega à estação de Haedo, atrasado mais de uma hora, já com um princípio de incêndio nos motores sobrecarregados, os usuários são obrigados a trocarem de trem, mas o próximo chega à estação abarrotado de gente e se depara com mais de 2 mil pessoas ansiosas por embarcarem.

Em reação a esse descaso constante iniciaram uma manifestação espontânea, marcada pela ação direta, no interior da Estação de Haedo. Começaram com insultos aos funcionários da empresa ferroviária, passando para pedradas nas janelas dos trens, até chegar ao incêndio de outros vagões e um bloqueio das vias.

Bombeiros privados e uma dupla de policial se aproximaram para conter o fogo e a rebeldia popular, mas a presença policial acabou por detonar de vez a rebeldia da multidão que incendiou vários vagões, bilheterias, boa parte da estação e a patrulha policial por completo, além da promoção de diversos saques e roubos nas lojas da estação (GAMALLO y TAFURO, 2008).

A organização do aparato repressivo para frear essa rebelião generalizada possuía uma singularidade nesse dia, coincidente com o dia da reunião da IV Cúpula das Américas, em Mar del Plata, onde concentrava o grosso da infantaria antirrepressiva, ou seja, dispunha apenas de 100 efetivos. Esses, devido à sua inferioridade numérica visível, se organizaram com objetivo, tão somente, de impedir que o motim se espalhasse para outras regiões da cidade. Em síntese, tal episódio repressivo foi marcado pela espera do rebaixamento dos ânimos e ações dos manifestantes, acompanhada de um aprisionamento arbitrário e indiscriminado de centenas de pessoas, algumas horas depois, nas mediações da estação.

Dos 113 detidos pela polícia, dentre os quais 08 eram menores de idade, 36 foram libertos no mesmo dia, às 22:00 horas, dos 77 restantes, 70 foram liberados após 10 dias. Os 07 restantes ficaram presos por 192 dias, quando no dia 12/05/2006, seis foram libertos, um deles menor de idade, restando apenas 01 detido (Roberto Canteros) por suposto porte de arma militar.

A verdade é que, em momento algum, pôde-se provar que essas pessoas tiveram concretamente envolvimento com o motim e que a maioria das testemunhas que os acusavam eram policiais. Contudo, apesar de libertos, foram processados pelos crimes de destruição de bens públicos e privados, resistência à autoridade, incêndio

agravado de riscos para o bem comum e a vida da pessoa e por planejar conjuntamente o incêndio dos vagões e da estação. Por outro lado, os 07 que passaram centenas de dias aprisionados entraram com ação contra o Estado, por terem sofrido com sessões de tortura e espancamento enquanto estiveram detidos.

Outro episódio, expressivo da dinâmica repressiva contrainsurgente, é fornecido pela repressão aos petroleiros de Las Heras, província de Santa Cruz, em fevereiro de 2006. Tal província tem na extração de petróleo e gás a principal e fundamental atividade econômica que, até 2005 era responsável por concentrar 50% da atividade econômica local.

Em 1992, com a privatização da YPF promovida por Menem, com apoio incondicional do governador Néstor Kirchner, a província passou a fornecer $\frac{1}{4}$ da produção de petróleo da empresa que, em 2010 produzia próximo de 21 milhões de barris. Contudo, a singularidade de suas jazidas exige grandes investimentos e, por conseguinte, um estado máximo para o capital minerador e petroleiro, especialmente para aquela “burguesia amiga”. O eufemismo expresso pelo jargão neoliberal universal da necessidade de gerar um *ambiente favorável aos negócios* se revelou, inclusive durante os governos kirchneristas, como a forma política capaz de tornar regular os interesses da burguesia e suas frações de classe (industrial, infraestrutural, mineradora), bem como os interesses da “burocracia amiga” (estatal, partidária, sindical, universitária) etc., através de um colossal saque, transferência e apropriação da renda estatal, isenção de responsabilidades sociais e ambientais, o não questionamento da transgressão do acordado e de toda sorte de corrupção (ROJAS,

2013). Desde sempre, essa é a *raison d'être* da forma estatal neoliberal.

Os governos kirchneristas deram continuidade a uma série de regularizações menemistas dos anos 90, bem como tornou regular novas demandas da burguesia mineradora, dentre elas a busca por resolução dos conflitos sociais que a mineração provocava, tal como o conflito com os petroleiros de Las Heras e tantos outros desde Esquel em 2002.

A decisão dos petroleiros terceirizados (superexplorados) de Las Heras em realizar a primeira paralização das atividades, com bloqueio de vias, ocorreu em 26 de dezembro de 2005. Esses eram operários da empresa terceirizada Indus, uma contratada da Repsol (YPF privatizada), sob convênio da UOCRA¹⁰, que reivindicavam o pagamento de sua gratificação salarial, sacada pelo estado como imposto de renda. Tanto a empresa quanto a burocracia sindical não consideraram a manifestação que, por isso, seguiu de forma espontânea e autônoma, envolvendo diversos petroleiros de outras empresas. O envolvimento na luta permitiu muitas descobertas sobre a relação mafiosa entre sindicatos e empresas, um sentimento de solidariedade e coesão entre centenas de operários fortaleceu o propósito da luta e seu afastamento das tratativas burocráticas. Nesse sentido, elegeram coletivamente Mario Navarro como porta-voz dos petroleiros em luta.

Passados 23 dias de paralização e bloqueios de vias (piquetes), a repressão estatal começava a se desenhar, pois

¹⁰ União Operária da Construção da República Argentina, uma instituição burocrático-sindical.

em fevereiro de 2006 já havia chegado o GEOP (Grupo Especial de Operações Policiais), que ocuparam massivamente Las Heras. Não podíamos sair na rua a noite. Invadiam boates, pediam documentos por todos os lados. Estava militarizado. Os mesmos companheiros que estavam mobilizados nos piquetes tinham muito medo, porque ao sair te faziam cagar de medo. Se saía de noite e tinha cabelo longo, te raspavam a cabeça. Aterrorizavam a população, o medo era terrível porque andavam de camionetes sem placas, desciam e eram como *robocops*, davam muitíssimo medo. Já imaginávamos que iam deter os “cabeças”, os delegados da paralização. Haviam rumores por todos os lados, pela rádio, do que ia ocorrer. Já sabíamos (Adrián Saucedo, delegado terceirizado em Indus apud ROJAS, 2013, p. 208).

Com as instituições locais (prefeitura, paróquia etc.) o diálogo não avançava, pois exigiam como pré-condição o fim da mobilização e as tratativas burocráticas, o que não estava nos planos dos petroleiros. No dia 06 de fevereiro, Mario Navarro foi preso ao dar uma entrevista na *Rádio Soberania* (FM 104.1). A arbitrariedade e ilegalidade da prisão veio acompanhada de outra medida autoritária, sua incomunicabilidade por 48 horas. Diante dessa postura, formou-se um grupo de 100 petroleiros na porta da delegacia exigindo aos gritos: libertem Navarro! A partir desse ensejo, o operativo repressivo entraria em ação.

Com uma fila de dezenas de policiais começaram a exigir, sem sucesso, a retirada dos manifestantes, depois deram dois escopetaços para o alto, ainda insuficientes para dispersar os petroleiros e, em seguida, diversos tiros para o chão e balas de borracha contra os manifestantes que, indignados revidaram com pedras. Por todos os lados apareceram mais policiais, alguns com

camionetes patrulhas que perseguiram, aos tiros e lançamento de gás lacrimogêneo, os petroleiros que dispersavam.

A notícia da repressão promoveu uma enorme concentração de manifestantes, 800 petroleiros e milhares de vizinhos se dirigiam até a delegacia em meio a uma densa nuvem de lacrimogêneo. O próximo passo da repressão estatal foi terrorista e decisivo para o desfecho do operativo. A suspensão proposital da energia/luz local gerou um cenário de muito temor e caos, após o silêncio gerado pelo cessar temporário dos disparos policiais, seguido pelo retorno dos escopetaços no meio da escuridão

foi uma eternidade. Pensávamos que atiravam com armas de fogo, escutávamos o ruído dos tiros e o som do assobio das balas, que nos roçavam os rostos, tudo sem parar, no meio da escuridão e quando escapávamos era possível ver gente estirada no chão, sem saber se estavam feridas ou não. Tudo em meio ao caos, até que de repente se começou a escutar o grito de que alguém foi atingido. “Caiu um”, diziam. Havia um policial caído no chão, e outros o levavam para dentro da delegacia, de onde saiu uma ambulância. Nós não sabíamos o que exatamente acontecia (Adrián Saucedo, delegado terceirizado em Indus apud ROJAS, 2013, p. 211).

Juntamente com um policial (Jorge Sayago) fuzilado, que depois se confirmou que o tiro ocorreu após sua morte por uma porretada na cabeça, um operário (Alejandro Paisman), cunhado de um sindicalista kirchnerista, foi encontrado morto. Ao que tudo indica, Paisman teve uma morte súbita durante o episódio repressivo derivada de um doença pré-existente. Contudo, pesaram sobre os operários, que por diversas vezes foram chamados de vândalos e

assassinos pela presidenta Cristina Kirchner, a responsabilidade sob a morte do policial, pois

começou uma caçada ordenada pela juíza kirchnerista Ruata de Leone ao pessoal da gendarmeria. Houve mais de 20 detidos em diversos ataques ilegais e violentos que denunciaram o sofrimento de torturas, entre eles um menor de 14 anos. Dos detidos iniciais, 08 permaneceram presos por quase três anos. Doze deles, acusados por vários delitos, que incluem homicídio qualificado e coação agravada, estão atualmente sendo julgados em Caleta Oliva. As forças da gendarmeria que chegaram para “pacificar” a região se instalaram em destacamentos permanentes (CORREPI e AGENCIA WALSH, 2013, p. 37).

No dia 12 de dezembro de 2013, a Câmara Oral Criminal de Caleta Oliva condenou à prisão perpétua três dos onze acusados pelo assassinato de Jorge Sayago. Porém, a causa judicial foi marcada por uma diversidade de irregularidades processuais, bem como pela prática de aterrorizar a população local através de ameaças e perseguições em busca de falsos testemunhos contra os petroleiros acusados. Até hoje ainda não se sabe quem fuzilou Sayago, naquela noite em que o governo municipal permitiu a interrupção da energia local, possibilitando que os policiais e possíveis infiltrados atirassem indiscriminadamente sem serem reconhecidos.

Considerações finais

Uma década de governo kirchnerista não deixa dúvida quanto ao caráter de sua política repressiva neoliberal, pois suas vítimas

somaram milhares, tanto na repressão contrainsurgente, quanto na repressão preventiva. De acordo com o informe da CORREPI e AGENCIA WALSH (2013) os aparatos repressivos estatais argentinos, durante a gestão kirchnerista, foi responsável por fuzilar aproximadamente 2.280 pessoas, das quais aproximadamente 20 pessoas foram executadas em episódios de repressão contrainsurgente, milhares de prisões arbitrárias seguidas por torturas e espancamentos em delegacias, milhares de pessoas julgadas e acusadas sem provas, centenas de ameaças e perseguições, diversas pessoas executadas com desaparecimento dos corpos (o caso de Luciano Arruga, como milhares de outros são exemplares) o uso sistemático de milícias armadas (patotas) em episódios de repressão estatal e paraestatal, tal como a que executou Mariano Ferreyra em 20/10/2010 na cidade de Buenos Aires, durante uma paralisação dos ferroviários terceirizados da linha Roca, dos quais os apresentados aqui são apenas uma sintética amostra, porém suficiente para demonstrar sua dinâmica institucional.

Por fim, nesse trabalho, a repressão estatal contemporânea é entendida como uma forma social correspondente aos desígnios da acumulação integral argentina, que tem no estado neoliberal e seus governos de turno, sua forma de regularização social fundamental. Portanto, os governos kirchneristas foram governos neoliberais, assentado nas formas sociais neoliberais anteriores que não foram alteradas e garantiam a acumulação integral, suas formas precárias de trabalho e vida, a superexploração das classes inferiores, a expansão do modo de vida lumpemproletário e a política repressiva necessária para garantir a regularização de tudo isso, através de um amplo processo de disciplinamento social, promotor de uma escalada repressiva estatal (figura 01 e 02) e garantidor, como todo

governo neoliberal, dos interesses da burguesia e suas frações de classe, bem como os interesses de outras classes auxiliares, tal como a burocracia (kirchnerista) e suas frações estatais, partidárias, sindicais, policiais etc.

Referências bibliográficas

BONNET, A. (2008). *La hegemonía menemista – el neoconservadurismo en Argentina, 1989-2001*. Buenos Aires: Prometeo Libros.

BRAGA, L. (2013). *Classe em farrapos – acumulação integral e expansão do lumpemproletariado*. São Carlos, SP: Pedro e João editores.

BRAGA, L. (2016). Repressão preventiva e seletiva na Argentina. Em: JOHNSON, G. e SILVA, M. A. (comps.) *A América Latina contemporânea – espectros, diversidades e seletividades* (pp. 47-64). Dourados, MS: Editora da UFGD.

BRAGA, L. (2020). *Repressão estatal e capital comunicacional – a criminalização do movimento de desempregados na Argentina (1996-2002)*. Jundiaí, SP: Paco Editorial.

CORREPI e AGENCIA WALSH (2013). *Informe de la situación represiva durante el gobierno kirchnerista: 10 años de kirchnerismo – una década ganada ¿para quién?* Buenos Aires: CORREPI.

COTARELO, M. C. (2016). *Argentina (1993-2010) – el proceso de formación de una fuerza social*. Buenos Aires: PIMSA e Imago Mundi.

ENGELS, F. (2008). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo.

GAMALLO, L. e TAFURO, S. (2008). *Haedo 2005: Crônica de un estallido anunciado*. V Jornadas de Sociología de la UNLP, 10, 11 y 12 de diciembre de 2008, La Plata, Argentina. Disponible en: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.6066/ev.6066.pdf

- GRIGERA, J. e ESKENAZI, M. (2013) Apuntes sobre la acumulación de capital durante la posconvertibilidad. Em: GRIGERA, J. (comp.). *Argentina después de la convertibilidad -2002-2011*(pp. 165-193). Buenos Aires: Imago Mundi.
- GUIMARÃES, A. P. (2008). *Classes perigosas – banditismo urbano e rural*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- HARARI, F. (2019). *La triple K*. Buenos Aires: RyR.
- HARVEY, D. (2008). *Neoliberalismo – história e implicações*. São Paulo: Loyola.
- HARVEY, D. (2008 a). *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.
- HARRING. S. L. (2017). *Policing a class society*. Chicago: Haymarket Books.
- HARRINGTON, M. (1977). *O crepúsculo do capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MAIA, L. e VIANA, N. (2022). *Marx e o capital bancário – o segredo dos juros e do capital monetário*. Goiânia: Ragnatela.
- MARTICORENA, C. (2013). Relaciones laborales y condiciones de trabajo en la indústria manufacturera durante la posconvertibilidad. Em: GRIGERA, J. (comp.). *Argentina después de la convertibilidad - 2002-2011*. (pp. 135-162). Buenos Aires: Imago Mundi.
- MASCARO, A. L. (2015). *Estado e forma política*. Buenos Aires: Prometeo Libros.
- MARX, K. (1983). *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes.
- MARX, K. (1985). *O capital*. Vol. 01. São Paulo: Nova Cultural.
- MARX, K. e FRIEDRICH, E. (1984). *A ideologia alemã*. São Paulo: Centauro.
- MONET, J. C. (2006). *Polícias e sociedades na Europa*. São Paulo: Editora da USP.
- NEOCLEOUS, M. (2010). *La fabricación del orden social – una teoría crítica sobre el poder de policía*. Buenos Aires: Prometeo Libros.

PIVA, A. (2019). El modo de acumulación en la Argentina (1989-2015). Em: BONNET, A. e PIVA, A. (comps.). *El modo de acumulación en la Argentina contemporánea* (pp. 21-50). Buenos Aires: Imago Mundi.

RAMOS, M. P. (1972). *Etapas de acumulación y alianzas de clases en Argentina 1930-1970*. Buenos Aires.

ROJAS, D. (2013). *El kirchnerismo feudal – la verdadera cara de Cristina en las provincias*. Buenos Aires: Planeta.

SALVIA, S. (2009). Estado y conflicto intraburgués en Argentina – la crisis de la convertibilidad (1999-2001). Em: BONNET, A. e PIVA, A. (comps.) *Argentina en pedazos – luchas sociales y conflictos intraburgueses en la crisis de la convertibilidad* (pp. 189-221). Buenos Aires: Continente.

SALVIA, S. (2019). El modo de acumulación en la Argentina reciente – del neoliberalismo a la postconvertibilidad. Em: BONNET, A. e PIVA, A. (comps.). *El modo de acumulación en la Argentina contemporánea* (pp. 51-70). Buenos Aires: Imago Mundi.

SVAMPA, M. (2010). *La sociedad excluyente – la Argentina bajo el signo del neoliberalismo*. Buenos Aires: Taurus.

VERDÚ, M. del C. (2009). *Represión en democracia – de la “primavera alfonsinista” al “gobierno de los derechos humanos*. Buenos Aires: Herramienta.

VIANA, N. (2017). *Karl Marx – a crítica desapiedada do existente*. Curitiba: Editora Prismas.

VIANA, N. (2020). *A consciência da História – ensaios sobre o materialismo histórico-dialético*. Goiânia: Edições Redelp.

WACQUANT, Lóic. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

EXPERIENCIAS GREMIALES DE LOS
TRABAJADORES DE LOS FRIGORÍFICOS.
CONTINUIDADES Y DISCONTINUIDADES EN
MEDIO SIGLO DE LUCHAS Y
ORGANIZACIONES OBRERAS.
ROSARIO, ARGENTINA (1955-2001)

Verónica Vogelmann¹

Introducción. Elementos para la historia de una
investigación

El texto tiene por objetivo sistematizar y compartir los principales hallazgos construidos en el marco de un prolongado proceso de investigación sobre los trabajadores de los frigoríficos del Gran Rosario –provincia de Santa Fe, Argentina-, entre los años 2002 y 2012. El estudio confluyó con dos instancias centrales de mi formación: las tesis de grado y posgrado².

¹ Verónica Vogelmann es investigadora del CONICET y docente de la Universidad Nacional de Rosario, Argentina (ISHIR-CONICET/UNR).

² La tesina de grado para obtener el título de licenciada en Antropología fue defendida en 2006. La tesis doctoral titulada: “Trabajadores y Reconversión en la Industria Frigorífica. Las experiencias gremiales de los trabajadores de la carne del Gran Rosario”, fue presentada en 2012. Ambas fueron dirigidas por la Dra. Cristina Bloj (Antropología, Facultad de Humanidades y Artes, UNR). Tras la presentación de la tesis doctoral publicamos artículos que ahondaban en líneas analíticas que habían quedado abiertas o insuficientemente exploradas (Vogelmann, 2021, 2020, 2015 a, 2015 b, 2014, 2013 a, 2013 b)

Durante esos años realizamos aproximadamente cuarenta entrevistas en profundidad, en su mayoría a trabajadores y ex – trabajadores que realizaban, en ese momento, o habían realizado, con anterioridad, tareas de operaciones y mantenimiento en los frigoríficos. Empleados de administración, mandos medios, jerárquicos y personal de vigilancia fueron entrevistados en menor medida y con el propósito de comprender las transformaciones en los procesos productivos y en las relaciones laborales en las plantas industriales.

A lo largo del trabajo de campo, dada las características que había adquirido la construcción del referente empírico, ³ tuvimos posibilidad de relacionarnos con trabajadores y ex trabajadores y trabajadoras de frigoríficos que se distinguían por su activa participación político-gremial; la mayoría, por haber dirigido o formado parte de organizaciones opositoras a la conducción sindical. Los dirigentes sindicales nos concedieron escasas entrevistas por eso optamos por realizar registros de conversaciones informales desarrolladas en el local sindical que brindaron elementos de problematización a lo largo del proceso de investigación. Las observaciones participantes fueron realizadas también en situaciones e interacciones cotidianas en contextos barriales y familiares y en el marco de una visita a un establecimiento frigorífico.

³ En el año 2001 participé activamente de las luchas estudiantiles desplegadas en el ámbito universitario contra las políticas arancelarias y privatizadoras imperante en ese momento. En un contexto de creciente movilización social estas luchas se articularon con las protagonizadas por amplios sectores de la sociedad. En ese proceso entablamos los primeros contactos con trabajadores del frigorífico Swift que habían sido despedidos y proyectaban organizar una cooperativa de trabajo, momento inicial de un extenso trabajo de campo.

Asimismo, consultamos diversas fuentes: Convenios Colectivos de Trabajo, expedientes de Actas Acuerdo, publicaciones sindicales, volantes y boletines de distintas agrupaciones del gremio de la carne; diarios de circulación local y, en menor medida, de alcance nacional; diversas publicaciones empresarias (documentos, libros, folletines, revistas de fábrica y especializadas); censos y la legislación laboral.

En esta presentación, la intensión es, entonces, recuperar algunos trazos de esta amplia investigación para analizar las experiencias gremiales del colectivo obrero de la industria de la carne durante en un período de tiempo que abarca desde 1955 a 2001. Abordaremos: - las transformaciones de la rama industrial; sus características distintivas y principales cambios en los procesos productivos con foco en la región sur del Gran Rosario - los procesos de lucha más significativos tendientes a confrontar, resistir, negociar y, en ocasiones, adaptarse a los cambios de los procesos de trabajo; - las dinámicas de confrontación, negociaciones y alianzas entre distintas listas gremiales con importante trayectoria en el gremio, referenciadas en corrientes clasistas, peronistas y comunistas; - las valoraciones, sentidos y significaciones heterogéneas y contradictorias que construyen los sujetos

Ahora bien, ¿por qué este interés por recuperar, pasado más de diez años, dimensiones centrales de una investigación que podría parecer ya ‘concluida’? En parte, la respuesta esta pregunta remite a un episodio vivido hace algún tiempo.

Durante el tiempo transcurrido desde el cierre de la tesis doctoral hasta hoy hemos mantenido, de diversas formas, relaciones con algunos de las personas con las que hicimos trabajo de campo.⁴ Hace unos meses compartíamos un almuerzo donde circulaban anécdotas de los años en que habían sido obreros de la carne y delegados en distintos establecimientos. Uno de los participantes expresó que era una lástima que todas esas luchas que habían protagonizado quedaran en el olvido, sólo como recuerdos personales. Claramente el mensaje no estaba dirigido a mí, pero no pude dejar de sentirme interpelada. De alguna manera, ese fue el disparador de la idea de escribir y publicar un libro con los resultados de esa investigación que me había acompañado durante tanto tiempo de mi vida. Este texto aparece, entonces, como un ejercicio de sistematización que esperamos, sirva como insumo en el camino de esa reescritura.

La industria frigorífica. Principales dimensiones que caracterizan a la llamada “segunda etapa”

Durante el último cuarto del siglo XIX la industria frigorífica argentina nació ligada a la necesidad de optimizar las condiciones de intercambio de los productos cárnicos, principalmente con el mercado inglés y al surgimiento de un conjunto de innovaciones técnicas. Desde ese momento hasta mediados del siglo XX se caracterizó por el predominio de un tipo de industria concentrada

⁴ Algunas compañeras se transformaron en amigas entrañables, con otros compañeros hemos compartido proyectos de militancia y actualmente formo parte de una coordinación informal de profesionales (junto con un abogado, una médica laboralista y un ingeniero en seguridad) para asesorar en cuestiones técnicas a uno de estos compañeros que fue elegido delegado en la fundición de plomo donde trabaja.

en una docena de grandes plantas, mayoritariamente de capitales estadounidense e ingleses. En esta Primera Etapa se reconocen dos períodos: el primero, que se extendió desde los orígenes de la industria hasta principios de la década de 1930, momento de surgimiento y expansión de la actividad; y el otro, que abarcó desde esa fecha, hasta mediados de la década de 1950, donde comenzaron a desplegarse tendencias al descenso -en términos comparativos- de los volúmenes exportables y al aumento de la importancia relativa del mercado interno (Azcuy Ameghino, 2007).

En estas coordenadas históricas la región sur de Rosario, y específicamente la ciudad de Villa Gobernador Gálvez (en adelante VGG) se fue configurando como un polo de desarrollo de la industria frigorífica con la instalación de Swift en 1924. Esta empresa constituyó uno de los emprendimientos productivos de gran envergadura más tempranos en el área. Durante sus primeros años de actuación, empleaba a unos mil cien trabajadores que producían una faena diaria de mil quinientas cabezas.

La segunda etapa de la producción y comercialización de carnes comienza, como expresamos, a mediados de 1950 hasta comienzos del siglo XXI, las transformaciones del mercado mundial fueron marcando sus contornos donde se acentuaron tendencias al estancamiento y retroceso de la actividad en el país. Los frigoríficos perdieron relevancia económica y fueron enrolados en las llamadas ramas “vegetativas”. Se trata de una etapa donde las principales plantas de capital extranjero fueron vendidas, suscitando procesos de cierres y aperturas cíclicas, cesantías generalizadas de trabajadores y una clara tendencia a la expulsión de la fuerza de trabajo. En este punto, un dato a subrayar es que Swift de Rosario es el único de los grandes frigoríficos de capitales

extranjeros, instalados durante la etapa anterior, que aún sobrevive en Argentina.

Paralelamente, se fue desarrollando un proceso de descentralización del sector,⁵ aumentando significativamente las unidades productivas, a partir de la expansión de un nuevo tipo de establecimiento de capitales nacionales y con estructuras de dimensiones menores. En ese contexto, durante las décadas del '50, '60 y '70, el sur del Área Rosario continuó siendo receptora de industrias frigoríficas.⁶

Desde 1976, la reconfiguración del sector manufacturero implicó el surgimiento y la consolidación de grandes grupos económicos que encabezaron un nuevo proceso de acumulación. Se trató de grupos concentrados en la producción de insumos intermedios, donde el valor agregado doméstico disminuía, adquiriendo mayor importancia el tipo y calidad de recursos

⁵ Algunos analistas (Garate 2004, Bisang 2002) caracterizan como atomizada a la industria frigorífica atendiendo a la gran cantidad de plantas faenadoras del país. Por el contrario, optamos por pensar este proceso en términos de descentralización, entendiendo que la centralización de capital alude al proceso en que unos pocos capitalistas acrecientan el control sobre la propiedad de los medios de producción, expandiendo su presencia en una o múltiples actividades económicas a partir de compras, fusiones, asociaciones, etc. (Basualdo 2000).

⁶ En VGG se inauguró en 1956 el frigorífico Subproductos Ganaderos Rosario S.A. (Sugarosa) y a principios de la década del '60, las plantas de las empresas Paladini, Villa Diego, Litoral Argentino S.A. y Lequio. En la zona sur de Rosario se estableció el frigorífico La Tropa y se industrializó la empresa familiar La Jamonera. En el año 1962 se instaló la CAP, cuya planta pasó, posteriormente, a formar parte de la Cooperativa de Carniceros Rosarinos –Fricoop-

naturales con que contaba el país (Katz y Kosacof 1989).⁷ En ese marco, la industria alimenticia se consolidó y las producciones más significativas, en términos de la composición de las exportaciones del sector, fueron aceites y carnes, el primero de los cuales se destaca en una posición central y creciente (Gatto y Gutman 1990:38).

Durante la década del '90 la industria frigorífica ingresó en un período caracterizado por un proceso de reestructuración y de redimensionamiento de la comercialización externa, aunque, en términos generales, se refuerza la tendencia descendente de la actividad. A pesar de que continuó siendo altamente heterogéneo y desconcentrado, observamos procesos de concentración productiva y a la centralización de la propiedad. Los diferentes niveles de exigencias sanitarias y las estrategias de diversificación productiva, fueron las principales causas de esta configuración. El proceso de concentración⁸ se verificó en el comercio exterior y en la elaboración de producción con mayor valor agregado de origen vacuno. En 1991, las diez primeras empresas representaban más del 60% del monto exportado por Argentina (Canzanelli 1993), en 2002 las exportaciones se hallaban concentradas en un grupo de

⁷ En este proceso decayó el peso relativo de las ramas metalmecánicas (líderes del proceso de expansión industrial en el modelo de acumulación por sustitución de importaciones) y se expandieron industrias como petroquímica, siderurgia, celulosa y aluminio, productoras de insumo destinados principalmente al mercado externo. La expansión de estas ramas se vinculó con ingentes subsidios estatales vía regímenes de promoción industrial y estatización de la deuda privada.

⁸ Por concentración económica se entiende la incidencia que tienen las mayores firmas empresarias de una actividad económica en la producción total de la misma (Basualdo 2000).

cinco frigoríficos⁹, que tendieron a operar algo más del 50% de los embarques (Azcuy Ameghino 2007). La concentración descripta se verificó aún más en los rubros procesados, como carnes cocidas-congeladas, Corned beef, y especialidades (Canzanelli 1993).

Durante esos años, estos grupos concentrados realizaron planes de inversión, incorporando equipamiento para la producción de nuevos productos. Sin embargo, los analistas coinciden en señalar el atraso tecnológico y el elevado índice de capacidad ociosa (Ghezan, G y M. Mateos 1994; Canzanelli 1993; Informe AACREA 2004). En efecto, la mayor parte de las empresas de gran envergadura se limitaron a realizar compras y/o fusiones con firmas ya existentes, ampliaciones de instalaciones y adquisiciones de centros de distribución. Dentro de esta tendencia se diferenció Swift Rosario, por ser la única empresa que actualizó su estructura industrial con la construcción de una nueva planta inaugurada en el año 1993.

Los años '90. Transformaciones edilicias y en la organización del trabajo en los frigoríficos del Gran Rosario

En los principales frigoríficos del Gran Rosario fue relevante la renovación y optimización de instalaciones edilicias, proceso en el que sobresalió la empresa Swift con la inauguración en 1993 de su

⁹ Las empresas son: Swift-Armour SA, Friar SA, Finexcor SA, Quickfood Alim. Rápidos SRL y Ceba SA/Temux.

nueva planta industrial.¹⁰ Este hecho fue ponderado fuertemente por los trabajadores, quienes ubicaron a partir de allí dos períodos de sus experiencias productivas. La renovación integral de la estructura edilicia y la introducción de máquinas fue valorada positivamente por los sujetos ya que implicó mejoras en las condiciones laborales y facilitó los procesos de trabajo; pero en sus relatos también describieron cómo las transformaciones trajeron aparejados aumentos de las metas de producción e importante reducción del personal, procesos a partir de los cuales explicaban la intensificación del trabajo. Las actualizaciones en las estructuras edilicias pueden ser pensadas como hito histórico a partir de las cuales los sujetos identificaban y otorgaban significaciones diversas y contradictorias a los cambios en los procesos de trabajo y han operado como una dimensión que tiende a ocultar la intensificación del trabajo a través de su reorganización.

La doble significación que construyen los trabajadores en torno a los procesos de innovación en maquinaria (facilitadora del proceso productivo/explicativa de la reducción de trabajadores empleados en la actividad) se vincula con una de las características más importantes que adquiere el proceso de reconversión en el sector frigorífico: el hecho de que sobrevivieron importantes secciones, tareas y puestos que requieren trabajo manual. En otras palabras, la intensificación del trabajo no se produjo exclusivamente a través del reemplazo del trabajo vivo por “capital

¹⁰ Paladini también realizó transformaciones significativas en su estructura productiva y en su área comercial con la compra del pequeño frigorífico Villa Diego, ubicado al lado de su planta industrial. Esta adquisición abonó la estrategia empresarial de diversificación productiva, ya que a la tradicional elaboración de Chacinados se le sumó la producción de cortes vacunos. Además, expandió sus redes comerciales tanto en el mercado interno como externo e incorporó maquinaria en las secciones de elaboración de fiambres y chacinados.

constante” (Marx 2002). En este sentido, hemos conceptualizado las transformaciones en los procesos productivos en los frigoríficos como expresión de la multiplicidad de formas transicionales en las que se ha desarrollado el paso de la manufactura a la gran industria. Vinculado con esto, otro elemento a destacar es que a partir de la renovación espacial los sujetos identifican una intensificación de las tareas de control realizada por el personal de vigilancia o *serenos de fábrica*. Desde nuestra perspectiva, la importancia que recobran los dispositivos de control externos se articula con la necesidad empresaria de vigilar y sancionar las acciones de los trabajadores que retrasen los ritmos impuestos, al interior de una industria donde las tareas productivas desarrolladas de forma manual continúan siendo fundamentales.

Principales procesos de lucha y dinámica de la organización gremial

1955-1975. Resistencia, politización e intensificación de la lucha de clase

Luego del Golpe de Estado de 1955, la conflictividad social y laboral estuvo signada por las acciones de repudio y oposición a la destitución del presidente Perón. Durante la llamada “Resistencia” dirigentes, activistas sindicales, trabajadores y vecinos de los barrios circundantes a Swift realizaron distintas acciones que, por su carácter prohibido y sujeto a penalizaciones, tendieron a reafirmar y reconstruir el sentimiento de pertenencia al movimiento peronista; estas prácticas, que se expresaban muchas veces en la defensa y protección de elementos con fuerte carga simbólica, eran realizadas tanto de forma espontánea como organizada y se

desplegaron también al interior de los espacios de trabajo (Vogelmann, 2014b).

En la década del '60, los obreros de la carne llevaron adelante importantes luchas en respuesta a los intentos empresarios de incrementar la productividad, la más significativa de estas experiencias fue la llamada 'Huelga de los cien días', en 1962, que tuvo un alcance nacional. Realizada en un contexto recesivo de la rama, fue una derrota para el sector obrero (Vogelmann, 2021). Hacia fines de esa década y hasta mediados de los '70 se atravesó un período signado por la intensificación de la lucha de clases con el estallido de rebeliones populares y la multiplicación de conflictos laborales en distintas ramas y puntos del país. En el gremio de la carne de Rosario se destaca la "Lucha del Frío" en 1969, a través de la cual los obreros de Swift reclamaron mejoras en las condiciones de trabajo.

Durante estos años, las disputas desarrolladas cotidianamente continuaban denunciando problemas históricos del gremio vinculados con los ritmos, los mecanismos de disciplinamiento, y las condiciones de higiene y seguridad. Estos procesos de protesta se fueron configurando en expresión y vehículo de politización que, por esos años, incluyó a gran parte de la sociedad argentina. Se trataba, desde la perspectiva de los sujetos, de *conflictos sindicales politizados* que se fueron consolidando a través de la formación político-sindical y de las diversas instancias de participación en la vida gremial. En este proceso tuvieron un protagonismo destacado los delegados gremiales y, principalmente, los Paritarios Internos actores, estos últimos, que articulaban las demandas y medidas de protesta en los lugares de trabajo y que, en ocasiones, desarrollaron

prácticas confrontativas a la dirección sindical liderando organizaciones gremiales opositoras.

Las listas opositoras fueron conformadas durante estas décadas como nucleamientos de diversas agrupaciones políticas con trabajo sindical. Hemos identificado tres organizaciones que se distinguen por haber dejado su impronta en los colectivos de trabajo de décadas posteriores: la lista Marrón, liderada por el partido comunista, dirigió el Sindicato a principios de la década del '60 hasta que fue intervenido tras el desenlace de la Huelga de los 100; La Chaira, conformada por diversos partidos y agrupaciones de izquierda que se volcaron a desarrollar otra experiencia clasista y combativa en el frigorífico Swift hacia fines del '60 y principios del '70; y la lista Gris que, a mediados de los '70, se caracterizó por su clara adscripción peronista y su participación en el entramado político-partidario local y nacional.

En este contexto se destaca también el accionar de organizaciones guerrilleras, principalmente el Ejército Revolucionario del Pueblo -ERP-¹¹ que realizó expropiaciones de mercadería y repartos de víveres en los barrios cercanos a Swift, además de secuestros a personal jerárquico de la empresa y a dirigentes sindicales.

En el año 1969 surgió y consolidó su accionar la agrupación gremial Blanca y Negra que dirigió el Sindicato de la carne de manera ininterrumpida durante más de dos décadas. El afianzamiento de esta conducción se inscribe en una dinámica

¹¹ El ERP fue fundado en Julio de 1970 por el Partido Revolucionario de los Trabajadores – PRT línea El Combatiente- con el propósito de iniciar acciones guerrilleras contra la dictadura de Onganía.

observable en el gremio de la carne desde el advenimiento del gobierno peronista: la existencia de diversos y heterogéneos agrupamientos que han disputado dicho legado político-ideológico. A lo largo de las décadas del '60 y '70 esto se expresó en el desarrollo de tensiones entre el Sindicato de Rosario y la Federación;¹² en diversos conflictos se hicieron evidentes las discrepancias a la vez que se advertía el peso relativo que la seccional local ha tenido a nivel nacional.

El lugar destacado que le cupo al Sindicato de Rosario en la trama nacional se vincula con la relevancia político-económica que la industria frigorífica ha sostenido en la región, a través de la concentración de establecimientos de pequeña y mediana magnitud y, fundamentalmente, por la presencia sostenida que el frigorífico Swift mantuvo a lo largo de su historia. La trascendencia socio-política de Swift y su gravitación en el escenario gremial han otorgado la “iluminación general” (E. P. Thompson 1984) a los procesos de construcción de la tradición del gremio de la carne de Rosario.

1976-1989. El gremio bajo la dictadura militar y la recuperación democrática

Con el Golpe de Estado de 1976 (1976-1983) se configuró un nuevo campo de fuerza social signado por la imposición de una dinámica represiva que diezmó y exterminó numerosos cuadros político gremiales. En sus relatos los trabajadores de Swift daban cuenta de los cambios vividos y destacaban la presencia del ejército

¹² Federación gremial del personal de la Industria de la carne y sus derivados se trata de una organización de segundo grado que nuclea a sindicatos de la industria.

en el “suelo de la fábrica” imponiendo una disciplina tendiente a contener la protesta y garantizar el orden productivo. Expresiones como *se terminaron los guapos* remiten al cese de las distintas formas que adquiriría la conflictividad cotidiana en el período previo. Denunciaban también la profusión de secuestros, desapariciones y asesinatos de trabajadores; y las relaciones de connivencia y colaboración entre personal jerárquico de Swift y militares. Asimismo, daban cuenta de las relaciones existentes entre el gobierno de facto y sectores de la dirigencia sindical en términos de complicidad y colaboración en las acciones represivas. En sus acusaciones los sujetos hacían referencia a la influencia política que líderes sindicales tenían a nivel provincial y nacional y, principalmente, al hecho de que muchos habían permanecido en sus funciones al frente del Sindicato durante la dictadura.

En los frigoríficos las estrategias represivas tuvieron como blanco de ataque a los militantes gremiales opositores. Los trabajadores establecieron diferenciaciones entre los activistas del gremio que fueron asesinados, vinculados con sectores clasistas agrupados en La Chaira, y los que, luego de secuestrados, fueron puestos a disposición del Poder Ejecutivo Nacional o liberados, como los de la lista Gris. Esta distinción fue recreada, simbólica y prácticamente, por sectores de la dirigencia sindical a partir de la construcción de la figura del subversivo como ajeno, exterior a los trabajadores y a sus organizaciones gremiales. En algunos casos, las mismas fueron recuperadas para legitimar la represión estatal por medio de la construcción del “enemigo interno” en términos de criminal.

Con el Golpe de Estado del '76 se desarrolló un proceso de reconfiguración de la estructura político - económica e ideológica a

nivel nacional, sin embargo, en el análisis hemos ponderado las continuidades entre los años pre y pos Golpe de Estado; las cuales remiten a la actuación que tuvieron agrupaciones, activistas y militantes protagonistas de las experiencias gremiales de los '60 y '70 en el proceso de “normalización” de la actividad sindical.

Desde comienzos de la década del '80, y en los años posteriores de normalización institucional, se advierte el desarrollo de una dinámica de negociaciones y alianzas entre distintas listas y organizaciones con importante trayectoria en el gremio, como la Gris. Estos acuerdos se inscribieron en pactos trazados a nivel nacional entre corrientes sindicales de adscripción peronista que resistieron las transformaciones tendientes a modificar aspectos nodales del modelo sindical argentino. En el ámbito local, la dinámica de alianzas y negociaciones no se circunscribió a construcciones opositoras, sino que, en varias ocasiones, se realizaron con la histórica Lista Blanca y Negra que continuaba condicionando el sindicato, ubicando militantes gremiales que habían sido opositores hasta hacía poco tiempo, en puestos de dirección.

Se registra, entonces, la multiplicación de negociaciones, acuerdos y alianzas realizadas entre sectores que durante las décadas del '60 y '70 habían protagonizado feroces disputas gremiales. Los trabajadores valoran en términos de *acomodo* este tipo de prácticas que referentes y militantes desarrollaron en el nuevo escenario.

En resumen, si por un lado observamos como hilo de continuidad entre los años pre y pos golpe de Estado la permanencia de agrupaciones, activistas y referentes, los cambios se vinculan con la dinámica de las relaciones que, durante la década

del '80, tomaron, en ocasiones, un tono más negociador y conciliador.

Otro hilo de continuidad que hemos establecido entre los años pre y pos Golpe de Estado tiene que ver con las expresiones de conflictividad abierta, aquellas que se extendieron a distintos frigoríficos sobrepasando los límites de los espacios de trabajo concretos. Hacia fines de la década del '80 se desató una huelga que, desde la perspectiva de distintos actores del ámbito fabril, presentó importantes vinculaciones con las luchas desarrolladas en las décadas anteriores. Como veremos, ante la profundidad de los cambios suscitados en la década del '90, la huelga señalada representó en el ámbito local el cierre de un “ciclo de conflictividad abierta” que remite a las experiencias gremiales previas al último Golpe de Estado.

1989-2001. Entre la resistencia y la aceptación. Luchas en la cotidianeidad laboral

Durante los años '90 se introdujeron importantes modificaciones al sistema de relaciones laborales argentino tendientes a destruir mecanismos históricos protectorios del derecho al trabajo. A través de diversas leyes y decretos, el aumento de la productividad laboral y los cambios en los procesos de trabajos fueron los temas centrales de las nuevas negociaciones. En este proceso, se relocalizaron los espacios de las negociaciones hacia ámbitos más acotados como empresas o subramas y se suspendieron las negociaciones salariales básicas por convenio, lo cual provocó rupturas en la tendencia histórica de la forma centralizada de intervención sindical, profundizando su fragmentación.

Aunque la conducción sindical del gremio de la carne sostuvo posturas críticas a algunas resoluciones del gobierno, en general, se identifica una línea de acción propensa a aceptar y apoyar el proceso de reformas. Este posicionamiento se inscribía en el contexto de consensos mayoritarios que habían tenido los planes del gobierno de Carlos Menem (1989-1999), y se vinculó con la pertenencia histórica del gremio al movimiento peronista, desde donde se defendió la política de concertación. De esta forma, los dirigentes sindicales proclamaban ser un gremio pionero en alentar la flexibilidad y la productividad y se adjudicaron un rol activo en el desarrollo de los cambios al interior de la industria, fundamentado en una concepción que proclamaba la unidad de intereses entre empresarios, trabajadores y gobierno. De modo que, la dirigencia sindical se caracterizó por apoyar los reclamos e intereses de los sectores industriales más concentrados, estableciendo acuerdos tendientes a descentralizar los ámbitos de negociación y realizar cambios en las operatorias de producción que apuntaban a aumentar la productividad.

Las transformaciones se inscribían en los espacios fabriles a través de la imposición de un conjunto de dispositivos flexibilizadores en el uso de la fuerza de trabajo con la extensión de la jornada laboral, la generalización de contratos temporarios para la incorporación de nuevo personal, el aumento de la proporción del salario sujeto a incrementos de la productividad, la circulación de trabajadores por distintas secciones y/o puestos, y la adición de tareas a través de pagos ‘extras’ para los trabajadores. En este punto, hemos identificado cierta tendencia a naturalizar estos dispositivos por parte de los trabajadores, que remite a la continuidad histórica de las políticas patronales dispuestas a intensificar el trabajo. Los obreros que detentaron cargos sindicales

son los que distinguen y explicitan claramente la proliferación de dispositivos flexibilizadores durante la década del '90; mientras que aquellos que no ejercieron funciones gremiales asocian los procesos de intensificación del trabajo que viven día a día con las transformaciones en las estructuras edilicias y la introducción de maquinaria.

En relación con la complejidad que adquieren los dispositivos disciplinadores se analizaron las prácticas que los trabajadores despliegan de forma colectiva y cotidiana en el espacio laboral con el fin de organizar, distribuir y realizar el consumo de alimentos (objetos y/o productos del trabajo). La *organización de la comida* es una práctica ilegal sujeta a persecuciones y sanciones constantes. El análisis de estas prácticas indisciplinadas, constitutivas de las experiencias gremiales de los trabajadores de la carne, nos permitió ahondar en la construcción del colectivo de trabajo que se erige a contrapelo de las tendencias a su fragmentación.

En este sentido, consideramos que la *organización de la comida* puede ser conceptualizada como una práctica transaccional, subalterna, que durante la década del '90 cumplió para los trabajadores funciones de estructuración y mantenimiento (Menéndez 1981) a la dinámica fabril. En otras palabras, aunque expresa el repudio y el rechazo de los trabajadores hacia los mecanismos de coerción y vigilancia directa, se articula con las relaciones desarrolladas en el ámbito de la producción, a través de la 'tolerancia' y el poder negociador que detentan algunos mandos medio de dirección.

Durante la década del '90 se advierte la actuación de agrupaciones, como MUCIC y Naranja, con notable inserción en

los principales frigoríficos de la región que sostuvieron prácticas confrontativas con las patronales y con la dirigencia sindical. Por su parte, la Blanca y Negra, histórica dirigencia sindical ingresó en un proceso de descomposición que dio lugar al surgimiento de nuevos dirigentes. Este proceso se inscribió en la dinámica fluctuante de negociaciones, alianzas y confrontaciones entre diversas agrupaciones del gremio, principalmente de adscripción peronista, que constituye un rasgo distintivo desde su normalización democrática.

En este contexto de participación gremial hemos analizado experiencias organizadas de resistencia a algunos avances patronales sobre las condiciones de trabajo, más precisamente, el rechazo de grupos de trabajadores a la extensión de la jornada laboral. Se trató de una lucha económica contra el abaratamiento del precio de la fuerza de trabajo, se caracterizó por su carácter parcial, y se sustentó en el accionar de los representantes gremiales en los lugares de trabajo, tanto opositores como de la conducción, quienes desarrollaron posiciones contrapuestas a la dirección sindical.

Asimismo, hemos identificado que, en el contexto de transformaciones, los trabajadores de la carne fueron aceptando otras formas que adquirió la flexibilización laboral, particularmente aquellas que implicaban una compensación en la retribución, *cambiar derechos por salario*, como la extensión de horas extraordinarias o el pago de premios de producción. En este sentido, se advierte la existencia de conflictos laborales desarrollados en reclamo por aumentos de los pagos por fuera del salario básico, elemento fundamental que nos permitió ponderar la existencia de cierto consenso alrededor de aquellas estrategias

empresarias que los trabajadores perciben que pueden “elegir”. Al profundizar el análisis, esta forma de construcción de consenso fue complejizada ya que, para sectores importantes de trabajadores, adaptarse a los dispositivos empresariales se erigió en condición de posibilidad de preservar el puesto de trabajo. En un contexto de crisis socioeconómica general, que tuvo un impacto sobresaliente en la industria frigorífica, aceptar las ‘nuevas’ formas de explotación del trabajo ancla en la posibilidad del despido y en dificultades para reinsertarse en el mundo laboral.

En el año 2001, con la denominada *crisis de la aftosa* el frigorífico Swift pudo avanzar en la aplicación de sus disposiciones empresarias venciendo los focos de resistencia ofrecidos por los trabajadores en los lugares de trabajo e imponiendo, de manera generalizada, formas de explotación en intensidad y en extensión. En ese contexto se realizaron numerosas suspensiones que, en un primer momento, recayeron sobre aquellos trabajadores que habían protagonizado conflictos laborales. En este proceso, las expresiones de resistencia organizada irían adquiriendo dimensiones extra fabriles. En sus reclamos y formas de lucha, los trabajadores lograron elaborar un discurso que puso en cuestión la veracidad de la crisis empresaria; recurso que las patronales han usado históricamente para vehiculizar el uso fluctuante que realizan de su fuerza de trabajo y disciplinar las acciones obreras.

A modo de conclusión

En estas páginas hemos intentado repasar y proponer un ordenamiento de casi cincuenta años de lucha de las y los trabajadores de los frigoríficos del gran Rosario. Estas experiencias

se inscriben en complejos procesos político-económicos por los que atravesó nuestro país y otros hermanos de Latinoamérica y del mundo. Asimismo, remite al proceso de estancamiento y declive que sufrió la actividad económica, en lo que denominamos, siguiendo a Azcuy Ameghino (2007), como segunda etapa de la producción y comercialización de carnes en Argentina.

La organización en tres momentos (1955-1976; 1976-1989; 1989-2001) posibilitó exponer las principales dimensiones de la conflictividad y la dinámica organizativa buscando evidenciar continuidades y discontinuidades en los procesos de lucha y organización gremial. En este sentido, una de las cuestiones a subrayar tiene que ver con la rica historia de participación gremial que se despliega en contextos adversos. Ese es *el* hilo de continuidad más significativo desde donde es posible construir la complejidad de la trama.

Otro hilo de continuidad, de carácter estructural, tiene que ver con la forma en que se introdujeron las transformaciones en los procesos productivos en los frigoríficos durante la década del '90 donde sobrevivían sectores, áreas y puestos claves que requieren trabajo manual. Esta característica permite comprender la intensificación de las tareas de control externas (vigilancia, serenos de fábrica) y la forma que adquieren las políticas patronales de intensificación del trabajo.

La activa participación gremial que nutrió la historia reciente de los trabajadores de la carne se inscribe en la presencia y el accionar de históricas listas y agrupaciones en puja por la conducción sindical con existencia, varias de ellas, en los años previos y posteriores a la última dictadura militar. Observamos en el contexto

de reapertura democrática la proliferación negociaciones y alianzas entre sectores que con anterioridad habían protagonizado feroces disputas.

Durante la década del '90, en el contexto de reconversión industrial, avance de la precarización laboral y tesis del fin de la historia, o de la clase obrera como sujeto de la transformación social, se advierte la fuerza, a pesar de las derrotas, del movimiento de trabajadores de un sector emblemático en la región. Dinámica que ancla en el cotidiano laboral a través del accionar de numerosos trabajadores que se comprometieron, brindaron su apoyo y participaron activamente de las demandas y las formas que fue asumiendo la acción sindical.

En estos años, transformaciones más generales, como la suspensión de las negociaciones salariales básica por convenio, impusieron un cierre a formas de la conflictividad abierta, pública y masiva. En este escenario se multiplicaron las luchas en los lugares de trabajo tendientes a resistir ciertos avances patronales sobre derechos instituidos.

Bibliografía

AZCUY AMEGHINO, E. (2007) *La carne vacuna argentina. Historia, actualidad y problemas de una agroindustria tradicional*. Imago Mundi. Buenos Aires.

BASUALDO, E. (2000) *Concentración y centralización del capital en la Argentina durante la década del noventa*. Universidad Nacional de Quilmes. Pcia. De Buenos Aires.

BISANG, R. (2002) Eficiencia y redes productivas: La industria de las carnes en Argentina. Instituto de industria. Universidad Nacional de General Sarmiento. Disponible en: <http://www.littec.ungs.edu.ar/pdfespa%F1ol/DT%2005-2002%20Bisang.pdf>

CANZANELLI, L. (1993) Estudio de competitividad agropecuaria y agroindustrial. Carne vacuna y sus derivados. Secretaria de promoción económica. SAGyP Instituto Interamericano de cooperación para la agricultura. Documento de trabajo. Disponible en: http://books.google.com.ar/books?id=wsqAAAAYAAJ&printsec=frontcover&dq=canzanelli+carne+vacuna&source=bl&ots=pHWRBIRp3&sig=vVN_rFlfG14MKmS9RH4Byrt16qA&hl=es#v=onepage&q&f=false

GARATE, M. C. (2004) Producción de carne vacuna en Argentina. Análisis de la competitividad. Tesina de grado de la carrera Licenciatura en Economía. Directora: Isabel Raposo.

GATTO, F. y G. Gutman (1990) El sector industrial agroalimentario argentino. En: Gatto y Gutman –comps.- *Agroindustria en la argentina. Cambios organizativos y productivos (1970-1990)* CEPAL – CEAL. Buenos Aires. Pp.17-43.

GHEZAN, G y M. Mateos (1994) Las grandes empresas agroalimentarias frente a la integración regional. El caso de carnes, aceites y lácteos. En: Revista *Realidad Económica* N° 123. Buenos Aires. Pp. 84-108.

KATZ, J. y B. Kosacof (1989) *El proceso de industrialización en la argentina: evolución, retroceso y prospectiva*. CEPAL – CEAL. Buenos Aires.

MARX, K. (2002 [1867]) *El Capital*. T. 1/Vol.1, 2 y 3 Siglo XXI. Buenos Aires.

MENÉNDEZ E. (1981) *Poder, Estratificación y Salud. Análisis de las condiciones sociales y económicas de la enfermedad en Yucatán*. Ediciones de la Casa Chata. México.

THOMPSON, E. P. (1984) *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Crítica. Barcelona

VOGELMANN, V. (2021) “La huelga de los 100 días. Conflictividad laboral en los frigoríficos argentinos a comienzos de la década de 1960”, *Secuencia*, 110.

----- (2020) “De traiciones y rebeldías. Apuntes para un abordaje socio antropológico de las tradiciones gremiales selectivas de los trabajadores de los frigoríficos en Argentina”, en: *Tratado Latinoamericano de Antropología del Trabajo*, Palermo, H. y M. L. Capogrossi –comps.- CLACSO, CEIL-CONICET, UNC

----- (2015 a) “El trabajo cotidiano. Disciplina fabril y procesos de trabajo en la industria frigorífica”, *Estudios del trabajo*, 29/30, ASET.

----- (2015 b) “Los trabajadores industriales en épocas de ajuste y flexibilización. Conflictividad y crisis en la industria frigorífica argentina durante la década de 1990”. *A Contracorriente*, 12 -3.

----- (2014) “Reestructuración productiva y procesos de salud-enfermedad en la industria frigorífica”, en: *La salud de los trabajadores*, Rodríguez G. -dir.- FHUMYAR.

----- (2014b) “*Conflictividad laboral en épocas de ‘resistencia’. Los trabajadores de los frigoríficos rosarinos tras el Golpe de Estado de 1955*”. VIII Jornadas de Sociología. Universidad Nacional de la Plata. Disponible en internet: <http://jornadassociologia.fahce.unlp.edu.ar/viii-jornadas-2014>

----- y J. Soul (2013 a) “Interrogando al sentido común desde las relaciones de hegemonía. Aproximación antropológica a los procesos de estigmatización de trabajadores industriales”, *Dimensión Antropológica*, 57.

----- (2013 b) “Los trabajadores de la carne del Gran Rosario. Organización gremial y conflictividad laboral 1969-1976”, *Historia Regional*, 31.

“CHEGA DE COVARDIA”: A LUTA DAS/OS TRABALHADORAS/ES DA LIMPEZA E DAS PLATAFORMAS DIGITAIS

Selmo Nascimento da Silva¹
Rômulo de Souza Castro²
Valena Ribeiro Garcia Ramos³

Introdução

A partir do estudo de caso de demissões e de assédios moral e sexual contra trabalhadoras/es terceirizadas/os de escolas federais do Rio de Janeiro, e dos recentes casos de agressão de clientes contra as/os entregadoras/es de plataformas digitais, analisaremos as lutas destas/es trabalhadoras/es contra a precarização do trabalho, as perdas de direitos e as formas de violência nos espaços laborativos. Para alcançar os objetivos analíticos propostos, faremos uma breve introdução sobre as atuais mudanças nas relações de trabalho e na reestruturação da produção mundial capitalista que acompanham uma reordenação dos Estados Nacionais e apresentam interconexões com as dinâmicas das lutas sociais entre trabalho e capital. Em seguida, apontaremos como a

¹ Professor do Colégio Pedro II (Rio de Janeiro, Brasil).

² Professor do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET, Rio de Janeiro, Brasil).

³ Professora do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET, Rio de Janeiro, Brasil).

crise econômica e sanitária provocada pela pandemia da COVID-19 possibilitou não só a intensificação dos processos de superexploração da classe trabalhadora, mas também criou as condições para a eclosão de processos de luta e de resistência das/os trabalhadoras/es mais explorados, empobrecidos e precarizados. Por fim, feita tal contextualização, apresentaremos nossa análise acerca das formas de luta e resistência daquela parcela da classe trabalhadora.

O aumento da intensidade da luta de classes nos países centrais no final dos anos 60 e as lutas anticoloniais na semiperiferia e periferia do capitalismo colocaram, de certa forma, a classe dominante global na parede. Somado as crises do capital das décadas de 1970 e as outras que se sucederam promoveram o reordenamento da produção capitalista e do modelo de acumulação de capitais através da predominância de fluxos informacionais e concentração do capital financeiro em escala mundial e da flexibilização dos processos de trabalho, do mercado de trabalho, produtos e padrões de consumo. Governos como de Margareth Thatcher e Ronald Reagan tiveram como estratégia central combater e derrotar os sindicatos de trabalhadores. Por outro lado, essas crises foram marcadas por conflito em torno do controle geopolítico dos recursos naturais e das fontes energéticas essenciais à produção industrial, como áreas de produção petrolíferas no mundo, pela diminuição da taxa de lucro e pelo aumento do custo médio da força de trabalho em termos mundiais, consequências das melhorias salariais do período fordista e do acesso aos direitos sociais e sistemas de proteção do trabalhador promovidas pelo modelo de Estado de bem-estar social europeu, que impactaram na vida da classe trabalhadora.

Prosseguindo, a organização do capital naquele contexto conduziu à reordenação do Estado, que passou a adotar uma agenda neoliberal visando à retirada de direitos sociais e trabalhistas e ao desmonte dos sistemas de proteção social, bem como à imposição de ajustes fiscais, às reformas tributárias, à desregulamentação do sistema financeiro e à flexibilização das leis trabalhistas, facilitando a contratação e despesa de trabalhadores, e, conseqüentemente, a diminuição dos custos com a mão de obra. Diante disso, o trabalhador passa a vivenciar relações de trabalho mais frágeis e pouco duradouras através da terceirização ou de outras formas de contrato ocasionadas pela fragmentação da produção e dos serviços ou, mais recentemente, a experimentar a complexa inexistência de vínculos trabalhistas com as empresas startups, que impõe novo padrão de organização por meio da automação do trabalho, onde o trabalhador negocia individualmente sua remuneração, seu tempo de trabalho e assume integralmente os custos da realização do mesmo, processo este que se convencionou a denominar *uberização* (ABÍLIO; AMORIM; GROHMANN, 2021)

Do ponto de vista das consequências para o mundo do trabalho, agora há mais heterogeneidade e desigualdades nas condições de trabalho e salariais, assim como uma fragmentação maior da classe laboral que implica diretamente nos vínculos sociais e de confiança e que impacta nas possibilidades de organizações e resistências coletivas, provocando uma crise no sindicalismo, que não conseguiu, até agora, apresentar saídas organizativas efetivas para lidar com essas novas relações do mundo do trabalho, enfrentando suas formas de exploração.

Ao certo que as mudanças na produção capitalista ao longo da história acompanharam a construção de novos sujeitos através da introjeção de ideários, emoções e padrões de comportamentos socialmente adequados à racionalidade do capital. Foi assim no período do fordismo, que construiu o american way of life, e tendo sido assim nesta fase do toyotismo, onde o controle da subjetividade é ainda mais importante no interior do processo produtivo.

No caso brasileiro, as mudanças no mundo do trabalho também aconteceram com a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo e a constituição de um processo que levou a um desenvolvimento do capitalismo que favoreceu tanto o agronegócio, quanto setores do operariado, como o subgrupo de metalúrgicos do ABC. (Cf. Castro, 2016). Nesse contexto, os governos petistas criaram leis de regularização da informalidade e promoveram políticas voltadas para aumento de certo consumo, sem ter mudanças estruturais.

Com a queda da taxa de lucro no período de 2012-2015 e a intensificação dos conflitos sociais com o fim da República de 1988 provocadas pelas jornadas de junho de 2013, a burguesia quebrou com o *pacto de conciliação de classe* da era PT e articulou um golpe parlamentar na presidenta Dilma Rousseff, avançando, dentro outros projetos, no rebaixamento dos direitos trabalhistas, como foi a reforma trabalhista do Governo Temer.

Com isto, temos uma maioria da classe trabalhadora se encontra submetidas às condições mais precárias de vida e trabalho no Brasil. No entanto, no Brasil com o desenvolvimento de seu capitalismo dependente, o mundo do trabalho nunca se configurou

estável para grande parcela das trabalhadoras e trabalhadores. Principalmente, para os homens e mulheres pretas. Além disso, mesmo os setores mais estabilizados veem passando por processos de flexibilização das relações de trabalho, precarização e intensificação do trabalho e, como consequência, perdendo direitos trabalhistas.

Ademais, as formalizações mais recentes, como, por exemplo, a de empreendedor individual, estão legalizando as condições já precárias de trabalho vividas por um grande contingente de trabalhadores sem contratos formais, ou ainda, estendendo tal condição para aqueles que mais recentemente estão “trabalhando formalmente”, mas na condição de empresas.

No caso brasileiro, aquelas/es que estão trabalhado como trabalhadores na condição jurídica de Microempreendedor Individual (MEI) tem sido denominado, por parte dos autores da sociologia do trabalho, ora como proletariado marginal, ora como precariado, para utilizar a categoria elaborado por Guy Standing (2014)⁴. Por proletariado marginal, o referido autor entende todos aqueles que desempenham atividades de trabalho marginais às instituições de produção-circulação e reprodução capitalista (ou seja, os desempregados, camelôs, biscateiros, terceirizados de limpeza), seja no campo ou na cidade. Essas trabalhadoras e trabalhadores tem condições materiais de existência e reprodução

⁴ Giovanni Alves fez uma ampla discussão sobre a categoria precariado, propondo uma outra formulação em relação a proposição inicial de Guy Standing. Apesar de se aproximar do que entendemos por proletário marginal, o autor ainda defende que precariado é a “camada” da classe vinculado à trabalhadores em situação de trabalho precário com formação educacional formal alta, ou seja, trabalhadores com ensino superior e trabalho precário.

social bem precárias, em situação de pobreza, violência e injustiça. Em sua maioria homens e mulheres pretas.

No entanto, a pandemia agravou as consequências para as classes trabalhadoras de um processo mundial de reordenamento e reestruturação da produção capitalista, aumentando ainda mais o trabalho precário e informal. Embora seja também proporcionalmente menos engajados em atividades políticas e associativas, as/os trabalhadoras/as foram os mais atingidos pela pandemia da COVID-19, tanto em termos de mortes diretas, quanto de perda de trabalho e renda e, submetidos a piora nas condições de vida. Contudo, as primeiras paralisações e greves no contexto da e pós-pandemia foram promovidas por aquela fração da classe trabalhadora.

Da pandemia ao pandemônio

Em novembro de 2019, o mundo foi surpreendido com a notícia de uma epidemia no principal centro econômico na China, cidade de Wuhan. Em um mês, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou a pandemia COVID-19. No panorama internacional, até a primeira semana de abril de 2020, ou seja, três meses depois do primeiro epicentro da doença, tínhamos 1.412.103 casos espalhados em 184 países, atingindo o total de 81.103 óbitos, segundo mapa publicado pela Johns Hopkins University e Medicine. Quase quatro anos depois temos um saldo de aproximadamente de sete milhões de mortos no mundo, e no Brasil a marca de 700 mil (cf. Ramos, 2020).

Para Ramos (2020), a crise social e de saúde pública provocada pela pandemia caracteriza-se por dois fatores centrais, um deles de dimensão natural/biológica e o outro macrossociológico, como, por exemplo, as interconexões entre informalidade e pobreza e entre precariedade monetária e nas condições de moradia. Assim, as características patogênicas da pandemia associadas aos fatores sociais de vulnerabilidade presentes em países de baixo desenvolvimento humano e frágil proteção social, destacando, neste caso, as moradias urbanas precárias em locais de alta densidade populacional e de pobreza, sem saneamento e infraestrutura básica, que estão ausentes nos países europeus, se tornaram condições perfeitas para uma carnificina dos mais pobres. Fato este que sugere uma reflexão sobre as condições de vida e de trabalho no Brasil, marcada por uma extrema exploração da força de trabalho. Neste sentido, a autora antes referida prossegue apresentando alguns dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁵, que havia em 2018, sobre a relação entre trabalho e pobreza. Um ano antes da pandemia, 25,3% da população brasileira se encontrava em situação de pobreza, isto é, com rendimentos inferiores a US\$ 5,50 PPC por dia, vivendo aproximadamente com R\$ 420 mensais, critério definido de pobreza pelo Banco Mundial (BM) para o Brasil. Isso correspondia a cerca de 40% do salário-mínimo vigente em 2018. Em números absolutos, 52,5 milhões de pessoas estavam nessa situação, que correspondia aproximadamente um quarto da população brasileira. Composto esse universo, estavam os 38,5% de trabalhadores familiares auxiliares, isto é, de pessoas que contribuem e ajudam outros familiares no desempenho de suas ocupações ou pequenos

⁵ Ver o documento síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira do IBGE. In. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>

empreendimentos econômicos; 24,2% de trabalhadores domésticos; 23,4% de empregados sem carteira de trabalho assinada; 19,9% de trabalhadores por conta própria e 7,6 de empregados com carteira de trabalho assinada.

A partir desse cenário, Ramos (2020) observa uma relação entre informalidade e pobreza sendo que esta situação atinge mais as mulheres pretas, sendo o fator racial um condicionante. Quanto à correlação entre pobreza monetária e precariedades nas condições de moradia, os dados do IBGE demonstram a inadequação dos domicílios de pessoas em condição de pobreza, como à ausência de banheiro de uso exclusivo para os moradores, atingindo 8,5% dela em comparação aos 2,8% da população em geral. A segunda corresponde aos materiais não duráveis utilizados na construção das residências. O terceiro tem a ver com o adensamento domiciliar excessivo, ou seja, quando no domicílio tem mais de três moradores utilizando o mesmo cômodo como dormitório. Essa situação compreendia 14,5% dos pobres e 5,6% da população em geral. Por último, destacou os gastos com aluguel, que se igualava ou superava 30% do rendimento domiciliar. Nessa condição estavam 28,0% da população em geral e 56,2% da população pobre. O quarto diz respeito à ausência de abastecimento de água por rede, 15,1% da população em geral e 25,8% das residências dos pobres não tinham esse recurso. O esgotamento sanitário por rede coletora era o serviço mais restrito, não estando disponível, em 2018, para 35,7% da população em geral, e 56,2% para os pobres.

Por fim, Ramos (2020) observa os dados sobre rendimentos, informalidade e desemprego no Brasil, ainda tomando como referência o IBGE, que em 2018 47,1% dos trabalhadores possuíam vínculo formal de trabalho. Em contrapartida, a maioria

encontrava-se em condições desfavoráveis ocasionadas pela informalidade, sendo que 25,4% trabalhavam por conta própria, e 20,1% estavam empregados sem vínculos. Isto é, uma parcela significativa da classe trabalhadora brasileira não tinha acesso a nenhum tipo de proteção social proporcionada por conta do vínculo formal de emprego, e a um rendimento mínimo regular. Acerca do rendimento médio da classe trabalhadora, os mais baixos estavam entre os empregados domésticos (R\$ 878) e os empregados sem carteira de trabalho assinada (R\$ 1.237), os últimos receberam em torno de 58,4% do rendimento dos trabalhadores formais. Quanto à distribuição da classe trabalhadora por setor da economia, 70,6 % atuavam no comércio e serviços, enquanto 20,1% na indústria e 9,2% na agropecuária.

A partir do cenário traçado e da análise do plano de ação estatal para lidar com a pandemia, Ramos (2020) afirma que as condições expostas se constituem em fatores socioambientais particulares da realidade brasileira que se materializaram em condições perfeitas para a propagação do vírus e acometimento das populações mais empobrecidas, bem como de acentuação dos impactos da pandemia, num quadro de crise econômica e de saúde pública. Não apenas os trabalhadores informais e os mais pobres foram imediatamente atingidos, mas também aqueles que possuíam vínculo formal com setores de produção e distribuição de produtos não essenciais no período de pandemia. Isso considerando que, os setores de serviços e comércio são os que mais empregam e concentram mais de 70% da força de trabalho, representando uma participação relativa 73,3% do Produto Interno Bruto. Como consequência, ocorreu uma queda significativa do rendimento das famílias da classe trabalhadora, e uma tendência ao aumento do desemprego, da pobreza, da fome e dos despejos. Sendo que, neste

contexto, não ocorreu o mesmo de outros momentos de crise econômica, um aumento da informalidade em detrimento das perdas de postos de emprego e como fonte de renda alternativa ao desemprego. Continuando a expor a conexão do segundo fator com o primeiro, o cenário de pandemia provocou um aumento progressivo da demanda de tratamento médico e a pressão sobre o sistema público de saúde que, hoje é insuficiente para dar respostas, porque vem sofrendo consequências de uma lógica privatista e mercantilista posta em curso há décadas (durante 30 anos), e que levou ao seu sucateamento. Naquele contexto, nenhum sistema saúde do mundo encontra-se preparado para atender aos casos graves da doença, que exigem tratamento em unidade intensiva de cuidado médico, sem investimento e ampliação estatal do setor da saúde.

Dentre os vários aspectos de sucateamento do Sistema Único de Saúde (SUS), Santos (2019) ressalta que o financiamento federal para saúde permaneceu entre 1/3 e 1/2 do que foi inicialmente determinado na Constituição, ficando o gasto federal mantido por volta de 1,7% do PIB que, juntado ao dos Municípios e Estados, acaba totalizando entre 3,6 e 3,9% do PIB, muito inferior aos 7% a 8% aplicados melhores sistemas públicos de saúde no mundo. Em 2016, ocorreram dois acontecimentos de redução dos recursos da saúde. Primeiro, a aprovação da EC 95/2016 no Congresso Nacional, que reduzindo a correção anual do financiamento federal da área social, inclusive do SUS, diminuiu o crescimento real de investimentos à zero, quando substituiu o piso associado à evolução da receita pública pelo teto vinculado à inflação do ano anterior. Segundo o veto presidencial ao artigo da LDO/2016, permitindo uma queda entre R\$ 8 e 14 bilhões no orçamento do SUS de 2015 para 2016.

Além disso, somam-se ao baixo financiamento do setor da saúde pública, a insuficiência de unidades de tratamento intensivo (UTIs) nos grandes e pequenos centros urbanos, a ausência de profissionais treinados para enfrentar pandemias com o grau de gravidade apresentado, os baixos salários e as péssimas condições de trabalho a que estão submetidos os profissionais da área, destacando, a falta de equipamentos de segurança.

No caso do Brasil, o clima tropical não “nos salvou” da rápida propagação do vírus e muito menos dos efeitos deletérios da pandemia. Apesar do clima quente, tivemos contra nós os aspectos socioeconômicos elencados anteriormente por Ramos (2020) e Santos (2019). Somos uma sociedade marcada por uma extrema desigualdade social e uma profunda lógica de exploração da classe trabalhadora, que vem se intensificando a cada década com as políticas neoliberais adotadas pelos últimos governos, até mesmo os considerados de esquerda e progressista (PSDB/PMDB e PT/PMDB), (PSDB/PMDB e PT/PMDB), e foram acentuadas com a perspectiva ultraliberal do governo Bolsonaro, que resultou no aprofundamento das reformas trabalhistas e previdenciárias e nos cortes de verbas para setores sociais como saúde e educação, e por uma lógica neofascista daquele governo que se evidenciou por uma prática colonialista e um discurso de ódio marcado pelo profundo desejo de submissão e subtração do outro, desumanizando, assim uma parcela considerável da sociedade, os mais pobres e os opositores políticos.

A pandemia provocou uma paralisação parcial da economia mundial, limitando o processo de produção e circulação de mercadorias e de acumulação de capitais, o adoecimento e óbito em

massa e o estrangulamento dos sistemas de saúde em escala global. Assim sendo, os principais estadistas do mundo começaram a promover medidas parciais de geração de renda, seguridade social e financiamento público aos diferentes setores econômicos, visando evitar o colapso do sistema capitalista. Esse reordenamento das políticas de austeridade e neoliberais, através do endividamento estatal e da ampliação dos direitos sociais para os mais pobres e socorro aos ricos (setores econômicos atingidos e essenciais), teve como intuito frear os efeitos sociais e políticos que uma recessão econômica poderia provocar, como, por exemplo, o aumento do desemprego, da fome, da miséria e da violência. Ainda mais, conter possíveis manifestações de resistência das classes trabalhadoras que poderiam desencadear em saques, boicotes, piquetes, desobediência civil, manifestações e greves; ou mesmo, as revoltas prolongadas, como expressões mais organizadas de descontentamento que podem ocasionar fissuras no sistema (Cf. Ramos, 2020).

As medidas de “proteção ao emprego” que foram promovidas pelo Estado contribuíram para a flexibilização das relações de trabalho, através da redução de jornada e dos salários e da suspensão de contratos de trabalho, dando a licença aos patrões dos setores econômicos mais atingidos para realizar demissões em massa, aprofundando, assim, para uma parcela dos trabalhadores as reformas trabalhistas anteriores. Enquanto, as políticas de transferência de renda aos trabalhadores informais foram ineficazes para assegurar a sua sobrevivência e de seus familiares, deixando de recompor a renda anterior. Ao mesmo tempo, os setores da classe trabalhadora vinculados aos serviços classificados pelo Estado como essenciais, (trabalhadores de farmácias, supermercados, de tecnologias, aplicativos e software como Uber,

99, iFood e Rappi, dos serviços de saúde e do transporte urbano) foram, em tempos de crise, submetidos a jornadas mais intensas de trabalho e aos baixos salários e riscos de contágio devido à ausência de equipamentos de segurança, aumento a sua situação de exploração (Cf. Ramos, 2020).

Nesse sentido, a situação dos trabalhadores e trabalhadoras terceirizadas das escolas federais do Rio de Janeiro e dos entregadores e entregadoras de plataformas digitais se enquadram dentro de um contexto de intensificação precarização das condições de trabalho. Mas, ao mesmo tempo, tais condições tem produzido como efeito a dinamização das lutas contra a precarização do trabalho, as perdas de direitos, a exclusão da rede de proteção social estatal e a submissão às diferentes formas de assédios, que vem se constituindo através de relações de solidariedade inerentes a uma economia moral, bem como por meio de formas de ação direta. Foram estas trabalhadoras e trabalhadores que durante a pandemia tiveram que continuar a trabalhar e num contexto de crise econômica e social são os primeiros a sofrerem com perda de trabalho e redução de renda do trabalho. Ao mesmo tempo, esse contexto de pandemia acelerou o processo de implementação de trabalho mais precários via plataformas tecnológicas.

Feita uma breve exposição sobre os impactos da pandemia para a classe trabalhadora, seguiremos com a descrição do processo de demissão das trabalhadoras da limpeza do CEFET/RJ e depois com os casos de violência contra trabalhadores de plataformas digitais, como emblemáticos para pensar não só a intensificação da exploração econômica, como também as possibilidades e desafios de organização da luta.

A luta das trabalhadoras negras do CEFET-RJ e a criação do Núcleo de Assessoria Popular Esperança Garcia e Benjamin Motta (NEB)

Em maio de 2021, trinta e cinco trabalhadoras e trabalhadores, em sua maioria mulheres negras, de uma empresa de limpeza que prestava serviço para o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ) foram avisadas, 5 dias antes de o aviso prévio acabar que não seriam mais recontratadas pela nova empresa terceirizada que assumiria o serviço de limpeza da instituição.

Em um primeiro momento, as trabalhadoras e trabalhadoras tentaram acionar os laços pessoais com outros trabalhadores nos departamentos e unidades que trabalhavam para tentar reverter sua demissão. Dessa maneira, tentaram acionar os vínculos pessoais com os desiguais, chefias e professores/as concursados/as, geralmente brancos/as, dentro da hierarquia institucional para intermediar a recontração. No entanto, essas relações pessoais não foram capazes de modificar o cenário, promovendo uma ruptura de uma economia moral (THOMPSON, 1998; SCOTT, 1977) entre os desiguais e das relações de trabalho informais. A partir deste momento, as trabalhadoras resolveram se organizar para cobrar o setor responsável pela fiscalização dos contratos de terceirização e a empresa que estava saindo, com objetivo de reverter as demissões e que fosse garantida a contratação pela nova empresa, além de regularizar o recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas em atraso. No entanto, não obtiveram nenhum avanço, seja na reversão da demissão definitiva, seja na garantia de direitos que não estavam sendo cumpridos pela empresa terceirizada, como,

por exemplo, o recolhimento dos valores corretos do INSS e FGTS e a atualização dos valores de vale transporte e alimentação.

A situação demissão foi agravada pela possibilidade de a empresa terceirizada não realizar a rescisão dos contratos de trabalho, bem como deixar de efetuar os pagamentos das verbas rescisórias, como a multa de 40 por cento a que tinham direito e a regularização dos débitos relativos ao sistema previdenciário e ao fundo de garantia do trabalhador.

Diante do impasse e da total invisibilidade e do fracasso da mediação através das relações pessoais, as trabalhadoras se mobilizaram e acionaram, a partir destes contatos com professoras sindicalizadas da associação de Docentes do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (ADCEFET/RJ), a direção do sindicato e os militantes da Federação das Organizações Sindicalistas Revolucionários do Brasil (FOB), organizando uma comissão formada por elas e acompanhada por um membro da ADCEFET/FOB. Essa comissão tinha como objetivo impedir a demissão e garantir que fossem pagos todos os direitos das trabalhadoras. Com isso, essas trabalhadoras negras, invisibilizadas no ambiente de trabalho, conseguiram se reunir com o Diretor Geral do CEFET/RJ, denunciando as condições de trabalho e as situações de assédio moral que elas sofriam por parte de gestores do contrato e da encarregada da empresa, também demitida na ocasião.

A partir desta organização coletiva autogerida pelas trabalhadoras e da experiência de luta contra a demissão, foi criada uma comissão entre as trabalhadoras e com apoio e mediação dos militantes do FOB e ADCEFET-RJ que deu origem ao Núcleo de

Assessoria Jurídica Popular Esperança Garcia e Benjamin Motta (NEB). As trabalhadoras conseguiram que a empresa, que teve seus serviços descontinuados, pagasse todos os direitos das trabalhadoras, bem como revertesse a demissão de uma trabalhadora grávida. Conforme orientação jurídica recebida pelos advogados trabalhistas contratados pela ADCEFET/RJ, as trabalhadoras recorrem a brecha legal que o CEFET-RJ possuía de não repasse dos recursos quando a empresa terceirizada descumpre as obrigações previstas no contrato de prestação de serviços, garantindo, com isso o pagamento das verbas rescisórias e os encargos sociais e trabalhistas que as trabalhadoras tinham direito. A mobilização das trabalhadoras e a denúncia da situação de demissão foram centrais para pressionar a gestão do CEFET/RJ a tomar uma atitude mais efetiva.

Ficou evidente nas conversas e reuniões que tivemos durante os anos de 2022 e 2023 que as trabalhadoras ficaram muita decepcionadas e impactadas com a demissão, se sentido humilhadas e desvalorizadas, como lixos descartáveis pela instituição e pelos seus gestores. É importante ressaltar que as expressões “covardia” e “lixo” são constantemente utilizadas pelas trabalhadoras para se referir aos gestores do CEFET-RJ, como o gestor do contrato, um técnico administrativo concursado, o diretor geral e a encarregada da empresa contratada. O sentimento de humilhação, pela *“forma como tudo aconteceu, sendo avisadas dias antes do aviso prévio terminar que não seriam recontratadas foi a gota d’agua”* para interromper as expectativas das trabalhadoras de reverter a situação pelas relações pessoais e para se organizarem coletivamente.

Por outro lado, o gestor do contrato e o diretor geral ficaram numa posição confortável, na medida em que usam dos conhecimentos formais e legais para justificaram sua posição neutra pela contratação. No entanto, as trabalhadoras passaram a demonstrar uma insatisfação quanto ao modo como tudo foi feito, e mesmo do ponto de vista legal o militante da ADCEFET-RJ/FOB e os advogados do NEB advertiram que era possível sugerir a contratação para a nova empresa terceirizada.

As trabalhadoras deixaram muito claro que os métodos de gestão da força de trabalho terceirizada no CEFET-RJ estão muito mais próximas daquilo que falava de gestão despótica. As denúncias de assédio moral se avolumaram contra o gestor contrato, demonstrando inclusive uma indignação pelo método de cobrança e fiscalização do trabalho de limpeza, sendo denunciados casos de que as trabalhadoras eram chamadas a atenção por conversas com outros servidores ou trabalhadoras.

Esse fator combinado com a quebra da economia moral foi crucial para o processo de mobilização e articulação e da própria criação do NEB que foi também possível devido a atuação de uma força política sindicalista revolucionária, que é a FOB. Nesse sentido, se combinou uma estrutura informal de mobilização, como uma outra estrutura formal, baseada nos princípios de que a organização sindical teve se constituir em um instrumento de luta autônoma e solidária da e entre a classes trabalhadora.

Por fim, o NEB que foi criado para atender essas demandas trabalhistas das trabalhadoras do CEFET/RJ, continua atuando na orientação e mediação jurídica e política dando suporte ao proletariado marginal que não se encontra formalmente organizado

e, avançando nas demandas antirracistas. As reflexões a seguir sobre a luta das/os trabalhadoras/es de aplicativos são oriundas não apenas da atuação jurídica e política do NEB, mas também da observação direta das suas organizações e mobilizações.

Uberização do capitalismo flexível: precarização, racismo e resistência

Nos últimos anos as empresas de comunicação e jornalismo e, principalmente, a divulgação difusa nas redes sociais têm repercutido diversos casos de violência simbólica, agressões físicas e verbais, insultos racistas contra entregadoras e entregadores de aplicativos. Desde 2020 as denúncias dessas agressões têm se multiplicado e assumido diferentes de violência física e simbólica, passando por abordagens violências das forças de repressão do Estado e de seguranças privados, até insultos agressões comedidas por clientes.

Dois casos ocorridos em agosto de 2020, em pleno contexto da pandemia da Covid-19 e, conseqüentemente, das medidas de isolamento social, são significativos da violência sofrida pelas entregadoras e entregadores de aplicativos. O jovem negro Matheus Fernandes, 18 anos na época, foi agredido pelos policiais militares Diego Alves da Silva e Gabriel Guimarães Sá Izaú, dentro de Shopping Center do bairro Ilha do Governador, zona norte da cidade do Rio de Janeiro, onde eles trabalhavam como seguranças privados. Outro jovem negro de mesmo nome, Matheus Pires Barbosa, 19 anos, sofreu ofensas racistas proferidas por Mateus Abreu de Almeida Prado, morador de um condomínio de luxo na cidade paulista de Valinhos.

A relevância desses dois casos não reside somente na repercussão nos meios de comunicação de massa e nas redes sociais, mas sim, e principalmente, pelo contexto social, político e econômico em que estavam inseridos. A pandemia da Covid-19 e o consequente isolamento social, provocou o aumento do desemprego, da pobreza e da fome. Ao mesmo tempo em que provocou o aumento da demanda pelas entregas em domicílio. Portanto, ser um entregador ou entregadora foi uma alternativa de sobrevivência, em especial para os jovens pobres, negros e periféricos das regiões metropolitanas do Brasil, conforme indicadores da PNAD COVID 19, edição de novembro 2020: 60% de negros (pardos e pretos); 37% com idade entre 20 e 29 anos e 29 com idade entre 30 e 39 anos; 95% da categoria é do gênero masculino.

Os conflitos políticos se intensificaram com a polarização entre os militantes favoráveis e contrários ao governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), em especial quando o então presidente organizou com seus correligionários manifestações com arroubos golpistas a partir de abril de 2020. Em contraposição aos atos pró-Bolsonaro, também denominados de atos fascistas, foram organizadas manifestações pró-democracia, ou antifascistas, protagonizadas por torcidas organizadas identificadas como “de esquerda” ou antifascistas, com participação de trabalhadores entregadores de aplicativos, principalmente na cidade de São Paulo. Na cidade do Rio de Janeiro, também ocorreram atos pró-democracia/antifascistas, mas foram entremeados pelas pautas antirracistas que se multiplicaram em escala global depois do assassinato do afro-americano George Floyd.

No dia 1º de julho de 2020 foi deflagrada a paralisação nacional dos entregadores e entregadoras que trabalham com aplicativos, o “*breque dos apps*”, que foi um movimento internacional. A pauta de reivindicações que mobilizou a paralisação foi: 1) aumento das tarifas pagas; 2) fim dos bloqueios; 3) auxílios para acidentes e contaminações pelo novo coronavírus. Foram registradas paralisações, atos, passeatas e piquetes em pelo menos 9 estados, Ceará, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte, e no Distrito Federal.

As reivindicações por melhores condições de trabalho e renda estão no centro da luta paredista. Com destaque, para o tema aqui abordado, para as exigências do *fim dos bloqueios* e de *auxílios para acidentes e contaminações*. São expressões da luta contra a violência simbólica imposta pelo sistema de controle típico da uberização do trabalho, no caso dos bloqueios injustos (LIBERATO, 2022), e da violência e da vulnerabilidade a que estão submetidos no trabalho de entregas nos espaços urbanos (SALES, SALES, SILVA, DONATI, 2022).

Apesar de não fazer diretamente parte da pauta de reivindicações da paralisação, as menções à violência racista estavam presentes em cartazes e faixas, em especial com a palavra de ordem “vidas negras importam”. A composição racial dos participantes do movimento paredista revela o imperativo das lutas antirracistas, segundo a pesquisa coordenada por Daphnae Helena e Iuri Tonelo (2020), intitulada “Quem são os entregadores de Apps que estiveram na paralisação do 1J?”, do portal *Ideias de Esquerda*, mostrou que 66,8% se reconheciam negros (somatório de pardos e

pretos), percentual superior ao já citado total nacional de 60% de negros da categoria identificado na PNAD COVID 19.

No que diz respeito aos aspectos organizativos, entre os atos antifascistas e antirracistas de abril e maio, até o *breque* dos *apps* de julho, ocorreu uma proliferação de coletivos de “Entregadores Antifascistas”, com atuação importante nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, tendo grande repercussão nas redes sociais. De maneira difusa, a organização do *breque* também contou com o impulsionamento a partir de perfis coletivos, como o *Treta no Trampo*, e individuais, a exemplo do perfil de *Ralf MT*, que atua como uma espécie de produtor de conteúdos nas redes sociais voltados para a categoria dos entregadores. As organizações associativas e sindicais vinculadas à categoria, que existem há décadas, especialmente na forma de sindicatos ou associações de *motoboys*, tiveram relativa presença, bem como de experiências recentes. Entre as experiências nascentes destaca-se a Associação de Motoboys Autônomos e Entregadores do Distrito Federal (AMAE), hoje denominada Organização Associativa de Profissionais por Plataforma digital (OAPP), fundada no início de 2020, e a Cooperativa Despatronados, fundada no mesmo mês do *breque*.

Trata-se de um momento de efervescência política e organizativa da categoria, com múltiplas formas de mobilização e organização, entretanto, como destaca o historiador Lucas Santos Souza, é possível perceber que o “Breque dos apps” de 1 de julho de 2020 aparece mais como uma confluência de pequenos protestos e mesmo greves que vinham ocorrendo de modo descentrado em diferentes cidades do Brasil. A partir do uso de novas tecnologias, seja de vídeos do *Youtube*, posts no *Instagram* e *Facebook*, e

fundamentalmente grupos de *Whatsapp*, os entregadores se organizaram e conseguiram articular o “maior movimento paredista internacional desde a greve global dos trabalhadores e trabalhadores do setor de comidas rápidas (fast-food)” (GONSALES, 2020). (SOUZA, 2023: 213).

O uso das redes sociais com instrumentos de mobilização e organização são marcantes entre os entregadores que trabalham com aplicativos de entregas. Foi assim na convocação e deflagração do segundo *breque*, realizado no dia 25 de julho, e nas outras mobilizações e paralisações locais e regionais dos anos seguintes, destaque para a greve de outubro de 2021 nas cidades do interior paulista, Jundiaí, Paulínia, São Carlos, Baurú e São José do Rio Preto, que se estendeu por praticamente uma semana e teve adesão de outras cidades dos demais estados brasileiros, sempre divulgadas pelas redes sociais. Se a experiência organizativa dos coletivos que recorreram a insígnia de “Entregadores Antifascistas” não logrou maior aderência na base da categoria, as redes sociais assumiram o lugar de principal instrumento de mobilização e organização.

A *praxis* política do uso das redes sociais, em registrar, divulgar e compartilhar demandas e problemas, bem como de manifestar suas insatisfações e revoltas, encontra-se muito presente nos casos de agressões simbólicas e físicas que os entregadores e entregadoras que trabalham com aplicativos vêm sofrendo nos últimos anos. O material produzido em áudio e vídeo pelos entregadores e entregadoras e pelas testemunhas dos insultos e violências são rapidamente convertidos em denúncia política, solidariedade e ato de desagravo às vítimas.

Nessa etapa preliminar de pesquisa foi realizado o levantamento de cinco casos que ganharam repercussão nas redes sociais e, conseqüentemente, nos meios de comunicação das empresas da mídia jornalística convencional, a saber: os casos de 2020 já citados de Matheus Fernandes e Matheus Pires; um caso de 2022 no Distrito Federal, cuja vítima foi Daisson dos Santos Nunes, de 30 anos; e outros dois casos de ocorreram em 2023 na cidade do Rio de Janeiro: Adelline Costa Toledo, de 34 anos, e de Yuri Moraes de Araújo, de 21 anos, assim como foram feitas cinco entrevistas com entregadores que trabalham em bairros da zona norte da cidade do Rio de Janeiro no mês de maio de 2023.

As análises preliminares de cinco casos que tiveram repercussão nas redes sociais mostraram as seguintes características sobre as vítimas e as agressões sofridas: 1) todos com idade entre 18 e 39 anos; 2) quatro do gênero masculino e uma do gênero feminino; 3) a discriminação racial apareceu como o fator motivador das agressões em dois casos; 4) fatores que apareceram cada um em um caso foram: atraso na entrega, a falta de um produto e a necessidade do cliente em receber o produto na portaria; 5) em todos os casos as agressões foram filmadas e divulgadas nas redes sociais; 6) em quatro casos ocorreram agressões físicas; 7) em quatro casos foram realizados atos em solidariedade à vítima; 8) um caso foi acolhido pelo Núcleo Jurídico Popular Esperança & Benjamim, NEB.

Nas cinco entrevistas realizadas, as perguntas feitas foram: 1) idade; 2) autoidentificação racial; 3) identidade de gênero; 4) localidade da moradia; 5) se já sofreu alguma agressão e qual; 6) se conhece algum caso de algum entregador que tenha sofrido agressão e como ficou sabendo.

Os cinco entrevistados em tinham entre 18 e 33 anos, todos do gênero masculino e moradores de comunidades da zona norte da cidade do Rio de Janeiro, sendo que quatro se autoidentificam como negros e um como branco. Todos responderam já sofreram agressões, sendo que três responderam que se sentiram desrespeitados pelos clientes (em dois casos os clientes se recusaram a informar o código do pedido e num caso o cliente se recusou a receber o produto na portaria), dentre esses, um relatou que sofreu uma revista truculenta por policiais do programa “Segurança Presente”. O outro entrevistado relatou que o cliente fez uma avaliação negativa pelo aplicativo e um disse que sofreu racismo, relatando que o cliente o “olhou de cima a baixo”. Todos responderam que conhecem casos de entregadores que reclamaram de agressões e que ficam sabendo dos casos pelos grupos de *WhatsApp*.

Nessa fase preliminar análise dos casos que repercutiram nas redes sociais e das primeiras entrevistas, pode-se fazer alguns apontamentos. Primeiro, as diversas formas de violência simbólica, racista e física fazem parte do cotidiano do trabalho dos entregadores e entregadoras de aplicativos. Os casos de violência física tendem a ter maior repercussão nas redes sociais e nos demais meios de comunicação de massa. Por último, destaca-se a forma de auto-organização pelas redes sociais e grupos de *WhatsApp*, estabelecendo redes de denúncia e solidariedade.

A compreensão das agressões no cotidiano de quem trabalha com aplicativos de entregas deve considerar 1) as determinações de raça e classe na imposição do lugar dos indivíduos na estrutura de

estratificação social do Brasil e 2) as transformações das relações de exploração do trabalho nessas primeiras décadas do século XXI.

Conforme afirmam Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg, a raça, como atributo social e historicamente elaborado, continua funcionando como um dos critérios mais importantes na distribuição de pessoas na hierarquia social. Em outras palavras, a raça se relaciona fundamentalmente com um dos aspectos da reprodução das classes sociais, isto é, a distribuição dos indivíduos nas posições da estrutura de classes e dimensões distributivas da estratificação social (GONZALEZ, HASENBALG, 1982: 89-90).

Por sua vez, Deivison Fasutino e Walter Lippold, ao desenvolverem sua crítica *hacker-fanoniana* do colonialismo digital, afirmam que apesar dos avanços técnico-científico, a violência não diminuiu na sociedade; pelo contrário, o reino do terror, de genocídio, da tortura e da destruição em massa se fortaleceu, elevando o grau de sofisticação da violência e implementando-a com novas tecnologias necropolíticas de poder – poder esse que se volta tanto contra os territórios guetificados do mundo quanto sobre a humanidade como um todo. (FAUSTINO, LIPPOLD, 2023: 39-39).

Portanto, mais do que uma reprodução das desigualdades sociais e raciais, as agressões contra aqueles e aquelas que trabalham com aplicativos de entregas explicitam avanços da exploração e da violência contra as frações mais empobrecidas e precarizadas da classe trabalhadora brasileira.

Conclusão

A partir do estudo de casos de demissões e de assédios contra trabalhadoras/es terceirizadas/os de escolas federais do Rio de Janeiro, e dos recentes casos de agressão de clientes contra as/os entregadoras/es de plataformas digitais, apontamos alguns aspectos das lutas destas/es trabalhadoras/es contra a precarização do trabalho, as perdas de direitos e as formas de assédios.

Neste caso, destacamos tanto a ação direta e auto-organização presentes historicamente nas formas de luta dos/as trabalhadores/as informais que ocupam as ruas das cidades, quanto a ruptura das relações de pessoalidade e de favor entre os desiguais.

Quanto ao primeiro aspecto, podemos concluir que, apesar dos mecanismos de controle e dispositivos de poder impostos pelas novas tecnologias aos trabalhadores de aplicativos, há neste segmento uma experiência de auto-organização, ajuda-mútua e de solidariedade entre os iguais que se manifesta nas situações de acidentes, agressões físicas e repressões sofridas, que estão relacionadas as formas de resistência antigas dos trabalhadores que possuem a rua como espaço laborativo. Muitas vezes, tais formas de organização e de rede de solidariedades podem ser constituídas porque estes/as trabalhadores/as não estão submetidos/as mesmas formas de controle panóptico da fábrica presentes em espaços laborativos que garantem processos de produção de natureza mais coletiva.

Com relação ao segundo aspecto, as dissidências ou conflitos se acentuam quando as situações de opressão e exploração econômica deixam de ser mediadas ou contrabalanceadas por uma economia

moral e de afeto entre os desiguais, que pressupõe algum nível de troca e solidariedade, despertando, nestes casos, sentimentos como a indignação e a revolta por toda a “humilhação”, ora atribuídos pelos trabalhadores para externalizar a sua condição de superexploração e de violência simbólica a que estão sujeitos cotidianamente, através das múltiplas maneiras pelas quais o patrão exerce o assédio moral e sexual nos espaços de trabalho. Neste último caso, estavam as trabalhadoras do CEFET/RJ que tiveram as possibilidades de auto-organização inibidas ao logo de suas trajetórias de trabalhadoras no CEFET/RJ devidos as formas de controle político e intimidações, a ponto desta condição ser revertida apenas no limite da perda do vínculos de trabalho e quando as situações de opressão e exploração econômica não puderam mais atenuadas a partir da mediação dos desiguais, ocorrendo uma ruptura de economia moral e de afetos que rege as relações de pessoalidade e de favor. No entanto, ambos os casos são mediados por dinâmicas de um racismo a brasileira e suas dimensões estruturais, institucionais e histórico-sociais.

No entanto, as dificuldades de organização sindical destas frações estão associadas à múltiplos fatores sociais e políticos que não se limitam aos problemas da estrutura e política sindical brasileira, como o problema do sindicalismo *pelego* cujo papel centra-se na tutela e controle da classe trabalhadora procurando mitificar suas demandas e interesses em prol dos patrões seja porque o sindicalismo que nasceu por fora da estrutura sindical e como resultado da organização dos trabalhadores e das organizações e partidos de esquerda no país tenha assumido o projeto de conquista do poder do Estado (CASTRO, 2016), em detrimento da luta dos/as trabalhadoras. Tais perspectivas, seja de um sindicalismo de estado com seu viés corporativa, seja de um

novo sindicalismo por fora da estrutura que opta por uma atuação colaboracionista ou conciliatória, acabam por estarem orientadas por dispositivos de poder que dinamizam os conflitos de classes, mas que não se apresentam como respostas às relações de exploração econômica e opressão política (SILVA, 2017).

Assim sendo, destacamos como fatores que dificultam a luta destes/as trabalhadores/as, não apenas as formas de violência física e simbólica (BOURDIEU, 1989) que os ameaçam cotidianamente e as de controle social que visam retirar-lhe a autonomia dentro dos espaços laborativos, mas também as formas de controle das organizações sindicais que provocam desconfiança das/os trabalhadoras/as. Somadas a tudo isto, temos os efeitos políticos das relações de favor e de trocas pessoais entre desiguais individualizam demandas coletivas e esvaziam lutas cotidianas, mantendo a reprodução de relações de tutela entre as frações da classe trabalhadora que se encontra em posições hierárquicas na organização burguesa do trabalho e, sobretudo, entre trabalhadoras/es e patrões.

As poucas experiências políticas organizativas que os instrumentalizam para atuação e reivindicação juntos as instâncias de poder organizacional empresarial e estatal, estando distantes das suas experiências mais comuns de organizações coletivas e comunitárias, sendo exemplo disto, as formas de organização dos/as trabalhadores/as de aplicativos.

Nas experiências analisadas, destacamos também o papel central do NEB para a instrumentalizar uma parcela da classe trabalhadora que não se encontra organizada em sindicatos, e que possuem suas dinâmicas próprias de organização coletiva e política, ora

ignorados por uma parcela significativa dos sindicatos, ora invisibilizados ou criminalizado pelo Estado. A construção do NEB foi possível a partir da solidariedade e em parceria com sindicatos de trabalhadores da educação, que por estarem orientados por uma lógica da solidariedade de classe e por uma crítica ao sindicalismo de Estado e corporativista, defendem que a organização sindical englobe os diferentes segmentos de classe trabalhadora de um mesmo ramo econômico.

Referências bibliográficas

ABÍLIO Leticia. Sem maquiagem: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos. São Paulo: Boitempo, 2014

_____. Uberização do trabalho: A subsunção real da viração, Site Passapalavra/ Blog da Boitempo, 2017.

_____. Uberização e viração: mulheres periféricas no centro da acumulação capitalista. Revista Margem Esquerda, São Paulo, n.31, p.54-61, 2018.

_____. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. Revista Psicoperspectivas, v.18, n.3, 2019.

_____. Uberização: a era do trabalhador just-in-time? ESTUDOS AVANÇADOS 34 (98), 2020

ABÍLIO, Leticia; AMORIM, Henrique; GROHMANN, Rafael. Uberização e plataformação do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. Sociologias, Porto Alegre, ano 23, n. 57, mai-ago 2021

ALVES, Giovanni. O que é o precariado? Site Blog da Boitempo, 2013

_____. Precariado e “proletaróides” – Uma nota metodológica. Site Blog da Boitempo, 2014

AMOBITEC, CEBRAP. *Mobilidade urbana e logística de entregas: um panorama sobre o trabalho de motoristas e entregadores com aplicativos*. São Paulo, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento Cebrap, 2023.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989

BURAWOY, M. From Polanyi to Pollyanna: The False Optimism of Global Labor Studies. *Global Labour Journal*, v. 1, n. 2, 31 mai. 2010.

_____. *Manufacturing Consent: Changes in the Labor Process Under Monopoly Capitalism*. Chicago: University of Chicago Press, 1979

CASTRO, Rômulo. *Estado, sindicalismo e questão agrária: o papel da CUT no desenvolvimento capitalista 2003-2012*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ (Tese de Doutorado), 2016.

CASTRO, Romulo; SILVA, Selmo. Coletivismo e Anarquismo na Suíça nos Tempos da AIT. In: Corriconde, Leon (org) *Nós por Nós: Resistir e construir um mundo Novo*. Editora O Lampião: Brasília-DF, 2020.

FAUSTINO, Deivison e LIPPOLD, Walter. *Colonialismo digital: uma crítica hacker-fanoniana*. São Paulo, Boitempo, 2023.

GONZALEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1982.

LIBERATO, Leo V. M. Situações de violência física produzidas pelos bloqueios injustos no trabalho de entrega de comida por aplicativos. *Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 785-799, out.-dez. 2022.

RAMOS, Valena Ribeiro Garcia. *Pandemia do Coronavírus (COVID-19) e a Classe Trabalhadora Brasileira em Xequê Mate*. *Revista Estudos Libertários, UFRJ*, Rio de Janeiro. V 2, nº 4, 2020.

RAMOS, Valena; CASTRO, Rômulo. *As ilusões do estado: do sindicalismo de estado ao propositivo e cogestor como fator desmobilizador das classes trabalhadoras*. *Revistas Estudos Libertários, UFRJ*, Rio de Janeiro. V 5, nº 13, junho 2023.

SALES, Ana P.; SALES, Francisco; SILVA, Elaine A. da; DONATI, Luisa. *Violência urbana e vulnerabilidade social como parte do trabalho de*

entregadores por aplicativos. *Política & Trabalho - Revista de Ciências Sociais*, nº 57, p. 172-186, Jun./dez. 2022.

SANTOS, Nelson Rodrigues dos. SUS 30 anos: o início, a caminhada e o rumo. *Revista ciência e saúde coletiva*. No 23 (6) Jun 2018. In. <https://www.scielo.org/article/csc/2018.v23n6/1729-1736/>. Acesso em 05 de abr. de 2020.

SILVA, Selmo Nascimento. Greves e lutas insurgentes: a história da AIT e as origens do sindicalismo revolucionário. Niterói, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2017 (Tese de Doutorado)

SCOTT, James. *The Moral Economy of the Peasant: Rebellion and Subsistence in Southeast Asia*, Yale, 1977

SOUZA, Lucas Santos. O “breque dos apps”: resistência dos entregadores de aplicativos à precarização plataformizada. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 23, n. 45, p. 201-216, jan./jun. 2023.

THOMPSON, E.P. *Costumes em Comun. Ensaio Sobre a Cultura Popular*. São Paulo: Companhia Das Letras, 1998.

ENSINO PROFISSIONAL E EDUCAÇÃO PARA SURDOS: DO PASSADO E DE DURAÇÃO

Aline Lima da Silveira Lage¹
Rosiane Flauzino Jardim da Silva²
Altair Fátima Bezerra de Santana³

Apresentamos uma das ações realizadas pelo Grupo de Pesquisa Formação de Professores (de) Surdos (GPFPS), sediado no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). O GPFPS é uma iniciativa que congrega, a partir do INES, pesquisadores associados, graduandos e pós-graduandos com experiência na educação de surdos e/ou na formação de seus professores (FAETEC-RJ, IF Baiano, IFES, INES, ISERJ, PUC-Rio, SEE-PE, SME-SP, SME-RJ, UERJ, UFBA, UFF, UFRJ, UFT e UNIFAL). O objetivo principal do GPFPS é pesquisar a formação e a atuação de professores (de) surdos na educação brasileira. A opção por grafar a preposição “de” indica que tanto a formação e a atuação de professores de surdos quanto a formação e a atuação de professores surdos são objetos de interesse, em alguns momentos como objetos próprios e em outros como objetos inseparáveis. A estratégia afirma o previsto no Decreto n.º 5.626/2005, a prioridade desta formação docente dirigida às pessoas surdas.

¹ Professora e pesquisadora no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES, Rio de Janeiro, Brasil).

² No período da pesquisa, foi bolsista de iniciação científica do INES.

³ No período da pesquisa, foi bolsista de iniciação científica do INES.

Em 2019, iniciamos uma pesquisa para levantar dados sobre a atuação dos professores surdos do ensino profissional oferecido pelo INES. Os objetivos específicos foram: identificar documentos relacionados com o ensino profissional oferecido pelo Instituto; localizar bancos de dados que possam concentrar dados referentes ao ensino profissional do Instituto; buscar documentos que registrem a atuação dos professores surdos do ensino profissional do Instituto; identificar, organizar e mapear instituições de ensino profissional nas quais surdos tenham atuado como professores; revisar sistematicamente a literatura sobre a atuação de surdos como professores no ensino profissional. Para tal, em períodos diferentes, contamos com a atuação de duas bolsistas de iniciação científica. Localizamos documentos nos acervos do INES, do Centro de Bibliotecas de Pesquisa (CRL), da Biblioteca Nacional Digital e efetuamos a pesquisa bibliográfica para notar a presença do INES nos estudos sobre Ensino Profissional no Brasil. Devido ao volume de dados encontrados, recortamos a avaliação para focar a atuação dos professores surdos do ensino profissional oferecido pelo Instituto no período de 1857 a 1889.

No IV Seminário Trabalho e Trabalhadores na América Latina e Caribe debatemos a relação entre surdez e trabalho nos primórdios do projeto educacional para as pessoas surdas brasileiras, buscando a duração, no sentido bergsoniano, dessa relação nos dias atuais, em contraste com os projetos e a avaliação dos movimentos sociais surdos do século XIX, bem como de pesquisadores voltados para a educação de pessoas surdas.

Trabalho e Educação para surdos: herança de um projeto francês

Após o estudo dos dados, dentre as diferentes constatações, entendemos que desde a fundação do Instituto, em 1857, pelo professor surdo francês Edouard Adolf Huet Merlo (1822[?]-1882), o ensino profissional integrava a proposta de formação.

Em 1763, a “primeira classe de uma escola pública e gratuita para crianças e jovens adultos surdos” (Stinckwich, 2006, p. 13) que está estabelecida na história da área, foi uma iniciativa do abade francês Charles-Michel de l’Epée (1712-1789). Antes da virada daquele século, ela originaria o Instituto de Surdos de Paris (com os diferentes nomes que recebeu). O livro que narra a história da escola parisiense (Denis, 1896) afirma que a contar pelo menos de 1791, além do “ensino intelectual dado aos surdos-mudos” (p. 16), estavam “traçando um sedutor programa de ensino profissional” (p. 16). O documento afiança que na instituição já existia “em plena atividade uma tipografia dedicada à impressão do *Journal des Savants* (...), uma fábrica de tapetes de algodão e outros tecidos fabricados até então em países estrangeiros” (p. 16). As atividades braçais eram realizadas pelos jovens franceses dos extratos populares, grupos dos quais os surdos experimentavam outra camada de marginalização; não à margem do sistema social, mas do usufruto de bens, em especial os culturais. Um grupo menor conseguia iniciação em sapataria, impressão, construção ou manufatura de outros bens.

O instituto de surdos pretendia preparar seus alunos e alunas para que, ao retornar para seus locais de origem, tivessem condições de sustentar suas necessidades básicas (Tuxi, 2009).

Como outras instituições burguesas, confessionais e filantrópicas, o ambiente favorecia e privilegiava habilidades práticas, desprezando o pensamento abstrato (Quartararo, 2002); ou seja, a concretização da capacidade própria dos humanos.

O século XIX foi palco de intensas agitações político-sociais e as pessoas surdas tanto foram impactadas diretamente por elas, como tiveram sua agenda própria de lutas. Dentre as condições que permitiram tal fato, destacamos o encontro entre surdos que se concentravam no instituto parisiense e a atuação de pessoas que não eram surdas, porém reconheceram e reivindicaram mudanças na forma como elas eram educadas. Tal encontro foi permitido, sobretudo quando a comunicação foi ampliada; quando houve troca simbólica mais qualificada, por meio do reconhecimento e divulgação da língua de sinais. Para educar seus primeiros alunos o abade l'Épée amalgamou a linguagem utilizada por eles à gramática francesa. Todavia, consta que o professor Auguste Bébien (1789-1839), anos mais tarde, mostrou-se disponível para compreender a língua de sinais. O professor, nascido em Guadalupe, que ainda é um departamento ultramarino da França, instituiu a possibilidade de alunos surdos avançarem na carreira docente como professores. Três das principais lideranças surdas tinham nele um estímulo ao posicionamento acerca da organização do instituto (Bertin, 2015). A introdução de um projeto pedagógico de caráter clínico no instituto e o rebaixamento professores surdos dos seus postos, foram o estopim para a organização de um movimento que se tornou mundial anos depois (Lage; Kelman, 2021).

Havia a necessidade de estabelecer sua posição, mas os surdos estavam impedidos de se reunirem no Instituto, ou em qualquer

lugar porque a monarquia de 1834 retirou a liberdade para reunião. Todos os movimentos reproduziram a prática grega dos banquetes, que também precisavam de autorização para acontecer. Em 15 de novembro de 1834, os três professores surdos, Alphonse Lenoir (1804-1886), Claudius Forestier (1810-1891) e Ferdinand Berthier (1803-1886) criaram o Comitê de Surdos-Mudos e o primeiro banquete aconteceu no mesmo mês, no dia 30. Estrategicamente esse e outros banquetes comemoravam o aniversário do abade de l'Épée, considerado seu pai espiritual e libertador (Banquets, 1842). O movimento se apropriou de boa parte dos elementos de mobilização que estavam disponíveis: instrumentalmente, dos jornais para ampla divulgação de suas ações e ideias (Benvenuto; Séguillon, 2016); estabeleceu alianças com intelectuais e autoridades que não eram surdos; conceitualmente, adotaram as noções de civilização a partir da Europa e de nação, afirmando que os surdos da França deveriam iluminar os demais surdos, formando eles próprios um só povo (Banquets, 1842; Benvenuto; Séguillon, 2016); politicamente, impedindo a participação das mulheres (Cantin; Cantin, 2021). Em 1838, o comitê foi transformado em Sociedade Central dos Surdos-Mudos, que deveria inspirar surdos de outras regiões a se organizarem também, o que aconteceu. Porém, a partir de 1867, aquela entidade se tornou a Sociedade Universal dos Surdos-Mudos, até 1887 (Benvenuto; Séguillon, 2016).

Ávidos para integrar o modelo civilizatório francês do século XIX, as lideranças divulgavam jornais e entre intelectuais seu pleito quanto à educação e à vida do trabalho. O Comitê realizava levantamentos sobre a situação dos surdos no país, visitavam instituições na Europa e coletavam dados sobre o que acontecia em outros países (Banquets, 1842). Avaliaram que os surdos eram

tratados como alienados, no sentido da saúde mental, sendo alijados do convívio das demais pessoas e que o Estado deveria encontrar trabalho para os mais pobres egressos das escolas, os quais já eram poucos. Em 1837, no 4º Banquete, Lesné, que foi chefe da Oficina de Encadernação do Instituto de Paris, afirmou que desejava abrir uma oficina para egressos do Instituto, mas faltavam recursos e incentivos para cumprir; essa e outras realidades motivaram a criação de uma Sociedade Central de Educação e Assistência para Surdos-Mudos, que já existia para os cegos. Além disso, em outra oportunidade, em Ata consta que Jules Imbert (1815-1885) - que se tornaria um crítico do clericalismo do movimento de Berthier (Cantin; Cantin, 2021) -, afirmou que a caridade era alegada como a real motivação para que um patrão contratasse surdos e que quando adoecidos, eles não podiam ser tratados, porque o médico não os entendia. Com isso, em 1846, foi sugerida a organização de um Comitê de Apoio para os Trabalhadores Surdos-Mudos. Ou seja, ainda que afirmando a utilidade, os surdos organizados também questionaram as funções subalternizadas às quais estavam relegados.

O projeto de formação de surdos no Brasil foi implementado pela iniciativa do professor surdo francês Edouard Huet, em 1956. Trouxe consigo a tradição na qual foi formado. A pretensão era converter os surdos que viviam socialmente isolados, especialmente os mais pobres, em cidadãos úteis à sociedade, nos papéis previstos para “ambos os sexos”, nos termos dos documentos (Brasil, 1857).

O relatório administrativo sobre o ano de 1856 retirado do CRL informa que era admitido qualquer indivíduo de ambos os sexos de 7 a 16 anos de idade. O curso de estudos deveria ser concluído em

6 anos. Apenas a partir de 1857, o então colégio particular passou a receber apoio governamental e desde então, contamos o tempo do INES desse marco. As matérias eram: Escrita e leitura; Elementos da Língua Nacional; Gramática; Noções de Religião e dos deveres sociais (Catecismo); História do Brasil; História Sagrada e Profana; Aritmética; Desenho; Escrituração Mercantil; Lições de Agricultura teórica e prática para os meninos e Trabalhos Usuais de Agulha para as meninas. O projeto educacional consistia em instruir em escrita, leitura e nas operações matemáticas e em atividades laborais para a vida futura. Destacamos as matérias que se relacionam com ensino profissional. Pessoas surdas não cabiam no modelo “homens de letras”.

No levantamento documental não encontramos evidências de que os saberes voltados para o mundo do trabalho tenham sido desenvolvidos com os alunos. Ao contrário, os registros apontam que o professor, dedicado aos alunos, e as professoras das alunas, Senhora de Vassimon e depois Catherine Brodbeck que era esposa de Huet, acumulavam funções. Em abril de 1856, escreveu à Comissão Inspetora:

Na verdade, a instituição fundada originalmente com duas bolsas doadas pela magnificência imperial em circunstâncias extremamente difíceis, em meio à miséria absoluta, com uma dívida nas proximidades de [incompreensível], inaugurada em 1º de janeiro, e obrigado a quaisquer grandes nomes que gentilmente abusaram de sua ilustração, e principalmente aos alunos, para dizer entrando e os leitos apertados o mais próximo possível, mas mesmo eu sou obrigado a dormir fora por falta de espaço, e além disso, com os exercícios que decorrem no seu salão, a utilização de giz e quadros negros cobre os

móveis com um pó que os deteriora. Temo ser atacado por danos mais tarde (Rocha, 2018, p. 29)⁴

As condições de trabalho do próprio professor eram ruins. E, embora a situação geral do Instituto tenha se consolidado após um período mais conturbado que se deu com a saída de Huet em 1861, houve problemas para implementar o ensino profissional. Para superar a falta de estrutura própria, a direção nos anos 1864 e 1865, efetuou parceria com oficinas particulares. Os alunos foram enviados para Oficinas de Sapataria, Alfaiate e Marceneiro para aprender o ofício nesses locais. Todavia, mesmo essa providência não vingou e foi encerrada. Apenas em 1868, um novo gestor, Tobias Leite, sem muito esclarecer, relatou que a parceria foi interrompida porque foi considerada “subversiva da disciplina e da moral do instituto” (Brasil, 1886, p. 06). Ele discordava do que estava proposto para os alunos. Porque boa parte deles era originário de meios não urbanos e porque as famílias abastadas não procuravam o ensino profissional para seus herdeiros. Por isso, defendia que a preparação para o trabalho no campo seria mais compatível para a maioria dos surdos, pensando também que retornariam às regiões agrárias. Com base nessa avaliação, recomendava que o Instituto deveria ser instalado próximo do Instituto Agrícola, fundado em 1860 (Nunes, 2016).

Quanto às meninas, a chegada à puberdade deveria ser um marco para que fossem retiradas da instituição mesmo que não tivessem concluído os estudos. O diretor esperava que o domínio dos Trabalhos de Agulha permitisse às mesmas serem empregadas em estabelecimentos voltados para órfãs ou familiares.

⁴ Tradução livre do original.

O relato do diretor leva a acreditar que “os trabalhos de agulha” eram um serviço valorizado. Seja para confeccionar, seja para reparar roupas, em especial as importadas, considerando que a industrialização não era realidade no Brasil. Desenho também era um saber com aplicações promissoras. Muito tempo à frente, em 1997, em depoimento, a professora aposentada Léa Carneiro afirmou que “os desenhos aqui eram primorosos. Às vezes eram a pedido de engenheiros. Eles faziam de forma perfeita” (INES, 1997).

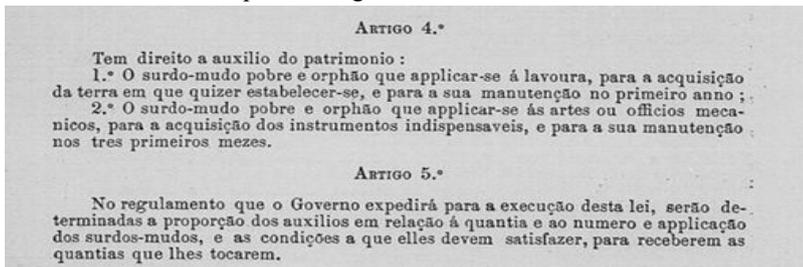
O ofício que atraiu nossa atenção, no entanto, foi a Escrituração Mercantil. Os trabalhos de Aline Reis, Selma Silva e Cleide Silva (2007), bem como o de Amado Silva (2005) esclareceram que: a primeira referência à escrituração e relatórios contábeis no Brasil é de 1808; essa atividade só poderia ser exercida por profissionais preparados em aulas de comércio e examinados na Junta Comercial, sendo as Aulas de Comércio no Brasil, proferidas por José Antônio Lisboa, primeiro professor de Contabilidade, iniciadas em 1809; os profissionais dessa área eram procurados em classificados dos jornais; em 1850, os todos os comerciantes foram obrigados a seguir a uniformização contábil. Enfim, especialmente Silva (2005) conclui que pouco sabemos sobre a contabilidade no Brasil e que há um vasto material para avaliar. De nossa parte, consideramos interessante que um ofício tão valorizado pelo Estado e necessário aos empresários de todas as atividades, fosse proposto às pessoas surdas, levando em conta a mentalidade estigmatizante da época. Foi proposto esse ensino, porém, não sabemos se chegou a ser implementado; deduzimos que não.

Em 1870, o aluno Joaquim do Maranhão recebeu formação na Oficina de Sapateiro, única descrita em relatório da época (Brasil,

1870). Novos investimentos deveriam subsidiar o incremento do ensino profissional tais como terreno apropriado para Agricultura e equipamentos para instalação das oficinas que fossem próprias para o tipo físico do alunado. Além disso, julgava-se a vocação dos alunos e procuravam a perspectiva da família para definir a formação profissional do aluno. Os resultados foram surpreendentes, a partir do que está descrito no Relatório Administrativo de 1876 (Brasil, 1877), no qual o movimento das Oficinas Profissionalizantes do INES cobria o custo, permitiram o acúmulo de recursos financeiros para os alunos egressos que tivessem atuado nelas e, em diversas ocasiões, deram retorno ao tesouro estatal. Em 1877, o diretor atribuiu o resultado positivo às capacidades dos surdos e a habilidade dos mestres.

Importante sublinhar a preocupação de Tobias Leite com o apoio aos egressos (Figura 1) expresso no “Projeto de lei fundando um patrimônio para o Instituto dos Surdos-mudos” (Brasil, 1871, p. 10).

Figura 1 - Projeto de lei fundando um patrimônio para o Instituto dos Surdos-mudos com o apoio aos egressos



Fonte: Brasil (1871, p. 10).

Percebemos acima como o diretor Tobias Leite compreendia a assistência aos alunos como continuidade do investimento da sua

educação. O surdo educado e que vivesse por meios dignos de sobrevivência seria um bom divulgador do Instituto. E, metade da importância do trabalho feito pelos alunos nas oficinas era reservada em poupança em nome deles.

Apesar de ter demorado um pouco, o projeto educacional francês foi implantado no Brasil com algum sucesso. A fase de levantamento documental foi encerrada, entretanto, precisamos avançar na leitura de fontes que esclarecem acerca dessas profissões. Infelizmente, percebemos que poucos, ou quase nenhuma pesquisa histórica relacionada ao ensino profissional ou aos ofícios, cita o INES como instituição que promoveu tal instrução (Lage; Silva, 2019).

Por outra relação entre educação e trabalho

No único livro em que citou o INES como instituição que promoveu formação profissional, Cunha (2000) retomou os estudos segundo os quais na cultura ocidental do período pré-socrático, nos séculos VI a V antes da Era Comum, o progresso técnico convivia em igualdade de importância com a especulação abstrata. A chave da mentalidade era a identidade entre os processos técnicos e os processos naturais. *Sophia* designava a especulação baseada na técnica. Nas cidades gregas, paulatinamente, a classe que dominava o progresso técnico pelo artesanato e pela manufatura assumiu o poder. O autor cita Mondolfo (1967 apud Cunha, 2000) para o qual Platão, Aristóteles e Xenofonte contribuíram para o desprezo ao trabalho manual, levando em conta também determinantes políticos e econômicos, tais como a intensificação do emprego de pessoas escravizadas, depreciação social de todos os trabalhadores - que

não deveriam ser cidadãos segundo o aristotelismo -, enrijecimento do sistema de castas, cultivo da terra baseado no latifúndio. O *labor* era ação dos homens livres que cultivavam a terra. O latifúndio, a expansão territorial e a expansão romana provocaram mudanças na ideia de labor para trabalho, derivado da palavra *tripalium* que designa um instrumento de tortura que era formado de três estacas de madeira cruzadas⁵.

Comprometido com a construção de uma sociedade que romperia com a tradição ocidental de exploração dos homens entre si, utilizando os métodos do materialismo dialético de Karl Marx (1818-1883), o bielorusso Lev Vigotski e seus camaradas elaboraram uma nova psicologia. Na nossa abordagem, sua contribuição interessa por ser um dos principais especialistas em educação e pesquisas sobre desenvolvimento de surdos do século XX, e pela concepção de educação para o trabalho.

Vigotski era um crítico do que se oferecia na educação de surdos, tanto na Europa de forma geral, bem como na Rússia e região: uma clínica pedagógica; uma formação voltada para os aspectos elementares da capacidade humana e não para as funções propriamente humanas, as mentais superiores (pensamento, linguagem, memória, entre outras).

A programação biológica e sua expressão na espécie humana (filogênese) e num ser da espécie (ontogênese), não eram entendidos como fatores determinantes para o desenvolvimento; ao contrário de certas concepções prevalentes na atualidade. Nessas perspectivas o ambiente social pode apenas restringir as

⁵ <https://diariodeumlinguista.com/2019/05/01/a-origem-da-palavra-trabalho/>

características biológicas. Na escola vigotskiana o desenvolvimento humano tem um caráter histórico-cultural no qual a cooperação social é imprescindível (Tunes, 2017). Na sua perspectiva, nós humanos somos formados como seres genéricos numa dialética entre a apropriação das atividades humanas – projetadas na cultura na qual produzimos bens materiais e não-materiais, criamos o que antes não havia – e o que cada pessoa ambiciona por meio do trabalho, nossa atividade vital. Os surdos deveriam ser devidamente instruídos para se constituírem como homens genéricos, confirmando a heterogeneidade de nossa espécie.

Em 1925, Vigotski (1997) informou em congresso de educação de surdos sobre o sistema educacional social que estavam construindo. A escola estava orientada para o modelo das comuns, tendo por base, “as ideias da escola laboral revolucionária. (...) Trabalho, sociedade e natureza são as três causas principais para o qual se orienta o trabalho educativo e instrutivo na escola” (Vigotski, 1997, p. 126). Após uma experimentação em três escolas, reconheceu como língua a linguagem que as crianças surdas usavam entre si e indicou a poliglossia como estratégia para a instrução. Citou Krúpskaya no texto “Principios de la educación social de los niños sordomudos” (1925), descrevendo a formação baseada no trabalho. A instrução profissional deveria ser estruturada sobre a educação laboral politécnica “que oferece um domínio total e completo de algum tipo de trabalho, como que se assegura a incorporação à vida e à participação laboral com ela” (p. 126-127). Uma formação que não estaria limitada à regulação da vida e as crianças poderiam entender que são parte orgânica da sociedade de adultos; uma educação promotora da organização da coletividade infantil” (Lage; Kelman; Torres, 2021). Portanto, a concepção de pessoas surdas como incapazes e a noção do trabalho

como atividade para subsistência não cabem numa perspectiva vigotskiana.

Mesmo não partilhando dos fundamentos de Vigotski, em verdade, bem longe desses patamares, lideranças surdas avançaram na busca por atenção às suas pautas. Podemos notar tal realidade nos documentos dos congressos de surdos, sejam voltados para educação, como os de temática mais geral (Encrevé, 2008).

Henri Gaillard (1866-1939), escritor, jornalista, diretor de uma gráfica engajada na causa surda-muda, foi uma liderança surda que “militava pelo programa de esquerda e consolidação do comunismo” (Souza, 2021, p. 23), no “Congresso Internacional para Estudo das Questões de Assistência e Educação de Surdos-Mudos”, em Paris, no ano de 1900, teceu críticas graves ao ensino profissional oferecido nas escolas de surdos. No início de sua intervenção explicitou que era costume, participar de outros congressos. O tema de sua tese foi “Carreiras e profissões de surdos-mudos: assistência para o trabalho”. Sem condições de expandir os argumentos do texto, atentemos às proposições recomendadas ao “Congresso dos Enlutados Surdos” (Gaillard, 1900):

1. Que a informação profissional seja abolida em todas as escolas e que os alunos sejam colocados, uma vez terminado o tempo de estudo, nas oficinas comuns fora onde a sua aprendizagem será mais prática e melhor relacionada com as aptidões individuais.

2. Que, enquanto isso, uma escola de instrução secundária deveria ser criada, tanto quanto possível, em classes nas quais

assuntos comerciais e administrativos são ensinados a sujeitos bem-dotados para a carreira de um empregado;

3. Que o Bureau of the Deaf-Mutes (escritório de emprego, recomendação, informação) seja estabelecido pelo Conselho da Cidade de Paris sobre a Bolsa de Trabalho ou pelo Ministério do Comércio no Ministério do Trabalho;

4. Que o subsídio de fundos *pari-mutuel* seja outorgado pelo Governo da República, em vista das numerosas necessidades deste cargo, no caso de ser a Federação das Sociedades Francesas de Sourds-Muets que tomaria a iniciativa de sua criação.

Congresso, além disso:

Chama a atenção simpática dos senadores, deputados e conselheiros municipais para a importância das questões de colocação dos surdos-mudos, os únicos capazes de devolvê-los à vida social (p. 12-13).

Se uma visão crítica comum aproximava Gaillard e Vigotski, até onde sabemos não houve nada além disso. No texto declarou que “surdos-mudos dotados de grandes faculdades de assimilação intelectual são obrigados a aprender trabalhos manuais onde nunca terão sucesso” (p. 11). Assegurou que “se tivessem a possibilidade para exercer uma profissão liberal proporcional às suas habilidades, eles se tornariam dignos da posição social em que seu profundo conhecimento os chama” (p.11).

Projetos atuais para a educação de surdos e o trabalho: sobre a duração

Passados muitos anos, podemos concluir que o modelo civilizatório francês, um dos berços dos ideários liberais, e suas atualizações, alcançou um grande sucesso. Apesar de terem tentado participar mais ativamente dessa empresa, as pessoas surdas divergiam do padrão homem branco europeu normal. Ou seja, não escaparam da estigmatização por carregarem quaisquer um dos traços indesejados, quer do ponto de vista da origem étnica, da sexualidade, características orgânicas, entre qualquer outro classificável.

A imputação do trabalho como ação alienada de sentido para a vida, prolonga-se aos dias atuais. Não como repetição da história, nem por fatalismo. A noção de duração de Henri Bergson (1859-1941) nos conduz nessa argumentação, por meio de Carvalho (2012). Duração é reconhecida como memória, consciência; “é o ‘élan vital’ para mudanças, internas e externas e o que possibilita o prolongamento do passado no presente; esse como momento mais contraído da memória” (Schöpke, 2009, p. 225 apud Carvalho, 2012, p. 107); compartilhamos e intuímos que somos parte de um todo indivisível que nos atravessa. O desafio é refletir acerca das visões em torno da educação de surdos e dos temas a ela relacionados, numa perspectiva que não nos confina ao presente, nem nos impeça de dialogar com o passado. No *agora* observamos o prolongamento do passado no presente.

No século XIX, quando os surdos passaram a se comunicar de maneira mais eficaz, por meio da língua que lhes possibilitou a apropriação de fato da cultura, foi promovida uma verdadeira

revolução cultural. Os especialistas reconheciam que crianças nascidas surdas, ou surdas em tenra idade, não se beneficiavam das técnicas que pretendiam as homogeneizar (Vigotski, 1997). Surdos se tornaram professores e disseminaram as línguas de sinais e organizaram movimentos sociais. As lideranças disputaram projetos educacionais, políticos e econômicos voltados para o próprio grupo (Souza, 2012). No entanto, as forças contrárias aos seus interesses, divisões internas e outros aspectos os quais ainda entenderemos, eclipsaram as realizações daquele período dito glorioso entre os próprios surdos.

Pesquisadores surdos, lideranças e pessoas que não são surdas e se consideram próximas a eles, têm enfrentado os esquecimentos, omissões e desafiado versões, sobretudo, versões oficiais sobre sua História. Pretendendo nos aliar a tais esforços quando levantamos dados da educação de surdos do passado, buscamos localizar a ligação deles com o que acontece no nosso *agora*. Temos notado a duração.

Quanto aos postos de trabalho dispostos às pessoas surdas, aqueles que alcançaram somente a educação básica - dada a deficiência dos sistemas de ensino para instruir surdos já é grande feito - em geral, são encaixados em atividades nas quais o trabalhador dificilmente elabora seu fazer. Em estudo qualitativo com 13 funcionários surdos oralizados e não oralizados, com experiência de trabalho em organizações na Região Metropolitana do Recife-PE, Reis et al. (2017)⁶ buscaram compreender como a dignidade é percebida pelos surdos inseridos nas organizações, a

⁶ Em tempo, apenas o resumo do artigo estava disponível em língua portuguesa; o texto completo está apresentado em inglês, o que dificulta o acesso a surdos que não dominem a língua ou não tenham ferramentas para tradução.

partir de suas interações com colegas, chefes e a organização concluíram que: não foram encontradas pesquisas de mesma abordagem focadas em pessoas surdas; a maioria dos surdos se sentiam socialmente isolados, sem apoio em RH, nem oportunidades nas organizações; a língua foi a principal dificuldade para a comunicação, a despeito das leis que obrigam a acessibilidade. Essa fonte confirma trabalhos anteriores e relatos de pessoas surdas.

Os surdos que aspiram à educação superior, convivem com pelo menos dois fenômenos. Um deles foi descrito por Rangel e Stumpf (2012). Pesquisadoras surdas, descreveram a formação de professores surdos e a sua importância. Destacaram que: havia resistência para contratá-los em *escolas de surdos* (sublinhamos); a maioria mantinha como metodologia a praticada por professores ouvintes; diante das exigências das escolas, alguns se sentiam incapazes; em alguns casos, notavam que os alunos surdos não confiavam nas capacidades desses professores surdos; as faculdades de pedagogia que os graduaram seguiam modelo de formação ouvinte, portanto, com caráter homogeneizador; quase não existia esse perfil docente e que eram raros os educadores surdos que se consideravam capazes de determinar os rumos da Educação de Surdos; alguns permaneciam em sala por persistência, avaliando que a formação era inadequada ou insatisfatória para efetuar sua prática; sentiam-se desconsiderados pelos outros educadores.

Outro fenômeno é a concentração da matrícula de surdos em cursos de pedagogia e de letras com ênfase em língua de sinais. Em depoimento para pesquisa sobre professores surdos, uma pedagoga surda formada pelo INES declarou:

Percebo que a extrema maioria escolhe Pedagogia, Pedagogia (Intensificou repetindo o sinal) como também Letras-Libras, Letras-Libras (Repete muitas vezes), mas formação de verdade para ensinar são poucos. Parece que se forma e guarda o diploma. Trabalho onde? Não tem. Sempre perde, eu sei. Mas, como você falou formados em Biologia, Matemática, tem um, dois. Então, por exemplo, aqui no INES, tinha apenas dois e era contrato, no quadro de funcionários, concurso não. Trabalhou dois anos. O contrato acabou? Vai embora. Um outro professor de Matemática, Professor de Português voltado para surdo, não tem. Então, precisa mudar esse sistema. Precisa mudar no Brasil todo. Pedagogia, ok, Letras-Libras precisa, mas precisa ingressar também em Matemática, Educação Física, Português, todas as outras, mas não tem (Lage; Kelman, 2019, p. 37).

Há o desafio de ingressar no ensino superior, mas as opções de curso são poucas. Não obstante, concluído o curso, experimentam a dificuldade em atuar na profissão. Novamente, ainda que exista o reconhecimento dos direitos, os dispositivos legais por si não rompem com práticas já arraigadas. O reconhecimento das potencialidades das pessoas surdas avançou, parece-nos que devemos atentar para outras limitações impostas.

Considerações Finais

Nossa pesquisa sobre o Ensino Profissional do INES para compreender a atuação de professores surdos está na fase inicial. Ante a carência de estudos similares, percebemos que há muitos temas e questões relativas ao período imperial para explorar, alguns dos quais nem tangenciamos: há mais registros sobre a educação das meninas? Quanto às dificuldades para a contratação de

professoras, teria alguma relação com a permanência no estabelecimento para atender ao sistema de internato? O Método Intuitivo era também usado no ensino profissional? Como era organizado o ensino profissional para as alunas, porque os relatórios não lançam os custos nem eventuais vendas dos produtos de costura e agulha realizado pelas alunas? Como era a Escola Agrícola? Como era o ensino em cada oficina? Como era a contratação dos mestres? Qual era o perfil desses mestres? Houve surdos? Apenas os mestres que eram donos das oficinas particulares na gestão de Magalhães Couto foram nomeados na equipe. Quem foram os mestres das Oficinas do Ensino Profissional do INES não foram citados nas equipes descritas nos relatórios? Será que em fontes como a Plataforma Sucupira ou o banco de Teses da CAPES encontraremos outras pesquisas que mencionaram o Ensino Profissional do INES?

No que tange as visões sobre surdez e trabalho para as pessoas surdas brasileiras, observamos o prolongamento do passado no presente. Não se trata de repetição. Tão pouco e infelizmente, não notamos a memória vívida dos modos de organização, dos embates de força ou dos resultados obtidos. Ao contrário, quanto mais lidamos com o tempo como extensão, menor pode ser nossa capacidade de notar e compartilhar o todo indivisível que nos atravessa. Dialogar com o passado é estratégico para promover mudanças. Enfraquecer a memória coletiva facilita a desmobilização, arrisca os movimentos à individualização de suas pautas.

A herança do modelo educacional de surdos francês é um traço do colonialismo europeu. Os próprios surdos se empenharam para colaborar com tal projeto “civilizatório” ao seu modo. O resultado

foi bem interessante. A educação de surdos por eles promovida e difundida impulsionou a existência de várias pessoas que apenas pelo fato de ter a surdez como uma de suas características, seriam impedidas de integrar plenamente o gênero humano. Assim na França como no Brasil, crianças e adolescentes surdos puderam ser instruídos e se desenvolver graças à proximidade com mestres surdos nas oficinas profissionais nos anos 1950; período que ainda não pesquisamos a fundo.

Referências bibliográficas

BANQUETS des sourds-muets, réunis pour fêter les anniversaires de la naissance de l'abbé de l'Épée, relation publiée par la Société Centrale des Sourds-Muets de Paris. 1842.

BENVENUTO, A.; SÉGUILLON, D. Primeiros banquetes dos surdos-mudos no surgimento do esporte silencioso 1834-1924: por uma história política das mobilizações coletivas dos surdos. Revista Moara, 45, jan. - jun., 2016, p. 60-78.

BERTIN, F. Auguste Bébien et les Sourds: Le chemin de l'émancipation. 2015. 316 f. Thèse (Doctorat en Histoire). Centre de Recherches Interdisciplinaires en Histoire, Art et Musicologie, Université de Poitiers, 2015.

BRASIL. Ministério do Império: Relatório da Repartição dos Negócios do Império (RJ) - 1832 a 1888. Relatório do Ano de 1886 apresentado à Assembleia Legislativa na 2ª Sessão da 20ª Legislatura. Biblioteca Nacional Digital. 1884. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720968&Pesq=%22HUET%22&pagfis=4226> Aceso em: 08, nov., 2019.

BRASIL. Ministério do Império: Relatório da Repartição dos Negócios do Império (RJ) - 1832 a 1888. Relatório do Ano de 1876 apresentado à Assembleia Legislativa na 2ª Sessão da 16ª Legislatura. Biblioteca Nacional Digital. 1877.

BRASIL. Ministério do Império: Relatório da Repartição dos Negócios do Império (RJ) - 1832 a 1888. Relatório do Ano de 1870 apresentado à Assembleia Legislativa na 3ª Sessão da 14ª Legislatura. Biblioteca Nacional Digital. 1871.

BRASIL. Ministério do Império: Relatório da Repartição dos Negócios do Império (RJ) - 1832 a 1888. Relatório do Ano de 1856 apresentado à Assembleia Legislativa na 1ª Sessão da 10ª Legislatura. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. 1857.

CANTIN, A.; CANTIN, Y. Quem é Ferdinand Berthier? In: SOUZA, R.M. de; RODRIGUES, J.R. (Orgs.) Ferdinand Berthier (1803-1886): erudito, professor, ativista surdo e suas contribuições para nosso presente. Curitiba: CRV, 2021. p. 41- 59. (Coleção A história é a de quem conta: narrativas de autores surdos esquecidos pela história – Volume 2).

CARVALHO, R.F. Entrelaçamentos entre Bergson e Prigogine: tempo, ciência e natureza. Rev. Hist. UEG - Goiânia, v.1, n.1, p.103-118, jan./jun. 2012.

DENIS, T. Notice sur l'Institution nationale des sourds-muets de Paris depuis son origine jusqu'à nos jours (1760-1896). Paris: Typographie de l'Institution Nationale des Sourds-Muets de Paris, 1896. Disponível em: gallica.bnf.fr

CUNHA, L.A. O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

ENCREVÉ, F. Sourds et société française au XIXe siècle. Thèse (Doctorat d'histoire). École doctorale "Pratiques et théories du sens". 595 f. Université Paris. Saint-Denis, 2008.

GAILLARD, H. Carreiras e profissões de surdos-mudos: assistência para o trabalho. In: GAILLARD, H.; JEANVOINE, H. Congrès International pour l'Étude des Questions d'Assistance et d'Éducation des Sourds-Muets (Section des sourds-muets). Compte rendu des débats et relations diverses. Paris: Imprimerie D'ouvriers Sourds-muets, 1900. p. 180-194.

INES. Depoimento da Professora Lea Carneiro. Março de 1997. Acervo.

LAGE, A.L. da S.; KELMAN, C.A.; TORRES, M.C.E. Presença de Lev Vigotski nos estudos surdos brasileiros. In: FELIX, G.; LAGE, A.L. da S. (Orgs.). Capitalismo e Surdez. 1ª ed. Bremen: El Tiple, 2021, v. 1, p. 151-181. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/informes/livro-capitalismo-e-surdez>

LAGE, A.L. da S.; KELMAN, C.A. "Surdos-Mudos do mundo inteiro, uni-vos!": uma carta de Berthier sobre os banquetes em homenagem ao abade l'Épée. In: SOUZA, R.M. de; RODRIGUES, J.R. (Orgs.) Ferdinand Berthier (1803-1886):

erudito, professor, ativista surdo e suas contribuições para nosso presente. Curitiba: CRV, 2021. p. 117-143.

LAGE, A.L. da S.; SILVA, R.F.J. "O Ensino Profissional do INES na Educação Brasileira: qual visibilidade? (18min30) XVIII Congresso Internacional do INES e do XXIV Seminário Nacional do INES, COINES 2019, "Protagonismo Surdos: desafio e conquistas em minorias culturais", Rio de Janeiro, 20 a 22 de nov. de 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=3B1eFQvT9kM&list=PLUdAchqNxhefoVvJe2fg9iAmX_5LqgiMb&index=23

LAGE, A.L da S.; KELMAN, C.A. Medicalização e educação de surdos: o caso do INES por professores e alunos. *Práxis Educacional*, v. 15, n. 36, p. 19-42, dez. 2019.

NUNES, F. O Imperial Instituto Fluminense de Agricultura: ciência, Estado e proprietários rurais. *História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, Rio de Janeiro. v. 23, n. 2, abr.-jun. 2016, p. 573-575.

RANGEL, G.M.; STUMPF, M. A pedagogia da diferença para o surdo. In: LODI, A.C.B. et al. *Letramento, bilinguismo e educação de surdos*. Porto Alegre: Mediação, 2012, p. 113-124.

REIS, A.; SILVA, S.; SILVA, C. A História da Contabilidade no Brasil. *Revista UNIFACS*, p. 1-13, 2008.

REIS, R.J. de S.; MACHADO, M.M.; GATI, H.H.; FALK, J.A. Dignidade promovida ou violada: como a pessoa surda incluída a percebe? *RAM. Revista de Administração Mackenzie* [online]. 2017, v. 18, n. 03 [Accessed 10 March 2023], p. 178-202.

ROCHA, S.M. da. Instituto Nacional de Educação de Surdos: uma iconografia dos seus 160 anos. Rio de Janeiro: MEC/INES, 2018.

SILVA, A. A contabilidade brasileira no século XIX - leis, ensino e literatura. 124 f. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Financeiras) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, 2005.

SOUZA, R.M. de. Ferdinand Berthier e a organização do movimento surdo: resistência aos desafios e polarizações políticas na França no século XIX. In: SOUZA, R.M. de; RODRIGUES, J.R. (Orgs.) *Ferdinand Berthier (1803-1886): erudito, professor, ativista surdo e suas contribuições para nosso presente*. Curitiba: CRV, 2021. p. 17-40.

STINCKWICH, M.B. L'Institut National de Jeunes Sourds de Paris. Paris: 2006. Disponível em: <http://www.injs-paris.fr/page/lhistorique>

QUARTARARO, A. The Life and Times of the French Deaf Leader, Ferdinand Berthier: An Analysis of His Early Career. *Sign Language Studies*, v. 2, n.2, p. 182-196, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/sls.2002.00072002>.

TUNES, E. A Defectologia de Vigotski - uma contribuição inédita e revolucionária no campo da educação e da psicologia. In: Veresk – Cadernos Acadêmicos Internacionais Estudos sobre a perspectiva histórico-cultural de Vigotski. Brasília: UniCEUB, 2017, p. 75-84.

TUXI, P. A Atuação do Intérprete educacional no Ensino Fundamental. 2009. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

VIGOTSKI, L. Fundamentos de Defectologia. Madrid, España: Visor, 1997.

LA CONSTRUCCIÓN SOCIAL DE LA “MASCULINIDAD” Y LA “FEMINIDAD” EN EL MUNDO DEL TRABAJO COMO PROCESOS DE PRECARIZACIÓN LABORAL: UNA INDAGACIÓN A PARTIR DE DOS ESTUDIOS DE CASOS

Hernán M. Palermo¹
Verónica Casas²

“si las mujeres sometidas a un trabajo de socialización que tiende a menoscarlas, a negarlas, practican el aprendizaje de las virtudes negativas de abnegación, resignación y silencio, los hombres también son prisioneros y son víctimas subrepticias de la representación dominante” (P. Bourdieu, 2012: 67).

“No sospechaba que los temperamentos que consideramos innatos en un sexo, podrían ser, en cambio, meras variaciones del temperamento humano, a las cuales pueden aproximarse por su educación, con más o menos éxito según el individuo, los miembros de uno o de los dos sexos”. (M. Mead, 1997 [1939]:18)

¹ Doctor en Ciencias Antropológicas (UBA). Investigador del Centro de Estudios e Investigaciones Laborales (CEIL-CONICET-Argentina). Director de la Revista Latinoamericana de Antropología del Trabajo. Director de la Maestría en Estudios Latinoamericanos del Trabajo de la Facultad de Filosofía y Letras, UBA. hernanpalermo@gmail.com

² Licenciada en Ciencias Antropológicas (UBA). Becaria doctoral del Centro de Estudios e Investigaciones Laborales (CEIL-CONICET-Argentina). veronika.casas@gmail.com

Introducción

Largamente se ha escrito sobre la conformación del mundo del trabajo en el desarrollo del sistema capitalista y cómo éste -a lo largo de los siglos- se ha organizado en función de la división genérico-sexual. Podríamos decir que esta división se refiere al modo en que se asignan determinadas tareas y responsabilidades diferenciadas a varones y mujeres. Si bien esta asignación puede variar/mutar/modificarse de acuerdo a las épocas históricas –y variar de una sociedad a otra-, lo constante en todas las sociedades es que siempre encontramos nociones culturales e ideológicas referente a lo “femenino” y lo “masculino” (Wikander, 2016: 9). Los estudios de género y los feminismos nos han permitido analizar cómo se construyen socialmente aquellas responsabilidades e identidades de varones y mujeres en función de estos conceptos culturales e ideológicos. En ese sentido, desde el punto de vista de la feminización, podemos mencionar interesantes aportes sobre los procesos de feminización del trabajo (Malo, 2001), investigaciones que situaron la mirada en el trabajo doméstico (Jelin, 1978) y aquellos que destacaron la importancia de este -por ejemplo-para el desarrollo industrial (Longo, 2009). Incluso algunas investigaciones analizaron la necesidad del capitalismo actual de dinamizar trabajos feminizados atados a procesos migratorios (Sassen, 2003; Magliano, 2015). Por su parte, los estudios acerca de las masculinidades, con un diálogo aún exiguo con los aportes de las investigaciones feministas, plantean que la división sexual de las tareas denominadas como productivas y aquellas como reproductivos representan la estructura principal de las relaciones de poder ancladas en el género (Connell, 2003). En esta línea algunas investigaciones hacen foco en la relación entre las nuevas formas de organización del trabajo y el discurso de

las masculinidades (Olavarría, 2008) e incluso se habla de *masculinidades soft* ligado a los imperativos de masculinidad en contextos de trabajo mediado por las tecnologías digitales (Palermo, 2020).

Asimismo, suele analizarse recurrentemente la división genérico-sexual del trabajo como parte de las persistentes desigualdades entre los géneros. Es que, pensando desde un enfoque relacional, cuando hablamos de división sexual del trabajo hablamos de una *relación social*, que -en tanto diferenciación- establece una jerarquización en las actividades y se encuentra en el “*centro del poder que los varones ejercen sobre las mujeres*” (Kergoat, 1997: 32). Esta inserción diferenciada -tal como plantean los estudios de las masculinidades y los estudios feministas- abarca las esferas de la reproducción como de la producción. En lo que respecta al trabajo reproductivo, con el capitalismo se inaugura una nueva división sexual del trabajo que confina a las mujeres al trabajo reproductivo y al ámbito doméstico, negándole el salario como una expresión del mismo al colocarlo en una esfera de no-trabajo (Federici, 2010). En lo referente al trabajo productivo, numerosas investigaciones señalan la existencia de la segregación de las mujeres en ciertas ocupaciones y sectores de actividad, constituyendo una división horizontal y vertical en la estructura del mercado laboral (Goren 2014). Es decir, que en los niveles de actividad de los mercados laborales, las mujeres se encuentran en los empleos con peores salarios, de menor demanda y considerados de “baja calificación”, entre otras cuestiones. En definitiva, la división genérico-sexual del trabajo produce un acceso desigual al poder y a los recursos y jerarquiza las relaciones entre lo femenino y masculino (Goren, 2017: 3).

Por lo planteado hasta aquí, en el presente texto nos proponemos problematizar la división sexual del trabajo desde un ángulo poco abordado. Es decir, corremos del análisis de los procesos fragmentados de lo “femenino” o “masculino” o del análisis que pone en foco la desigualdad de uno sobre otro. Nuestro planteo, en cierta forma *rara avis*, es pensar a las prácticas y representaciones acerca de lo “femenino” y “masculino” en el trabajo como dos fenómenos que contribuyen a profundizar situaciones de precarización laboral, tanto para mujeres como para varones. Lejos de ser procesos desconectados, se constituyen y se entran—aún sin perder de vista nunca la relación jerárquica y de poder entre ambas— como procesos sociales que, con sus heterogeneidades, abonan a la consolidación de la precarización laboral.

El concepto de “precarización” resulta ser una categoría por momentos inespecífica utilizada de manera generalizada por las Ciencias Sociales del Trabajo. Este uso termina por construir una herramienta analítica que clausura —en la mayoría de las veces— el análisis, dado que “precarización” supone la idea de que el empleo en algún momento de la historia del capitalismo no estuvo deteriorado bajo la relación de explotación. Esta categoría se tensiona aún más con los itinerarios de vida y trabajo reales de sujetos reales y sobre todo a partir de las construcciones de las categorías nativas (Ferrerari, 2018). Podemos plantear legítimamente ¿cuáles son los empleos “precarizados” y cuáles no en el capitalismo? Respuesta difícil. Ahora bien, teniendo en cuenta estas precauciones epistemológicas, si podemos pensar a la precarización laboral de manera procesual e histórica como parte de las dimensiones de la violencia en los procesos de valorización (Palermo y Capogrossi, 2020). Es decir, como parte de la ofensiva constante sobre los trabajadores y trabajadoras, degradando no sólo

cuestiones vinculadas a condiciones contractuales –que pueden empeorar o no- sino también sus condiciones simbólicas, así como sus derechos sindicales y de lucha para poder enfrentarla. Es decir, nos referimos no solo a las condiciones objetivas contractuales del empleo, que suponen inestabilidad, vulnerabilidad y aleatoriedad de quien trabaja, sino también a las condiciones subjetivas que se vinculan con las vivencias de los sujetos. En la misma línea, retomando la noción de precariedad laboral como experiencia de Alicia Lindón (2003), podemos pensar a la precariedad laboral no solo por sus condiciones objetivas sino también desde la experiencia subjetiva. En ese sentido, recuperando el punto de vista de quien trabaja, la autora postula: *“las experiencias de precariedad laboral repercuten en la identidad, este proceso se torna aún más complejo cuando consideramos la condición de género. Tanto en los hombres como en las mujeres tiene implicaciones identificatorias, aunque suelen ser distintas”* (pp.337).

Para llevar adelante nuestra propuesta de análisis, reflexionamos sobre dos estudios de caso en Argentina: los trabajadores petroleros de la Patagonia³ y las trabajadoras domésticas remuneradas de la Ciudad de Buenos Aires⁴. Ambos casos paradigmáticos, que

³ Para el primer caso, hemos realizado un extenso trabajo de campo con trabajadores petroleros en la ciudad de Comodoro Rivadavia, situada en la Patagonia Argentina (Palermo, 2012 y 2017).

⁴ Para el segundo caso, el de las trabajadoras domésticas, recuperamos el trabajo de campo realizado en la tesis de licenciatura, véase: Casas, Verónica (2018) *“Vengo a ver cómo es eso de la ley”*: las trabajadoras domésticas remuneradas y la Ley 26.844. Una mirada antropológica sobre derechos, emociones y trabajo en la esfera del hogar. Tesis de licenciatura, Facultad de Filosofía y Letras (UBA); y retomado durante el año 2020 en contexto de pandemia en el marco de la beca doctoral en el Centro de Investigaciones y Estudios Laborales (CEIL) del CONICET.

constituyen ámbitos completamente masculinizados o feminizados -respectivamente-, nos permitirán mostrar cómo operan los procesos de significación genérica en la asignación de roles y representaciones. En el marco de este planteo, recuperamos un enfoque desde la antropología del trabajo (Leite Lopes, 2013; Soul, 2015; Novelo, 2018; Palermo y Capogrossi, 2020) para hacer hincapié en la importancia de los estudios de caso, abordajes que permiten develar las relaciones de poder que se manifiestan en procesos sociales y culturales, así como analizar a los sujetos reales y sus prácticas y representaciones. Asimismo, recuperamos la noción de *experiencias vividas en el trabajo* (Veloz, 2009), en tanto permite comprender que los significados del trabajo de los sujetos no ocurren en un espacio y tiempo determinado, sino que son producto de un complejo entramado de vivencias actuales y pasadas, de los ámbitos de vida en el que interactúan esos sujetos y del desarrollo subjetivo que se conforma a lo largo de la vida. Por lo tanto, destacamos la importancia de la investigación desde la experiencia de los sujetos: sus prácticas, representaciones y experiencias a lo largo de su vida.

Nuestra propuesta, parte de la idea que el estudio de la feminización y la masculinización del trabajo se convierten en procesos sociales que deben ser analizados de manera comparada, para en definitiva develar la producción y uso de la fuerza del trabajo en el capitalismo. Tal como afirma Kergoat (1997: 26), “*el capitalismo ha sabido utilizar las relaciones preexistentes entre los sexos para reafirmarse*”.

Acerca de los estudios de caso: los petroleros y las trabajadoras de casas particulares

Los petroleros de la Patagonia Argentina

El proceso de trabajo de la industria del petróleo cuenta con varias especificidades propias del sector que hacen del trabajo una actividad bastante particular y sobre toda peligrosa. La categoría de “petroleros” en el sur de la Argentina, remite a una auto-adscripción que abarca a todos los trabajadores del oro negro que cumplen funciones en los yacimientos generalmente ubicados en cerros. Es decir, configura un nosotros a partir de los trabajadores que realizan tareas de perforación (drilling), terminación (workover) y reparación (pulling) en los yacimientos petroleros. Los yacimientos se encuentran generalmente en la cima de los cerros, alejados de los ejidos urbanos, a una distancia que en camioneta puede comprender un viaje de dos e incluso de tres horas. Ese nosotros “petroleros” excluye a los profesionales jerárquicos y administrativos que realizan tareas en las oficinas de las compañías.

Una cuadrilla de trabajadores de un yacimiento puede estar conformada por quince o dieciocho personas que pertenecen a diferentes empresas, con variados roles y jerarquías. Los de menor jerarquía son los operadores de boca de pozo, quienes se dividen en operador de primera, de segunda y de tercera. Estos realizan las tareas estrictamente manuales en la boca de pozo. En la jerarquía ascendente (de perforación, por ejemplo) el que le sigue es el enganchador. Este realiza una de las labores más difíciles y peligrosas ya que trabaja colgado en el piso del enganche, a una distancia de entre diez a veinte metros del nivel de piso. El

siguiente puesto, el maquinista opera el aparejo, las bombas de perforación, la rotación del trépano, etc. desde el interior de una cabina situada en los equipos de perforación, terminación y reparación. Los puestos que tienen responsabilidad de mando son el encargado de turno y el jefe de equipo y por último el *company man* quien representa a la operadora del yacimiento. Por otra parte, se trabaja a la intemperie, siendo el factor climático un elemento fundamental, dado que en invierno las condiciones extremadamente frías hacen que las herramientas se congelen y las manos se entumescan con la nieve; y en verano, las altas temperaturas castigan los cuerpos volviendo más difícil la labor. Cabe agregar que se trata de una actividad con una alta exposición al peligro: todo petrolero experimentó golpes, accidentes, cortes, amputaciones, etc. Cualquier accidente puede ser de gravedad dado que se manipulan herramientas y maquinaria de gran porte.

Por otra parte, el trabajo tiene particularidades como los turnos rotativos de 12hs, generalmente con diagramas que pueden ser de permanencia en los equipos situados en los yacimientos o ir y venir en el día. Para el primer caso, los trabajadores cumplen ciclos de 14 o 21 días consecutivos en los pozos de petróleo cumpliendo un turno de 12hs diarias. Los que van y vienen en el día realizan el turno de 12hs sin pernoctar en los yacimientos. Estos ciclos van intercalando períodos diurnos con períodos nocturnos. Por último, como característica clave, nos referimos a un espacio de trabajo exclusivamente de varones donde la *homosociabilidad*⁵ da forma a una particular significación de la experiencia obrera. Durante los días en los que están en los yacimientos se exacerbaban códigos de la

⁵ Con *homosociabilidad* nos referimos al hombre que internaliza plenamente las relaciones patriarcales y se relaciona casi exclusivamente con otros varones (Palermo, 2017).

producción de la masculinidad que en más de una ocasión la violencia entre compañeros de trabajo resulta ser parte de las prácticas cotidianas.

Las trabajadoras domésticas remuneradas de la Ciudad de Buenos Aires

Como señalamos en la introducción, las mujeres históricamente han sido confinadas al ámbito doméstico para realizar las tareas de reproducción. Tareas como las de limpieza, lavado y planchado, cocción de alimentos, cuidado de niñas/os, ancianas/os o el cuidado no terapéutico de personas enfermas -entre otras- ha sido invisibilizado y desvalorizado, tradicionalmente adjudicado a las mujeres y considerado un *no-trabajo* (Federici, 2010, 2018). Frente a la incorporación de las mujeres al mercado laboral y el aumento de la expectativa de vida –entre otros factores- muchos hogares -en especial las mujeres de esos hogares- han optado por descargar algunas de las tareas mencionadas en terceras o terceros a los cuales a cambio se les otorga una remuneración. Si mencionábamos la invisibilización y desvalorización de las tareas domésticas, para quienes realizan estas tareas de forma remunerada las condiciones de trabajo han sido por completo adversas. En ese sentido, el sector de empleo doméstico es uno de los empleos más precarios en términos comparativos, con peores salarios y más carentes de regulación y acceso a la seguridad social (Lexartza, Chaves, Carcedo, 2016: 7). En Argentina es una de las principales actividades de las mujeres asalariadas, un sector feminizado casi en

su totalidad y con altas tasas de informalidad⁶. En la Ciudad de Buenos Aires, donde realizamos el estudio de caso, unas 76.500 personas⁷ -que residen en la ciudad- se dedican al trabajo en casas particulares.

El sector de trabajo en casas particulares se caracteriza por su gran heterogeneidad: compuesto por diversas tareas -según la normativa vigente se divide en cinco categorías⁸- y modalidades. Acerca de las modalidades, podemos diferenciar quienes trabajan sin retiro- “cama adentro”- en el caso de trabajadoras que conviven en el mismo hogar que sus empleadoras/es, y quienes lo hacen con retiro, es decir, trabajadoras que viven fuera del hogar de sus empleadores/as. Es importante señalar que, si nos referimos al trabajo con retiro, encontramos diversas situaciones: quienes trabajan de manera permanente en un solo hogar, quienes trabajan fijas en varios hogares y quienes lo hacen por hora a demanda, conocido en el mundo del trabajo informal como “changa”⁹. Esta heterogeneidad de modalidades permite entrever que algunas son más beneficiosas en cuanto a la posibilidad de registración o

⁶ Si bien en el año 2013 se sancionó la Ley N° 26.844 del régimen especial, que otorga derechos laborales a todas las trabajadoras y trabajadores de casas particulares sin reparar en la cantidad de horas de trabajo, el sector sigue padeciendo una gran informalidad. En la actualidad el 76.8% de las trabajadoras no está registrada (ECETSS, 2018). Recuperado de: http://www.trabajo.gob.ar/downloads/estadisticas/ecetss/ecetss_informe.pdf

⁷ Dirección General de Estadísticas y Censos (2020). “Grupos laborales vulnerables N°1: Población trabajadora en servicio doméstico de la Ciudad de Buenos”. Informe de Resultados, 1495, CABA.

⁸ La Comisión Nacional de Trabajo en Casas Particulares establece las siguientes categorías: 1°) Supervisor/a; 2°) Personal para tareas específicas; 3°) Casero/a; 4°) Asistencia y cuidado de personas; 5°) Personal para tareas generales.

⁹ Se llama “changa” a un trabajo ocasional, generalmente en tareas menores, que permite la subsistencia mientras se busca un empleo con mejores condiciones contractuales.

estabilidad, mientras que la modalidad por horas a demanda es la más inestable y portadora de las peores condiciones, porque no determina compromiso, obligación ni derechos laborales (Casas, 2019). De acuerdo a la categoría (tarea) y modalidad existe un sueldo mínimo fijado por la Comisión Nacional de Trabajo en Casas Particulares (CNTCP) que rige en mayor medida entre quienes están registradas, y asimismo existe un salario de “mercado” –a partir del principio de oferta y demanda- que rige mayormente entre quienes están en condiciones de informalidad.

Otro aspecto a señalar sobre las características del trabajo doméstico remunerado, es la dimensión moral y afectiva que permea la relación laboral entre trabajadoras y empleadores/as. En ese sentido, la categoría de *lo doméstico* planteada por Suelly Kofes (2001) y retomada por Gorbán (2012), permite salir de la contraposición entre *lo público* y *lo privado* para dar cuenta de relaciones que no son ni estrictamente familiares ni estrictamente laborales y que se constituyen como una interacción de clases desiguales. Estos vínculos son atravesados por un discurso que muchas veces oculta la existencia de una relación laboral desfavorable. En esta relación operan múltiples variables y se construye como un lugar de reciprocidad, jerarquía, códigos de clase, de género, generacionales y étnicos (Canevaro, 2009a; Gorbán, 2012 y 2014; Cutuli y Pérez, 2011). La afectividad aparece en este tipo de trabajo como una variable que regula derechos y deberes de ambas partes (Canevaro, 2009b).

Acceder a un empleo en un hogar puede darse de diferentes formas, por el momento hemos identificado las siguientes: por “recomendación” (el “boca en boca”), entre empleadoras que contactan a la trabajadora con otros/as empleadores/as o entre las

propias trabajadoras; por intermedio de agencias de contratación que varían desde las tradicionales a las nuevas agencias (aplicaciones) que se generaron a partir de las nuevas tecnologías y la economía de plataforma; o a través de publicaciones de oferta y demanda en diversos medios (redes sociales, bolsas de empleo, solicitadas en periódicos, etc.).

Por último, si mencionamos las posibilidades de acceso a este sector de trabajo encontramos que no existen barreras etarias ni requisito de calificación formal (en el sentido de, por ejemplo, contar con la finalidad de educación obligatoria). Esto se debe a que se considera un trabajo no-calificado, que corresponde a los saberes “innatos de las mujeres” y por su baja remuneración. El servicio doméstico es un nicho en el que la inserción en cualquier etapa del curso vital resulta más fácil, en parte porque se asume que no necesita saberes específicos (Cutuli y Pérez, 2011: 23). A lo largo del trabajo de campo hemos constatado -sin embargo- que en la experiencia laboral de las trabajadoras para el desarrollo de este trabajo de manera sostenida y exitosa, es fundamental el aprendizaje del oficio, de un saber hacer y negociar/comunicarse con los empleadores/as. Este aprendizaje repercute en el acceso a mejores trabajos y remuneraciones. Las características anteriormente mencionadas hacen que el sector de trabajo doméstico remunerado sea heterogéneo, complejo y estructuralmente desigual.

Los imperativos de la masculinidad y la feminidad como procesos de precarización

Resulta estimulante para este apartado recordar el clásico debate que se dio alrededor de la noción del “sistema dual” entre

Heidi Hartman e Iris Marion Young. El debate en cuestión estaba dado en el carácter del sistema capitalista y su relación con el patriarcado. ¿Se conforman como dos sistemas diferenciados? Para Hartman, el capitalismo y el patriarcado resultan ser dos sistemas distintos con historias diferentes e intereses heterogéneos y que, en ocasiones, resulta difícil reconocer su relación. No obstante, no cae en un enfoque ingenuo, y reconoce que el capitalismo y el patriarcado debían compararse por igual y que “*el patriarcado al legitimar una jerarquía entre los hombres, refuerza el control capitalista y los valores capitalistas configuran la definición de utilidad patriarcal*” (Hartman, 2000: 22). Por su parte, Young (1992), hizo una fuerte crítica al sistema dual que planteaba Hartman -y otras feministas socialistas- dado que analizar al patriarcado y el capitalismo como dos sistemas autónomos lleva al error de diferenciar a un mismo problema. Asimismo, Young concibe la necesidad política de entender al patriarcado y el capitalismo como una unidad, para no caer en la tentación de crear dos luchas separadas contra dos sistemas –el patriarcal y el capitalismo–, sino articular una sola batalla contra “un capitalismo...esencialmente patriarcal” (Young, 1992: 5). Este debate, por demás fructífero, sentó las bases de varios de los conceptos de los feminismos que surgieron a partir del siglo XXI. Donde el enfoque interseccional (Magliano, 2015) nos interpela a comprender no solo la clase y el género, sino otros procesos como la etnicidad, la raza, edad, entre otros. Estos debates nos demandan a pensar al patriarcado y al capitalismo como parte de un mismo problema. Inspirados en esta idea, agregamos que, en los ámbitos de trabajo, los imperativos de la masculinidad y la femineidad también se constituyen como parte de un mismo problema y entenderlos de forma separada es perder de vista un mismo proceso. Imperativos que son cambiantes de acuerdo a los espacios

laborales en los que indagamos y los contextos socioculturales e históricos (entre otros). Por ejemplo, Archetti (1999) planteo que la masculinidad se negocia dependiendo los espacios en los que los hombres se encuentren y que las modalidades legítimas de ser hombres no siempre son las mismas. Este punto de partida nos permite pensar cómo se legitiman esas maneras de comportarse como varones y mujeres en los ámbitos laborales bajo estudio. El planteo nuestro es que en los espacios laborales bajo análisis se configuran imperativos de masculinidad y feminidad que se entrelazan con los requerimientos de los procesos productivos. Es decir, se traducen en exigencias para que la fuerza de trabajo adopte determinados hábitos, actitudes, instrucciones y costumbres para cumplir con el orden y las exigencias de la producción-en el sector petrolero- o de los/as empleadores –en el sector doméstico-. Como analizamos en los dos casos paradigmáticos, la producción de masculinidad y feminidad conforman dos fenómenos que contribuyen a profundizar situaciones de precarización laboral. En el caso de los petroleros, el imperativo de masculinidad expone a los trabajadores a diversas situaciones de riesgos para su vida: se los exhorta a ser “fuertes”, “resistentes”, “tenaces”, “firmes en sus decisiones” y “no claudicar en sus empeños”. En el caso de las trabajadoras de casas particulares se legitiman nociones en torno a los “saberes innatos” de las mujeres y por ende no se presume que precisan alguna formación específica ni se valora el trabajo que realizan, cuestión que produce condiciones de precariedad extrema; y aquellos imperativos de feminidad como los de “ser dadoras” de amor y “ser educadas y no contestar” que refuerzan esa desigualdad. A continuación, desarrollaremos los imperativos de los casos mencionados.

Particularmente, para el caso de los petroleros, las empresas dinamizan desde las políticas empresarias imperativos acerca de la masculinidad en relación al proceso de trabajo. De esta forma, se valoran y evalúan ciertas actitudes masculinas vinculadas al “aguante” y el “soportar” las jornadas rotativas de trabajo extenuantes. Al preguntar a un jefe de turno cómo se producen los itinerarios de ascenso se hace explícita la evaluación de la virilidad:

Hace poco ascendimos a uno de enganchador a maquinista. Lo primero que hago yo es darle una tarea y ver cómo la resuelve. Si pregunta o si lo resuelve solo. Si se la banca y pone huevo, si es guapo para afrontar los problemas... Vino el companyman y me preguntó cuál me parecía que estaba para maquinista. Yo ya lo tenía marcado. Le dije ‘este pibe’. Le dije al company: ‘Si a este pibe le decís hacé tal cosa, se queda día y noche hasta resolverlo, caiga lluvia o nieve’. Así es la gente con la que me gusta laburar. No quiero blandos en mi equipo. Les doy un trabajo y que lo resuelvan (Entrevista a jefe de turno, 2012).

Este fragmento de entrevista nos permite entender las actitudes valoradas en el universo de los petroleros que juegan un factor esencial en el momento de los ascensos. En tal sentido, en un ámbito excluyentemente de varones y masculinizado y en el que el riesgo de vida es concreto, no alcanza solo con el saber técnico-productivo-profesional, sino que se explicitan una serie de prácticas vinculadas con la noción de la masculinidad: “tener huevo”, “bancarse el laburo”, “ser guapo”, “resolver el trabajo caiga lluvia o nieve”, lo que da forma y concreción a una masculinidad acorde con los requerimientos de la organización laboral. Se buscan hombres recios, hombres “hechos y derechos” (Kazandjian, 2017). Hombres que “tengan huevos”: aquí se visualiza el máximo

símbolo de la virilidad masculina: los genitales, que en términos de metonimia representan la masculinidad.

En el caso de las trabajadoras de casas particulares, ya mencionamos que las tareas en el ámbito doméstico fueron naturalizadas y adjudicadas como un don natural de las mujeres. En esa línea, el sector doméstico se constituyó como un empleo en el que se supone que no se requiere ningún saber específico ni formación para realizarlo, sólo basta con “ser mujer”. Una trabajadora que entrevistamos, que cuida a una señora con alzheimer-y a su vez realiza tareas generales- durante 12 horas diarias de lunes a viernes, reflexionaba acerca de su amplia trayectoria laboral que cataloga como “siempre haciendo algo referente a la casa”. Frente a nuestra pregunta de cómo había aprendido a realizar este tipo de trabajo y cómo era su jornada laboral, respondió:

Fui aprendiendo, porque siempre cuando sos de clase baja siempre tenés que cuidar a una tía, un abuelo. Siempre cuidas. Aunque seas chica, tenés que hacerle esto y esto. Vos vas adquiriendo por práctica, no por estudio (...) Cuando yo llego, hago el desayuno, la levanto a ella, la higienizo, la llevo a la cocina, le doy el desayuno. Y luego después la siento, si quiere escuchar música o ver la televisión. Mientras yo voy limpiando, como una casa ¿viste? Empezás a hacer la limpieza de baños, si se hace “popo” hay que cambiarla, todo lo que requiere la medicación que toma. Si tiene que ir al médico, llevarla. Si necesita medicación de PAMI¹⁰ y hay que pedirla, la pido. Muchas navidades me tuve que quedar ahí, porque ella es solita. La hija viene [vive en Europa], pero no se queda con ella. Y bueno, optaba por quedarme con ella. Hice

¹⁰ Programa de Atención Médica Integral del Estado Nacional

muchas cosas, porque también la quiero a la señora. La madre ha sido muy buena conmigo, y bueno (la hija también). (Entrevista a trabajadora de cuidado y tareas generales, 2020).

Del fragmento de la entrevista se desprenden varias cuestiones. Por un lado, las tareas que realiza se asocian a las realizadas en el propio ámbito familiar, aquellas aprendidas a lo largo de la vida y relacionadas con obligaciones que ha tenido desde pequeña –y como ella señala, por ser “de clase baja”-. Estos saberes aprendidos son producto de la práctica, un saber hacer específico que no se adquiere a través de la enseñanza formal. No obstante, señalamos que las diversas tareas enumeradas durante la jornada laboral de la trabajadora no son quehaceres que una persona aprenda de manera “natural”. Nos referimos a saberes específicos vinculados con la limpieza, cocinar, gestionar el aseo de una señora con una severa enfermedad e incluso la realización de trámites burocráticos, entre otras cuestiones. Podemos señalar que estos saberes constituyen saberes propios de un oficio.

Por el otro, dentro del mismo fragmento, la trabajadora evoca el factor del “cariño” hacia la empleadora, señalando que “*la quiero a la señora*” como causa de que haya realizado acciones que no se limitan a sus tareas laborales. La apelación al afecto en este trabajo es un factor que regula y complejiza los derechos y obligaciones, donde la apelación moral del “amor” es característica de la feminización de este trabajo. Se identifica a la trabajadora “como sí” fuese de la familia, y que como tal, está obligada a “ser dadora” de amor, altruista y abnegada. Sentir amor, “encariñarse”, generan sentires y reflexiones ambiguas que traspasan meras relaciones laborales.

Por último, otro de los imperativos encontrados es el de la sumisión: “ser educada y no contestar”. Una exigencia implícita requerida por los empleadores y aprendida por las trabajadoras como estrategia para no perder el trabajo. Tal como señala una trabajadora que realizaba tareas de limpieza en un hogar:

Yo me retiro porque mi referencia de mi trabajo es que yo no contesté mal, y si ustedes me van a tratar mal, me van a estar gritoneando... o me van a tratar de una manera que no es sociable, yo prefiero retirarme antes de que yo por ahí conteste mal. Porque a mí me funden, porque es lo que a mí me da trabajo. Porque la mayoría de las personas lo que te contratan es tener buena educación, no van a contratar a una empleada que sea maleducada, que conteste (Entrevista a trabajadora de tareas generales, 2018).

Aquí se puede visibilizar el mecanismo de poder implícito, donde un empleador puede “gritonear” a la empleada, pero se espera que ésta sea sumisa y no responda. El contestar está relacionado con ser maleducada y un impedimento para conservar el trabajo.

Ahora bien, teniendo en cuenta los requerimientos en torno a las prácticas y representaciones de lo “masculino” y lo “femenino” en estas actividades, el interrogante que planteamos es, ¿cómo operan la masculinización y la feminización del trabajo en relación a los procesos de precarización?

En el caso de los petroleros esto se pone en evidencia en el momento de los accidentes. Los accidentes son significados por los trabajadores del oro negro en clave de masculinización. En tal sentido, es común, cuando sucede un accidente en el trabajo, que

no se informe a las empresas o a las aseguradoras de riesgos del trabajo. Ya sea por temor a las sanciones (son frecuentes las sanciones culpabilizando a los trabajadores de los accidentes) o por el mandato de hacer el trabajo como hombres, prevalece el silencio:

Golpes, raspones, cortes pasan todos los días. No vas andar parando el trabajo por cualquier cosita. No estamos en una escuela de señoritas. Si te fijás, en las manos todos tenemos marcas (Entrevista a company man, 2012).

Como no es una “escuela de señoritas”, los hombres soportan los accidentes cual marcas de guerra. Esta demostración de masculinidad tiene su contraparte en la minimización de los accidentes como “cositas”, tal como se expresa en el relato. Se fortalece así un sentido respecto del accidente como parte de una normalidad del proceso de trabajo. La virilidad, la capacidad de soportar golpes, raspones y cortes, podría tener un índice de medición cuantificable a partir de las marcas en las manos, cortes de falanges de dedos, machucones de todo tipo que ostentan los petroleros en el momento que realizamos las entrevistas. Podríamos compararlas con las medallas colgadas en el pecho: estas dan cuenta de signos de masculinidad cuantificable. Es decir, dentro de este ámbito laboral donde se exagera la masculinidad y la homosociabilidad, las marcas de los accidentes y el silencio frente a estos expresan el “aguante” de los trabajadores.

Por su parte, en el trabajo doméstico remunerado los procesos de precarización adquieren otra materialidad, cuando advertimos la desvalorización de las tareas realizadas por las trabajadoras, que – como señalamos anteriormente- se identifican con saberes innatos y de baja calificación. Esto repercute en el hecho de que la actividad no termina de ser reconocida como un trabajo con plenos derechos,

sujeta a una alta informalidad y bajos salarios. Asimismo, marca la inestabilidad y alta rotación entre hogares, a través de la lógica de cualquier “mujer” puede hacerlo, ya que el mismo no requiere de formación en educación formal ni establece una barrera etaria. A su vez, si pensamos en la dimensión moral del afecto o el “amor”, podemos entrever que la misma hace que las trabajadoras estén sujetas a obligaciones y soporten situaciones de humillación, discriminación, etc. bajo esta lógica de ser “como de” la familia. Es el caso de una trabajadora que realiza tareas de limpieza dos veces a la semana, pero que relata que era maltratada por su empleadora y, a su vez, recibía poca remuneración:

Me paga poco, pero como que ya me sentía acomodada porque... Y hace muchísimo que estoy bueno, para mí ya son tres años. Como que ya los conozco. Me encariñé con los hijos. Y con ella el trato ahora, bueno, es tranquilo. Pero por ahí tiene problemas en la casa y...

Pregunta: *¿Te trataba mal?*

Respuesta: *Todo el tiempo, desde que llego hasta que me voy. Hasta me hacía llorar* (Entrevista a trabajadora de tareas generales, 2018).

El complejo ámbito de lo doméstico establece, como se desprende de este fragmento, una obligación moral para con los empleadores. El hecho de encariñarse con los/as hijos/as de ese hogar o establecer algún vínculo de proximidad con alguien de esa familia, hace que se soporten situaciones de maltrato, te “paguen poco” o –como advertíamos más arriba- te pidan diversas tareas extra. Retomando a Canevaro, el autor señala que “*es posible percibir la operatoria tácita de lo afectivo y de género como condición para la inserción, el sostenimiento y la “resolución” de los vínculos que se establecen entre empleadoras y empleadas* (2009:19)”.

Por último, respecto a la sumisión esperada. Podemos visualizarla no sólo en el hecho de “ser educada y no contestar” para no perder el trabajo, sino que esa actitud esperada repercute en la posicionalidad de la trabajadora a la hora de negociar salarios y/o condiciones de trabajo. En ese sentido, cuando preguntamos a una trabajadora que realiza tareas de cuidado sobre cómo había acordado el monto del salario con sus empleadores, nos cuenta:

Siempre cuando yo empiezo a trabajar en un lugar, siempre digo: siempre acepté lo que me ofrecen. Porque después van a ver la calidad de trabajo que yo doy, me van a aumentar el sueldo. Yo cuando me dicen te vamos a pagar 6000 pesos, le digo “bueno, está bien”. Y me dicen: “vamos a ver cómo se llevan, si sale todo bien. Y te vamos aumentando”. Y si me fueron aumentando, me iban aumentando siempre, cada tres meses.

Pregunta: ¿Vos nunca pediste?

Respuesta: Yo nunca pedí, nunca. Me parece que también en ese aspecto... soy muy tranquila, yo nunca pido, nunca exijo (Trabajadora de cuidado, 2018).

Como hemos ilustrado, en los espacios de trabajo se configuran modalidades legítimas de ser hombres o de ser mujeres y estas se asocian con tareas y saberes laborales. La feminización y masculinización del trabajo en los casos bajo análisis se constituyen y se entranan como procesos sociales-aún desde posiciones jerárquicas desiguales- para abonar a la consolidación de la precarización laboral. Imponiendo toda una significación alrededor de los accidentes en relación a los petroleros y una significación del trabajo en torno a los saberes, la interpelación al amor y la sumisión en relación con las trabajadoras de casas particulares. Al legitimar relaciones de poder asociados a la

producción de la feminidad y masculinidad en el trabajo no solo se invisibilizan los procesos de precarización laboral, sino que se profundizan. Podríamos terminar diciendo que mientras más se exacerben los imperativos de la masculinidad y feminidad asociados a los procesos productivos el trabajador o trabajadora se convierte en una mercancía más precarizada.

A modo de reflexiones finales

El debate sobre la división genérico-sexual en el capitalismo abre innumerables discusiones. Desde las implicancias de las masculinidades y las feminidades en el trabajo; pasando por las violencias en los espacios de trabajo tanto de varones sobre mujeres como de varones sobre otros varones; hasta la performance de masculinidad que realizan distintas mujeres en ámbitos masculinizados para mantener su permanencia y acceso a los puestos de mayor jerarquía. La construcción sexo-género en las sociedades occidentales y capitalistas limita y encuadra roles esquemáticos y enfrentados, siendo una de las estructuras de poder más arraigadas en nuestras sociedades. En este marco de pensamiento, la masculinidad y la feminidad se entrelazan como categorías opuestas, binarias y sobre todo jerarquizadas. Es así que la masculinidad se confirma a partir de su exaltación y la feminidad sobre su sumisión. Nuestro planteo de ninguna manera deja de mirar la profunda desigualdad entre mujeres y varones producto del patriarcado y el lugar completamente subordinado de todo aquello que expresa significantes femeninos. Pero si queremos plantear que los imperativos acerca de la masculinidad y la feminidad no son procesos desconectados. Todo lo contrario, se entran e imbrican abonando a formas de precarización laboral que sufren las mujeres y –también– los varones. Como analizamos, para el caso de las

trabajadoras mujeres de casas particulares, se legitiman nociones acerca de la feminidad que se vinculan a supuestos “saberes innatos” como la de “ser dadoras” de amor y “ser educadas y no contestar” las cuales profundizan situaciones de desigualdad en el trabajo. Estos imperativos forman parte de diversas exigencias por parte de los empleadores que las trabajadoras aprenden como parte de un conjunto de estrategias para no perder el trabajo. En el caso de los petroleros, la idea de hombre viril, “fuerte” y “resistente” expone a los hombres a situaciones de peligro y a una transferencia del riesgo empresario en situaciones de accidentes. Los distintos accidentes en el mundo del trabajo del oro negro son minimizados a partir de la significación de la masculinidad como cuestiones menores. El cuidado del propio cuerpo queda en un segundo plano frente al criterio de productividad.

Aún nos falta hondar en reflexiones para problematizar de forma más profunda la relación entre masculinidades/feminidades y precarización. No obstante, dejamos plasmados algunos interrogantes que seguramente motivaran futuras investigaciones y escritos. ¿Qué pasa cuando estos imperativos acerca de la feminidad y masculinidad en estos espacios laborales no se cumplen? ¿Es posible que estos imperativos, que se entranan con la propia identidad de quienes trabajan, sean resignificados en pos de la resistencia contra la precarización?

Para finalizar, queremos retomar a autoras indispensables de los estudios feministas como Joan Scott (2008) y Marta Lamas (1994), para plantear que tanto los varones como las mujeres estamos sometidos/as a una cultura del género que nos enfrenta constantemente a una socialización excluyente que aprehendemos desde la más temprana infancia y luego se ejercita sin mucha

reflexión en nuestras vidas cotidianas. Esta socialización y sus lenguajes que naturalizamos deben ser cuestionados y re pensados, no solo para ejercer feminidades y masculinidades más plenas; sino para desentramar los mecanismos de explotación y dar la batalla unificada a –nuevamente citando a Young (1992)- ese “capitalismo...esencialmente patriarcal”. En esa tarea nos embarcamos.

Bibliografía

ARCHETTI, Eduardo (1999), *Masculinidades. Fútbol, tango y polo en la Argentina*. Argentina, Editorial Antropofagia.

BOURDIEU, Pierre. (2012). *La dominación masculina*. Barcelona: Anagrama.

CANEVARO, Santiago. (2009a). Empleadoras del servicio doméstico en la Ciudad de Buenos Aires: intimidad, desigualdad y afecto. *Avá. Revista de Antropología*, (15) ISSN: 1515-2413. Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=1690/169016753009>

CANEVARO, Santiago. (2009b). Empleadas domésticas y empleadoras en la configuración del trabajo doméstico en la Ciudad de Buenos Aires: entre la administración del tiempo, la organización del espacio y la gestión de las ‘maneras de hacer’. Campos. *Revista de Antropología social*, 10 (1), 63-86.

GORBÁN, Débora. (2012) Empleadas y empleadoras, tensiones de una relación atravesada por la ambigüedad. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 140, 29-48.

GORBÁN, Débora. (2014) De niñeras, cuidadoras y empleadas domésticas: una mirada sobre los procesos de selección de trabajadoras del cuidado entre familias de clases medias en la ciudad de Buenos Aires. *Serie Documentos para Discusión, Instituto de Desarrollo Económico y Social*, 14, 3-29.

CUTULI, Romina; Pérez, Inés. (2011). *Trabajo, género y desigualdad. El caso de las empleadas domésticas en Mar del Plata, 2010-2011*. Buenos Aires: Concurso Bicentenario de la Patria, Premio Juan Bialet Massé.

CASAS, Verónica (2018) “*Vengo a ver cómo es eso de la ley*”: las trabajadoras domésticas remuneradas y la Ley 26.844. *Una mirada antropológica sobre derechos, emociones y trabajo en la esfera del hogar*. Tesis de licenciatura, Facultad de Filosofía y Letras (UBA)

CASAS, V. (2019) “De las empleadas depende la vida de los patrones”. Dones y reciprocidad en el universo laboral de las trabajadoras domésticas en la Ciudad de Buenos Aires. *Revista Themoai*, 40 (segundo semestre 2019).

CONNELL, R. (2003). *Masculinidades*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, Programa Universitario de Estudios de Género.

FEDERICI, Silvia. (2010). *La bruja y el Calibán. Mujeres, cuerpo y acumulación originaria*. Buenos Aires: Tinta Limón Ediciones.

FEDERICI, Silvia. (2018). *El patriarcado del salario. Críticas feministas al marxismo*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón Ediciones.

FERRARI, Florencia (2018) “La precarización” como categoría nativa: exploraciones en torno al trabajo público municipal en Jujuy, noroeste de Argentina, en *Revista Latinoamericana de Antropología del Trabajo*, número 3, segundo semestre. CEIL-CIESAS, Argentina-México.

GOREN, Nora (2014), “Apuntes para un abordaje multidimensional de las políticas públicas. Los puntos ciegos de la agenda feminista sobre las transferencias condicionadas de ingresos”, Dossier Zona Franca, vol. 22, núm. 23, pp. 21-28.

GOREN, N. (2017) “Desigualdades sociolaborales. Una aproximación a sus marcos interpretativos desde la perspectiva feminista”. *Revista Latinoamericana de antropología del trabajo*, 2 (segundo semestre 2017).

HARTMANN, H. (2000). Un matrimonio mal avenido: hacia una unión más progresiva entre marxismo y feminismo. *Papeles de la Fundación - Fundació Rafael Campalans*, 88, 1-32.

JELIN, E. (1978). *La mujer y el mercado de trabajo urbano*. Buenos Aires: CEDES.

- KAZANDJIAN, Robert (2017), “Desempeñar la masculinidad”, en *No nacemos machos. Cinco ensayos para repensar el ser hombre en el patriarcado*, Ciudad de México, Ediciones La Social, pp. 15-23.
- KERGOAT, D. (1997). “Por una sociología de las relaciones sociales. Del análisis crítico de las categorías dominantes a una nueva conceptualización”. En: Hirata, H. y D. Kergoat (1998), *La división sexual del trabajo. Permanencia y cambio*. Asociación Trabajo y sociedad, Buenos Aires, Centros de Estudios de la mujer, CEIL/PIETTE, pp. 15-30.
- KERGOAT, D. (1997). “A propósito de las relaciones de sexo”. En: Hirata, H. y D. Kergoat (1998), *La división sexual del trabajo. Permanencia y cambio*. Asociación Trabajo y sociedad, Buenos Aires, Centros de Estudios de la mujer, CEIL/PIETTE, pp. 31-40.
- KOFES, María Suely. (2001). *Mulher; Mulheres-Identidade, diferença e desigualdadena relação entre patroas e empregadas*. Campinas – SP: Unicamp.
- LAMAS, Marta (1994), “Cuerpo: diferencia sexual y género”, en: Debate Feminista, No. 10, septiembre, México, pp. 3-31.
- LEITE LOPES, Sergio (2013) *O trabalho visto pela Antropologia social* en Revista Cencia do Trabalho. Vol 1 N° 1 DIEESE.
- LEXARTZA, L., Chaves, M. J. y Carcedo, A. (2016) *Políticas de formalización del trabajo doméstico remunerado en América Latina y el Caribe*. Lima, OIT, Oficina Regional para América Latina y el Caribe, FORLAC.
- LONGO, M. E. (2009). Género y trayectorias laborales. Un análisis del entramado permanente de exclusiones en el trabajo. *Trayectorias*, 11(28), 118-141.
- LINDÓN, Alicia. (2003). La precariedad laboral como experiencia a través de la narrativa de vida. *Gaceta Laboral*, 9(3), 333-352.
- MAGLIANO, María José. (2015). Interseccionalidad y migraciones: potencialidades y desafíos. *Revista Estudos Feministas*, Universidade Federal de Santa Catarina, 23 (3), 691-712.
- MALO, M. (2001). Feminización del trabajo. *Contrapoder*, 4 (5).

- NOVELO,V. (1980). La vida obrera, un nuevo campo para la etnografía. Cuicuilco. Revista de la Escuela Nacional de Antropología e Historia,1(1),22-25.
- OLAVARRÍA, J. (2008). Globalización, género y masculinidades: Las corporaciones transnacionales y la producción de productores. *Nueva Sociedad*, 218, 72-86.
- PALERMO, Hernán M. (2012). *Cadenas de oro negro en el esplendor y ocaso de YPF*, Buenos Aires, Antropofagia.
- PALERMO, Hernán M. (2017). *La producción de la masculinidad en el trabajo petrolero*. Buenos Aires: Editorial Biblos.
- PALERMO, Hernán M. y Capogrossi, Lorena (Directores) (2020) Tratado Latinoamericano de Antropología del Trabajo. CLACSO/CEIL-CONICET/CIECS-CONICET-UNC. Argentina.
- PALERMO, Hernán M. (2020) “Trabajar en *beta* continua. Meritocracia y masculinidades *soft* en la industria del software en Argentina”. En: *Palermo, Hernán M. y Capogrossi Lorena (Directores) (2020) Tratado Latinoamericano de Antropología del Trabajo*. CLACSO/CEIL-CONICET/CIECS-CONICET-UNC. Argentina. pp. 1423-1453
- SASSEN, S. (2003). *Contrageografías de la globalización. Género y ciudadanía en los circuitos transfronterizos*. Madrid: Traficantes de Sueños.
- SCOTT, Joan W. (2008), “El género: Una categoría útil para el análisis histórico”, en Lamas, Marta (Comp.), *El género: la construcción cultural de la diferencia sexual*. México, PUEG, pp. 265-302. [(1986) “Gender: A Useful Category of Historical Analysis”, en *American Historical Review*, No. 91, pp. 1053-1075].
- SOUL, J. (2015).La Antropología del Trabajo contemporánea. Una revisión histórica de la constitución de su campo disciplinar. *Revista de la Escuela de Antropología*, XX, 67-84.
- VELOZ, Areli. (2010). Mujeres purépechas en las maquiladoras de Tijuana: Entre la flexibilidad y significación del trabajo. *Frontera norte*, 22(44), 211-236.
- WIKANDER, U. (2016). *De criada a empleada. Poder, sexo y división del trabajo (1789-1950)*. España: Siglo XXI.

YOUNG, I. (1992). Marxismo y feminismo, más allá del “matrimonio infeliz” (una crítica al sistema dual). *El cielo por asalto*, 2(4), 40-56.

CRISE AMBIENTAL, NECROPOLÍTICA E CAPITALISMO: UM BALANÇO INTERSECCIONAL DOS IMPACTOS NO RAMO DA RECICLAGEM

Ana Meri Gassen¹¹

Renata Peixoto de Oliveira¹²

Introdução

Com o objetivo de desenvolver um estudo sobre as interferências do modo de produção capitalista na exploração de recursos naturais e de que modo o consumo desordenado e a produção em larga escala têm determinado os prejuízos causados ao meio-ambiente este estudo apresenta, inicialmente, um debate que se propõe a analisar o modelo de sociedade capitalista e as consequências deletérias da mesma que promove a degradação ambiental além da intensificação das desigualdades sociais. Construimos um modelo societal que nos leva a paradoxal extinção dos valores humanos, a criação de estamentos, verdadeiras castas que hierarquizam a sociedade entre aqueles que possuem e os marginalizados, na base da pirâmide, os párias da sociedade podem

¹¹ Assistente social e mestranda em Políticas Públicas e Desenvolvimento no PPGPPD-UNILA. E-mail: gassen1974@hotmail.com

¹² Cientista Política e professora do PPGPPD-UNILA. E-mail: renata.oliveira@unila.edu.br.

ser vislumbrados quando pensamos em um tipo de trabalho que é desvalorizado e precário, aquele realizado por catadores de recicláveis, principalmente, se forem mulheres, e, mulheres racializadas, pois estão inseridas em uma lógica de subalternidade e necropolítica ainda mais aprofundadas na fase neoliberal do capitalismo. Diante disso, decidimos realizar um estudo que considere esta relação entre o capitalismo, sua fase neoliberal e as condições de subalternidade das mulheres que trabalham com reciclagem, de forma específica, analisando o caso brasileiro.

Crise ambiental, necropolítica e capitalismo: um debate interseccional

Como próprio à dinâmica do capitalismo que fomenta a produção em larga escala e o consumo em massa, sem a menor preocupação com os prejuízos causados ao meio-ambiente, fomos lançados a um período de incertezas e medo, desencadeando uma crise ambiental sem precedentes na história que coloca em risco a própria civilização humana. Por isso, é essencial este debate sobre a relação entre o meio-ambiente, nossa crise ambiental e civilizacional e o modo de produção social capitalista.

Conforme Luiz Carlos Bresser-Pereira (2011, p. 74), a Revolução Capitalista, na modernidade, levou a inúmeras transformações econômicas, científicas, tecnológicas, sociais e políticas:

No *plano econômico*, a revolução capitalista deu origem ao capital e às demais instituições econômicas fundamentais do sistema – o mercado, o trabalho

assalariado, os lucros, e o desenvolvimento econômico. No *plano científico e tecnológico*, é o tempo da transformação de uma sociedade agrícola letrada em uma sociedade industrial. No *plano social*, é o momento de duas novas classes sociais: a burguesia e a classe trabalhadora. No *plano político*, a revolução capitalista deu origem às nações e ao Estado moderno, e, somando a esses dois fenômenos um território, ao Estado-nação (grifos nossos).

Com a Revolução Capitalista, o objetivo da atividade econômica passa a ser o lucro e com o advento das novas tecnologias, a acumulação de capital passa a fazer parte da lógica do sistema tornando-se assim, condição *sine qua non*¹³ para a sua sobrevivência. Além disso, segundo Marx (2010) o modo de produção capitalista faz com que o trabalhador não tenha consciência de seu papel na sociedade, fenômeno este denominado por Karl Marx de alienação, onde o trabalhador não se percebe e não compreende as relações sociais de trabalho e produção.

Entre as fases mais estudadas do capitalismo está a Industrial gerada pela primeira Revolução Industrial que teve início na Inglaterra no século XVIII. Esse processo histórico estabelecido pelo desenvolvimento tecnológico no campo industrial fundamentou as bases das relações sociais, de trabalho e o modo de produção capitalista. Foram os avanços produtivos, a partir do surgimento das indústrias que alteraram de maneira definitiva os rumos da humanidade. Cabe ressaltar que, juntamente com os avanços surgiram também graves impactos econômicos, ambientais, éticos e sociais. Objeto de nossa maior preocupação nesta empreitada investigativa.

¹³ Refere-se a ação ou condição que é indispensável, que é imprescindível ou que é essencial.

Em relação aos impactos ambientais causados pela quarta Revolução Industrial, em que pese as potencialidades tecnológicas, conforme Magalhães e Vendramini (2018, p. 141),

[...] as novas tecnologias, ao reduzir os custos de produção e distribuição, podem induzir a um grande aumento de consumo, gerando impactos ambientais negativos. Segundo o Global E-waste Monitor, o lixo eletrônico cresceu 8% entre 2014 e 2016, e a previsão é de que aumente 17% até 2021. Cientistas que trabalham com biotecnologias alertam também sobre riscos de contaminação ambiental.

A partir da Revolução Industrial, ao longo do século XX, a capacidade de produção do sistema atingiu seu ápice, gerando uma sociedade de alto consumo nos países do norte global, notadamente na sociedade estadunidense. As raízes do consumismo estão presentes desde a Revolução Industrial, mas foi com a emergência do jeito americano de viver, o conhecido *American Way Of Life* que ficou mais visível a constituição de uma sociedade voltada ao consumo. Já nas primeiras décadas de sua expansão, o capitalismo enfrentou uma das suas mais sérias crises. A problemática se estabeleceu com a superprodução e a grande estocagem para além da capacidade de venda e consumo por parte das pessoas, levando a Crise de 1929, considerada uma das maiores crises do capitalismo.

Para Nascimento (2018, p. 643), uma crise vem confirmar,

[...] o rebaixamento das condições socioeconômicas oferecidas à classe trabalhadora e das contradições do modo de produção do capital, onde a produção social é cada vez mais apropriada de forma privada. Essa lógica de

funcionamento da estrutura econômica vigente leva a uma crescente concentração de renda por meio da ampliação dos excedentes no controle dos capitalistas, agigantando os lucros e a massa de capital global; por outro lado, constitui uma grande massa de pessoas com menos poder de compra, ampliando as desigualdades e o desequilíbrio econômico entre grupos e classes sociais.

O progresso da forma como é entendido em sociedades capitalistas leva a estes períodos de crise que passam a ser percebidos a partir da variação da disponibilidade de recursos, por meio de sua acumulação e gestão, bem como das condições de geração. Isto seria nada mais que o fruto da evolução tecnológica e dos processos de ordenamento do trabalho, além da dinâmica da procura, que é ativada ou retardada, pelos dispositivos de transferência de capital do ciclo de produção para as famílias (GONÇALVES, 2017). Assim temos que uma crise ou acontecimento surge como um movimento linear de um processo evolutivo do capital. E as crises se caracterizam segundo Lima (2012, p. 7),

[...] com o próprio capital, exacerbando as contradições básicas contidas na mercadoria e nos aspectos úteis e genéricos do trabalho humano. Essas contradições são a expressão mais simples do modo de produção capitalista, que, desde o início, exhibe a marca da oposição dialética entre valor e valor de uso.

O capitalismo produz suas próprias crises, ou seja, a sociedade capitalista tem como contradição inerente o fato de que as condições de reprodução ampliada do capital visando a produção chega a ser obstruída pelo próprio sistema econômico em funcionamento. As crises são segundo Habermas (1979),

endêmicas e refletem as fases de destruição de recursos, sendo resultado da ruptura no processo de acumulação e aparecem ciclicamente na proporção em que o referido processo de acumulação abrange períodos de desvalorização de determinados elementos ou segmentos do investimento, colocando em questão a integração social.

No que diz respeito ao processo de concentração de capital, é notório destacar que tal dinâmica só pode acontecer por intermédio da expropriação dos trabalhadores e sua separação das condições sociais de produção, fato esse, que obriga os trabalhadores a venderem sua força de trabalho como único meio de sobrevivência.

Vulnerabilidade social versus vulnerabilidade ambiental

É a partir deste ponto que levantamos alguns dos mais sérios problemas e desafios enfrentados pelas sociedades contemporâneas, e como precisamos repensar nosso modo de produção e a forma como ele incide sobre os seres vivos deste planeta.

Para Quintana e Hacon (2011, p. 432), é somente “sob tal condição social de vulnerabilidade que se pode dar a extração de mais-valia a partir da exploração do trabalho. (...) visando à ampliação de um mercado consumidor, é necessária a inserção de populações em uma situação mercantil”, assim, constituem os processos permanentes de produção capitalista, que por sua vez, não se limita a sua forma originária de exploração sobre os trabalhadores, mas que no atual contexto, pode ser percebido mais agressivo ao explorar os ecossistemas para satisfazer o consumismo, contribuindo para a manutenção de um padrão de produção em

larga escala. Nesse sentido, conforme Virgínia Fontes (2010, p. 59), é que,

[...] as antigas formas de expropriação, conjugadas as novas modalidades surgidas no bojo do capitalismo contemporâneo, avançam ferozmente sobre a natureza na busca pela produção de valor, “resultando numa mercantilização inimaginável de todas as formas de vida social e humana.

Todavia, a crise do trabalho nos séculos passados, redefiniu o rumo do século XXI e a crise ambiental associada a crise do capital parece redefinir o futuro do novo milênio, trazendo desafios para a sociedade. Concomitante a isso, nota-se a ampliação das taxas de desemprego, cujo resultado é a proliferação dos níveis de miséria e pobreza, desigualdades sociais e extinção dos valores humanos e éticos, surgindo uma estreita divergência entre capital e trabalho, como bem lembra Quintana e Hacon (2011, p. 438),

A crise de custos tem a sua origem no fato de que, no sistema capitalista, o lucro estaria acima de qualquer premissa, inclusive da degradação das condições de materiais e sociais de sua produção. Por não considerar os limites orgânicos da natureza, o capitalismo intensifica a demanda por mais capital para manter o nível de lucratividade mediante o declínio das suas condições de produção.

Estas desigualdades inerentes ao sistema, se evidenciam com os impactos sociais da crise do trabalho e a crise ambiental, sendo mais marcantes em países considerados vulneráveis constituindo-se

assim em obstáculos para a emancipação humana¹⁴. Esta emancipação se torna mais distante em uma sociedade que valoriza mais os objetos e a posse deles do que as pessoas, considerando que geração de riqueza no modo de reprodução capitalista ocorre de maneira desigual.

Para Baldi (2018, p.16):

O capitalismo é baseado em dois pilares: a produção e o consumo. Quanto mais se produz e vende, haverá mais lucros. Portanto, com o surgimento do capitalismo, desenvolve-se a ideia do consumismo, fazendo com que as pessoas consumam mais do que deveriam propositalmente, para que assim cheguem cada vez mais aos lucros exorbitantes.

O sistema social atual em que vivemos, tem envolvido as pessoas primeiramente como consumidoras, pois segundo Telles, Oliveira e Severino (2009, p. 2), “somos guiados pela sedução e desejos voláteis, dos quais se movem as marcas e os símbolos com uma leveza quase imperceptível nas relações sociais, do que na constituição de laços com nossos semelhantes”. Para Bauman (2001), a lógica do consumo não se trata de um fenômeno emergente de maneira espontânea, mais sim estruturado em nossa sociedade contemporânea, sendo imposto pelo capitalismo, por meio das grandes marcas, que bombardeiam os consumidores com os apelos midiáticos.

¹⁴ Segundo Habermas (2005) citado por Almeida (2017, p.3) “a emancipação humana está associada ao aumento do conhecimento, da liberdade subjetiva, da autonomia ética e da autorrealização, do direito igual de participação na formação de vontade política e da possibilidade de apropriação reflexiva da cultura”.

As críticas direcionadas à sociedade de consumo não se referem, somente, aos aspectos econômicos, mas também as questões ambientais, em função da exploração dos recursos naturais para a geração de matérias-primas, voltadas à fabricação de mercadorias com tempo bastante limitado de sua vida útil. Vale ressaltar, que o mundo vive uma crise ambiental e o consumismo é parte de sua origem, além de estar acelerando cada dia mais esse processo de degradação do meio em que vivemos.

Com a devastação do meio em busca de matéria prima, para Pedrini e Oliveira (2014, p. 15), o capitalismo é o principal “ator social causador dessas mazelas que impõem doenças incapacitantes, prejuízos socioeconômicos irreversíveis e destruições socioambientais fatais é o empresariado moldado na perspectiva capitalista suicida de desenvolvimento societário”.

Entre os inúmeros problemas ambientais em termos globais, a gigantesca destruição do acervo verde, devido ao desenfreio do avanço do capitalismo pela busca da matéria-prima e o aumento do consumo de bens e produtos, traz graves e danosas consequências para a sociedade, alterando as questões climáticas e consequentemente vários desastres considerados naturais, mas que nada mais são do que a ação do homem sobre a natureza.

Isto posto, a crise ambiental sem precedentes na história da humanidade, associada ao modo de produção capitalista e sua vertente neoliberal, configura um capitalismo desastre, promotor de uma grave crise que afeta o meio ambiente e a sociedade global. Vale salientar, que esses dados não só impactam o atual contexto, mas principalmente as gerações futuras que sofrerão os danos causados pela degradação da natureza.

Parte considerável desta problemática advém da produção em massa e da dificuldade de descarte dos resíduos sólidos, que por vezes, também são descartados de forma incorreta no meio ambiente.

A crise ambiental e os impactos no ramo da reciclagem

A partir desse momento, procuraremos nos centrar na problemática principal do avanço de uma sociedade motivada pelo consumo, os resíduos sólidos que a mesma gera e que tem uma destinação incerta. Para fins de distinção entre “lixo” e “resíduos”, o lixo nesta pesquisa, apresentara características daquilo que não pode ser reaproveitado ou reutilizado, enquanto que resíduo, segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) é considerado “todo material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade” (BRASIL, 2010). Os resíduos podem ser: domiciliares, provenientes da limpeza urbana e sólidos urbanos.

De acordo com Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2015, Modesto e colaboradores (2021, p.3) destacam que os dados mostram que o Brasil teve mais de 173 milhões de habitantes residentes em área urbana (84,72% da população) e que chegaram a produzir 79,9 milhões de toneladas de lixo. Esse resultado posicionou o Brasil como o 4º maior gerador de resíduos sólidos no mundo. De acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2019), a população brasileira foi estimada em mais de 211 milhões de habitantes, onde

houve uma produção de 79,1 milhões de toneladas de lixos, 40% destes, sendo descartados incorretamente.

Isto posto, os dados apresentados confirmam que são vários os problemas ambientais causados pelo descarte incorreto de resíduos sólidos. Dentre eles podemos destacar: a exploração dos recursos naturais, o consumo desenfreado de produtos que carecem de matéria-prima extraída da natureza e a ampla produção de lixo. Todos eles causam impactos para a economia local e global. No entanto a Associação Brasileira de Embalagem em Papel - Embapel Reciclagem (2020, p. 1), destaca os países que mais reciclam no mundo,

[...] e com mais de 60% dos resíduos sólidos urbanos sendo reciclados, a Alemanha está no topo. Depois, vem Coréia do Sul (59%), Áustria (58%), Eslovênia (58%) e Bélgica (55%). Enquanto o Brasil, perto das últimas colocações, recicla aproximadamente 3% do seu lixo produzido.

Neste caso, Besen (2011, n.p) explica quais são as variedades dos resíduos sólidos no Brasil, e estima que sua composição seja: “57,41% de matéria orgânica (sobras de alimentos, alimentos deteriorados, lixo de banheiro), 16,49% de plástico, 13,16% de papel e papelão, 2,34% de vidro, 1,56% de material ferroso, 0,51% de alumínio, 0,46% de inertes e 8,1% de outros materiais”. Ainda relacionado a esse aspecto, outro material considerado como resíduo, conforme Sobrinho (2019, p. 3), que vem ganhando notoriedade na atualidade, devido a sua problemática é o lixo eletrônico, que “pode ser considerado como qualquer material eletroeletrônico descartado ou obsoleto”.

Importante destacar, que a geração de resíduos está intimamente associada ao desenvolvimento tecnológico e populacional, de maneira que quanto maior o grau de consumo, maior a geração de resíduos, e segundo Latouche (2012, p. 30);

São necessários três ingredientes para que a sociedade de consumo possa prosseguir o seu circuito diabólico: a publicidade, que cria o desejo de consumidor, o crédito, que lhe fornece os meios, e a obsolescência acelerada e programada dos produtos que, renova a sua necessidade.

Para Pozzetti e Caldas (2019, p. 191), “a questão dos problemas que envolvem os resíduos sólidos nas sociedades contemporâneas traz consequências imensuráveis para os sistemas econômicos, sociais e administrativos”, o crescimento populacional e intenso processo de urbanização, culminaram para as consequências atuais, ocasionando um dos maiores problemas ambientais que está associado a geração de resíduos sólidos e sua má gestão.

Segundo projeção do Banco Mundial e da ONU conforme reportagem de Janaina Ribeiro, Samy Dana e Dony de Nuccio (2021, n.p), “na metade deste século, se o ritmo atual for mantido, teremos 9 bilhões de habitantes e 4 bilhões de toneladas de lixo urbano por ano”, pois anualmente são produzidos em média de 2 bilhões de toneladas de lixo no mundo.

O papel das mulheres versus resíduos sólidos

A partir deste ponto se faz necessário dar voz as mulheres catadoras para que possam expressar como se sentem diante do papel socialmente construído enquanto catadora, as várias adversidades enfrentadas por elas ao longo da história, o

patriarcado enraizado em suas vidas, as condições e exclusões do mercado de trabalho, a interação delas com a conservação do meio ambiente e o reaproveitamento de materiais recicláveis de maneira sustentável, tornando esse trabalho como fonte de emprego e renda para famílias vulneráveis.

A população de catadores no Brasil, historicamente tem como maior grupo as mulheres e em sua grande maioria negras, fato que também pode ser observado na Associação dos Agentes do Meio Ambiente e Reciclagem – AMAR. São aquelas parcelas da sociedade que como alternativa de sobrevivência, e fonte de renda para sustento de suas famílias tem o lixo, produto resultante da produção capitalista, como fonte de recursos, e nesse sentido são exploradas informalmente pelo sistema vigente, Também muito bem definido no pensamento de Mendes (2009, p. 83) “a visão de que o lixo significa o dispensável, a imundice, a sujeidade, o que não se quer mais, o que deixa um local feio, mal cheiroso e contaminado é transferido como adjetivo para as pessoas que trabalham nessa ocupação”, e ainda visto como a representação daquelas pessoas desprezadas, privadas do mercado de trabalho formal e, quando essa trabalhadora é negra essa concepção se torna mais forte ainda.

Dito isto, convém destacar os apontamentos considerados por Rosa (2014, p. 95) que apresenta reflexões que vão além do trabalho realizado como meio de sobrevivência, “uma exclusão subjetiva, pois estes carregam estigmas por trabalharem com material reciclável”, onde a “exclusão social” vai além de determinações econômicas, e ainda para autora “existem valores e representações do mundo que acabam por excluir as pessoas”.

Situações essas, que dialogam diretamente com a necessidade de uma visão crítica do campo de pesquisa, que nos alerta sobre elementos presentes de necropolítica no trabalho dessas mulheres na AMAR. O conceito de necropolítica, cunhado pelo camaronês Achille Mbembe, vem sendo cada vez mais aplicado para dar conhecimento às políticas de morte, que determinam os corpos indesejáveis, que merecem e devem morrer, que não possuem valor, que são descartáveis, ou considerados lixo. Durante o holocausto judeu ou na mais recente crise alavancada pela pandemia de Covid-19, temos exemplos da necropolítica e ela nos leva a entender melhor sobre as formas de opressão na sociedade contemporânea. Conforme Suze Piza (2022, p. 130), nos últimos anos, “o conceito necropolítica tem sido usado cada vez com mais frequência, no Brasil, quando se faz referência a governos ou governantes e suas políticas públicas ou a ausência delas e, principalmente, suas formas de governar”. Entendido como forma de controle social, com vistas a esta análise, o conceito de necropolítica, está relacionado às condições de vida e trabalho das catadoras de materiais recicláveis, de forma inerente ao sistema capitalista, tendo-se em vista que como é foi frisado por Santos (2021, p. 42) “importa acentuar que a noção de necropolítica não pode ser compreendida apartada da crise estrutural do capitalismo contemporâneo”.

Na verdade, a atividade de coleta e reciclagem está intimamente ligada ao processo de acumulação do capital, devido às condições econômicas e sociais de exclusão em que muitas pessoas são obrigadas a viver, considerando o índice de desemprego, elevada faixa etária, racismo e a baixa escolarização (BOSI, 2010). Paralelo a isso, as mulheres catadoras estão expostas às dinâmicas do modo de produção, em uma sociedade capitalista, que ainda vive as

mazelas do efeito do patriarcado, como bem aponta Silva (2015, p. 229);

[...] enquanto sistema ideológico de dominação/exploração, o patriarcado conflui com o sistema capitalista de produção e reprodução da vida, ambos implicam diretamente nas formas de participação das mulheres no mercado de trabalho.

A Procuradora do Ministério Público do Trabalho, Elisiane dos Santos (2022, n.p) em entrevista, corrobora com informações importantes referentes ao trabalho das catadoras de materiais recicláveis e pontua que,

A cada 4 catadores, 3 são mulheres, 90% são negros e apenas 10% por cento estão organizados em cooperativas. Podemos enxergar aqui um perfil de mulheres, mulheres negras que em sua grande maioria estão realizando uma atividade de forma precarizada. Quando falamos das catadoras de materiais recicláveis, já estamos pensando em uma categoria de profissionais que realizam uma atividade que é essencial para a vida humana, que é essencial para o meio ambiente e que lamentavelmente ainda é pouco valorizado pela sociedade brasileira. Talvez por um desconhecimento e também por uma ausência de cultura de educação ambiental desde a infância.

Considerando estes dados, pode-se perceber que a mulher negra sofre duplamente, devido à dominação patriarcal e com a invisibilidade social. À vista disso, Lima, Rios e França (2013, p. 54), afirmam que na nossa sociedade “ainda persistem padrões diferenciados de participação na educação e no mercado de trabalho que afetam de forma específica as mulheres, os negros e,

em especial, as mulheres negras”, o que pode ser observado ao analisar a relação da sociedade e o lugar a que destina as mulheres.

Na verdade, para Sousa e Guedes (2016, p. 125) a entrada da mulher no mercado de trabalho;

[...] não equilibra as funções atribuídas aos sexos, ao contrário, reforça as desvantagens vividas pelas mulheres que atualmente compartilham com os homens, de forma equânime ou não, a previsão financeira da família justamente com a responsabilidade da esfera reprodutiva.

Conforme as autoras isso acaba gerando uma sobrecarga e consequente adoecimento, somado a isso, a própria exclusão do mercado de trabalho com a ausência de oportunidades. Ainda, para Paiva (2016, p. 153) concomitante a ideia de Sousa e Guedes “nesses empreendimentos, além da precarização do trabalho, existe uma acentuada separação entre o que é “trabalho de homem” e “trabalho de mulher”, estereótipos que se naturalizam no cotidiano das atividades laborais”. Paiva (2016, p. 168 -169) segue destacando que,

Sendo as mulheres as mais atingidas pelo desemprego e submetidas ao trabalho precário e informal, as cooperativas de catadores de materiais recicláveis oferecem uma oportunidade de acesso ao trabalho e renda, garantindo o sustento e até mesmo a inclusão social de milhares de mulheres.

Isto posto, nesse modelo de produção capitalista excludente, e em uma sociedade brasileira com histórico escravocrata, essas mulheres são expostas dentro de um mercado de trabalho que é

desvalorizado e precário, inseridas em uma lógica de subalternidade e num sistema marcado pelas desigualdades sociais.

Como bem aponta Nunes (2020, p. 3617), “tais reflexos, vem apresentando-se durante anos, entretanto, esse contratempo não é algo simples e fácil de combater, é algo profundo e estrutural, que vem afetando o campo social, econômico, ético, cultural, entre outras proporções”. A situação de exploração de mulheres remonta há décadas, e apesar das inúmeras manifestações deste segmento para buscar direitos sociais e civis, ainda é necessária uma análise interseccional que nos conduz à um entendimento mais claro sobre as experiências e lutas das mulheres ao longo do tempo. Cumpre destacar a fala de Moraes (2021, p. 88), “a interseccionalidade do racismo, do sexismo e do capitalismo, presentes nas condições econômicas, políticas e culturais a uma sociedade hierarquizada, oriunda do processo de exploração e escravização” permite ver que as várias formas de opressão estão interligadas, e ao serem observadas de forma dicotômicas, não nos permite pensar de forma interseccional. Os autores seguem destacando que “a interseccionalidade tem como fundamentos analisar as experiências de vida dos atores sociais como forma de analisar profundamente a opressão vivida por eles” (2020, p. 339), neste caso, principalmente com destaque para as mulheres negras.

Conclusão

Finalizando este estudo concluímos que as interferências do modo de produção capitalista na exploração de recursos naturais, através do consumo desordenado e a produção em larga escala trouxeram enormes prejuízos ao meio-ambiente.

O capitalismo em sua fase neoliberal afetou as condições de vida e trabalho das pessoas ao enfatizar as mudanças no campo econômico, as descontinuidades e as novas configurações no mundo do trabalho, onde o desafio é lutar contra o desemprego e procurar outras alternativas de emprego e renda.

Neste caso, em virtude da necessidade de lutar contra o desemprego e dos efeitos por ele causados, os estudos sugerem, a partir de várias experiências realizadas na prática, que a gestão e a organização solidária, são alternativas não capitalistas de organização do trabalho. Quando analisamos e temos contato com essas mulheres e associações como é o caso da Associação do Meio Ambiente e Reciclagem de São Miguel do Iguaçu, compreendemos melhor a relação entre o mundo do trabalho, o sistema capitalista e a crise ambiental na qual nos encontramos.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Juracy Armando Mariano de. Identidade e emancipação. *Psicologia & Sociedade*, v. 29, 2017.

BALDI, Mayara Laís Poli. *Obsolência Programada: o Consumismo e o Impacto no Meio Ambiente*. Monografia (Bacharel em Direito), Centro Universitário Toledo Araçatuba, São Paulo, 2018.

BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

- BESEN, Gina. Coleta seletiva com inclusão de catadores: construção participativa de indicadores e índices de sustentabilidade. 2011. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- BRASIL. Lei nº. 12.305/2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Presidência da República, Brasília, 2010.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A crise financeira global e depois: um novo capitalismo? *Novos Estudos, CEBRAP*, v.86, p.51-72, mar. 2010.
- FONTES, Virginia Maria Gomes de Mattos. O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.
- GONÇALVES, Carlos. A natureza das crises nos sistemas socioeconômicos capitalistas. *GEOUSP Espaço e Tempo (Online)*, [S. l.], v. 21, n. 3, p. 755-770, 2017. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2017.110792. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/110792>. Acesso em: 07 fev. 2022.
- HABERMAS, Jürgen. *Legitimationcrisis*. 2. ed. London: HeinemannEducational Books, 1979.
- _____. *Diagnóstico do tempo* (F. B. Siebeneichler, Trad.). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.
- LATOUCHE, Serge. *Pequeno tratado do decrescimento sereno*. Lisboa: Edições 70, p. 187, 2012.
- LIMA, Márcia; RIOS, Flavia; FRANÇA, Danilo. Articulando gênero e raça: a participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995-2009). *Dossiê mulheres negras*, p. 53, 2013.
- LIMA, Romulo de. A lei geral de acumulação capitalista e as crises cíclicas. *Leituras de Economia Política*, 13 (16), 87-110. 2012.
- MAGALHÃES, Regina; VENDRAMINI, Annelise. Os impactos da quarta revolução industrial. *GV EXECUTIVO*, v. 17, n. 1, p. 40-43, 2018.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Livro I.

MENDES, Rita de Cassia Lopes de Oliveira. Os catadores e seletores de material reciclável: o social e o ambiental na lógica do capitalismo. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Serviço Social). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2009. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp109485.pdf>. Acesso em 05 de abril de 2022.

MODESTO, Argel da Silva et al., Produção de ambientes sólidos no estado do Pará. Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento, v. 10, n. 16. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i16.23198/> Acesso em: 09 mar. 2022.

MORAES, Eunice Léa. A Educação Étnico-Racial e a Interseccionalidade das Opressões de Gênero, de Raça e de Classe Vivenciadas pela População Negra no Brasil. Revista Brasileira de Educação, Cultura e Linguagem, v. 5, n. 10, 2021.

NASCIMENTO, Marcos Antônio Silva do. Crise estrutural do capital e a luta de classes. Revista de Políticas Públicas, v. 22, p. 641-656, 2018.

NUNES, Kaliel Fernando, Da luta ao luto: nossos corpos são políticos e alvo da morte. In: Questões de gênero raça/etnia e geração. ANAIS do III SINESPP 2020 Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas/: Teresina-PI: EDUFPI/LESTU, 2020. Disponível versão digital: <http://www.sinespp.ufpi.br/> 15 mai. 2022.

PAIVA, Camila Capacle. Mulheres catadoras: articulação política e ressignificação social através do trabalho. Ideias, v. 7, n. 2, p. 151-174, 2016.

PEDRINI, Alexandre de Gusmão; OLIVEIRA, Felipe Carvalho. Percepção pública e educação ambiental no enfrentamento das mudanças climáticas globais antropogênicas no Brasil: uma proposta. In: OLIVEIRA, Marcia Maria Dosciatti de et al. (Org). Cidadania, meio ambiente e sustentabilidade. Caxias do Sul: Educs, p. 20-43, 2017.

PIZA, Suze. Sequestro e resgate do conceito de necropolítica: convite para leitura de um texto. Trans/Form/Ação, v. 45, p. 129-148, 2022.

POZZETTI, Valmir César; CALDAS, Jeferson Nepumuceno. O descarte de resíduos sólidos no âmago da sustentabilidade. Rev. Direito Econ. Socioambiental, Curitiba, v. 10, n.1, p. 183-205, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/direitoeconomico/article/view/> acesso em: 06 de jan.2022.

- QUINTANA, Ana Carolina; HACON, Vanessa. O desenvolvimento do capitalismo e a crise ambiental. *O Social em Questão*. Nº 25/26, Rio de Janeiro, 2011.
- RIBEIRO, Thiago Reis Marques. Considerações sobre a grande depressão e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. *Revista Cantareira*, n. 29, 13 ago. 2019.
- RIBEIRO, Janaina; DANA Samy; NUCCIO Dony de. Quanto vale o seu lixo? *Invest News*, Reportagem publicada em 25 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://investnews.com.br/investnews-explica/quanto-vale-o-lixo/>. Acesso em: 07 abr. 2022.
- ROSA, Bárbara Oliveira. Mulheres invisíveis: a identidade das catadoras de materiais recicláveis. *Revista Gênero, Niterói*, v.14, n.2, p. 91-104, 2014.
- SANTOS, José Carlos da Silva. O conceito de necropolítica como uma importante contribuição à criminologia crítica periférica. Monografia (Bacharel em Direito), Universidade Federal de Sergipe, 2021.
- SANTOS, Elisiane. A Importância do Trabalho das Mulheres Catadoras de Materiais Recicláveis. Artigo publicado em 04 de março de 2022. Disponível em: <https://www.awure.com.br/a-importancia-do-trabalho-das-mulheres-cadoras-de-materiais-reciclaveis/> acesso em: 10 nov. 2022.
- SILVA, Jani Alves da. Reflexões sobre a história do capitalismo. *Revista Filosofia Capital*, v.2, ed.5, 2007.
- SILVA, Elizângela Cardoso de Araújo. Patriarcado e divisão sexual do trabalho no Serviço hospitalar. *Temporalis*, v. 15, n. 30, p. 227-243, 2015.
- SOBRINHO, Clodoaldo Ivan Fávero et al. Resíduos eletroeletrônicos: uma revisão sistemática da literatura. *Revista Interdisciplinar de Ciência Aplicada.*, v. 4, n. 7, p. 3-5, 2019.
- SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. *Estudos avançados*, v. 30, n. 87, p. 123-139, 2016.
- TELLES, Yuri Ximenes Ávila Siqueira; OLIVEIRA, Rafael José Assunção; SEVERIANO, Maria de Fátima Vieira. O poder das marcas na sociedade de

consumo: mídia, celebridades e licenciamentos. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social. Maceió, 2009.

ENTRE O INFORMAL, O PRECÁRIO E A REPRODUÇÃO SOCIAL: AS COSTUREIRAS E O TRABALHO A DOMICÍLIO REMUNERADO POR PEÇA

Alexsandro Magalhães Pinto¹

Introdução

O processo de desindustrialização iniciado durante a década (neo)liberal de 1990, os rearranjos produtivos e a resistência das costureiras de Nova Friburgo, cidade no interior do estado do Rio de Janeiro (Brasil), culminaram no momento atual, onde se situa nossa pesquisa. Nesse espaço, a informalidade e a precarização apresentam a face do capitalismo contemporâneo e de seu conjunto de expropriações.

A costureira negra precarizada e na informalidade

A história oficial procurou apagar a presença negra em Nova Friburgo e a importância do povo negro para construção da cidade.

¹ Historiador e Professor com Bacharelado, Licenciatura e Mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutorando no Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Bolsista CAPES.

Junto com o mito da Suíça Brasileira (RAIMUNDO, 2003), o imaginário edificado em torno da colonização suíço-alemã, a formação da hegemonia burguesa e a consolidação do que foi considerado como um “paraíso capitalista” (COSTA,1997), procurou-se esconder a escravidão. Fato que só recentemente começou ser contornado através de uma gama de trabalhos que desvelam o passado escravista na região (LOUZADA, 1991; MARRETO, 2014).

Tanto o trabalho escravo quanto o considerado livre possuem continuidades e rupturas ao longo do período analisado nesta pesquisa. As condições de trabalho de parte das costureiras negras em Nova Friburgo podem ser compreendidas como “análogas à escravidão”. É preciso ter em mente que essas trabalhadoras são proletárias precárias, tendo em vista que, apesar das inúmeras transformações no mundo do trabalho, o modo de produção ainda é o capitalista (BRAGA, 2012; VALENCIA, 2016).

O racismo estrutural, característico da formação social brasileira, atravessa diretamente os mais variados âmbitos da vida em sociedade (ALMEIDA, 2019), como no caso por nós estudado: o mundo do trabalho das mulheres negras costureiras da cidade de Nova Friburgo - mulheres essas que estão inseridas em um quadro de reprodução social determinado pela precarização, informalidade e intensificação da exploração da força de trabalho.

O fato de serem mulheres e negras dispõe estas costureiras em situação inferior de concorrência, primeiramente com o homem branco, o negro e as trabalhadoras que possuem o fenótipo “helvético-prussiano”. O acesso ao trabalho formal é restrito.

Quando ocorre, é de forma precária, restando para a maioria a informalidade. Como salientou Carneiro:

a mulher negra é a síntese de duas opressões, de duas contradições essenciais; a opressão de gênero e a de raça. Isso resulta no tipo mais perverso de confinamento. Se a questão da mulher avança, o racismo vem e barra as negras. Se o racismo é burlado, geralmente quem se beneficia é o homem negro. Ser mulher negra é experimentar essa condição de asfixia social (CARNEIRO, 2019).

A produção intelectual no Brasil sobre o tema gênero, raça e classe existe desde o início do século XX, mesmo que de forma ensaística e, muitas vezes, racista e preconceituosa. Os chamados intérpretes do Brasil de uma forma ou de outra se detiveram sobre o tema². A partir da década de 1960, tais temáticas foram abordadas sob o materialismo histórico e dialético. Saffioti foi uma das pioneiras nessa análise, com estudos sobre o papel das mulheres na sociedade de classes (1969), o trabalho doméstico (1978) e a violência (1997).

A autora identificou na formação da sociedade brasileira o que se convencionou chamar de “nó”, constituído pelas três contradições sociais básicas: gênero, raça/etnia e classe social (SAFFIOTI, 1991; 1997). A sociedade, segundo esta autora, se divide em classes sociais, mas também é atravessada por essas outras contradições. Para ela, não se conceberia três diferentes ordenamentos de relações sociais em paralelo. Ao contrário, estas três contradições entrelaçadas em nó sustentariam a manutenção do sistema capitalista.

² Euclides da Cunha, Oliveira Viana, Nina Rodrigues e Gilberto Freire entre outros.

O primeiro resultado publicamente conhecido deste esforço encontra-se no livro *A mulher na sociedade de classes*, onde a autora apreende o modo de produção capitalista como:

uma configuração concreta de vida e cada tipo estrutural de sociedade capitalista como uma etapa de desenvolvimento da forma contraditória do processo de produção social, que culmina com a realização plena da sociedade capitalista (Saffioti, 1969: 33-34).

Nesse livro, ela já percebe que, no capitalismo, as mulheres têm uma dupla desvantagem: no plano “superestrutural”, uma subvalorização das capacidades femininas; e, no plano “estrutural”, uma inserção periférica ou marginal no sistema de produção. Ela refuta o senso comum de que a obstrução do desenvolvimento social das mulheres se devem às chamadas “debilidades físicas e mentais” femininas (Saffioti, 1969: 36).

Os caracteres raciais e de sexo operariam “(...) como marcas sociais que permitem hierarquizar, segundo uma escala de valores, os membros de uma sociedade historicamente dada” (Saffioti, 1969:30). Não obstante, a autora refuta o feminismo que se convencionou chamar de liberal, pois o capitalismo se apropriaria de demandas sociais como a feminista, tal como se “(...) *a mera emancipação econômica da mulher fosse suficiente para libertá-la de todos os preconceitos que a discrimina socialmente*” (Saffioti, 1969: 82. Grifos meus).

Saffioti também abordou a entrada da mulher no mercado de trabalho fabril ao lado das crianças na Inglaterra nos séculos XVIII

e XIX, analisando a inserção desigual do gênero feminino e a exploração capitalista:

as desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta, através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos, uma vez que para o processo de acumulação rápida de capital era insuficiente a mais-valia relativa obtida através do emprego da tecnologia de então. A máquina já havia, sem dúvida, elevado a produtividade do trabalho humano; não, entretanto, a ponto de saciar a sede de enriquecimento da classe burguesa (SAFFIOTI, 1969: 36).

Como ressaltou Florestan Fernandes (2009), sociólogo e orientador acadêmico de Saffioti, no caso brasileiro houve a “*modernização do arcaico e a arcaização do moderno*”. Mesmo com as mudanças sociais dadas pela urbanização e, sobretudo, pela industrialização, os elementos tradicionais agiam de forma a impedir que valores propagados pela modernidade, como igualdade, liberdade e justiça social, viessem a se institucionalizar na periferia. Na nossa compreensão, o mesmo ocorre com o papel da mulher e sua inserção no capitalismo dependente. A costureira negra está em um contexto no qual:

a modernização da economia, estando presentes fatores como alta concentração da renda nacional, baixo grau de escolarização das camadas mais pobres, industrialização intensiva de capital, não apenas não traz benefícios materiais às mulheres, como também as impele a aceitar, a fim de sobreviver, o desempenho de atividades mal remuneradas e pouco ou nada prestigiadas do ponto de

vista social, sobretudo no chamado baixo terciário (Saffioti, 1978: 17-18).

Por sua vez, as pesquisas dessa mesma autora sobre as operárias têxteis constatou que, mesmo nesse ramo que tradicionalmente absorveu grande contingente de mulheres, o alto contingente feminina não resistiu à modernização capitalista brasileira. O incremento tecnológico poupou mão-de-obra e, ao fazê-lo, impulsionou a de expulsão da mão-de-obra feminina.

Em geral, as mulheres trabalhadoras foram empurradas para as “ocupações desenvolvidas a domicílio ou funções subprivilegiadas do baixo terciário”. Ficaram à margem dos benefícios sociais prometidos pelo desenvolvimento capitalista e engrossaram os bolsões das atividades mais precarizadas como “(...) costureiras, bordadeiras, serzideiras, tricoteiras, crocheteiras, para nada dizer sobre as demais ocupações desempenhadas em caráter autônomo e de empregadas domésticas que, somadas, atingiam, em 1970, mais de 50% da PEA [população economicamente ativa] feminina (Saffioti, 1981: 29).

Outra autora que nos auxilia pensar tais questões é Lélia Gonzalez (1979), que seria defensora de um “feminismo afrolatinoamericano”. Para ela, “(...) *o gênero e a etnicidade são manipulados de tal modo que, no caso brasileiro, os mais baixos níveis de participação na força de trabalho, ‘coincidentalmente’, pertencem exatamente às mulheres e à população negra*” (id. *ibid.* Grifos meus).

Gonzalez ressalta o quanto a herança escravista e o trabalho análogo a escravidão, além da já mencionada precarização, da

informalidade e da intensificação do trabalho, caracterizariam o capitalismo em sua etapa atual:

a presença atual, em diferentes expressões, do capital comercial relacionado a formas pré-capitalistas de exploração da mão-de-obra, articula-se (em graus de maior ou menor complexidade) com o setor hegemônico da economia e de maneira proveitosa para este último (GONZALEZ, 1979).

Trabalho feminino informal e precário em Nova Friburgo

O trabalho que foi por nós analisado é realizado em domicílio pelas costureiras e é voltado para a produção das seguintes peças de roupa: calcinhas, sutiãs, moda fitness (roupas de ginástica) e pijamas (roupas de dormir).

Para realizarem estas tarefas são utilizadas diversas máquinas de costura, sendo a *overlock* a principal delas e a mais barata no mercado. Essas máquinas seriam propriedade das costureiras, mas ainda estariam em fase de pagamento por meio de prestações (financiamento), através de carnês, boletos ou abatimentos feitos através do próprio trabalho de facção³.

O pagamento destas costureiras faccionistas é remunerado por produção (peça finalizada) ou operação específica (pregar laço na calcinha, fechar o lado da calcinha, pregar pala no sutiã etc).

³ Por facção, entendemos o tipo de trabalho feito pelas costureiras em suas casas - fechar, finalizar peças ou executar alguma operação específica na máquina de costura.

O pagamento por operação é em torno de R\$ 0,60 (sessenta centavos de Real) e da peça completa R\$ 1,00 (um Real)⁴. Em uma jornada de 12 horas, é possível uma costureira finalizar, em média, 200 calcinhas. Na informalidade, as costureiras trabalham cerca de 12 horas diárias, o que significa, de segunda a sexta-feira, em torno de 58 a 82 horas semanais. Isso atinge, portanto, quase o dobro da jornada de trabalho formal no Brasil, que é de 44 horas semanais.

Através de dados obtidos no sítio eletrônico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), mesclados com informações dos Censos Demográficos de 2010, da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) e da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio Contínua (PNAD Contínua), é possível constatarmos a média do preço da cesta básica entre os anos de 2003 a 2016 na cidade do Rio de Janeiro. Cruzando estas informações com a quantidade de horas trabalhadas formais no setor de vestuário (Fábricas/Confecções) na cidade de Nova Friburgo durante a jornada de 44 horas semanais, podemos estipular quantas horas de trabalho foram necessárias para a compra dos alimentos da cesta básica entre os anos de 2003 a 2016.

De acordo com o Dieese, o valor da cesta básica em janeiro de 2003 na cidade do Rio de Janeiro era de R\$ 150,74; em janeiro de 2010, era R\$ 213,77 e, em janeiro de 2016, era R\$ 448,06 ⁵.

⁴ O que corresponde, respectivamente, a cerca de doze centavos e vinte centavos de dólar estadunidense.

⁵ Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/cesta/produto>>. Acesso em 01/12/2020.

Sendo assim, no mês de janeiro de 2010 foram necessários 92 horas e 13 minutos para compra da cesta básica (menor tempo/ano no período analisado). Em contrapartida, no mês de janeiro 2003, foi necessário trabalhar 165 horas e 49 minutos (maior tempo dentro do período analisado). Em janeiro de 2016, eram necessários 112 horas e 01 minuto para compra da cesta básica.

Relação mês/ano x valor da cesta básica x salário mínimo x tempo de trabalho, segundo o Dieese

Mês/Ano	Valor Cesta Básica	Tempo de Trabalho Necessário	Salário Mínimo
01/2003	R\$150,74	165h49m	R\$ 240,00
01/2004	R\$166,88	152h58m	R\$ 260,00
01/2005	R\$164,81	139h27m	R\$ 300,00
01/2006	R\$172,80	126h43m	R\$ 350,00
01/2007	R\$176,57	110h59m	R\$ 380,00
01/2008	R\$206,22	119h23m	R\$ 415,00
01/2009	R\$224,74	119h08m	R\$ 465,00
01/2010	R\$213,77	92h13m	R\$ 510,00
01/2011	R\$252,24	102h46m	R\$ 540,00
01/2012	R\$271,71	96h06m	R\$ 622,00
01/2013	R\$303,86	98h36m	R\$ 678,00
01/2014	R\$310,52	94h21m	R\$ 724,00
01/2015	R\$353,51	98h42m	R\$ 788,00
01/2016	R\$448,06	112h01m	R\$880,00

Fonte: Tabela produzida pelo autor com base nos dados obtidos através do Dieese.

Nas tabelas a seguir, apresentamos a discrepância de preços entre o pagamento por produção/peça para a costureira e o valor varejista de venda final:

Média de preço final, por peça, no varejo

Principais Confeções da Cidade	Produto	Mês de Referência	Menor Preço Final/Varejo (Média)	Maior Preço Final/Varejo (Média)
Suspiro Íntimo	Calcinha de Coton/Tanga Lycra/Renda	DEZ 2020	R\$16,20	19,80
De Chelles	Calcinha de Coton/Tanga Lycra/Renda	DEZ 2020	R\$32,40	R\$34,89
Duanip	Calcinha de Coton/Tanga Lycra/Renda	DEZ 2020	R\$15,17	R\$16,17
Triumph	Calcinha de Coton/Tanga Lycra/Renda	DEZ 2020	R\$17,80	R\$36,90

Fonte: Tabela elaborada através de informações obtidas em formulários/questionários virtuais respondidos pelas costureiras e em sítios na rede mundial de microcomputadores.

Média de preços pagos por peça x revenda no varejo

Peças	Média de valores/preços pago per peças fechadas para as costureiras	Média de valores/preços das peças para revenda no varejo
Calcinha	R\$0,05 a R\$0,80	R\$2,00 a R\$18,00
Sutien	R\$1,10	R\$ 15,00 a R\$35,00
Moda Fitness	R\$1,30	R\$36,00 a R\$40,00

Calça	R\$1,10	R\$26,00 a R\$38,00
Top	R\$0,80	R\$18,00 a R\$22,00
Roupa de Dormir	R\$1,20	R\$24,00 a R\$30
Camiseta	R\$0,80	R\$24,00 a R\$28,00
Short/Calça	R\$1,00	R\$23,00 a R\$29,00

Fonte: Tabela construída a partir do cruzamento de dados coletados através de entrevistas semiestruturadas realizadas com as costureiras e sítios virtuais visitados na rede mundial de microcomputadores das principais confecções/lojas virtuais de Nova Friburgo/RJ Dez/2020 – JAN/2021.

Na tabela abaixo, construída através de dados produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Censo de 2010 na cidade de Nova Friburgo, é possível constatar o quanto e como os rendimentos da população autodeclarada de cor preta e parda é inferior diante daqueles que se declaram brancos.

Rendimento por Cor e Raça segundo o Censo 2010/IBGE

Classe de Rendimento	Preta	Parda	Branca	Amarela	Indígena
Sem rendimento	126	680	2.274	10	10
Até 1/8 de salário mínimo	113	153	409	Ø	10
Mais de 1/8 a 1/4 de salário mínimo	860	1.520	2.535	33	Ø
Mais de ¼ a ½ salário mínimo	3.201	5.274	12.977	44	20
Mais de ½ a 1 salário mínimo	6.464	12.931	40.319	201	39
Mais de 1 a 2 salários	3.830	9.036	42.296	287	42
Mais de 2 a 3 salários mínimos	626	1.819	13.377	178	17
Mais de 3 a 5 salários	350	1.053	9.590	57	34

Mais de 5 a 10 salários	105	460	5.610	Ø	13
Mais de 10 salários mínimos	35	68	2.146	Ø	Ø

Fonte: Tabela produzida pelo autor com base em dados obtidos através do Censo 2010/IBGE.

O número de pessoas economicamente ativas com mais de 10 anos de idade também apresenta uma diferença significativa com relação a cor/raça:

Amostra raça/cor segundo o Censo 2010/IBGE

Pessoas de 10 anos ou mais de idade – Cor ou Raça	Economicamente ativa
Branca	71.943
Parda	17.786
Preta	9.106
Amarela	430

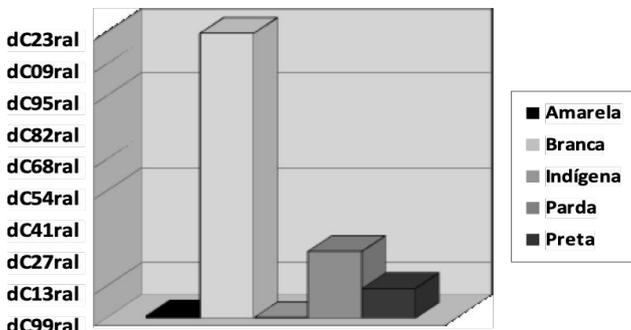
Fonte: Tabela produzida pelo autor com base em dados obtidos através do Censo 2010/IBGE.

De acordo com o IBGE, o número de pessoas economicamente ativas acima de 10 anos de idade de cor/raça branca é de 71.943; 86,9% a mais em comparação com pretos e pardos (10.892 pessoas). O número de mulheres economicamente ativas (46.337) também é inferior comparado aos homens (53.029).

O número de pessoas brancas economicamente não ativas também se apresenta maior. Cabe ressaltar que os dados produzidos pelo IBGE são registrados através da autodeclaração dos indivíduos e que, independentemente do fenótipo afrodescendente, os entrevistados em sua maioria se declaram como brancos - o que nós

mesmos constatamos através de técnicas de observação participante, questionários e entrevistas com as costureiras.

Amostra raça/cor não economicamente ativa de acordo com o Censo 2010/IBGE



Fonte: Gráfico produzida pelo autor com base em dados obtidos através do Censo 2010/IBGE.

Considerações finais

Neste texto, resumimos parte de uma pesquisa maior que vem sendo realizada desde 2018 sobre a condição da mulher negra vinculada ao trabalho precário e informal, em particular, a partir da condição de costureira na cidade de Nova Friburgo. Dados produzidos por órgãos oficiais e bibliografia de interesse sobre o tema foram analisados face a dados produzidos por meio de entrevistas semiestruturadas que conduzimos em pesquisa de campo.

Como salientamos, desde o fim da década de 1960, cientistas sociais brasileiras vêm trabalhando sobre o tema a partir do materialismo histórico e dialético. Acreditamos que desenvolveram ferramental crítico, analítico, criativo, original e autóctone

suficiente para analisar a problemática aqui levantada, em nada inferior à produção estadunidense ou europeia, por exemplo.

Desta maneira, sem perder o enfoque na totalidade (global), esperamos contribuir para o debate atual em torno do mundo do trabalho e das suas especificidades (local).

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Sílvio. Racismo Estrutural. São Paulo, Editora Jandaíra, 2020.

ARAÚJO, João Raimundo de. Nova Friburgo: A Construção do Mito da Suíça Brasileira (1910 – 1960). Tese (Doutorado). Niterói: Programa de Pós-Graduação em História, ICHF/UFF, 2003.

BRAGA, Ruy. A política do precariado, do populismo à hegemonia lulista, São Paulo, Boitempo, 2012.

CARNEIRO, Sueli. Escritos de uma vida. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

COSTA, Ricardo da Gama R. Visões do “Paraíso Capitalista”: Hegemonia e Poder Simbólico na Nova Friburgo da República. Dissertação (Mestrado). Niterói: Programa de Pós- Graduação em História ICHF/UFF, 1997.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Globo, 2008. 2v.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho. In: Gonzalez. Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzales em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

LOUZADA, Gioconda. Presença Negra – Uma nova abordagem da história de Nova Friburgo. Niterói: EDUFF,1991.

MARRETO, Rodrigo. A Escravidão Velada: A Formação de Nova Friburgo na Primeira Metade do Século XIX. Dissertação (Mestrado). Niterói: Programa de Pós-Graduação em História, ICHF/UFF, 2014.

SOTELO VALENCIA, Adrián. Precariado ou Proletário? Bauru, Canal 6, 2016.

SAFFIOTI, Heleieth. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013

_____. Emprego doméstico e capitalismo. Petrópolis: Vozes, 1978.

_____. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. Trabalho Feminino e Capitalismo. Trabalho apresentado no IX Congress of Ethnological and Anthropological Sciences. Chicago, setembro de 1973. p. 122-163.

*Sólo una vez he llorado,
callado llanto de indio;
fue en la sierra del Tolima
al tirar mi tiple al río.*

Atahualpa Yupanqui. En el Tolima.

ISBN 9783000705564



9783000705564

el tiple